

policromias

Volume 5 • Número 1 • Janeiro/Abril 2020 • ISSN 2448-2935

volume
05
número
01

Revista de estudos do discurso, imagem e som



policromias

Revista de estudos do discurso, imagem e som





COMISSÃO EDITORIAL

ANA PAULA QUADROS GOMES - Universidade Federal do Rio de Janeiro
BEATRIZ PROTTI CHRISTINO - Universidade Federal do Rio de Janeiro
EDMUNDO MARCELO MENDES PEREIRA - Universidade Federal do Rio de Janeiro
EVANDRO DE SOUSA BONFIM - Universidade Federal do Rio de Janeiro
JAQUELINE DOS SANTOS PEIXOTO - Universidade Federal do Rio de Janeiro
LEONOR WERNECK DOS SANTOS - Universidade Federal do Rio de Janeiro
LUIZ BARROS MONTEZ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
MARCIA MARIA DAMASO VIEIRA - Universidade Federal do Rio de Janeiro
MARIA LÚCIA LEITÃO DE ALMEIDA - Universidade Federal do Rio de Janeiro
MARÍLIA LOPES DA COSTA FACÓ SOARES - Universidade Federal do Rio de Janeiro
MÁRIO FEIJÓ BORGES MONTEIRO - Universidade Federal do Rio de Janeiro
PAULO CORTES GAGO - Universidade Federal do Rio de Janeiro
RAQUEL PAIVA ARAUJO SOARES - Universidade Federal do Rio de Janeiro
TANIA CONCEIÇÃO CLEMENTE DE SOUZA - Universidade Federal do Rio de Janeiro





CONSELHO EDITORIAL

ANA FERNÁNDEZ GARAY - Universidad de Buenos Aires
ANAPAU LADEMORAESTEIXEIRA-Comunicação Social do Exército Brasileiro(OM:CEP-RJ)
ANDRÉS ROMERO-FIGUEROA - Universidad Católica Andrés Bello
ÂNGELACORRÊAFERREIRABAALBAKI-Universidade Estadual do Rio de Janeiro
ARISTIDES ESCOBAR - Universidad Católica de Asunción - Py
BEATRIZ FERNANDES CALDAS - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI - Universidade Federal Fluminense
CARLOS ALBERTO VOGT - Universidade Estadual de Campinas
CLAUDINE HAROCHE - CNRS - École des Hautes Études en Sciences Sociales
DOMINIQUE MAINGUENEAU - Université Paris - Sorbonne - Paris IV
EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES - Universidade Estadual de Campinas
ENI PUCCINELLI ORLANDI - Universidade do Vale do Sapucaí
EVANDRA GRIGOLETTO - Universidade Federal de Pernambuco
FREDA INDURSKY - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
JACQUES GUILHAUMOU - CNRS - UMR - MMSH, ENS de Lyon
JEAN-JACQUES CHARLES COURTINE - University of Auckland
JOSÉ HORTA NUNES - Universidade Estadual de Campinas
KLEBER SANTOS DE MENDONÇA - Universidade Federal Fluminense
LÍDIA SILVA DE FREITAS - Universidade Federal Fluminense
MARIA ONICE PAYER - Universidade do Vale do Sapucaí
MIRIAM CABRAL COSER - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA - Universidade Estadual de Campinas
NÁDIA RÉGIA MAFFI NECKEL - Universidade do Sul de Santa Catarina
PATRICK CHARAUDEAU - CNRS - Université Paris - Sorbonne - Paris XIII
PEDRO DE SOUZA - Universidade Federal de Santa Catarina
ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA - University of Macau
ROSANE DA CONCEIÇÃO PEREIRA - Universidade Salgado de Oliveira - Fundação de Apoio à Escola Técnica
SILMARA CRISTINA DELA DA SILVA - Universidade Federal Fluminense
SILVÂNIA SIEBERT - Universidade do Sul de Santa Catarina
SONIA SUELI BERTI SANTOS - Universidade Cruzeiro do Sul
SYLVAIN AUROUX - CNRS - Université Sorbone Nouvelle - Paris III
TELMA DOMINGUES DA SILVA - Universidade do Vale do Sapucaí
VANISE GOMES DE MEDEIROS - Universidade Federal Fluminense
WEDENCLEY ALVES SANTANA - Universidade Federal de Juiz de Fora



Editor Responsável

- Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Rosane da Conceição Pereira, Universidade Salgado Filho | Fundação de Apoio à Escola Técnica

Organizadores da Edição

- Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Rosane da Conceição Pereira, Universidade Salgado Filho | Fundação de Apoio à Escola Técnica

Design e Diagramação

Cesar Buscacio

Revisão

- Lorena Delduca Herédias
- Marcia Glenadel
- Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Rosane da Conceição Pereira, Universidade Salgado Filho | Fundação de Apoio à Escola Técnica

Redação e Assinaturas

Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (LABEDIS)
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (CEP: 20940-040)
revistapolicromias@mn.ufrj.br | mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br

Divulgação

Rosane da Conceição Pereira, Universidade Salgado Filho | Fundação de Apoio à Escola Técnica

Ficha Catalográfica

Policromias – v. 5, n. 1 (janeiro/2020)-.- Rio de Janeiro:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som, 2019.

Semestral.

ISSN: 2448-2935

1. Linguística. 2. Análise do discurso. I. Título. II.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som.

CDD 401.41



SUMÁRIO

EDITORIAL	8
EDITORIAL.....	9
ÉDITORIAL.....	10
CINCO ANOS DE POLICROMIAS: PERCURSOS E MOVIMENTOS NO ESTUDO DO DISCURSO, DA IMAGEM E DO SOM.....	11
Maycon Silva AGUIAR Tania Conceição Clemente de SOUZA Rosane da Conceição PEREIRA	
DU « NORD » AU « SUD » : TRANSLATION TERMINOLOGIQUE ET IMPÉRIALISME DU SENS.....	23
Françoise DUFOUR	
REPRESENTACIONES DE LOS PERSONAJES FEMENINOS EN SERIES ANIMADAS: <i>LOS PICAPIEDRA Y STEVEN UNIVERSE</i>	49
Keylor ROBLES	
POR QUE (NÃO) DIZER DA LÍNGUA?	87
Silmara DELA SILVA Fernanda LUNKES	
<i>MARCA BRAZIL</i> : AS ARTICULAÇÕES DA MEMÓRIA NA NOVA MARCA DA EMBRATUR	108
Mateus Vitor TADIOTO Luciene Jung de CAMPOS	





A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO LATINO-AMERICANO
POR UM JORNAL INTERNACIONAL 131

Renata Almeida DANIN

TRAMAS DISCURSIVAS E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA AMAZÔNIA ... 156

Welton Diego Lavareda

Ivânia dos Santos Neves

FOTOGRAFIA E TEMPO NA PENUMBRA:
FRANCESCA WOODMAN E A DANÇA COM FANTASMAS.....186

Fabiane da Silva de Souza

Cláudia Linhares Sanz

“O APELO DE LÊNIN”: VESTÍGIOS DO REGIME SOVIÉTICO NA RÚSSIA
NA FOTOGRAFIA CONTEMPORÂNEA DE SERGUEI MAKSIMSHIN214

Diana Trindade DRUMOND

Kátia Hallak LOMBARDI

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE *PARA* CIGANOS EM
VERBETES DICIONARÍSTICOS 238

Marilene Gomes de Sousa LIMA

Amanda BRAGA

Laís Cavalcante ALMEIDA

Ana Beatriz Albuquerque Aragão CORDEIRO

A VOZ NO ENTRONCAMENTO TEÓRICO DA PSICANÁLISE E
DA ANÁLISE DO DISCURSO 269

Maurício Eugênio MALISKA

Teodulino Mangueira ROSENDO

Manoella BORGES





DE "IMPRECIONANTE" (SIC) A IMPRESSIONANTES EFEITOS DE SENTIDO:
ANÁLISE DO DISCURSO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, WEINTRAUB,
NO *TWITTER* 290

Dalexon Sergio da SILVA

Claudemir dos Santos SILVA

A DILUIÇÃO DO NARRADOR EM OBJETO MISTERIOSO AO MEIO DIA,
DE APICHPONG WEERASETHAKUL..... 323

Eduardo Chatagnier Borges PEREZ

Cristian da Silva BORGES

A NECESSIDADE DE SER RESILIENTE NO TRABALHO:
A CULPABILIZAÇÃO DO EMPREGADO NO TEXTO "QUEM NÃO TEM
RESILIÊNCIA APRESENTA ESTES SINTOMAS NO TRABALHO" 343

Fernanda DeahChichorro BALDIN

O EQUÍVOCO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS
EM/SOBRE O URBANO 371

Gustavo Haiden de LACERDA

INTERVIEW WITH FRANÇOISE DUFOUR.....397

Interview conducted by

Maycon Silva AGUIAR

ENTREVISTA COM FRANÇOISE DUFOUR..... 411

Entrevista realizada por

Maycon Silva AGUIAR

Tradução de

Cláudio de A. PÁDUA

Rodrigo Pereira da Silva ROSA

Yasmin Tavares de SOUZA






EDITORIAL

A Revista Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, vinculada ao Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (LABEDIS) e ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – publica estudos nacionais e internacionais referentes à contemporaneidade da teoria do discurso, em áreas do conhecimento em que a linguagem se faz presente, tais como Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais, Ciências Humanas, entre outras.

Policromias tem como Missão e objetivo principal ser um espaço de análise e reflexão sobre estudos críticos, teóricos e práticos, de âmbito simbólico, social e histórico sobre a linguagem verbal e não verbal, em sua relação com aspectos políticos, culturais, sociais, tecnológicos e de ensino. Sua meta é publicar, dentre outros, textos sobre fotos e vídeos, que assinalem qualitativamente questões locais e de cunho internacional sob o escopo proposto.

Busca-se, assim, servir a estudiosos e pesquisadores, no sentido de divulgar pesquisas originais, relevantes e inovadoras para o conhecimento humano, constituindo tanto um espaço de reflexão quanto uma política de memória.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>
labedis@mn.ufrj.br






EDITORIAL

The journal *Policromias* - Journal of Speech, Image and Sound Studies, linked to Laboratory of Speech, Image and Sound Studies (LABEDIS) and National Museum of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) - publishes national and international papers about the contemporary use of discourse theory, in areas of knowledge in which language is present, such as Linguistics, Letters and Arts, Social Sciences, Human Sciences, among others.

Policromias has as its mission and main objective to be a space for analysis and reflection on critical, theoretical and practical studies, with a symbolic, social and historical scope on verbal and non-verbal language, in relation to political, cultural, social, technological and education. Its goal is to publish, among others, texts about photos and videos, which qualitatively highlight local and international issues under the proposed scope.

It seeks to serve scholars and researchers in the sense of disseminating original, relevant and innovative research for human knowledge, constituting both a space for reflection and a policy of memory.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>
labedis@mn.ufrj.br





ÉDITORIAL

« Policromias » – Journal d'études du Discours, l'Image et le Son, lié au Laboratoire de Recherche du Discours, l'Image et le Son (LABEDIS) et au Musée National de l'Université Fédérale du Rio de Janeiro (UFRJ) – publiées des études nationales et internationales sur la théorie contemporaine du Discours, dans les domaines de la connaissance que la langue est présente, comme la linguistique, la littérature et des arts, sciences sociales, sciences humaines, entre autres.

« Policromias » a la mission et l'objectif principal d'être un espace d'analyse et de réflexions sur des études critiques, théoriques et pratiques, dans le contexte symbolique, sociale et historique sur le verbal et non verbal, dans sa relation avec des aspects politiques, culturelles, sociales, technologiques et de l'enseignement. Votre but est faire publier, entre autres, les textes sur les photos et vidéos, qui soulignent qualitativement les questions relevant de la naturalité locale et internationale du champ d'application proposé.

Ainsi, l'idée centrale est servir les chercheurs, avec l'intention de diffuser les recherches originales, novatrices et pertinentes à la connaissance humaine, ce qui constitue à la fois un espace de réflexion et une politique de mémoire.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe

Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro

LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som

Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som

<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>

labedis@mn.ufrj.br





CINCO ANOS DE POLICROMIAS:
PERCURSOS E MOVIMENTOS NO ESTUDO DO
DISCURSO, DA IMAGEM E DO SOM

FIVE YEARS OF POLYCHROMIES:
PATHWAYS AND MOVEMENTS IN THE STUDY OF
DISCOURSE, IMAGE AND SOUND

Maycon Silva AGUIAR¹

Tania Conceição Clemente de SOUZA²

Rosane da Conceição PEREIRA³

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor colaborador do curso de Especialização em Gramática Gerativa e Estudos de Cognição (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro); vice-coordenador do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro); e editor da Policromias.

² Professora do Departamento de Antropologia (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro), do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística; coordenadora do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro); e editora da Policromias.

³ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense; professora da Universidade Salgado de Oliveira; pesquisadora do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro); e editora da Policromias.





RESUMO

Neste texto, celebramos os cinco anos de existência da *Policromias* – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som; e apresentamos as modificações que, a partir deste volume, estarão presentes no periódico. Assumimos este espaço – o de uma revista acadêmica vinculada a um dos centros de produção de conhecimento mais importantes da América Latina, o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro –, como um lugar de resistência política e nos dispomos a denunciar, na condição de editores, as mazelas sociais que nos chegam na forma de artigos e de outros gêneros de circulação no meio acadêmico. Por fim, apresentamos os artigos que compõem este número.

PALAVRAS-CHAVE

Policromias; discurso; imagem; som.

ABSTRACT

In this text, we celebrate five years of existence of *Policromias* – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, and present the changes that, from this volume on, will be present in the journal. We assume this space – an academic journal linked to one of the leading knowledge production centers in Latin America, the Museu Nacional of Universidade Federal do Rio de Janeiro–, as a place of political resistance. We are ready to denounce, on condition of editors, the social problems that come to us in the form of articles and other types of circulation in the academic environment. Finally, we present papers that make up this issue.





WORDKEYS

Policromias; discourse; image; sound.

Policromias chega ao seu quinto ano de existência. Recebeu textos de importantes teóricos do universo da linguagem, em suas mais diversas facetas; e demonstrou seu comprometimento com a constituição de um espaço multidisciplinar de análise e de discussão dos fenômenos do discurso, da imagem e do som.

Em comemoração à marca atingida, novidades foram agregadas ao periódico a partir deste volume. Em primeiro lugar, destaca-se sua periodicidade, que passa de semestral a quadrimestral, com edições em abril, em agosto e em dezembro. A justificativa para o incremento na quantidade de números por volume está no fato de o público ter reconhecido a excelência da revista e de buscá-la para expor seus trabalhos. Por um lado, isso é um óbvio reflexo de como os colaboradores são a força-motriz desta e de qualquer outra publicação; por outro lado, indica que o caminho trilhado por nossa equipe editorial têm instilado confiança em quem nos assiste, seja como leitor, seja como autor, seja como parecerista.

Quem nos consulta com frequência deve ter percebido que Policromias têm uma identidade visual muito bem demarcada. Aprimorá-la será um dos propósitos que cumprimos deste volume em diante. Modificamos a diagramação dos textos publicados, com vistas a tornar a experiência de leitura mais confortável. O novo visual da revista é moderno, minimalista e condizente com um empreendimento editorial de caráter científico e acadêmico.

Atendendo às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas e às sinalizações de diversos colaboradores – autores e pareceristas




–, simplificamos as políticas de submissão de manuscritos. Os que as consultarem perceberão que, como um gesto de valorização dos que nos apoiam e alimentam nosso trabalho, desburocratizamos tais políticas, transformando-as em instruções mais simples e mais intuitivas.

O mais importante que Policromias incorpora nesta nova etapa é a percepção de que o diálogo entre as partes envolvidas no processo editorial é essencial para o avanço da divulgação científica. Arrematando nosso compromisso inicial com uma emenda, pretendemos que este seja um espaço multidisciplinar de análise e de discussão dos fenômenos do discurso, da imagem e do som, **pautado nas observações de nossos colaboradores e colado à realidade de nosso país**. É bem conhecida a falácia da neutralidade do discurso, e, por isso, esta é a atitude que imprimiremos em nossas páginas: abriremos nossos canais oficiais de comunicação para receberos que nos leem; acolheremos as impressões e as opiniões de nossos colaboradores; e denunciaremos, como nos for possível, os achaques ao conhecimento, bandeira da qual somos guardiões.

Esperamos, por fim, que, além de referência como periódico, Policromias erija uma referência de ética profissional e acadêmica, tarefa para cuja realização contamos, mais uma vez, com o auxílio de todos os que de nossa comunidade fazem parte.

Neste volume, cumprindo a tradição que fundamos neste percurso de cinco anos de existência, contamos com uma série de trabalhos de excelente qualidade, de pesquisadores nacionais e estrangeiros, e com uma entrevista concedida a um de nossos editores. Abre o volume o texto de Françoise Dufour, teórica francesa cujas pesquisas se voltam à compreensão das relações coloniais e pós-coloniais.





Em seu artigo, Dufour discute como a transposição de termos de uma língua (a de dominação) para outra (a do dominado) representa um reforço do discurso imperialista (por parte das nações identificadas, genericamente, como sendo “do Norte”) sobre as nações dominadas (referidas, também genericamente, como sendo “do Sul”). Com base na definição de translação linguística, que se distancia da de tradução, Dufour discute os sentidos hegemônicos que decorrem dessa diferença. A translação é compreendida como um transporte de um mundo a outro, como se fosse uma transferência sem tradução, embora não se caracterize, propriamente, como um empréstimo. No caso de empréstimos, o locutor se apropria de certos termos, porque compartilha a práxis e a realidade material que os definem. No caso da translação, o processo é de dominância de sentidos. A autora, então, analisa e/ou questiona três termos com reivindicação universalizante: *desenvolvimento*, *patrimônio (natural ou cultural)* e *enfermidade (doença)*; e discute, em seguida, a produção de sentidos decorrente da translação e de seus efeitos hegemônicos.

O segundo artigo deste volume foi produzido por Keylor Robles, investigador assistente na Universidade da Costa Rica. Em sua contribuição, intitulada “Representaciones de los personajes femeninos en series animadas: *Los Picapiedra y Steven Universe*”, Robles contempla o modo como certas personagens femininas são caracterizadas nas séries animadas que, no Brasil, recebem os nomes “Os Flintstones” e “*Steven Universe*”. Sustentando sua análise em teóricos que lidam com temas relacionados aos estudos de gênero, baseando-se em uma metodologia qualitativa, Robles destaca que as personagens femininas ostentam traços comportamentais típicos das épocas em que as séries animadas a que pertencem foram produzidas.




Haverá, como o autor discute, questões inerentes ao contexto ideológico de cada momento histórico no discurso corrente em cada série animada: de uma maneira geral, em *Os Flintstones*, produzida na década de 1960, ironias e a invisibilidade do trabalho doméstico desvelam ambiguidades a respeito do papel social feminino; por outro lado, em “*Steven Universe*”, lançada após um período de seis décadas, existem discussões sobre diversidade sexual, sobre empoderamento e sobre amor próprio.

Silmara Dela Silva, professora da Universidade Federal Fluminense, e Fernanda Lunkes, docente da Universidade Federal do Sul Bahia assinam o artigo “Por que (não) dizer da língua?”, em que observam discursos que engendram sentidos sobre a cena política brasileira atual. Sob o abrigo da Análise de Discurso francesa, analisam como os dizeres sobre a língua e sobre os sujeitos que as falam podem funcionar em condições de circulação distintas; e como afirmam e se abstêm de afirmar sobre as práticas políticas do Brasil. O *corpus* estudado por ambas é constituído por memes de ampla circulação no meio eletrônico e, por isso, tem muito a contribuir com a questão de como os discursos sobre o uso da língua – constituídos, imaginariamente, como reflexões metalinguísticas –, relevam as posições ideológicas dos sujeitos que os emitem.

Filiados aos pressupostos da Análise de Discurso Francesa, Mateus Vitor Tadioto, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, e Luciene Jung de Campos, docente do referido programa de pós-graduação, abordam a identidade visual adotada pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 2019, a chamada Marca Brazil. No decorrer de seu texto, “Marca Brazil: as articulações da memória na nova marca da EMBRATUR”, os autores





defendem a tese de que as peças publicitárias da EMBRATUR, desde o momento de sua fundação, incentivariam o turismo sexual em território brasileiro. Para defender essa posição, são observadas diversas peças publicitárias da empresa, com o intuito de resgatar uma regularidade de discursos e de contradiscursos que vendem o Brasil como destino turístico exótico cujo maior produto é o corpo feminino.

“A construção da imagem do negro latino-americano por um jornal internacional” é o próximo artigo na organização deste volume. Renata Almeida Danin, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, verifica que as narrativas apresentadas pelos grandes conglomerados midiáticos –representados, neste caso, pelo jornal britânico *The Guardian* – sobre negros brasileiros moradores de favelas reproduzem determinados tipos de ideologia, os quais, quase que por regra, distorcem a realidade socioeconômica de tais sujeitos. O aporte teórico do texto é a Análise Crítica do Discurso da linha de Teun A. van Dijk e referências importantes da área de Comunicação Social.

Welton Diego Lavareda, doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará, e Ivânia dos Santos Neves, professora titular da mesma instituição, desenvolveram o sexto artigo deste volume, “Tramas discursivas e diversidade linguística na Amazônia”. Sob os signos da Análise de Discurso francesa, da área dos estudos linguísticos referida como Linguística Colonial e do pensamento de Michel Foucault, os autores retratam a diversidade de línguas apresentada pelo padre jesuíta Antônio Vieira em seus sermões e em suas correspondências oficiais. Cumprem-se dois objetivos no artigo: identificar, a partir das materialidades que indicam o distanciamento entre os religiosos da época colonial e as línguas




nativas de nosso território, as dificuldades enfrentadas pelas missões catequistas nos territórios do Maranhão e do Grão-Pará; e apontar o regime de gerenciamento linguístico à época da colonização, o qual impactou, diretamente, sobre o modo pelo qual o patrimônio linguístico nativo foi discursivizado em uma sociedade cuja língua oficial é de matriz europeia.

Fotografias podem ser consideradas experiências históricas? O artigo “Fotografia e tempo na penumbra: Francesca Woodman e a dança com fantasmas” visa a responder a essa pergunta. Escrito por Fabiane da Silva de Souza, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação, na Universidade de Brasília, e por Cláudia Linhares Sanz, professora da Faculdade de Educação da instituição mencionada, o texto explora a hipótese de que o trabalho da fotógrafa Francesca Woodman é marcado por um deslocamento histórico, que se expõe na diferença entre os modos de fotografar e os modos de estar no mundo. O gesto de análise foca, por um lado, a materialidade da fotografia de Woodman como elemento da modernidade; e as transformações de tal materialidade na época contemporânea. O tratamento do *corpus*, que é composto por uma seleção de fotografias de Woodman, toma-as não somente como registros estáticos, mas as considera, principalmente, como experiências inseridas em um domínio histórico e temporal específico.

Kátia Hallak Lombardi, professora do Programa de Pós-Graduação em Letras: teoria literária e crítica da cultura da Universidade Federal de São João Del-Rei, e Diana Trindade Drumond, mestranda no mesmo programa de pós-graduação, são responsáveis pelo oitavo artigo deste volume, “O apelo de Lênin”: vestígios do regime soviético na Rússia na fotografia contemporânea de Serguei Maksimshin”. Baseadas em teorias cujo objeto





é a fotografia e no conceito de *vestígio* elaborado por Walter Benjamin, as autoras selecionaram, da exposição *O último império*, oito fotografias de Serguei Maksimshin, com o intuito de verificar como o passado ecoa na Rússia contemporânea.

Compreender como o verbete *cigano* e seus correlatos foram retratados em dicionários de língua portuguesa europeus e brasileiros dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI é objetivo das autoras do artigo “A construção discursiva da identidade *para* ciganos em verbetes dicionarísticos”, Marilene Gomes de Sousa Lima, mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba; Amanda Braga, professora do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal da Paraíba; Laís Cavalcante Almeida, mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba; e Ana Beatriz Albuquerque Aragão Cordeiro, graduada em Letras/Inglês pela Universidade Federal da Paraíba. Para perseguir esse objeto, são acionados referenciais teóricos da Análise de Discurso francesa. As autoras oferecem, como conclusões de sua pesquisa, perspectivas a respeito de como a identidade cigana foi construída no Brasil, resultando em uma memória discursiva de acordo com a qual os não ciganos combatem os ciganos (anticiganismo).

Na medida em que materializa a linguagem humana, a voz assume uma posição fundamental na constituição dos sujeitos e, portanto, na prática clínica psicanalítica. A partir desse pressuposto, Maurício Eugênio Maliska, professor de Psicanálise no curso de graduação em Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina; Teodulino Manguera Rosendo, doutorando em Linguística na Universidade do Sul de Santa Catarina; e Manoella Borges, graduanda em Psicologia pela mesma instituição, abordam, de




uma perspectiva multidisciplinar, diversas discussões sobre a temática da voz. No artigo, que é intitulado “A voz no entroncamento teórico da Psicanálise e da Análise do Discurso”, os autores assumem a voz, por um lado, como materialidade produzida pelo corpo humano, e, por outro lado, como materialidade significativa, que funciona por meio de efeitos de sentidos e que, por isso, é permeada pela subjetividade.

No décimo primeiro artigo deste volume, “De “imprecionante” (*sic*) a impressionantes efeitos de sentido: análise do discurso do ministro da Educação, Weintraub, no *Twitter*”, retornamos ao universo da política brasileira, representado por Abraham Weintraub, atual ministro da Educação. Dalexon Sergio da Silva, pós-doutorando em Ciências da Linguagem na Universidade Católica de Pernambuco, e Claudemir dos Santos Silva, doutorando em Ciências da Linguagem na mesma instituição, exploram uma postagem de Weintraubem que há um erro ortográfico, situação que não é incomum em seu período à frente da pasta. Pelo viés da Análise de Discurso francesa, os autores recorrem aos conceitos de formação discursiva, de formação imaginária e de memória discursiva para deslindar as formações imaginárias que povoam a memória discursiva do país e embasam as expectativas sociais a respeito de como uma autoridade deve se comportar publicamente. Essas reflexões têm, como pano de fundo, o fato de que Weintraub ocupa a posição mais elevada do plano educacional brasileiro, que é reconhecido por suas claras deficiências.

Eduardo Chatagnier Borges Perez, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Universidade de São Paulo, e Cristian da Silva Borges, professor do referido programa de pós-graduação, subscrevem o artigo “A diluição do narrador em objeto misterioso ao





meio dia, de ApichatpongWeerasethakul”. No texto, é abordado como o diretor tailandês ApichatpongWeerasethakul insere um questionamento sobre o que é verdade e sobre o que é ficção no filme *Misterioso Objeto ao Meio Dia*, a partir da utilização de técnicas de documentário e de ficção. De um ponto de vista que considera referências teóricas sobre narrativas, os autores verificam a transitoriedade que constitui o discurso fílmico e destacam questões relacionadas aos lugares de fala.

“A necessidade de ser resiliente no trabalho: a culpabilização do empregado no texto ‘Quem não tem resiliência apresenta estes sintomas no trabalho’” é o décimo artigo deste volume. Circunscrito às referências teóricas da Análise de Discurso francesa, o trabalho, de Fernanda DeahChichorroBaldin, professora do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas (DALEM) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, identificou as diferentes formas pelas quais o termo “resiliência” é utilizado, desde a década de 1990, no contexto trabalhista; as orientações ideológicas que perfazem cada percepção identificada; e a transformação do termo em uma característica laboral valorizada e considerada estratégica. O *corpus* do artigo é composto por uma publicação da revista Exame de julho de 2019.

Gustavo Haiden de Lacerda, aluno da Universidade Estadual de Maringá, é o autor de “O equívoco na produção de sentidos em/sobre o urbano”, o último artigo deste volume. A equivocidade inerente à língua na produção de sentidos, materializada em inscrições na e sobre a cidade, é o objeto do texto. De acordo com o referencial teórico da Análise de Discurso francesa, os funcionamentos da língua e da ideologia no discurso são observados em um *corpus* de pichações, com a premissa de se investigar sentidos da cidade/urbanos, sentidos de autoria e o discurso na/sobre a cidade/urbano em si.



Uma entrevista concedida por Françoise Dufour remata a edição. Apresentada em inglês e traduzida para português por Cláudio de A. Pádua, mestrando em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro; por Rodrigo Pereira da Silva Rosa, doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; e por Yasmin Tavares de Souza, a entrevista aborda tópicos relevantes da carreira de Dufour: o fato de ser uma pesquisadora independente; seu interesse por estudos coloniais e pós-coloniais; o papel do discurso não científico no cenário político mundial; o contexto da Análise de Discurso francesa em seu reduto de origem, a França; e possíveis desdobramentos da Análise do Discurso.





DU « NORD » AU « SUD » : TRANSLATION TERMINOLOGIQUE ET IMPÉRIALISME DU SENS

Françoise DUFOUR¹

*Tant que les lions n'auront pas leurs propres historiens, les
histoires de chasse tourneront toujours à la gloire des chasseurs
(Proverbe africain).*

¹ E-mail : francoise.dufour@la-langagiere.net.





Comme l'observait le sociologue Boaventura de Sousa Santos, « le sud n'est pas un concept géographique » (de Sousa Santos, 2011 : 21). Les actes de nomination *Sud* et *Nord* (*Global South* et *Global North* en langue anglaise) sont performatifs qui institutionnalisent un ordre du monde dans lequel le Nord est en position haute et le Sud en position basse (Dufour, 2007a, b). Ces dénominations qui bénéficient maintenant d'un usage globalisé disent de façon masquée la fracture du monde.

Mais que se passe-t-il quand ce sont des termes désignant des réalités (ou objets du monde) ou des concepts attachés à des pratiques culturelles propres aux pays occidentaux qui sont importés au Sud ?

Ce sont les effets de dominance que produisent ces « translations » que je souhaite interroger.

J'analyserai les effets de dominance que peut produire l'interpellation des locuteurs d'autres univers culturels et langagiers par des vocables exprimés dans la langue du dominant, qui plus est celle de l'ancienne puissance coloniale, « la langue de l'autre » comme la qualifie le philosophe Jacques Derrida (1996). Je prendrai comme objets d'étude trois termes à prétention universalisante : *développement*, *patrimoine* (naturel ou culturel) et *enfermedad* (*maladie*).

J'aurai préalablement défini la notion de « translation » que je mobilise pour nommer ce type de transfert de termes. Pour terminer je m'attacherai à donner une analyse linguistique de la production du sens de ces translations et ses effets hégémoniques.

En préalable je tiens à préciser que j'isolerais par des guillemets les dénominations « Nord » et « Sud » afin de les mettre à distance, car, sans le dire, cette dialectique reformule une stéréotypie relationnelle ancrée dans



une histoire de la dominance coloniale (Dufour, 2007c : 105). Les terminologies alternatives ne sont pas davantage satisfaisantes, qui toutes opposent un « Occident introuvable² à un reste du monde indéfini » (Descola, 2012), ce qui signale déjà la « forme de position du problème ».

1. LA TRANSLATION, UN TRANSFERT SANS TRADUCTION

Quand des termes sont transférés dans des univers culturels et langagiers qui ne disposent pas des praxis matérielles, sociales et culturelles correspondantes, les locuteurs ne peuvent pas s'en saisir en première instance car ils ne font pas partie de leur logosphère ou sphère de langage construite à partir des expériences pratiques des communautés langagières. Pourtant les termes finissent par s'imposer si la culture du transfert langagier est dominante, sans que les praxis afférentes soient pour autant acceptées par les populations d'accueil. Les praxis linguistiques qui ont cours au « Nord », si elles s'établissent au « Sud », par l'usage des termes transférés, vont alors poser l'existence d'un réel qui ne dispose pas de représentation référentielle correspondante dans ces cultures. Plus qu'un pouvoir sur les mots, la translation est un pouvoir sur le sens, sens pratique et sens social.

L'énonciateur qui actualise en discours ces termes exogènes est alors acteur d'une dominance discursive, la plupart du temps à son insu. J'appelle « dominance discursive » l'usage de marqueurs linguistiques et de modalités énonciatives qui contribuent à imposer un sens dominant et à instituer un ordre des places. Le sociolinguiste et occitaniste Robert Lafont nommait

² Une formule empruntée à Serge Latouche (Latouche, 2005 : 66).



« impérialisme du sens » (Lafont, 1978 : 104) la dominance discursive qui s'exerce par la généralisation de praxis linguistiques liées à l'expansion technologique et qui, selon lui, produit une « homogénéisation de la culture du monde » (*ibid.* : 103-104) :

Les universaux linguistiques pourraient bien être le produit d'une homogénéisation de la culture du monde. Une sociolinguistique consciente de ses responsabilités posera, sous l'expansion d'une structure du sens, la domination mondiale des sociétés technologiquement avancées et l'impérialisme des cultures afférentes. Si le rapport de dominance a été bien dégagé dans la pression d'un usage linguistique sur un autre, il n'a pas donné lieu encore à des recherches sur « l'impérialisme du sens » (*ibid.* : 104).

C'est cet impérialisme du sens que je souhaite interroger, en analysant des cas où des termes-notions historiquement situés comme *développement*, *patrimoine (naturel ou culturel)*, *enfermedad (maladie)*, qu'au « Nord » nous croyons partagés et donc universels, sont « translatés » au « Sud », sans être traduits.

La « translation » est entendue ici comme le « transport d'un monde dans un autre » (Callon, 2003 : 59), soit un transfert sans traduction. Il ne s'agit pas à proprement parler d'emprunts. En effet la notion d'emprunt suppose que les locuteurs s'approprient les termes parce qu'ils adoptent les *realia* et les praxis matérielles qui les accompagnent.

Avant le XVI^e siècle, la *translatio*, qui a donné l'anglais *translation (traduction)*, « est avant tout un mouvement de transfert » (Berman, 1988 : 29). Elle se différencie de la traduction qui n'est pas qu'un déplacement d'un terme vers un autre univers langagier, mais qui « implique de créer des convergences et des homologues en reliant des choses qui





étaient auparavant différentes » (Callon, 1980 : 211). Alors que la translation linguistique produit des effets de dominance, la traduction qui met sur un pied d'égalité deux langues est un « acte de réciprocité », pour reprendre l'expression du philosophe sénégalais Souleymane Bachir Diagne (Diagne, 2019 : 3). La traduction requiert le recours à des « activités médiatrices » reliées au « champ de l'action³ en accompagnement de « la reconnaissance des perturbations, des rejets, des mécompréhensions et des conflits qui y apparaissent » (Bachmann-Medick, Buden, 2008).

La translation langagière ne produit pas seulement ses effets sur les praxis linguistiques mais sur les praxis matérielles qui organisent la société et les habitus qui leur sont associées :

Le langage est un guide de la 'réalité sociale'. Bien qu'il ne soit pas conçu d'ordinaire comme étant d'un intérêt primordial pour les spécialistes des sciences sociales, il conditionne, en réalité, puissamment toute notre pensée sur les problèmes et les processus sociaux. Les hommes ne vivent pas seulement dans le monde objectif ni dans celui de l'activité sociale dans le sens ordinaire de cette expression, mais ils sont soumis, dans une large mesure, aux exigences de la langue particulière qui est devenue le moyen d'expression de leur société. Il est tout à fait inexact de croire que – pour l'essentiel – on entre en contact avec la réalité sans le secours du langage et que celui-ci n'est qu'un instrument, d'une importance somme toute secondaire, qui nous permet de résoudre des problèmes spécifiques de communication ou de réflexion. En fait, le 'monde réel' est, pour une large part, inconsciemment fondé sur les habitudes linguistiques du groupe (Whorf, 1956 : 133).

J'aborderai quelques phénomènes de translation qui me paraissent relever de l'impérialisme du sens dans le cadre de la linguistique praxé-

³ “*Mediation activities* are vital to this process. They also take the translation processes beyond simple linguistic relations, back to the level of agency”.





matique, « une théorie linguistique centrée sur l'analyse de la production de sens en langage dans un cadre anthropologique et réaliste (Détrie et al., 2017 : 298). La praxématique est une linguistique des praxis pour qui « le dire est toujours lié au faire, la parole à la praxis » (Barbériis, 1994 : 7) et qui s'attache à problématiser la façon dont les schémas praxiques des sujets parlants s'inscrivent en action de langage et structurent la représentation linguistique (Détrie *et al.*, *op.cit.* : 8).

2. LES RÉCEPTIONS DE TRANSLATIONS AU « SUD » DE PRAXIS LINGUISTIQUES EN USAGE AU « NORD »

2.1. DÉVELOPPEMENT : UNE FORMULE QUI CRISTALLISE UNE DOMINANCE

Je partirai de l'exemple de *développement* que j'avais étudié dans mon analyse de la formation discursive postcoloniale du développement autour du Mali (Dufour, 2007a ; 2010).

J'avais pu montrer comment le paradigme du développement se met en place à partir des indépendances en remplacement du paradigme civilisationnel colonial :

Avec la notion de développement, l'organisation énonciative se recompose pour pallier la carence dénominative produite par l'effacement progressif du domaine notionnel du progrès civilisateur (Dufour, 2010 : 181)

Le développement, qui trouve son ancrage dans la trajectoire historique de la modernité occidentale, est un phénomène qu'ont vécu les pays occidentaux grâce à la révolution industrielle. À partir du mouvement des





Indépendances, le lexème *développement* devient le « terme opérateur » (Achard, 1989 : 821) d'un nouvel ordre du discours qui s'instaure avec les politiques de coopération, puis les programmes de développement (Dufour, 2007a ; 2010). Avec le temps la récursivité de son usage lui donne une fonction de « formule » (Krieg-Planque, 2009) qui cristallise la dominance politique et culturelle du dit « Nord ». J'ai pu montrer comment, dans les discours contemporains, cette formule, ses variantes (*développement durable, développement humain*) ainsi que ses déclinaisons (*pays sous-développés, en voie de développement*) pouvaient produire des effets d'interdiscours avec la dominance coloniale. Cette dominance trouve ses prolongements dans les pratiques contemporaines, notamment celles du « développement », un terme formulaire vécu comme un « mot d'ordre » (Traoré, 2005 : 50).

Les critiques à l'encontre de la notion portée par cette formule en témoignent.

Pour le socio-économiste Jean-Luc Camillieri, le développement est perçu par les populations comme « un phénomène externe qui leur est imposé » (Camillieri, 1993). Le président ivoirien Alassane Ouattara critique lui aussi le caractère externe évoqué par Camillieri à l'aide de la métaphore du « copier-coller » :

Il ne suffit pas de copier-coller, il faut adapter les programmes de développement à nos réalités (Ouattara, 2017).

La seconde partie de la déclaration prend la forme d'une prescription d'adaptation aux réalités à laquelle font écho les propos de l'entrepreneur éco-





nomiste camerounais Etunga Manguelle qui attribue l'inefficacité du développement en Afrique à « la mise entre parenthèses du fait sociétal africain » :

On a vite cru en effet que, pour engager le développement en Afrique, il suffisait d'appliquer à cette dernière le paradigme dominant de la science moderne, paradigme qui a lui-même conduit au développement de l'Europe. Or, l'application de ce paradigme en Afrique s'est révélée inefficace pour une raison essentielle, à savoir l'impossible mise entre parenthèses du fait sociétal africain ou ce que certains ont appelé « l'ajustement culturel » (Etunga Manguelle, 1990 : 78).

L'acception du terme *développement* « peut poser problème », reconnaît l'anthropologue Jean-Pierre Olivier de Sardan qui s'attache donc à en donner une définition :

Je proposerais donc de définir le « développement », dans une perspective fondamentalement méthodologique, comme l'ensemble des processus sociaux induits par des opérations volontaristes de transformation d'un milieu social, entreprises par le biais d'institutions ou d'acteurs extérieurs à ce milieu mais cherchant à mobiliser ce milieu, et reposant sur une tentative de greffe de ressources et/ou techniques et/ou savoirs (Olivier de Sardan, 1995 : 7).

La métaphore de la « greffe » de ressources, techniques, savoirs sur un milieu social et culturel par des intervenants extérieurs à ce milieu corrobore le processus de translation d'une pratique véhiculée par un vocable de la langue française qui n'a pas d'équivalent dans les langues africaines. Parce que les praxis sociales et culturelles n'existent pas, il est seulement translaté (dans sa forme francophone *développement* ou anglophone *development*) mais il ne fait pas l'objet d'une traduction en langues locales et peine à se mettre en œuvre dans les pratiques.



L'essayiste Aminata Traoré, ancienne ministre de la Culture du Mali, qui avait une conscience aigüe de cette problématique, rappelait les formes vernaculaires d'expérience qui avaient cours en Afrique :

Toutes les précautions étaient prises pour que jamais le feu ne s'éteigne. L'alliance avec la nature, les différentes formes de solidarité étaient les garantes de cette pérennité, plus forte que la durabilité⁴. Par le sacrifice (cola, lait, céréales), on implorait le pardon d'un arbre qu'on allait abattre, ou celui de la terre qu'on allait blesser avant de la cultiver. Les premières récoltes donnaient lieu à des manifestations culturelles et rappelaient l'impérieuse nécessité de composer avec l'environnement et de le ménager (Traoré, *op. cit.* : 50).

Et elle plaidait pour la quête d'un terme dans le patrimoine linguistique africain pour parer la domination qu'exerce la translation, ce que Robert Lafont nommait « retrousser la diglossie » (Lafont, 1984) :

Comment donc nommer cet espoir légitime de recouvrer enfin nos droits économiques, politiques, sociaux et culturels, quand les mots, non seulement sonnent faux, mais ajoutent à la détresse humaine ? Pourquoi ne pas faire preuve de créativité en puisant dans le riche patrimoine linguistique du continent des concepts qui parlent de l'humain et de son environnement et qui aient un sens pour les peuples. Celui de développement (antinomique avec la notion de durabilité) et celui de mondialisation libérale procèdent de la même logique déshumanisante (*ibid.* : 52).

Pourtant, à ce jour, en l'absence d'une dénomination productrice de sens pour les populations concernées, le terme *développement* est utilisé par défaut, bien que la notion et les pratiques qui lui sont associées soient toujours l'objet de débats et de polémiques.

⁴ Une référence au développement « durable ».






2.2. PATRIMOINE NATUREL ET PATRIMOINE CULTUREL : UNE APPROCHE DISJONCTIVE

C'est précisément l'improductivité de la translation de termes-notions du « Nord » vers l'Afrique subsaharienne et la quête de termes natifs qui pourraient leur servir de « transitions » ou « traductions » qui ont motivé les « ateliers *Les intraduisibles du patrimoine* » (de 2011 à 2013) autour de la philosophe et helléniste Barbara Cassin. Ces ateliers ont donné lieu à un premier volume traduit en 4 langues (français, anglais ainsi qu'en deux langues véhiculaires d'Afrique de l'ouest) (Wolzy et Cassin, 2014 : 15-19).

La notion d'« intraduisible » est introduite par Barbara Cassin, dans son *Vocabulaire européen de la philosophie : dictionnaire des intraduisibles* (Cassin, 2004), élaboré sur le modèle du *Vocabulaire des institutions indo-européennes* du linguiste Émile Benveniste (1969). Ce terme *intraduisible* entend rendre compte du caractère inachevable de la traduction associé à l'instabilité du sens lors du passage d'une langue à l'autre : « ce qu'on ne cesse pas de (ne pas) traduire » (Cassin, 2004 : 2).

Les Ateliers partaient du constat établi par l'UNESCO que « les biens africains ne représentent que dix pour cent du “ patrimoine mondial de l'humanité », alors que sur la Liste du patrimoine mondial en péril, pas moins de la moitié sont africains » (Wolzy et Cassin, 2014 : 15). L'équipe pluridisciplinaire s'était donnée pour tâche de « pointer les écarts et les relations dans les façons de dire le patrimoine » et de rendre manifestes les « différences de sens » entre les définitions du nom *patrimoine* (et les déclinaisons de l'UNESCO dans les Conventions : *patrimoine naturel*, *patrimoine culturel*, *paysage culturel*), élaborées dans les langues sources française et anglaise,





et leur réception dans 2 langues d’Afrique de l’ouest (peul et bambara) et 3 langues d’Afrique de l’est (swahili, tsongo, sukuma).

Le but final était de « traduire » les concepts dans les langues africaines afin de mieux répertorier, protéger et valoriser les biens du patrimoine africain (Wolzy et Cassin, 2014 : 15-19).

Malgré les définitions extensives données par l’UNESCO dans ses différentes conventions sur le patrimoine signées par 190 pays (données 2012), qui répertorient et évaluent les éléments du patrimoine sur des critères de « valeur universelle exceptionnelle », la terminologie reste opaque pour un certain nombre de cultures en Afrique subsaharienne.

À l’instar du français et de l’anglais qui sont confrontés à bien des difficultés de définition, les langues d’Afrique peinent à trouver le mot pour *patrimoine/patrimony*, le terme générique qui renvoie à la définition communément admise au sein de l’Unesco » (Wolzy et Cassin, 2014 : 59).

En langue française, la notion de patrimoine a des résonances juridiques attachées à l’héritage de biens. C’est la première acception qu’en donne le TLFi :

Ensemble des biens hérités des ascendants ou réunis et conservés pour être transmis aux descendants. *Synon. héritage, legs, succession.*

Dans le cadre des conventions sur le patrimoine mondial et universel de l’UNESCO, les biens inscrits sur la « Liste du patrimoine mondial » ont un caractère « universel » qui par conséquent désigne l’humanité toute entière comme héritière de ces biens patrimoniaux.



L'UNESCO distingue le patrimoine culturel (art. 1) du patrimoine naturel (art. 2) (Unesco, Octobre 2005). Les caractérisations adjectivales *naturel* et *culturel* que les conventions adjoignent au nom *patrimoine* en restreignent la portée, puisqu'il s'agit d'une part de la nature et d'autre part de la culture qui sont constituées en valeurs patrimoniales.

Cette discrimination entre le naturel et le culturel pose problème, car ces notions interagissent différemment dans d'autres cultures où la connaissance est appréhendée de manière globale, en particulier en Afrique :

La connaissance africaine est immense, variée, et concerne tous les aspects de la vie. [...] On peut parler d'une « science de la vie », la vie étant conçue comme une unité où tout est relié, interdépendant et interagissant. En Afrique, au côté visible et apparent des choses, correspond toujours un aspect invisible et caché qui en est comme la source et le principe. De même que le jour sort de la nuit, toute chose comporte un aspect diurne et un aspect nocturne, une face apparente et une face cachée. [...] la connaissance africaine est donc une connaissance globale (Hampaté Bâ, 1972 : 22-25-26).

Le repérage des biens à inscrire sur la liste sont signalés à l'UNESCO par les États eux-mêmes. Cependant, la terminologie duale de l'UNESCO – patrimoine *naturel* et patrimoine *culturel* – ne fait pas écho dans les langues africaines. Par exemple en langues swahili et sukuma un seul mot couvre les deux champs (Wolzy et Cassin, 2014 : 59-75).

Le dualisme nature *vs* culture a été remis en question par l'anthropologue Philippe Descola (2005) qui a questionné le principe de discontinuité propre à la société occidentale. Il relève par exemple chez les Achuar d'Amazonie la porosité entre l'espace de la forêt et celui des jardins, alors



qu'au « Nord » la forêt relève de la nature et les jardins des pratiques culturelles (Descola, 2019 : 30).

La convention du patrimoine définit par ailleurs la notion de « paysage culturel »⁵ comme le résultat des « œuvres conjuguées de l'homme et de la nature » (art. 1).

La notion de paysage, telle qu'elle est conçue en Occident, diffère de celles d'autres cultures. Le philosophe sinologue François Jullien montre que le paysage en Europe relève de la perception visuelle de l'horizon depuis le point de vue d'un observateur, alors qu'en Chine, s'est développée très tôt « une pensée du paysage » (Jullien, 2014 : 11) qui ne disjoint pas l'objet du sujet.

En bambara (ou bamanankan) un « paysage culturel » va s'appliquer à un lieu associé à des rites, à des croyances, à des pratiques, comme par exemple un bois sacré (Wolzy et Cassin, 2014 : 59-75). Ce n'est pas seulement une portion de pays qui s'offre au regard⁶ mais le paysage est partie prenante de pratiques culturelles en usage dans la communauté culturelle, alors que dans la définition onusienne, le paysage culturel est le résultat d'œuvres du passé qui sont le fait de l'interaction des hommes avec son milieu naturel.

Les quatre catégories définies par l'UNESCO : patrimoine, patrimoine naturel, patrimoine culturel et paysage culturel ne s'adaptent pas aux us et coutumes de communautés culturelles locutrices d'autres langues que le français et l'anglais. La terminologie onusienne porte la

⁵ Introduite en 1992.

⁶ *Paysage* (TLFi) : Vue d'ensemble, qu'offre la nature, d'une étendue de pays, d'une région. Synon. *panorama*, *point de vue*, *site*.



marque de conceptions disjonctives propres au « Nord », telles que nature *vs* culture, qui ne sont pas partagées par d'autres cultures.

Malgré les précautions oratoires de la démarche initiée par les Intraduisibles, le sens de l'interaction donne à lire la dominance exercée par les deux langues dominantes dans lesquelles ont été réalisées en première instance les taxinomies : les différences sont observées depuis la terminologie onusienne préexistante vers ses représentations potentielles dans les autres langues et cultures.

2.3. ENFERMEDAD (MALADIE) : UNE APPROCHE RÉDUCTIONNISTE

La maladie semble bien aujourd'hui une notion universellement partagée et ne pouvant pas porter à controverse. Or lors d'une visite au Chiapas (Mexique) dans le cadre d'un programme de recherche sur les bactériophages, un ami chercheur en biologie expérimentale au CNRS présente en détail son projet aux membres délégués de la *Junta de Buen Gobierno* (Conseil de bon gouvernement) d'un *caracol*⁷ zapatiste, et l'intérêt qu'il peut présenter pour l'autonomie des communautés. Il est alors tenu de répondre à la « question » rituelle zapatiste et se voit opposer une fin de non-recevoir face à l'énonciation du terme *enfermedad* en langue espagnole⁸ (*maladie* en français) :

- ZAPATISTE : quelle est ta question ?

⁷ Le *caracol* (*escargot* en espagnol) est le lieu de coordination entre les municipalités autonomes, où se déroulent les Conseils de bon gouvernement, et le reste du Mexique. Les membres du Conseil de bon gouvernement sont des habitants des municipalités autonomes.

⁸ L'échange retranscrit ici n'est pas un verbatim mais une narration par le chercheur après son retour en France. Les zapatistes parlent le tzeltal ou d'autres langues mayas. L'interaction s'est déroulée en espagnol, un espagnol qu'Aurore Monod nomme un « espagnol de contact », « c'est-à-dire une langue éloignée de l'espagnol source » (Monot, 1994).

- **CHERCHEUR** : ma question c'est quelles sont les espèces bactériennes qui provoquent des maladies dans vos communautés parce que ça me permettra moi de travailler en amont pour savoir quels bactériophages apporter
- **ZAPATISTE** : écoute les bactéries les virus chikungunya choléra tout ça ça a été apporté par les conquistadors nous quand on se sent faibles quand on a une colique on prend du café et ça va mieux donc on peut pas te répondre à ta question là maintenant

L'interlocuteur zapatiste rend la demande du chercheur irrecevable par rejet du paradigme de la maladie (bactéries, virus, chikungunya, choléra) associé à la figure des « conquistadors » espagnols et donc à l'interdiscours colonial, paradigme auquel lui est opposée une simple sensation de faiblesse dissoluble dans le café. Cette substitution est particulièrement intéressante car l'espagnol *enfermedad* trouve son étymon dans le latin *infirmus* qui peut se traduire par *faible*⁹.

Si la réponse zapatiste semble relever d'une forme de réaction politique face à une idéologie occidentale perçue comme empreinte de néo-colonialité, les éléments complémentaires apportés lors d'un échange avec un médecin de l'hôpital de la ville voisine vont confirmer les difficultés de communication que pose la translation de termes occidentaux dans une culture qui n'a pas les mêmes visions, ni les mêmes pratiques :

- **MÉDECIN** : toi quand tu parles de bactérie de maladie d'infection bactérienne toi ça te parle parce que tu as une culture européenne, réductionniste. Eux quand tu leur parles d'infections bactériennes ils comprennent pas eux ils voient une maladie nous on dit que c'est provoqué par une bactérie on réduit un problème global, on a cherché à déterminer l'agent étiologique en faisant abstraction de tout le reste alors que eux un problème que nous on va appeler

⁹ Il serait alors intéressant de comparer avec le terme utilisé dans les langues mayas.



infection mais que eux nomment différemment ça va pas être provoqué par une bactérie ça peut être le soleil ça peut être la lune ça peut être la pachamama [la terre mère] qui a été touchée par ailleurs ou un membre de ta famille ça peut être un ensemble de paramètres qui vont amener à et donc moi forcément je désigne le problème pour eux ils le désignent même pas pour eux c'est un ensemble c'est un état général qui va converger vers un état général de santé et peut-être même que le mot *santé* n'existe pas.

La maladie, dans sa conception occidentale, relève d'un diagnostic étiologique. François Jullien relevait que, depuis les Grecs, nous pensons en termes de causalité selon un régime explicatif (Jullien, 2015 : 17-18). Au contraire, dans d'autres communautés culturelles, elle relève d'une approche holistique qui ne la réduit pas aux limites du corps humain mais la relie à l'environnement social et cosmique.

L'Organisation mondiale de la santé (OMS)¹⁰ ne donne aucune définition de la maladie ni dans sa Constitution ni dans le glossaire en ligne car cette notion est considérée comme partagée et allant de soi. Seuls sont répertoriés certains types de maladies : maladies cardiovasculaires, maladies émergentes, maladies infectieuses, maladies tropicales etc.

Dans son « Introduction » de la *Naissance de la clinique*, Michel Foucault faisait état de cette conception occidentale de la maladie et sa coïncidence avec le corps humain « pour nous » et de regards médicaux différents portés au cours du temps :

Pour nos yeux déjà usés, le corps humain constitue, par droit de nature, l'espace d'origine et de répartition de la maladie : espace dont

¹⁰ La Constitution a été adoptée par la Conférence internationale de la Santé, tenue à New York du 19 juin au 22 juillet 1946, signée par les représentants de 61 États le 22 juillet 1946 (Actes off. Org. mond. Santé, 2, 100) et est entrée en vigueur le 7 avril 1948.



les lignes, les volumes, les surfaces et les chemins sont fixés, selon une géographie maintenant familière, par l'atlas anatomique. Cet ordre du corps solide et visible n'est cependant qu'une manière pour la médecine de spatialiser la maladie. Ni la première sans doute, ni la plus fondamentale. Il y a eu et il y aura des distributions du mal qui sont autres. La coïncidence du « corps » de la maladie et du corps de l'homme malade n'est sans doute qu'une donnée historique et transitoire. Leur évidente rencontre ne l'est sans doute que pour nous ou plutôt nous commençons à peine à nous en détacher (Foucault, 1963 : 1).

Si le corps en Occident est une donnée naturelle, chez les Amérindiens et plus précisément dans les communautés amazoniennes par exemple, il est le résultat d'une construction sociale. Le corps est façonné socialement, par des massages, un régime alimentaire notamment, pour faire advenir un corps humain. La construction sociale du corps a des conséquences en terme pénal. De la même façon que le corps est construit socialement, il peut être socialement déconstruit. Par conséquent si un délit est perpétré par un membre de la communauté, l'équilibre social est rompu et la peine affectera alors toute la communauté (Varison, 2016).

L'énonciation du terme espagnol *enfermadad* (*maladie*) ne fait pas écho aux mêmes réalités dans certaines communautés au « Sud », et dans une interaction en espagnol avec un interlocuteur français, elle peut faire sourdre un interdiscours colonial qui vient troubler l'intercompréhension.

3. TRANSLATION LINGUISTIQUE ET PRODUCTION DE SENS « UNIVERSEL »

L'interpellation de locuteurs d'autres langues par des termes exogènes est susceptible de produire différents types de réception qui sont amenés à se conjuguer comme on l'a vu dans les exemples supra :



- Mécompréhension et mésusage parce que les mots renvoient à des pratiques sociales et culturelles qui sont étrangères aux locuteurs.
- Rejet politique parce que les mots ou les formules sont attachés à des cultures/langues dominantes et font écho à des histoires et à des idéologies combattues.

Dans les trois cas analysés, les « termes » ou formules translitées représentent des visions du monde propres aux cultures dominantes dites du « Nord » dans lesquelles ils sont apparus et sont usités. Les approches réductionnistes et disjonctives que les catégories nommées représentent ne s'adaptent pas aux visions plus holistiques d'autres cultures.

Pour les communautés culturelles locutrices d'autres langues que les langues dominantes (français et espagnol, dans nos corpus) en période coloniale et dans la mondialité contemporaine, ces termes du « Nord » peinent à se constituer en praxis linguistiques, parce qu'aucun acte de référenciation¹¹ n'a été établi entre les noms et des realia identifiables dans la société cible.

Plus que des termes-notions, *développement*, *patrimoine naturel* ou *culturel*, *enfermadad* (*maladie*) sont des articulations du sens social, ou praxèmes, c'est-à-dire que ces catégorisations linguistiques ont émergé dans le cadre d'activités pratiques et par conséquent dans des cadres sociaux et culturels particuliers.

Les translations lexicales ont des effets à la fois sémantiques, notionnels et pratiques sur les univers langagiers et culturels cibles.

¹¹ *Référenciation* : acte qui consiste à désigner un référent à travers l'actualisation d'une séquence linguistique, et résultat de cet acte (Détrie et al., 2017 : 293)





Les praxèmes (noms, adjectifs, verbes) sont chargés de mémoire expérientielle, sensorielle, discursive. Ces mémoires sont capitalisées en langue en potentialités signifiantes, ou « programmes de sens », qui sont en attente de leur actualisation en discours en fonction du rapport que le sujet locuteur entretient avec le monde dans une situation donnée. Ce processus de production du sens que la praxématique nomme « réglage du sens » est « assujetti à un ensemble de déterminations culturelles et sociohistoriques interdisant au locuteur d'être pleinement maître de son propos » (Détrie *et al.* ; 2017 : 211) car les programmes de sens fonctionnent comme des « cadres prédiscursifs qui ont un rôle instructionnel pour l'interprétation du sens en discours » (Paveau, 2006 : 14). Toute actualisation d'un terme linguistique translaté d'un univers langagier et culturel à un autre active des programmes de sens associés à l'histoire et à la culture du praxème source et sa récursivité tend à imposer un sens produit dans les langues et cultures dominantes, comme l'observait Robèrt Lafont :

La catégorisation linguistique n'est jamais obtenue que par l'activité pratique [...] Nous saisissons et décrivons cette catégorisation par des procédures récursives d'analyse sémantique qui en accusent la généralité et sont toujours en danger d'universaliser les données des langues pilotes (Lafont, *op. cit.* : 101).

La catégorisation linguistique est un découpage du réel qui varie selon les cultures et qui dit notre relation au monde. On pense alors au « principe de relativité linguistique » dite « hypothèse Sapir-Whorf » :

Les modèles culturels d'une civilisation sont inscrits dans la langue qui l'exprime (Whorf, 1956 : 133).





Car les mots ne disent pas l'objet « en soi » mais notre rapport à lui (Siblot, 1997 : 52). Ce que nous nommons *patrimoine naturel/culturel, paysage, maladie, corps* peut ne correspondre à aucun découpage, ou à un découpage différent, dans d'autres cultures qui parlent d'autres langues que les langues sources et qui ont vécu d'autres histoires. La translation occulte le travail du sens et transmet un sens pré-fabriqués ailleurs.

Par le biais des translations linguistiques, qui sont des marqueurs d'un contact inégalitaire entre langues dominantes et langues dominées (ou diglossie), s'exerce ainsi une forme de dominance discursive car comme l'énonçait Jacques Derrida :

Toute culture s'institue par l'imposition unilatérale de quelque "politique" de la langue. La maîtrise, on le sait, commence par le pouvoir de nommer, d'imposer et de légitimer les appellations » (Derrida, 1996 : 128).

Le lien entre *développement* et *patrimoine ou enfermedad (maladie)* comme termes issus de praxis linguistiques et culturelles propres à l'histoire des peuples dits modernes ou avancés n'est pas fortuit. Les praxis associées à la notion de développement sont le produit d'une philosophie de la raison, issue des Lumières, qui a donné lieu à ce que nous nommons la modernité et que les peuples dits « avancés » considèrent comme universels et qui de ce fait les voient partagées à l'échelle mondiale.

Certains termes des langues dominantes qui se veulent intemporels sont considérés comme des universaux, bien qu'ils émanent toujours d'un énonciateur situé géographiquement et culturellement. Ils deviennent des





modalités énonciatives qui ont fonction de norme et imposent de manière surplombante un sens et une idéologie dominante.

Cependant comme l'énonce Philippe Descola, les concepts circulants au « Nord » sont loin d'être des universaux:

Si des concepts comme 'société', 'nature', 'histoire', 'économie', 'religion', ou 'sujet' ont joué un rôle considérable dans le travail réflexif mené en Europe pour faire advenir la modernité et créer, ce faisant, un espace de positivité propre au sein duquel les sciences humaines et sociales pouvaient se déployer, ces concepts renvoient cependant à des façons d'objectiver les phénomènes caractéristiques d'une trajectoire historique que d'autres peuples n'ont pas suivie et ils doivent donc être traités, non comme des universaux, mais comme des expressions locales d'une forme particulière de composition des éléments du monde, composition qui a connu ailleurs des modalités très différentes (Descola, 2012).

Cet « universel de surplomb » (Merleau Ponty, 1960 : 75) qui s'impose de manière verticale et centralisée dans les formes mêmes d'une énonciation terminologique est producteur d'hégémonie culturelle (Gramsci, 1975 : 335), un des principaux ressorts de l'impérialisme. C'est d'ailleurs l'argument de l'universel qui est opposé au principe de la restitution des œuvres d'art aux pays anciennement colonisés car « restituer le patrimoine africain spolié qui se trouve en France à l'Afrique, c'est le retirer au monde » (Kisukidi, 2020).

En forme de conclusion

Dans le contexte mondialisé, des termes appartenant à des langues dominantes sont considérés comme des universaux. Leur translation dans des univers culturels et langagiers ne disposant des praxis correspondantes pose des problèmes de communication dues à l'opacité du sens





de ces termes et/ou provoque leur rejet en raison des idéologies qu'ils transportent, les deux raisons pouvant être liées.

Si les praxèmes des sociétés sources dominantes peinent à s'ancrer dans les langues dites minoritaires c'est parce qu'ils ne trouvent pas à se mailler avec les autres vocables dans la grille de sens de la logosphère. Car comme l'énonçait Philippe Descola, il existe « des formes très diverses, mais non infinies, d'assembler les existants, les qualités, les processus et les relations » (Descola, 2012). Dans des cultures et des langues qui ne disjoignent pas nature et culture, comment distinguer et dire différemment *patrimoine naturel* et *patrimoine culturel* sans modifier les pratiques sociales et culturelles afférentes ?

Les translations terminologiques du « Nord » vers le « Sud » dans le contexte d'agendas humanitaires, économiques et/ou politiques (assistance, subventions) sont des manifestations d'un impérialisme du sens qui ne dit pas son nom. Avec le temps la langue cible procède au remailage de sa logosphère : le terme traduit est adopté par la langue cible ou bien, plus rarement, un équivalent est forgé à partir des ressources langagières locales.

BIBLIOGRAPHIE

ACHARD Pierre, La passion du développement : une analyse du discours de l'économie politique, Thèse, Lettres, Université Paris VII, juin 1989, 3 volumes, 1003 pages.

BACHMANN-MEDICK Doris, BUDEN Boris, Cultural Studies – a Translational Perspective,

2008, <<https://transversal.at/transversal/0908/bachmann-medick-buden/en>>



BARBÉRIS Jeanne-Marie., « Indiquer son chemin au passant : rôle cognitif et discursif de l'orientation générale », in Barbéris J.-M. (dir.), *La Ville. Arts de faire, manières de dire*, Montpellier, 1994.

BENVENISTE Émile, *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes*, 2 tomes, Paris, Minuit, 1969.

BERMAN Antoine, « De la translation à la traduction » in *TTR : traduction, terminologie, rédaction*, 1 (1), 1988, p. 23–40.

CALLON Michel, « Science et société : les trois traductions », in Les Cahiers du M.U.R.S. — #42 — 2^e semestre Remettre la science en culture, 2003, p. 55-70.

CALLON Michel. “Struggles and Negotiations to Define what is Problematic and what is not: The Socio-logic of Translation” In K. Knorr, R. Krohn & R. Whitley (eds.). *The Social Process of Scientific Investigation*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co, 1980, p. 197-219

CAMILLIERI Jean-Luc, *Dialogue avec la brousse. Villages, ethnies et développement*, Paris, L'Harmattan, 1993.

CASSIN Barbara (dir.), *Vocabulaire européen des philosophies. Dictionnaire des intraduisibles*, Paris, Le Seuil/le Robert, 2004.

CASSIN Barbara (dir.), *Philosopher en langues. Les intraduisibles en traduction*, Éditions Rue d'Ulm/Presses de l'École normale supérieure, 2014.

DERRIDA Jacques, *Le monolinguisme de l'autre, ou La prothèse d'origine*, Paris, Galilée, 1996.

DESCOLA Philippe, *Par-delà nature et culture*, Paris, Gallimard, 2005.

DESCOLA Philippe, « Discours prononcé à l'occasion de la remise de la médaille d'or du CNRS le 19 décembre 2012 », *Lettre 36 du Collège de France*, <<https://journals.openedition.org/lettre-cdf/1629>>, 2012.



DESCOLA Philippe, *Une écologie des relations*, Paris, CNRS Éditions, 2019.

DÉTRIE Catherine, SIBLOT Paul, VERINE Bertrand et STEUCKARDT Agnès (dir.), *Termes et concepts pour l'analyse du discours. Une approche praxématique*, Paris, Honoré Champion, 2017.

DIAGNE Souleymane Bachir et Elara BERTHO, « Un universel comme horizon ». Entretien. *Esquisses, Les Afriques dans le monde*, 2019, <<https://elam.hypotheses.org/2140>>.

DUFOUR Françoise, *Des rhétoriques coloniales à celles du développement. Archéologie discursive d'une dominance*, Thèse, Sciences du langage, Université Paul-Valéry Montpellier 3, Département des Sciences du langage, avril 2007a, 2 volumes, 934 pages.

DUFOUR Françoise, « Dire le Sud : quand l'autre catégorise le monde » in *Autrepart* 41 « On dirait le Sud ... », 2007b, p. 27-39.

DUFOUR Françoise, « “Le Sud”, un stéréotype discursif qui ne dit pas son nom », in Boyer Henri (dir.), *Stéréotypage, stéréotypes : fonctionnements ordinaires et mises en scène*, 2007c, p. 97-107.

DUFOUR Françoise, *De l'idéologie coloniale à celle du développement. Une analyse du discours France-Afrique*, Paris, L'Harmattan, « Espaces discursifs », 2010.

ETOUNGA MANGUELLE Daniel, *L'Afrique a-t-elle besoin d'ajustement culturel ?*, Ivry-sur-Seine, Nouvelles du Sud, 1990.

FOUCAULT Michel, *Naissance de la clinique. Une archéologie du regard médical*, Paris, Tel Gallimard, 1963.

GRAMSCI Antonio, *Quaderni del carcere*, Torino, Einaudi, 1975 [1990 dans la traduction française, Gallimard].



HAMPATÉ BÂ Amadou, *Aspects de la civilisation africaine*, Paris, Présence africaine, 1972.

JULLIEN François., *La pensée chinoise*, Paris, Gallimard, « Folio Essais », 2015.

JULLIEN François, *Vivre de paysage ou L'impensé de la raison*, Paris, Gallimard, « Bibliothèque des idées », 2014.

KISUKIDI Nadia Yala, « L'universel dans la brousse », *ESPRIT* « Le partage de l'universel », Janv.-Févr. 2020

KRIEG-PLANQUE Alice, *La notion de « formule » en analyse du discours*, Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.

LAFONT Robert, « Pour retrousser la diglossie », *Lengas* n° 15, 1984, 5-36.

LAFONT Robert, *Le travail et la langue*, Paris, Flammarion, 1978.

LATOUCHESerge, *L'Occidentalisation du monde. Essai sur la signification, la portée et les limites de l'uniformisation planétaire*, Paris, La Découverte, 2005.

MERLEAU-PONTY Maurice, « De Mauss à Claude Lévi-Strauss », Signes, Paris, Gallimard, 1960.

MONOD Aurore (dir.), *Feu Maya. Le soulèvement au Chiapas*. Paris, Éditions Ethnies, vol. 9, n°16-17, 1994.

OLIVIER DE SARDAN Jean-Pierre, *Anthropologie et développement :essai en socio-anthropologie du changement social*, Paris, Karthala, 1995.

ONDO Bonaventure Mvé, « Quelle science pour quel développement ?, in *Hermès* n° 40 (« Francophonies et mondialisation »), 2004, p. 201-215.



OUATTARA Alassane, « Émergence africaine : tout n'est pas encore gagné », *Le Point*, 28 mars 2017, <https://www.lepoint.fr/economie/emergence-africaine-tout-n-est-pas-encore-gagne-28-03-2017-2115429_28.php>.

SIBLOT Paul, « Nomination et production de sens, in *Langages* 127, 1997, p. 38-55.

de SOUSA SANTOS Boaventura, *Épistémologies du Sud*, Paris, Desclée de Brouwer, 2011.

TRAORÉ Aminata, « L'oppression du développement », *Manière de voir* 79 « Résistances africaines », février-mars, 2005, p. 50-52.

VARISON Leandro, « Dialogue des cultures juridiques autour de la notion de corps humain. L'exemple brésilien », <<https://www.youtube.com/watch?v=rnEQffDxI2M>>, 18 octobre 2016.

WHORF Benjamin, *Language, Thought and Reality*, Cambridge, MIT Press, 1956 [1969 pour la traduction française].

WOZNY Danièle et CASSIN Barbara (dir.), *Les intraduisibles du patrimoine en Afrique subsaharienne*. Nouvelle édition [en ligne], Paris, Demopolis : <<http://books.openedition.org/demopolis/515>>, 2014.





REPRESENTACIONES DE LOS
PERSONAJES FEMENINOS EN SERIES ANIMADAS:
LOS PICAPIEDRA Y STEVEN UNIVERSE

REPRESENTAÇÕES DE PERSONAGENS FEMININAS
EM SÉRIES ANIMADAS:
OS FLINTSTONES E STEVEN UNIVERSE

Keylor ROBLES¹

¹ Investigador asistente en Universidad de Costa Rica. E-mail: robleskeylor@gmail.com.





RESUMEN

En este artículo se analizan las representaciones de los personajes femeninos en dos series animadas: *Los Picapiedra* (1960) y *Steven Universe* (2013). La metodología se caracteriza por ser cualitativa, en donde la técnica correspondiente se basa en el análisis de contenido. Asimismo, se seleccionó la triangulación hermenéutica para analizar la información recopilada. Como parte de los resultados, se evidencia un cambio paradigmático entre las representaciones de ambas series, en donde *Steven Universe* sobresale por posiciones politizadas desde el feminismo y su perspectiva de inclusión. Sumado a esto, se concluye que ambas series, a pesar de encontrarse en diferentes contextos, rompen con algunos de los discursos construidos sobre el género de formas diferentes. En *Los Picapiedra* cuestiona ambigüamente, desde la ironía, la invisibilización del trabajo doméstico no remunerado, mientras que *Steven Universe* aborda la diversidad sexual, el empoderamiento y el amor propio.

PALABRAS CLAVE

Feminismo; cultura; televisión; patriarcado; sexismo.

RESUMO

Este artigo analisa as representações de personagens femininas nas séries animadas *Os Flintstones* (1960) e *Steven Universe* (2013). É utilizada uma metodologia qualitativa, em que a técnica correspondente é baseada na análise do conteúdo. Ademais, foi selecionada a triangulação hermenêutica para analisar itens compilados. Como parte dos resultados, percebe-se





uma mudança paradigmática entre as representações de ambas as séries, em que *Steven Universe* destaca por posições politizadas e inclusivas da figura feminina. Além disso, conclui-se que as duas séries, apesar de contextos diversos, rompem com alguns dos discursos construídos sobre o gênero feminino de diferentes formas. Em *Os Flintstones* (1960), há ambiguidade por meio da ironia e da invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, enquanto, em “*Steven Universe*”, há a diversidade sexual, o empoderamento e o amor próprio.

PALAVRAS-CHAVE

Feminismo; cultura; televisão; patriarcado; sexismo.

INTRODUCCIÓN

Los medios de comunicación desempeñan un papel central en la vida de las personas, han representado una forma para conectar e interactuar con el mundo, en donde se brindan opciones enfocadas en informar, concientizar, problematizar, entretener, o bien, manipular. Las producciones ofrecidas abarcan los diferentes grupos etarios. Existen programas enfocados en el envejecimiento activo y estrategias para afrontarlo de manera positiva; así como hay opciones para adolescentes, niñas y niños. Dentro de la oferta televisiva dirigida hacia la niñez se encuentran las series animadas. Cabe aclarar que no todas las producciones animadas colocan a la niñez como público meta².

² Otros ejemplos son: *Los Simpson* (1989), *South Park* (1997), *Padre de Familia* (1999) y *Futurama* (1999).






Bonavitta y Garay (2020) manifiestan que los contenidos de los Medios Masivos de Comunicación (MMC), se han adaptado a las nuevas generaciones a través de una interrelación con el tipo de sociedad en que circunscriben sus momentos de producción y consumo. Es importante tomar en cuenta que esta relación se puede construir apostando a los discursos emergentes de cada coyuntura, en donde se abogue por un mundo basado en la justicia social; o, al contrario, en concordancia con universos discursivos que intentan mantener el orden desigual, jerárquico y asimétrico establecido desde los grupos de poder.

En este artículo, se analizan dos series animadas: *Los Picapiedra* (1960) y *Steven Universe* (2013), con el fin de identificar cómo son representados los personajes principales femeninos. Antes de profundizar en el análisis, tiene que contemplarse que dichas series se ubican en contextos disimiles, con una diferencia de más de cinco décadas entre sí respecto a la fecha de su primera emisión. Por tanto, el interés central reside en encontrar similitudes o discrepancias en lo que refiera las maneras de representación y, a su vez, poder situar esas representaciones en el momento histórico en que se contextualizan.

1. METODOLOGÍA

El presente estudio se desarrolla desde las premisas de la investigación cualitativa. Mejía (2004) señala que este tipo investigación consiste en el procedimiento metodológico en donde se emplean palabras, textos, discursos e imágenes para comprender la vida social mediante significados y desde una perspectiva holística; pues encauza el conjunto de cualidades conexas que inciden en la caracterización de un determinado fenómeno de





estudio. En este caso, los elementos resaltados se centran en las formas en cómo son representados los personajes femeninos en ambas series, a nivel físico, conductual y actitudinal.

La técnica seleccionada para la recolección de información es el análisis de contenido, conceptualizado como una estrategia “de interpretación y comprensión de [...] tipo de registro teniendo en cuenta el contexto en el que se produce tanto lo manifestó como lo latente en los discursos, y posible de realizar análisis tanto cuanti como cualitativo” (CORTAZZO y SCHETTINI, 2015, p. 45). Esta estrategia requiere un marco de referencia conceptual que cumple con tres fines: prescriptivo, analítico y metodológico. El fin en esta oportunidad es analítico.

En lo que respecta al período de desarrollo de la investigación, abarca desde junio del año 2019 hasta abril de 2020. Sumado a esto, la muestra se conforma por la siguiente cantidad de episodios: a) *Los Picapiedra*: 166 y b) *Steven Universe*: 150. Se vuelve conveniente aclarar que la primera serie ha tenido varias secuelas, aproximadamente doce, así como múltiples películas; sin embargo, son excluidas en la delimitación del presente estudio.

Finalmente, los datos se analizan mediante la triangulación hermenéutica, que consiste en “la acción de reunión y cruce dialéctico de toda la información pertinente al objeto de estudio surgida en una investigación por medio de los instrumentos correspondientes, y que en esencia constituye el corpus de resultados de la investigación” (CISTERNA, 2004, p. 68). Esta técnica brinda herramientas para el abordaje de las representaciones de los personajes femeninos, al incorporar una dimensión ética y política como parte de las aristas trianguladas.



2. LAS SERIES ANIMADAS DENTRO DE SOCIEDADES GLOBALIZADAS

Desde su surgimiento la televisión se ha convertido en un medio de masivo consumo (MMC) para socializar y transmitir información, que incide en las prácticas, los discursos, las ideologías y las visiones de mundo de sus espectadores. Postman (1991) manifiesta que dicho medio es “un instrumento que dirige no sólo nuestros conocimientos del mundo sino también nuestra percepción de las maneras de conocer” (p. 83-84). La aparición de la televisión marcó una ruptura con la forma de informar que tenían los medios de comunicación tradicionales, como la prensa escrita y la radio, ya que desde su origen se vinculó con el sistema social, económico y político predominantes en el ámbito mundial.

El proceso de consolidación de la televisión como MMC debe situarse dentro de la dimensión macroestructural de la globalización. De acuerdo con Dabat (2002) este fenómeno de carácter político, geográfico, sociocultural y económico, tiene como antecedente la crisis mundial capitalista ocurrida en los sesenta y setenta. En este escenario, el capitalismo definió nuevas formas para garantizar su existencia y reproducción a partir de dos dimensiones: a) extensiva-cuantitativa: consistía en imponer su modo de producción en todos los países, y b) cambio estructural-cualitativa: implicaba un cambio de las dinámicas de producción desde los planteamientos y supuestos capitalistas, a través de la revolución informática, la reestructuración postfordista del mercado y la unificación del mercado mundial.

Las series animadas, también conocidas como dibujos animados, existieron antes del surgimiento de la televisión; específicamente desde *Las pantomimas luminosas* (1892), proyección desarrollada por Emile Reynaud (Francia, 1844-1918). No obstante, su auge se presentó a partir de la re-



volución informática mencionada. Una de las empresas estadounidenses productoras de dibujos animados en esta época fue Hanna-Barbera³ (1951-2001), creadora de *Oso Yogui* (1958-1962), *Tiro Loco McGraw* (1959-1962), *Don Gato y su pandilla* (1961-1962), *El Lagarto Juancho* (1962-1963), *Los Supersónicos* (1962-1987) y *ScoobyDoo* (1969-1976). Algunas de estas series han sido relanzadas por otras compañías.

Una de las producciones más exitosas de este estudio es *Los Picapiedra* (1960-1966), cuyo nombre original es *The Flintstones*. Esta serie tiene como protagonistas a Pedro Picapiedra, Vilma Picapiedra, Pablo Mármol y Betty Mármol. Los acontecimientos se sitúan en el pueblo ficticio de Piedradura, ambientado anacrónicamente en la prehistoria. A lo largo de los episodios, se abordan temáticas vinculadas con las realidades que vivían las familias del siglo XX, tales como la infertilidad, el consumismo y la explotación laboral (WOOLERY, 1983). Esto llevó a que la serie no se considerara de corte infantil, sino más bien, dirigida hacia los adultos.

Cuando se estrenó *Los Picapiedra* se creía que toda animación se dirigía a la niñez, por lo que en muchas ocasiones no se detenían en analizar el contenido. Larson (2003) afirma que esta relación binómica entre animación-infancia se establece debido a que las estrategias de mercadotecnia, venta de juguetes, accesorios y videojuegos, definen a los niños y las niñas como público meta; a pesar de enmarcarse dentro del concepto de animación adulta. Esta serie animada tuvo seis temporadas: 166 episodios. Fue la primera caricatura que se transmitió en la franja de horario estelar

³ Sus fundadores fueron William Hanna (Estados Unidos, 1910-2001), Joseph Barbera (Estados Unidos, 1911-2006) y George Sidney (Estados Unidos, 1916-2002).



(6 – 7 p.m.). Además, superó la duración tradicional de los dibujos animados, entre cuatro y ocho minutos, al extenderse por casi media hora.

Desde el momento en que se empezaron a transmitir mundialmente los dibujos animados de Hanna-Barbera, las series de animación han experimentado múltiples transformaciones. En este período, el anime cobra relevancia en América Latina, debido al doblaje en español. Algunas de las series más reconocidas son *Heidi* (1974), *Candy Candy* (1976-1979), *Super Campeones* (1983-1986), *Caballeros del zodiaco* (1986-1989), *Dragon Ball* (1986-1997), *Ranma 1/2* (1989-1992), *Sailor Moon* (1992-1997), *Pokemon* (1997-presente), *Yu-Gi-Oh!* (1998-2004), *Zoids* (1999-2000), *Monster Rancher* (1999-2001), *Digimon* (1999-2003), *InuYasha* (2000-2004).

De igual forma, se crea el canal Cartoon Network (1992), el cual compra los derechos para transmitir la mayoría de los dibujos de Hanna-Barbera y, paralelamente, elaboran producciones nuevas: *La vaca y el pollito* (1995-1999), *El laboratorio de Dexter* (1996-2003), *Johnny Bravo* (1997-2004), *Las chicas superpoderosas* (1998-2005), *Ed, Edd y Eddy* (1999-2008), *Coraje, El perro cobarde* (1999-2002). Este canal desde su origen creó un segmento llamado *AdultSwim [as]* enfocado en series de animación para adultos. En esta década se había superado la idea de que los dibujos animados eran exclusivos para niños y niñas.

Las series animadas también se entrelazaron con producciones cuyos protagonistas son personas⁴. Uno de los casos más emblemáticos en Latinoamérica es *Mi familia es un dibujo*, luego llamada *Dibu* (1996-1998), comedia dramática argentina que contó con tres temporadas. Fue protagonizada

⁴ Esta unión también se ha visto en películas: *¿Quién engañó a Roger Rabbit?* (1988) y *SpaceJam* (1996).

por Alberto Anchart (1931-2011), Germán Kraus (1944), Stella Maris Closas (1946), Juan Vitali (1948), Facundo Espinosa (1980), Marcela Kloosteboer (1983) y Andrés Ispani (¿?). Los sucesos giran en torno al nacimiento de Dibú, personaje animado, dentro de la familia Marzoa Medina. Más adelante, se integra Biju, otra niña animada. En esta serie se rompe la línea ficcional establecida en los relatos que están presentes en los dibujos animados y los programas encarnados por actores y actrices.

Como parte de los cambios en las series animadas, se pasó de los dibujos en blanco y negro a color, y se incrementó el uso de la animación digital. No obstante, las transformaciones no fueron exclusivas a aspectos técnicos, sino que también se modificaron los personajes y las narrativas. Por ejemplo, se ha ampliado el concepto de familia: a) familia ampliada: *Ben 10* (2005-2014), b) familia monoparental: *Mansión Foster para amigos imaginarios* (2004-2009) y *Rugrats* (1991-2004), c) familia simultánea o reconstruida: *Phineas y Ferb* (2007-2015). Igualmente, se abordó la adopción de hijos e hijas: *Los sustitutos* (2006-2009). El cambio paradigmático en la concepción familiar, en conjunto con otras temáticas sociales, han sido resultado de nuevas dinámicas orientadas hacia la inclusión y respeto de la diversidad, en donde múltiples actores de la sociedad civil han demandado representaciones más “realistas”.

En este escenario, se enmarca la otra serie analizada: *Steven Universe* (2013), primera producción de Cartoon Network creada por una mujer: Rebecca Sugar (Estados Unidos, 1987). Es pertinente mencionar que esta producción se sitúa en la tercera ola⁵ de producciones desarrolladas por este

⁵ Primera: 1992-2004; segunda: 2004-2010; y tercera: 2010-actualidad.



canal, junto a *Un show más* (2010-2017), *Hora de aventura* (2010-2018), *El increíble mundo de Gumball* (2011-presente), *Ben 10: Omniverse* (2012-2014), *Tío Grandpa* (2013-2017), *Los jóvenes titanes en acción* (2013-presente), *Clarence* (2014-2018), *Escandalosos* (2015-presente) y *Magiespadas* (2016-2019).

Los hechos narrados en esta serie giran en torno a Steven, niño de diez años que es mitad humano y mitad gema, quien debe aprender a controlar los poderes heredados por su madre, Rose Cuarzo-Diamante Rosa, para defender la tierra. Sus protagonistas, junto a Steven, son Garnet (gema), Perla (gema), Amatista (gema), Connie Maheswaran (mejor amiga de Steven) y Greg Universe (padre de Steven). Se ambienta en Ciudad Playa, escenario ficticio creado para la trama de la serie. Tuvo 5 temporadas: 160 episodios y una película titulada *Steven Universe: La película* (2019), que representa el desenlace de la trama precedente.

3. PREHISTORIA, GÉNERO Y DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO

Una de las principales razones por las cuales se afirma que *Los Picapiedra* (1960) es una narración anacrónica se relaciona con los roles asumidos por los personajes masculinos y femeninos. Respecto a esto, la arqueología del género (SÁNCHEZ, 2005) ha profundizado en evidenciar las diferencias, en cuanto a prácticas o tareas, que se suscitan en hombres y mujeres durante la prehistoria. Esta discusión ha sido politizada desde la arqueología feminista (LOZANO; MONTÓN, 2012), al afirmar que las representaciones hegemónicas⁶ de las mujeres en este período histórico se circunscriben desde la ciencia androcéntrica.

⁶ Soler (2012) resume estas representaciones en la sumisión, el sexo y la procreación.



En abordajes previos, se cuestiona el concepto de familia representado en la serie por su conformación nuclear y sedentaria, debido a que se relaciona más con rasgos del modelo generado a partir de la propiedad privada. Espasandín (2018) afirma que desde dicha privatización en el siglo XVIII, conexas a la Revolución Industrial, se modifican las dinámicas familiares; las mujeres pasan a ser propiedad de los hombres, al igual que la tierra y los medios de producción. La apropiación de las mujeres surge a partir de los mandatos dicotómicos de género, en donde a ellas se les imponen las tareas reproductivas: fecundación, cuidado y cumplimiento de las labores domésticas, y son relegadas al espacio privado. Mientras que los hombres se sitúan en lo público llevando a cabo las acciones productivas.

A lo largo de la serie, se observa cómo Vilma Picapiedra cumple con el trabajo doméstico no remunerado, la “atención” de Pedro, en ocasiones mediante relaciones de servidumbre, y del cuidado de su hija Pebbles desde el episodio 83. Delamorclaz (2017) analiza el papel desempeñado por Vilma en las seis temporadas. Concluye que este personaje se limita a asumir su rol de esposa-madre⁷, sin cuestionarse la dependencia económica que ha establecido su esposo, a su vez, soporta los reproches de él. Por lo que se puede señalar que su función es cuidadora, caracterizada por una actitud pasiva y sumisa ante la realidad.

En el episodio en que Vilma da a luz a Pebbles, se encuentra uno de los diálogos, entre Betty y Vilma, que pone en evidencia cómo la responsabilidad de las tareas domésticas recae en ella, incluso horas antes del parto:

⁷ Esta afirmación se podría vincular con los aportes de Lagarde (2005), quien indica que las mujeres desde su nacimiento son sometidas a diferentes cautiverios, a partir de su condición sexo-genérica. En dichos cautiverios se encuentra la madre esposa, el hogar se convierte en una prisión y su papel se reduce a lo reproductivo.





Betty: Oh Vilma, eres maravillosa, lavando ahora. No puedo creer cómo tienes tanta calma.

Vilma: Es la única cosa que he podido hacer, Pedro no me deja hacer nada. Esta mañana insistió en ayudarme con los platos.

Betty: ¿Pedro?, ¿ayudarte con los platos?

Vilma: Él los lavó, luego yo los barrí (Temporada 3, Episodio 23, 83⁸).

La naturalización de las labores del hogar como deberes exclusivos de las mujeres está latente e intrínseca en esta narrativa, así como en otros productos socioculturales de todas las épocas. Dentro de este universo discursivo, la mujer que cumple con estos quehaceres, a pesar de exponer su salud y su bienestar físico y emocional, se considera una “mujer maravillosa”. Sumado a esto, también sobresale el micromachismo (GUERRERO, 2013) en donde se considera que un hombre “ayuda” o “colabora” cuando asume tareas domésticas, sin dimensionar su corresponsabilidad directa al ser parte del hogar. Por consiguiente, Pedro no le “ayuda” a Vilma cuando lava la vajilla, sino que toma parte de su deber, pues él también la ensució.

Como se mencionó, esta serie intenta retratar las situaciones vividas por muchas familias en la década de los sesenta. Por tanto, es oportuno destacar que en el momento en que se estrena la serie, los derechos de las mujeres continuaban siendo negados por sectores conservadores. En Estados Unidos, el sufragio femenino se ratificó en agosto de 1920, a través de la decimonovena enmienda de la Constitución: “El derecho de los ciudadanos de los Estados Unidos al voto no será negado o menoscabado por los Estados Unidos, ni por ningún estado, por motivos de sexo.

⁸ El último dígito es la numeración del episodio respecto a todos los capítulos de la serie.

El Congreso estará facultado para hacer cumplir este artículo mediante las leyes necesarias⁹ (ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA, 1992, Enmienda XIX, traducción mía). Antes de la incorporación de dicha enmienda, solo 15 estados de los 48 establecidos permitían el ejercicio este derecho político sin distinción de sexo (BÁEZ, 2010).

De acuerdo con la historiografía feminista, *Los Picapiedra* surgen en la coyuntura en la que se gestaron las discusiones centrales de la segunda ola del feminismo anglosajón. Esta ola, consolidada en la década de los setenta y ochenta, se distanciaba de algunos de planteamientos del movimiento precedente. Autoras como Betty Friedan (Estados Unidos, 1921-2006), Kate Millet (Estados Unidos, 1934-Francia, 2017) y Gayle Rubin (Estados Unidos, 1949), manifestaron que las demandas de sus antecesoras se reducían al ámbito liberal desde una perspectiva igualitarista, por lo que, según ellas, se convirtió en una lucha de mujeres burguesas. Desde estas aseveraciones, el feminismo de la segunda ola, también llamado feminismo de la diferencia, asumió la consigna de que “lo personal es político”:

la identificación de esferas de la vida hasta entonces consideradas privadas como centros de dominación patriarcal y defendieron que todos los varones reciben beneficios económicos, sexuales y psicológicos de ese sistema de opresión [...] y la dominación sexual que permea toda la sociedad. (TORREALDI, 2015, p. 6).

Los abordajes previos en donde se estudia el papel y la representación de los personajes femeninos en esta serie han concluido sobre la prevalencia

⁹ “The right of citizens of the United States to vote shall not be denied or abridged by the United States or by any State on account of sex. Congress shall have power to enforce this article by appropriate legislation” (Constitution for the United States of America, 1992, Amendment XIX).



de un discurso patriarcal en detrimento de las mujeres. Inicialmente, Martí (2011) profundiza en el análisis del episodio “Ensayo del vestido” [TheDressRehearsal] (Temporada 3, 23, 83), en donde nace Pebbles Picapiedra; el cual se analiza en este apartado. La primera situación estudiada es el travestismo de Pablo Mármol. Para contextualizar, el episodio comienza con Pedro preocupado por la posibilidad de no llegar a tiempo al hospital para el parto de Vilma, por lo que junto a su vecino recrean el trayecto. Pablo se coloca un pañuelo en su cabeza y otro en forma de chal:

Pablo: ¿Cómo me veo, Pedro?

Pedro: Enano, ¿para qué te pusiste ese gorro?

Pablo: Como estoy en lugar de Vilma, quiero verme femenino.

Pedro: De acuerdo, de acuerdo. Ahora vamos a empezar, ¿listo, bodoque? Quise decir Vilma.

Pablo: Estoy lista para la partida, cariño [intenta imitar la voz de Vilma]. Ambos se ríen.

Pedro: Está bien (Temporada 3, Episodio 23, 83).

Cuando van de camino son detenidos por un oficial debido al exceso de velocidad. Pablo se comporta de manera hostil, se queja por todo. Para él, ser mujer se limita a actitudes que generan roces con las demás personas: “solo trato de actuar como Vilma” (Pablo, *Los Picapiedra*, Temporada 3, Episodio 23, 83). Incluso, el oficial emite comentarios en contra Mármol, al manifestar que es una “mujer muy fea”. Esta escena no solamente reproduce estereotipos de las mujeres en cuanto a la dimensión conductual y actitudinal, sino que también se encuentra permeada por la imposición de los canones de belleza desde la mirada masculina.

Del mismo modo, Martí (2011) también estudia los patrones de género binarios y dicotómicos en el mismo capítulo. Al nacer Pebbles, la enfer-



mera se retira del salón en búsqueda de Pedro. Él la acompaña y observan bebés por una ventana: los niños se encuentran cobijados con una sábana color celeste y las niñas con una rosada. En ese momento, Pedro siguen sin conocer el sexo de su bebé. Sin embargo, emplean el masculino para referirse a la criatura¹⁰. Cuando Pablo le pregunta a Vilma si es niña o niño, la enfermera entra a lasala con la niña en sus brazos en una cobija rosada. Anteriormente, le había colocado un lazo sobre su cabeza para distinguirla como personaje y niña. Un rasgo que permanece en el resto de capítulos.

Uno de los aspectos sobresalientes mencionados en este artículo es que primeramente se pensó en que el personaje fuera un niño. No obstante, debido a cuestiones de mercadotecnia la decisión se cambió: “el negocio, de cara al mercado infantil, estaba garantizado, pero la juguetera interesada en el producto sólo hacía «muñecas»” (MARTÍ, 2011, p. 102). El autor no alude a que en el mismo período, en los años sesenta, se crea la *Barbie*. Esta muñeca cambió la industria del mercado de juguetes infantiles y, simultáneamente, incrementó la división de géneros, ya que su público meta eran niñas. Para los niños, el uso de *barbies* estaba prohibido socialmente. Asimismo, también apologizó las concepciones tradicionales sobre las mujeres, a través de su reducción al espacio doméstico y al cumplimiento de los quehaceres del hogar. Por ejemplo, en el año 1965 se comercializa la primera cocina *Barbie* (MARIÑO, 2007).

El segundo abordaje previo es el trabajo desarrollado por Cárdenas y Devletian (2016), en el cual comparan las formas en cómo se proyectan las familias en *Los Picapiedra* y *Los Simpson* (1989-presente). Esta última

¹⁰ En el diálogo original no sucede de la misma forma, pues se emplea el término “*the baby*” que es neutro.



producción surgió con el propósito de rescatar el tipo de humor paródico empleado en los dibujos animados de la familia prehistórica. Para efectos de este artículo se delimita a los aspectos referentes a la serie considerada en la muestra. Estos autores examinan la relación de pareja entre Pedro y Vilma, quienes, según ellos, discuten constantemente por banalidades, no obstante, existe un gran vínculo afectivo entre los dos.


En esta misma línea, describen a Pedro de la siguiente manera:

se muestra como una persona mandona, descuidada y olvidadiza; siempre le exige a su esposa que esté en casa cuando él llega de trabajar para que le sirva su comida caliente en la mesa (*Vilma ya llegué, tengo hambre*). A veces, se muestra muy colérico, abusa del buen carácter y nobleza de su esposa (*Mi cena cuatro segundos tarde, Vilma, es la segunda vez en todo el mes*). (CÁRDENAS; DEVLETIAN, 2016, p. 12) (Destacado original del autor)

Los autores no profundizan críticamente en los rasgos de la masculinidad hegemónica vigentes en este personaje. Según Burín y Meler (2002) este tipo de masculinidad se construye a partir de la incidencia del sistema patriarcal, al establecer un conjunto de mitos, creencias y significados sobre el ser hombre: fuerte, autoritario, valiente, violento, dueño, explosivo, con capacidad fálica, incuestionable; es decir, son todas aquellas prácticas sobre “cómo ser un hombre verdadero o auténtico”. Añaden que percibir estos rasgos como parte de las personalidades o los estilos de vida, es ignorar la impregnación que tienen dentro de la normatividad impuesta por los sistemas de dominación del patriarcado y el sexismo.

Cárdenas y Devletian (2016) continúan con la descripción paradójica de Vilma. En su caso, la caracterizan como ordenada, sumisa, dispuesta a atenderlo y cumplir sus requerimientos. Es un personaje que le brinda un





trato infantilizado a Pedro, al corregirle en reiterados momentos sus comportamientos y expresiones al hablar. En algunos episodios ha “encarado” a su esposo y burlado de él, por lo que los autores concluyen que es una mujer rebelde. Si bien, estas afirmaciones se vuelven confusas, adelantan un aspecto importante: Vilma provoca ciertas rupturas en cuanto a las expectativas que tienen sobre ella. Sin embargo, en el presente texto no se considera que ella sea rebelde porque se “burla” de su esposo, sino que más bien el personaje femenino emplea la ironía como estrategia discursiva y recurso lingüístico para develar la irracionalidad en las actitudes patriarcales asumidas por Pedro a lo largo de la serie animada.

Otro aspecto abordado en el trabajo citado consiste en la relación entre Pablo y Betty. En el caso del personaje masculino, se representa como noble, empático, amigable y generoso; contrario a Pedro. Suele consultarle a su esposa antes de tomar decisiones. Si bien, las personalidades de los personajes masculinos se construyen muchas veces de manera antagónica (Pedro=violento / Pablo=pacífico); en el caso de las mujeres, ambas comparten rasgos en sus comportamientos y actitudes: condescendientes, responsables de la atención y el cuidado de su hogar y familia, encargadas de solucionar los problemas que se originan (CÁRDENAS; DEVLETIAN, 2016). A esto se debe agregar que, al igual cómo se presenta en el personaje de Ultra en *Los supersónicos* (1962), Betty y Vilma se muestran como personas consumistas, quienes se dejan llevar por sus impulsos para gastar dinero.

Respecto a las actitudes y los roles de Pedro como “jefatura de la familia”, Cárdenas y Devletian (2016) indican que es “belicoso, prepotente, dominante, convenido y egoísta” (p. 14). Afirman que mantiene un tono irónico, empero más allá de ironizar su intención es absurdizar e inferiorizar a su interlocutor.



En este artículo, como se adelantó, se percibe que quien emplea la ironía es Vilma, ya que esta categoría teórica, ampliada dentro de los aportes de Bajtín, es una forma de resistencia ante el poder (NOCERA, 2009). En *Los Picapiedra* se consolida como un mecanismo de subversión ante el poder sexista ejercido por el patriarca de esta familia, quien constantemente alarde de su control: “La casa de un hombre es su castillo [...] ¿qué ese es recibimiento para un rey” (Pedro, *Los Picapiedras*, Temporada 4, Episodio 26, 114).

Dentro de este apartado, Cárdenas y Devletian (2016) catalogan el comportamiento de Pedro como excesivamente machista: “Estacaracterística de Pedro mantiene la idea de la sociedad de la época en la que la mujer solo debía estar en el hogar, realizando labores de cocina, limpiando la casa y cuidando de los hijos¹¹” (p. 14). Ante esto, se deben tomar en cuenta que el machismo, como expresión del sistema sexista en el ámbito de las prácticas culturales, oprime en cualquier nivel en que gesta, no solo en situaciones “excesivas”.

En este punto, se reitera la premisa de que Vilma es crítica con los discursos predominantes en la década de los sesenta. Para ahondar en esta afirmación, se incluyen diálogos del episodio “Hay nieve en tus ojos” [“Here’s Snow in Your Eyes”] (Temporada 3, Episodio 6, 66). La trama narrada gira en torno a la asistencia de Pedro y Pablo a la convención anual de los Búfalos Mojadps, que se lleva a cabo en el hotel de esquiadores ubicado en la Montaña de Piedra. Ambos les dicen a sus esposas que no pueden acompañarles, por

¹¹ Esta idea se refleja en frases como: “Le repetiré algunas cosas que a las mujeres les gusta oír: lo bien que ordena la casa, lo bien que cocina, lo bien que disimula sus arrugas” (Pedro, *Los Picapiedra*, Temporada 2, Episodio 21) y “¿Cuántas veces te he dicho que el lugar de una mujer es aquí, en la casa?” (Pedro, *Los Picapiedra*, Temporada 4, Episodio 17).

tanto, deben quedarse en casa. Posteriormente, Vilma y Betty se enteran que ese mismo fin de semana se desarrolla un concurso de belleza en ese hotel. A partir de esto, deciden asistir a escondidas para “asegurarse que todo marche bien”. Al final, Pablo y Pedro atrapan a un trío de ladrones de joyas.

En la primera escena del capítulo, Vilma se encuentra haciendo los quehaceres domésticos, limpiando la casa y cocinando al mismo tiempo: “El hombre trabaja de sol a sol, pero el trabajo de la mujer jamás termina” (Vilma, *Los Picapiedra*, Temporada 3, Episodio 6, 66). Luego, cuando llega Betty mantienen la siguiente conversación:

Betty: ¿Estás ocupada?

Vilma: No, lo de costumbre, lavar, fregar, cocinar.

Betty: Espera a que oigas lo que leí en el periódico respecto a ti.

Vilma: No me lo digas, déjame adivinar. El periódico me eligió como la esposa con las manos más maltratadas, ¿correcto?

Betty: No, hablo en serio. [...]

Vilma: Pedro y yo somos compañeros al 50%, él tiene el 50% de la diversión y yo el 50% del trabajo.

Betty: Creo que alguien se levantó de mal humor hoy (Temporada 3, Episodio 6, 66).

Vilma tiene consciencia de cómo las labores domésticas y la obligación a permanecer en el espacio doméstico representan una opresión cotidiana para las mujeres: “Granja, prisión de Vilma...eh... ¿hola?” (Vilma, *Los Picapiedra*, Temporada 3, Episodio 6, 66). Estos diálogos dentro de una serie estrenada en 1960 simbolizan un avance significativo en cuanto a la discusión y la visibilización de las múltiples formas en cómo el patriarcado construye su accionar en detrimento de las mujeres. Cabe mencionar que dicha categoría: sistema patriarcal o patriarcado, cobra relevancia y se nutre en los análisis feministas de la segunda ola.



Sin embargo, la consciencia sobre su opresión parece esfumarse a lo largo de los hechos. Este personaje femeninose “resigna” ante la realidad asimétrica que resulta inherente al tipo de sociedad representada en la serie. Lo anterior, se observa en varios momentos. En primer lugar, después de que Pablo y Pedro se van hacia la convención de los Búfalos Mojados, Vilma y Betty conversan sobre las “maravillas de esposas” que son ambas, pues no desconfían ni son suspicaces. Coinciden en que sus esposos deben agradecerles debido a que “algunas mujeres no dejarían a sus maridos irse solos” (Betty, *Los Picapiedra*, Temporada 3, Episodio 6, 66).

En segundo lugar, Vilma se muestra como una mujer competitiva con otras mujeres, principalmente con aquellas que representan una “amenaza” por su edad o aspecto físico. Es conveniente señalar que la rivalidad de mujeres es el arma más fuerte del patriarcado (HOOKS, 2017), ya que genera una fragmentación entre ellas con el fin de que no se articulen para derribar la opresión patriarcal que sufren desde el condicionante sexo genérico. Para combatir esa competencia impuesta surge la noción de la sororidad, es decir, la solidaridad o hermandad entre mujeres: “Enuncia los principios ético-políticos de equivalencia y relación paritaria entre mujeres [...] [intenta] pactar con cada vez más mujeres algunas cosas, más de una vez de manera limitada y puntual; de sumar y crear vínculos” (RIBA, 2016, p. 245-246).

En último lugar, cuando Vilma participa en el concurso de belleza, al final decide retirarse. Según ella, prefiere ser la “reina del hogar”, puesto que le resulta más “divertido”. Lo anterior, provoca que surjan una serie de interrogantes: ¿el capítulo intenta hacer creer que las mujeres terminan cediendo ante la imposición de las tareas reproductivas, a pesar de que



las interpelen¹²?, ¿con qué finalidad se muestra un sistema patriarcal que parece inmutable?, ¿la “abnegación” hacia su familia en todos los casos será más importante que sus pensamientos y disconformidades?, ¿cuál es el propósito del diálogo inicial del episodio en relación a los demás hechos? Respecto a la última pregunta, no se puede afirmar que el fin sea ridiculizar los cuestionamientos de este personaje. Sin embargo, lo que se rescata es que sus frases permiten el acercamiento a una discusión central que ha estado latente en las últimas décadas.

Otro episodio en que se evidencia una crítica hacia la realidad desigual experimentada por las mujeres es “Pedro amo de casa” [“Operation Switchove”] (Temporada 4, Episodio 26, 114). En este episodio, Vilma concursa para ganar el premio a la mejor ama de casa de Piedradura, organizado por la revista Hermosa Caverna. Dos integrantes del jurado la visitan con el fin de evaluarla. Justo antes de retirarse sostienen este diálogo:

Jueza 1: Me alegro de que sea usted una dama chapada a la antigua, señora Picapiedra.

Jueza 2: Yo también. La mayoría de jóvenes cavernícolas quieren carrera, no son felices estando en el hogar y atendiendo la casa.

Vilma: Bueno, yo sí. Además, a Pedro no le gustaría de ningún otro modo, ¿verdad, amor mío?

Pedro: No, no me gustan esas esposas intelectualoides. Me gustan como tú, bonitas e inútiles.

Vilma: ¿Inútiles?

Pedro: Cuando un hombre contrae matrimonio se supone que él debe trabajar y la mujer quedarse a no hacer nada (Temporada 4, Episodio 26, 114).

¹² Esta ambigüedad respecto a “reivindicar” esquemas patriarcales también se identifica en un episodio de *Johnny Bravo* (1997-2004), en donde el protagonista se convierte en mujer “Jenny Brava” y cuestiona el acoso callejero. No obstante, cuando vuelve a ser él, continúa acosándolas (*Johnny Bravo*, Temporada 4, Episodio 5, 57).



Este último comentario de Pedro genera indignación en Vilma. Por esta razón, le propone a su esposo que cambien de trabajos por un día, Pedro se encarga de las tareas de cuidado y limpieza, mientras que Vilma labora en la cantera; la persona que pierda debe llevarle el desayuno a la cama a quien gana. Dentro de los acontecimientos narrados se puede observar cómo a Pedro se le dificulta cuidar de Pebbles, cocinar, contestar el teléfono y cumplir con las demás tareas de la lista que le dejó su esposa. Su sentimiento de frustración es evidente. Incluso, le dice a Pablo que cuando regrese Vilma le “reconocerá” la labor cotidiana que desarrolla.

Sin embargo, al igual que el episodio analizado en párrafos anteriores, la trama no se exonera de rasgos sexistas. En primera instancia, Vilma se muestra como una persona inútil que no puede cumplir con el trabajo de Pedro; aún ni siquiera con tareas sencillas. Ante esto, el jefe de Pedro, el señor Rajuela, la despide. En segundo lugar, el desenlace del episodio muestra cómo Vilma acepta su trabajo doméstico, afirmando que no lo cambiaría por ningún otro, ya que se dio cuenta de lo complejo de laborar en la cantera. En *Los Picapiedras* no existe la posibilidad de que el hombre y la mujer trabajen. Pedro le permite a su esposa ir a trabajar en lugar de él para demostrarle que tiene razón, como una forma de engrandecer su orgullo patriarcal. La última escena romantiza la división genérica de las tareas reproductivas y productivas, al concluir que las mujeres deciden permanecer hogar por su amor a la familia.

Por otra parte, se analiza a Betty, quien suele representarse de manera más sumisa que Vilma, pues no cuestiona sus responsabilidades asignadas por ser mujer. En el episodio “Hay nieve en tus ojos”, (Temporada 3, Episodio 6, 66) cuando Vilma le comparte sus molestias, ella percibe que esos



reclamos se originan por el mal humor de su vecina y no por la opresión cotidiana. A lo que Vilma “acepta” que su actitud se debe a la época del año. Betty representa la postura que desvalida las demandas de las mujeres y se convierte en la “voz de la consciencia patriarcal” para hacerle recordar que lo más importante es ser una “mujer maravillosa”.

Figura 1 – Representaciones de los personajes femeninos de *Los Picapiedra* (1960)



Fuente: Elaboración propia (2020).

Como se grafica en la figura, los personajes femeninos principales: Vilma Picapiedra y Betty Mármol mantienen diferencias respecto a su postura frente a la imposición de las tareas reproductivas: el cuidado y el mantenimiento del hogar. La primera las cuestiona, a pesar de que las “acepta”; mientras que la segunda no mantiene una postura crítica, al contrario, las naturaliza. No obstante, también comparten rasgos en común construidos desde la ideología sexista: encargadas de solucionar todos los problemas familiares y ser abnegadas.



4. MILLENIALS, IDENTIDADES QUEER Y RELACIONES ANTIPATRIARCALES


En los últimos años, *Steven Universe*¹³(2013) ha sido censurada en diferentes regiones del mundo por la representación de relaciones amorosas entre personajes del mismo género como parte central de la trama. Dos países que censuraron escenas en donde se aludía a relaciones lésbicas son Reino Unido y Rusia. Cornelio y García (2019) identifican los episodios que contienen referencias a relaciones y personajes LGBTI. En total, se contabilizan 40 (26% del total)distribuidos de la siguiente forma: temporada 1 (9), temporada 2 (9), temporada 3 (7), temporada 4 (4), y temporada 5 (11). Agregan que en 21 capítulos se incorporan diálogos alusivos a relaciones románticas no heteronormadas.

Antes de proseguir, es pertinente aclarar dos aspectos. En primer lugar, esta serie, a diferencia de *Los Picapiedra* (1960), tiene como público meta a niños y niñas de 4 a 11 años de edad (Maza, 2017). No obstante, a partir de la categoría “lector modelo”, propuesta por Eco (1991), se puede afirmar que dicho lector trasciende el público infantil, pues como afirman Cornelio y García (2019), la serie entrelaza historias que son “entretenidas para los niños que al mismo tiempo tienen atractivo para un público juvenil e incluso adulto” (p. 18).Estos autores concluyen que existe una doble clave de lectura que se torna inmanente en toda la narrativa. Las lecturas que trascienden el enfoque del entretenimiento son las que interesan en este texto.

En segundo lugar, la creación de esta serie se contextualiza dentro de la tercera ola del feminismo, la cual se gestó en la década de los años noventa

¹³ Para fines de este artículo se analizan las cinco temporadas de esta serie: 160 episodios. Se excluye su película estrenada en 2019 y el epílogo *Steven Universe Future* (2019-presente).





y se ha extendido hasta la actualidad. Uno de los ejes centrales ha sido visibilizar que no existe un único modelo de mujer, al contrario, las mujeres como grupo poblacional comparten una historia de opresión y dominio en común; sin embargo, experimentan opresiones de formas particulares o diferenciadas (BISWAS, 2004). Dentro de estos planteamientos, se cuestiona la violencia que sufren las mujeres negras por su condición sexo-genérica articulada con la raza, así como las lesbianas quienes sufren las asimetrías patriarcales agravadas por su orientación sexual.

Las discusiones suscitadas en esta ola feminista se fortalecen con el surgimiento de teorías y enfoques interseccionales, de los cuales se destacan la teoría queer y el feminismo negro. La corriente queer cuestiona los binomios empleados para entender la sexualidad humana: hombre/mujer, masculino/femenino y heterosexual/homosexual, al manifestar que reducen la diversidad. Un concepto central es el heteropatriarcado (FALQUET, 2006) alusivo al control ejercido desde lo masculino y lo heterosexual. Entre sus principales exponentes se ubican Monique Wittig (Francia, 1938-Estados Unidos, 2003), Teresa de Lauretis (Bologna, 1938), Donna Haraway (Estados Unidos, 1944), David M. Halperin (Estados Unidos, 1952), Judith Butler (Estados Unidos, 1956) y Paul B. Preciado (España, 1970).

El feminismo negro reacciona contra la exclusión de las mujeres negras dentro del feminismo blanco y hegemónico. Además, se externalizan las vivencias y las problemáticas de las mujeres negras, quienes empiezan a ser reconocidas como grupo con su propia herencia social, cultural, política y económica (RAMÍREZ; SOLANO, 2018). Bajo el concepto de feminismo negro se intentaba establecer un movimiento articulador y sororo de todas las mujeres negras. En esta corriente sobresalen Audre Lore (Estados



Unidos, 194-1992), Gloria Anzaldúa (Estados Unidos, 1942), Angela Davis (Estados Unidos, 1944), Patricia Hill Collins (Estados Unidos, 1948) y Bell Hooks (Estados Unidos, 1952).


Como parte de los abordajes previos de *Steven Universe*, se encuentra la investigación de Roqueta (2019), quien incluye las identidades racializadas y las sexualidades queer dentro de su estudio, es decir, articula las dos corrientes teóricas descritas en los párrafos anteriores:

En este contexto, el cuerpo es considerado como una entidad en constante transformación, y los efectos emanados de las experiencias compartidas por estos cuerpos se convierten en la columna vertebral de esta nueva comunidad¹⁴ (p. 76, mi traducción)

En este artículo no se ahonda en el tema racial, sin embargo, se reconocen las rupturas en las perspectivas de la serie frente al racismo como sistema de dominación. El compromiso ético y político asumido por Rebecca Sugar en su serie ha estado vinculado a las poblaciones históricamente oprimidas. Delamorclaz (2018) indica que esta directora pertenece a la generación de los *millenials*, o milénicos, que desean “normalizar” la diversidad sexual en la animación televisiva. Algunos sectores conservadores les catalogan como la “generación de cristal”, debido a que muchas personas jóvenes interpelan los esquemas de pensamientos, el conjunto de valores y los rasgos ideológicos heredados de las matrices de opresión: sexismo, racismo, clasismo, etnocentrismo y colonialismo. No son de cristal, solo

¹⁴ In this context, the body is regarded as an entity in constant transformation, and the affects emanated from the experiences shared by these bodies become the backbone of this new community. (p. 76)





desean transformar la realidad violenta que se ha naturalizado por parte de generaciones anteriores.

Sugar mencionó en una rueda de prensa que ella era bisexual; también se reconoció como una persona no binaria. Tomando en cuenta esto, se puede considerar que esta artista parte de su experiencia genérica situada (DIAZ, 2010), como clave de la epistemología feminista, para desarrollar la trama de la serie. Cabe mencionar que en el caso de Hanna-Barbera, sus dos creadores profesaban el judeísmo. Por lo que se podría afirmar que sus posturas respecto a las mujeres se cimientan en la religión, las cuales se plasmaron en las narraciones de *Los Picapiedras*: “el papel de la mujer [dentro del judaísmo] en aquellos tiempos se limitaba a su actuación dentro del hogar” (KOHAN, 2003, p. 91).

Desde el primer episodio, *Steven Universe* genera discusión sobre el género. Las gemas no tienen sexo, empero mantienen una apariencia feminizada, que no puede ser concebida estrictamente binaria; tal y como expresa su creadora. El aspecto con características feminizadas, o andróginas, también se presente cuando Steven se fusiona con Connie, niña humana, dando como resultado a Stevonnie. Lo anterior, se relaciona con la categoría de la performatividad del género ampliada por Butler en los estudios queer:

Para Butler, el género y el cuerpo son construidos social y culturalmente pues «las normas reguladoras del ‘sexo’ obran de una manera performativa para constituir la materialidad de los cuerpos y, más específicamente, para materializar el sexo del cuerpo, para materializar la diferencia sexual en aras de consolidar el imperativo heterosexual. (AGUADO, 2019, p.210)

Es importante añadir que estas representaciones genéricamente feminizadas se separan de los rasgos que suelen emplearse para describir a los personajes femeninos (sumisas, indefensas, irracionales, desvalidas) en muchos de los dibujos animados y en los medios masivos de consumo. Por ejemplo, las Gemas de cristal [Crystal Gems]: Garnet, Perla y Amatista son quienes protegen a Ciudad Playa de los ataques de otras gemas “corrompidas”. Son fuertes y no requieren de una figura masculina para defenderse o luchar. La serie no intenta homogenizar los personajes femeninos imponiendo un modelo hegemónico; al contrario, recrea una diversidad de personalidades y comportamientos que hacen que cada gema se aparticular.

En la siguiente figura se resumen los rasgos que diferencian a las tres principales gemas de la narrativa.

Figura 2 – Características de los principales personajes femeninos de *Steven Universe* (2013)



Fuente: Elaboración propia (2020).

Las Gemas de cristal simbolizan la resistencia ante un sistema de control y dominio. En el caso de Garnet, condensa una unión prohibida

entre Zafiro, una gema aristocrática del Planeta Madre con la capacidad de ver el futuro, y Rubí, soldado encargado de cuidarla: “La multitud molestó rodeó a Rubí y Zafiro, nunca habían visto la fusión de dos tipos diferentes de gemas [...] ¿Cómo te atreviste a fusionarte con un miembro de mi corte? [dijo Diamante azul], serás destruida” (*Steven Universe*, Temporada 2, Episodio 22, 74). Ambas escapan y se encuentran con Rose Cuarzo y Perla, fundadoras de este grupo de gemas insurrectas:

Garnet: ¿Yo no te incomodo?

Rose: ¿A quién le importa cómo me siento? Lo que tú sientes se supone que es mucho más importante. [...]

Garnet: ¿Qué se supone que soy?

Rose: No más preguntas, nunca cuestiones esto. Tú misma eres la respuesta (Temporada 2, Episodio 22, 74)

Partiendo de los aportes de Aguado (2019)¹⁵, se manifiesta que Garnet materializa la rebelión ante el heteropatriarcado, específicamente de su expresión basada en la LGBTI+fobia: “En este caso, Homeworld se dibuja como un planeta hostil que prohíbe las fusiones, exceptuando aquellas que son entre un mismo tipo de gema con un fin bélico” (p. 215). Aunado a lo anterior, Cornelio y García (2019) concluyen que todas relaciones entre gemas son eminentemente homosexuales en su representación visual. Vale aportar que Rubí y Zafiro se casan en el episodio 23, de la temporada 5. Esta escena se convirtió en la primera boda lésbica en ser transmitida como parte de un programa de dibujos animados.

¹⁵ Esta autora plantea una matriz de dominación ejercida por el Planeta Madre conformada por los siguientes sistemas de dominación y sus subsistemas: a) capitalismo: capacitismo, b) clasismo, c) racismo, d) colonialismo: especismo y e) el heteropatriarcado: generismo y LGBTI+fobia (AGUADO, 2019).



Otro de los aspectos sobresalientes desmontados en la serie es la concepción del amor romántico, proveniente del mito andrógino. De acuerdo con Pascual (2016), Platón, en *El Banquete*, narra la historia de unos seres duales que reunían características de ambos sexos. Estos seres intentaron invadir el Monte Olimpo, es decir, quisieron ser iguales que los dioses y las diosas. Por este motivo, Zeus lanzó un rayo que provocó la división de cada ser en dos mitades. El verdadero castigo residió en quedichas mitades deberían buscarse eternamente entre sí hasta que volvieran a estar completas; a pesar de que nunca se encontrarían.

Desde este mito se representa el amor romántico, visibilizado y cuestionado por las feministas, que se caracteriza por “ser histórico y heredero del amor cortés, el amor burgués y el victoriano; se consolida en la dependencia entre hombres y mujeres” (PASCUAL, 2016, p. 66). En esta misma línea, Bosch (2007) expresa que este modelo de amor requiere una “entrega total a la otra persona, hacer de la otra persona lo único y fundamental de la existencia, vivir experiencias muy intensas de felicidad o de sufrimiento, depender de la otra persona y adaptarse a ella, postergando lo propio, perdonar y justificar todo en nombre del amor” (p. 27). Este último mandato juega un papel central, pues legitima la idea de que las mujeres deben soportar situaciones de violencia porque es una forma de demostrar cuánto aman: “el amor todo lo puede¹⁶”. Los productos socioculturales insisten en reproducir esta concepción de amor acorde a la lógica patriarcal y capitalista basada en el dominio.

¹⁶ Este ideologema popular se basa en la Biblia: “El amor es sufrido [...] Todo lo sufre, todo lo cree, todo lo espera, todo lo soporta” (1 Corintios 13: 4-7).



En primera instancia, se encuentra la fusión de Lapislázuli y Jaspe, quienes conforman a Malachite:

Jaspe: Tú no puedes mentirme. He visto de lo que eres capaz. Pensé que yo era una bestia, pero tú, tú eres un monstruo. [...]

Jaspe: Seamos Malachite de nuevo.

Lapislázuli: ¿Por qué querrías eso?

Jaspe: Me equivoqué sobre la fusión. Tú me hiciste entender, Malachite era más grande y poderosa que nosotras [...]

Jaspe: Será mejor esta vez, he cambiado...tú me cambiaste. Soy la única que puede controlar tus poderes. Juntas seremos indestructibles.

Lapislázuli: No. Lo que teníamos no era sano. No quiero volver a sentirme así, nunca más. Así que vete (Temporada 3, Episodio 15, 93).

Jaspe emplea la intimidación, la amenaza, la humillación y la hostilidad, como mecanismos de violencia psicológica, para implantar incertidumbre en Lapislázuli. Del mismo modo, la intenta aislar al mencionarle que solamente ella la puede controlar. La violencia psicológica es una manifestación de violencia que se basa en los intentos de desestabilizar emocionalmente a su víctima; por lo que en ocasiones resulta complejo su identificación, ya que no se expresa en agresiones físicas. Lo anterior, se evidencia cuando Lapislázuli duda inicialmente sobre su decisión; pensó que el verdadero “monstruo” era ella. Sin embargo, su autodeterminación le permite romper el ciclo de violencia al que la sometía Jaspe.

En segundo lugar, la fusión de Rubí y Zafiro también plantea aspectos sobre esta crítica al amor patriarcal. A finales de la quinta temporada, ambas toman la decisión de separarse, pues llegaron a pensar que permanecerían juntas por costumbre. Esto provoca que atraviesen un proceso de reflexión sobre qué lo que desean respecto a su vínculo o relación. Ambas concluyen que quieren estar juntas y contraen matrimonio:





Rubí: Sé que esto es un poco tonto. Digo, hemos estado juntas por 5750 años.

Zafiro: Y ocho meses.

Rubí: Solía pensar que no era buena solo estando por mi cuenta, pero cuando estamos juntas siento que está bien solo ser yo. Así que quiero ser yo estando contigo. Ni siquiera las diamantes se interpondrán y si lo intentan, las patearemos.

Zafiro: [...]Me sacaste de ese destino y me abriste los ojos a una explosión de posibles e infinitos futuros [...] Quiero decir que cambiaste mi vida y después yo cambiéla tuya. Y ahora cambiamos nuestras vidas (Temporada 5, Episodio 23, 151).

La relación de estas gemas no se plantea desde la codependencia, al contrario, como lo menciona Rubí es una decisión libre y consensuada. Lamentable, en muchas de las películas infantiles predomina una visión del amor romántico. Por ejemplo, se pueden resaltar las películas de la compañía Disney (1923): *Blancanieves* (1937), *La Cenicienta* (1950), *La sirenita* (1989), *La Bella y la Bestia* (1991). Si bien, en las últimas producciones se ha intentado modificar paulatinamente esta concepción hegemónica, las películas citadas, en conjunto con otras, siguen siendo un referente actual en la construcción de expectativas en las relaciones.

A partir de lo señalado hasta este punto, se manifiesta que la serie rompe esquemas patriarcales sobre el género, sus identidades, las representaciones tradicionales sobre los personajes femeninos y la diversidad sexual. No se puede dejar de mencionar que *Steven Universe* ha sido censurada en ningún país de Latinoamérica por los contenidos, por lo tanto, representa un avance significativo en cuanto a la visibilización de realidades que habían sido ignoradas sistemáticamente por otras producciones.



CONCLUSIONES

Las series animadas favorecen a la comprensión de la realidad, ya que al presentarse como un dibujo caricaturizado se plasma en la memoria y refuerza conceptos; principalmente, en la población infantil. Es por este motivo que deben consolidarse en objeto de estudio, en donde se estudie el contexto en que se circunscriben, analizando cómo se encuentran determinada por aspectos políticos, sociales, económicos, culturales y geográficos. La finalidad de dichos procesos debe ser encauzar análisis críticos de los discursos promovidos o sancionados; enfatizando en la población meta definida para cada uno de los dibujos animados.

En el caso de *Los Picapiedras* es una serie que reproduce discursos sexistas sobre las mujeres, principalmente, sobre la imposición del espacio doméstico y las tareas reproductivas. Pedro se convierte en el patriarca que es dueño de su familia y de la tierra. Queda en evidencia que estos rasgos discursivos e ideológicos se articulan con la matriz latente en la época en que se estrenó estos dibujos animados; la cual no ha sido superada por completo. Cabe indicar que las discusiones, en los años cincuenta, sobre los derechos de las mujeres se solía reducir a la lucha sufragista; sin abarcar la división sexual del trabajo, o el patriarcado como sistema desigual.

No obstante, resulta trascendental señalar que en la serie existen puntos inflexivos generados por la ironía, como estrategia discursiva, a la que recurre Vilma, con el propósito de cuestionar los mandatos patriarcales. Si bien es cierto, existe una tendencia a la resignación en este personaje principal, visibiliza parte de los argumentos ampliados en la segunda ola del feminismo. Por consiguiente, se puede afirmar que los diálogos de Vilma “despiertan”, en este momento histórico, la inquietud sobre la situación asimétrica de las mujeres.



Por otra parte, dentro de las series animadas se han generado cambios respecto a las representaciones de los personajes femeninos. En esta investigación, se concluye que *Steven Universe* aporta elementos a la discusión de temáticas relacionadas con el género (identidad, diversidad, orientación, mandatos) que no habían sido incorporadas dentro de otras producciones infantiles. Se torna oportuno destacar que la inclusión de otros enfoques alternativos sobre el género, como categoría analítica y crítica para dimensionar las asimetrías estructurales, es resultado de las luchas históricas de movimientos sociales que han demandado un cambio paradigmático en las formas en cómo se proyectan a través de las producciones.

Finalmente, siguiendo con lo que afirman Bonavitta y Garay (2020), urge la conformación de una imagen realista y representativa de la pluralidad de mujeres, ya que es fundamental para conseguir una sociedad configurada en la justicia social. Lo anterior, se debe politizar desde la premisa de que la ficción, o lo ficcional, narrado en los dibujos animados toma como la base la realidad. Ninguna representación surge de la espontaneidad, por esta misma razón, es que se debe vincular las series con su contexto y los sistemas de dominación que siguen latentes.

REFERENCIAS

AGUADO, D. *Steven Universe: Un héroe dialógico como engranaje del cambio. IndexComunicación*, Madrid, v. 9, n. 3, p. 207-235, 2019.

BÁEZ, M. Un largo camino: la lucha por el sufragio femenino en Estados Unidos. *SigHis*, Estados Unidos, v.12, n. 24, p. 89-119, 2010.



BISWAS, A. La tercera ola feminista: cuando la diversidad, las particularidades y las diferencias son lo que cuenta. **Casa del Tiempo**, Ciudad de México, v. 6, n. 78, p. 65-70, 2004.

BONAVITTA, P; GARAY, J. La casa de papel, Rita y Merlí: entre nuevas narrativas y viejos patriarcados. **Investigaciones Feministas**, Madrid, v. 10, n. 1, p. 207-221, 2020.

BOSCH, E. **Del mito del amor romántico a la violencia contra las mujeres en la pareja**. Madrid: Ministerio de Igualdad, 2007.

BURÍN, M.; MELER, I. **Varones, género y subjetividad femenina**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

CÁRDENAS, A; DEVLETIAN, J. El factor “familia” en el contenido de los dibujos animados americanos: Caso de Los Picapiedra y Los Simpson. **Educación y comunicación**, España, v.3, n. 1, p. 7-18, 2016.

CISTERNA, F. Categorización y triangulación como procesos de validación del conocimiento en investigación cualitativa. **Revista Theoria**, España, v. 14, n. 1, p. 61-71, 2015.

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA. **Constitution for the United States of America**. Filadelfia: Convención de Filadelfia, 1992.

CORNELIO, E.; GARCÍA, Á. Adaptación cultural de Steven Universe para Hispanoamérica: exportación de una agenda progresista de género en animación. **Global Media Journal. The Global Network of Communication Scholarse**, Estados Unidos, v. 16, n. 1, p. 1-26, 2019.

CORTAZZO, I.; SCHETTINI, P. **Análisis de datos cualitativos en la investigación social**. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 2015.

DABAT, A. Globalización, capitalismo actual y nueva configuración espacial del mundo. BASAVE, A. *et al.* (Orgs.). **Globalización y alternativas**



incluyentes para el siglo XXI. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, 2002, p. 1-22.

DELAMORCLAZ, C. Evolución del rol de las mujeres en la animación televisiva. *In: CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN ARTES VISUALES*, 3., 2017, Valencia. **Anais eletrônicos [...]**. Valencia: Universitat Politècnica de València, 2017, p. 57-71.

_____. LGBTI y feminismo en animación televisiva: una reinterpretación de Steven Universe y Sailor Moon. **Con A de animación**, Valencia, v.8, n.1, p. 164-177, 2018.

DIAZ, C **Claves epistemológicas de la metodología feminista para la investigación social en la educación no formal.** Tese (Licenciatura em Educação no formal) – Universidad de Costa Rica, San José, 2010.

ECO, U. **Lector in Fabula. La cooperación interpretativa en el texto narrativo.** Barcelona: Editorial Lumen, 1991.

FALQUET, J. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas.** Bogotá: Antropos, 2006.

GUERRERO, Y **Micromachismos: Sistematización de la experiencia que tienen cuatro adolescentes mujeres que cursan quinto año de educación general diversificada en el Colegio Técnico Profesional de Pococí, con respecto a las relaciones afectivas establecidas en los últimos dos años.** Tese (Licenciatura em Psicologia) – Universidad de Costa Rica, Limón, 2013.

HOOKS, B. **El feminismo es para todo el mundo.** Madrid: Traficante de sueños, 2017.

KOHAN, G. La mujer y el trabajo en el judaísmo. Su papel en la contemporaneidad. **Thémata: Revista de Filosofía**, Sevilla, v.31, n. 1, p. 89-99, 2003.



LAGARDE, M. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LARSON, A. Re-drawing the Bottom Line. STABILE, C.; HARRISON, M. (Orgs.). **Prime time animation: television animation and american culture.** Nova York: Routledge, 2003, p. 55-73.

LOZANO, S; MONTÓN, S. La arqueología feminista en la normatividad académica. **Complutum**, Madrid, v. 23, n. 2, p. 163-176, 2012.

MARIÑO, N. **Barbie: la imposición de sus valores en nuestra cultura y su reflejo en las publicidades televisivas.** Tese (Licenciatura em Comunicación) –Universidad Abierta Interamericana, Argentina, 2007.

MARTÍ, E. Homosexualidad, infancia y animación: del nacimiento de Pebbles Picapiedra a la adopción de Ling Bouvier. **Con A de animación**, Valencia, v. 3, n. 1, p. 97-118, 2011.

NOCERA, P. Parodia, ironía e ideología carnavalesca. Marxismo y literatura en la socio-semiótica bajtiniana. **Nómadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, España, v. 22, n. 2, p. 1-25, 2009.

PASCUAL, A. Sobre el mito del amor romántico: amores cinematográficos y educación. **Revista de Educação e Humanidades**, Brasil, v. 10, n. 12, p. 63-78, 2016.

POSTMAN, N. **Divertirse hasta morir. El discurso público en la época del showbusiness.** Barcelona: La Tempestad, 1991.

RAMÍREZ, J.; SOLANO, S. **Racismo y antirracismo en la literatura. Lectura etnocrítica.** San José: Arlekin, 2018.



RIBA, L. Memoriales de mujeres: la sororidad como experiencia de empoderamiento para resistir a la violencia patriarcal. **Franciscanum**, Bogotá, v. 16, n. 5, p. 225-262, 2016.

ROQUETA, M. Posthumanism and the creation of racialised, queer identities and sexualities: an analysis of Steven Universe. **Revista Admira**, Sevilla, v. 19, n. 7, p. 48-84, 2019.

SÁNCHEZ, M. **Arqueología y género**. Granada: Universidad de Granada, 2005.

SOLER, B. ¿Eren així les dones en la prehistòria? SOLER, B.; JARDÓN, P.; PÉREZ, C (Orgs.). **Prehistoria y cine**. Valencia: Museu de Prehistòria de València, 2012, p. 83-100.

TORREALDI, N. **La segunda ola feminista**. Dissertação (Mestrado en Historia contemporánea) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2015.

WOOLERY, G. **Children's Television: The First Thirty-Five Years, 1946-1981**. Nova York: The Scarecrow Press Inc, 1983.





POR QUE (NÃO) DIZER DA LÍNGUA?

WHY TO (NOT) SAY ABOUT THE LANGUAGE?

Silmara DELA SILVA¹

Fernanda LUNKES²

¹ Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: silmaradela@gmail.com.

² Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB. E-mail: flunkes@gmail.com.





RESUMO

Neste trabalho, dirigimos nosso olhar a discursos que buscam dizer sobre a cena política brasileira, com foco na relação que estabelecem entre língua e sujeito. Da perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, objetivamos analisar o modo como dizeres sobre a língua e os sujeitos que nela se inscrevem funcionam em diferentes condições de circulação; e o que (não) dizem em debates acerca da política e de suas práticas no Brasil. Para isso, constituímos o *corpus* de análise por materialidades significantes em dispersão, reunindo uma crônica de especialista em questões de linguagem e um *meme* que circulou amplamente na rede social *Facebook*. Tais materialidades circularam em diferentes momentos, mas têm em comum o fato de voltarem-se à língua e aos seus empregos para tratar de questões relacionadas a práticas políticas. Nossos gestos de análises se voltam, assim, ao modo como, nesses dizeres, imaginariamente direcionados a dizer sobre a língua, produzem-se sentidos para os sujeitos que nela se constituem em suas posições ideológicas.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso; língua; sujeito; política.

ABSTRACT

In this paper, we analyzed discourses about the Brazilian political scene, focusing on the relationship they establish between language and subject. From the theoretical-methodological perspective of discourse analysis proposed by Michel Pêcheux, we aim to analyze the way in which



saying about the language and the subjects who enroll in it work in different circulation conditions, and what they (don't) say in debates about politics and its practices in Brazil. For this, we constitute the corpus of analysis by significant materialities in dispersion, bringing together a chronicle of expert on language issues and a meme that circulated widely on the social network Facebook. Such materialities circulated at different times, but they have in common the fact that they turn to the language and their uses to address issues related to political practices. Our analysis gestures thus turn to the way in those sayings, imagined to say about the language, meanings are produced for the subjects that constitute it, in their ideological positions.

KEYWORDS

Discourse analysis, language, subject, politics.

1. INTRODUÇÃO

... as regras da língua não podem ser consideradas como regras categóricas – no sentido de que uma regra deve ou não deve ser aplicada. Em vez disso, as regras da língua devem ser vistas como intrinsecamente possibilitadoras dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas.

Françoise Gadet

Neste artigo, propomos reflexões teórico-analíticas acerca de discursos que tratam da cena política brasileira recente, com foco na relação que estabelecem entre língua e sujeito. Nosso objetivo é analisar o modo como



dizeres sobre a língua e os sujeitos que nela se inscrevem funcionam em diferentes condições de circulação; e o que (não) dizem em debates acerca da política e de suas práticas no Brasil³.

Para isso, tomamos, como aporte teórico e metodológico, a análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, que se desenvolve na França entre o final da década de 1960 e meados dos anos de 1980, e os seus desdobramentos no Brasil, desde então. Assumindo uma posição materialista e compreendendo o discurso como efeitos de sentidos para e por sujeitos (PÊCHEUX [1969] 1997), que resultam do encontro entre a materialidade linguística e condições sócio-histórico-ideológicas, propomos refletir acerca das noções de língua e sujeito; e de suas implicações em dizeres sobre o político, a política e suas práticas, em nossa conjuntura sócio-histórica.

Para os gestos de análise que empreendemos, constituímos o *corpus* por materialidades significantes em dispersão, reunindo, assim, uma crônica de um especialista em questões de linguagem, com circulação na imprensa e na rede eletrônica; e um *meme* que, inicialmente postado na rede social *Facebook*, passa a circular amplamente na rede eletrônica, em *blogs* e *sites*. Tais materialidades, apesar de circularem em diferentes momentos, têm, em comum, o fato de mobilizarem um dizer prescritivo acerca da língua e de seus empregos – no caso específico, os usos dos porquês – ao tratarem de questões relacionadas às práticas políticas, naquelas circunstâncias de sua circulação. Para além da questão gramatical,

³ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada, oralmente, no simpósio “O literário, o linguístico e o político em discurso”, durante o VI Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (SIMELP), realizado em Santarém, Portugal, em outubro de 2017.

normalmente restrita à correção na grafia e nos empregos das quatro formas de porquês em língua portuguesa, interessa-nos compreender o modo como, ao se dizer sobre a língua, diz-se dos sujeitos que a empregam e, no caso do *corpus* que mobilizamos, demarca-se uma posição entre outras na cena política brasileira recente.

Começamos nosso percurso trazendo breves reflexões teóricas acerca de língua, sujeito e discurso no campo teórico-metodológico em que nos inscrevemos. Em um segundo momento, passamos aos gestos de análise do *meme* e da crônica que constituem o *corpus*. Como afirma Françoise Gadet (PÊCHEUX; GADET, [1991] 2011, p. 102), na epígrafe que trouxemos neste artigo, interessam-nos “os jogos ideológicos”, “as latitudes discursivas” que são postos em funcionamento na relação entre a língua e as condições de produção dos discursos.

2. SOBRE LÍNGUA(GEM), SUJEITO E DISCURSO

Iniciamos retomando uma afirmação bastante clássica do linguista francês Emile Benveniste, do seu artigo intitulado “Da subjetividade na linguagem” (1958). Assim diz Benveniste:

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. [...] É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*. (BENVENISTE, [1966] 2005, p. 285-286).

Nessa passagem, Benveniste ([1966] 2005) busca sustentar que a linguagem não pode ser concebida como um instrumento – uma vez que




seria inseparável do próprio homem – e aponta para uma aproximação entre linguagem e sujeito como uma relação necessária para se pensar o funcionamento da linguagem, que ele distingue de qualquer funcionamento específico de uma língua em particular.

Embora, em sua reflexão, Benveniste ([1966] 2005) se encaminhe para o estudo formal da enunciação, o que resultará em uma tomada de posição teórica distinta da que adotamos, lançamos mão de suas palavras porque nelas temos um encaminhamento na Linguística que muito diz da relação que desejamos abordar: a relação constitutiva entre língua e sujeito. Isso acontece porque entendemos que a língua em que se diz é, também, uma língua que diz do e no sujeito, ainda que ele, imaginariamente, se queira dela o senhor.

Na análise de discurso, perspectiva teórica em que nos situamos, entendemos o discurso como efeitos de sentidos para e por sujeitos, como nos propõe Pêcheux ([1969] 1997), sujeitos do inconsciente e interpelados pela ideologia. Ao expor os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux ([1975] 1997a) recorre a Althusser (1985), em uma de suas teses, para explicar o modo como a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, constituindo, ao lado da evidência do sujeito, a evidência do sentido. Como afirma Pêcheux ([1975] 1997a, p. 152-3), ideologia e inconsciente são estruturas-funcionamento e, assim sendo, atuam dissimulando “sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências ‘subjetivas’*, devendo entender-se este último não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’” (itálicos do autor).

O sujeito, assim, constitui-se, por força da ideologia, em um efeito que decorre do necessário apagamento da interpelação ideológica e a consequente constituição do sujeito como origem e causa de si (PÊCHEUX [1975] 1997a). A





condição do sujeito é, assim, produto da contradição que constitui também os sentidos. Ao mesmo tempo em que se esquece do efeito ideológico elementar que o constitui, o sujeito se coloca na origem do dizer; mas seu dizer se dá sempre a partir de uma posição ideológica, da filiação a sentidos em curso, possíveis em relação às práticas vigentes em uma formação social. Trata-se, assim, como afirma Orlandi (2001, p. 48), de um sujeito “atravessado pela linguagem e pela história”. Ainda em seus termos: “Ele [o sujeito] é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas.”(ORLANDI, 2001, p. 49).

Contraditoriamente, é também o sujeito que faz a língua funcionar, como já trouxemos ao retomarmos a reflexão de Benveniste ([1966] 2005). Contudo, como bem nos lembra Gadet, em entrevista após o lançamento de seu livro com Pêcheux, *A língua inatingível*: “Fazer a língua funcionar é somente jogar nas suas coerções e nas suas lacunas – jogar nas latitudes que ela oferece.” (PÊCHEUX; GADET, [1991] 2011, p. 105). Pensar o sujeito, dessa perspectiva, é considerar a sua constituição na linguagem e na história, sua inscrição no simbólico que não se faz sem um funcionamento imaginário de autonomia frente à língua.

No que concerne à língua, no quadro teórico da análise de discurso, temos que ela se constitui como materialidade que se inscreve na história e, desse modo, produz sentidos. Dada a especificidade do *corpus* sobre o qual iremos nos deter, voltamo-nos a Orlandi (2013), que, com base em Gadet e Pêcheux ([1981] 2004), propõe a divisão entre língua imaginária e língua fluida como modo de se pensar a relação dos sujeitos com a(s) língua(s), em nossa conjuntura sócio-histórica. Em análises acerca da



língua no Brasil, uma língua que decorre de um processo de colonização linguística (MARIANI, 2004) particular, Orlandi propõe a distinção entre língua imaginária e língua fluida, a qual nos permite compreender, discursivamente, a relação – por vezes tensa– entre os sujeitos e “sua” língua. Enquanto a língua imaginária pode ser definida, conforme Orlandi (2013, p. 13), como o “sistema fechado”, com suas normas, como aquela sobre a qual trabalham os linguistas, a língua fluida se define, conforme a autora, como “a língua no mundo, sem regras que a aprisionem, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos.” (ORLANDI, 2013, p. 13).

Em suas reflexões, Orlandi (2013) salienta a necessidade de se colocar tais noções em relação, uma vez que a história faz com que língua imaginária e língua fluída se entrecruzem. Articulado isso à nossa pesquisa, trata-se de apontar para os modos como, ao se falar da(s) (regras) da língua, coloca-se em cena a tensa conjuntura política nacional, as tomadas de posição e os processos de silenciamento que constituem os sentidos, visto que, como afirma Orlandi (2001, p. 85): “As palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio. [...] Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move.”.

No caso do *corpus* sobre o qual nos deteremos a seguir, há não ditos que ressoam fortemente naquilo que se pretende fixar sobre as normas da língua na relação com o cenário político brasileiro, mas há efeitos de sentidos que se constituem para os sujeitos ao se dizer sobre a língua e sobre os seus empregos.



3. GESTOS DE ANÁLISE

Conforme afirmamos anteriormente, constituímos o nosso *corpus* para análise por duas materialidades significantes distintas, que ganharam circulação na rede eletrônica em diferentes momentos; e que têm em comum o fato de se ocuparem de uma questão gramatical específica: o emprego das formas dos porquês em língua portuguesa. As duas materialidades também apresentam, como regularidade, a produção de sentidos sobre o político e a política nacional, dando a ver uma relação entre língua, sujeito e posições ideológicas; dando a ver o político, enquanto disputa de sentidos, ao se dizer sobre a língua.

O primeiro dos objetos discursivos que elegemos para análise é um *meme* sobre o uso dos porquês, que circulou na rede social *Facebook* em 2016, após o processo que culminou com a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República no Brasil (Figura 1).

Figura 1 – Meme que circulou na rede social Facebook, em 2016⁴.



Fonte: Autor desconhecido.

⁴ O meme continua disponível na rede eletrônica em muitas páginas, como blogs, páginas pessoais no Facebook e no Pinterest, como atesta pesquisa realizada no buscador de imagens do Google, em 8 abril 2020. Essa proliferação por páginas na internet é uma das principais características de um meme, conforme atesta Da Cunha Recuero (2007), ao retomar, em seus estudos, aquelas que seriam as três principais características de um meme: longevidade, fidelidade da cópia e fecundidade.



Discursivamente, entendemos o *meme* como uma materialidade que produz sentidos em condições de circulação específica, nas redes sociais. Para tratar dos porquês, o *meme* apresenta exemplos que textualizam uma expressão que circulou fortemente, também nas redes sociais, entre sujeitos e grupos de oposição ao processo do golpe/*impeachment*⁵: “Fora Temer”.

Estão em pauta, no *meme*, os usos do porquê como pronome, substantivo ou conjunção. Nesse funcionamento, a língua imaginária, retomando Orlandi (2013), coloca-se a conhecer, a fixar, conforme enuncia a sequência que inicia o *meme*: “Nunca mais esqueça como usar o porquê”. No entanto, tal evidência deixa de considerar o político. Conforme Schons, o político é

Característica atribuída também à língua. Na perspectiva em que se trabalha – a materialista – os saberes sobre línguas se constroem na história das gramáticas, nos dicionários e na linguística e ainda no modo como esses produzem conhecimento sobre a língua, uma vez que os modos de produção, apropriação e reprodução de saberes dispõem de mecanismos sócio-históricos que atuam sobre os processos de subjetivação. (SCHONS, 2011, p. 202).

Dos saberes institucionalizados sobre língua, fixados em diferentes arquivos, o que, de acordo com Pêcheux ([1981] 2010), não deixa de ser um gesto político-ideológico de leitura, o *meme* coloca em questão a política para se falar sobre tais saberes. A partir de uma concepção materialista (ORLANDI, 2001), que concebe o político enquanto as relações de poder na disputa pelos sentidos e as consequentes divisões que decorrem dessas

⁵ Manteremos os dois termos para colocar em pauta as tensões político-ideológicas: de um lado, um grupo sustentado por um discurso conservador e que, em relação de aliança à mídia tradicional, inscreve-se na tese de que o processo contra Dilma Rousseff é *impeachment*; de outro, um grupo que sustenta que tal processo se filia a sentidos de golpe.





disputas e que também levam a elas, podemos interrogar acerca das possíveis relações de aliança que se colocam em jogo entre o sujeito autor e o efeito-leitor do *meme*. Uma possibilidade é a aliança construída entre sujeitos contrários ao processo de golpe/*impeachment* e a posterior condução do mandato pelo vice-presidente. Os usos dos porquês atuam como marcas linguísticas que inscrevem e evidenciam a tomada de (o)posição política: “Porque Temer quer retirar direitos”, “Todos sabem o porquê do Fora Temer”.

Sob a égide da língua imaginária, o *meme* desliza e pode produzir uma relação de sentidos com uma tirinha, que também circulou nas redes sociais naquela mesma época, cujos dizeres reproduzimos no quadro 1:

Quadro 1 – Reprodução dos dizeres de uma tirinha que também circulou amplamente nas redes sociais, no mesmo momento histórico

O que queremos?	FORA TEMER
Quando queremos?	AGORA!!!!!!
Como faremos?	Em 2018, votando nos mesmos de sempre.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em um *meme* de ampla circulação.

Observando o funcionamento dos dizeres da tirinha, depreende-se um jogo de perguntas/respostas no qual o leitor é fisgado pelo efeito humorístico de uma materialidade cujo efeito de sentido produzido é o do equívoco: os eleitores sabem o que querem, mas não sabem, afinal. Em outras palavras, o brasileiro, apesar de estar insatisfeito com o cenário político, não teria as condições necessárias para alterar tal conjuntura. Vale lembrar que o equívoco, da perspectiva discursiva, faz emergir os pontos de deriva em torno do sujeito e da história, afastando-se de efeitos de erro ou engano.





Retomando nosso objeto de análise, *omemese* produz a partir de um jogo de pergunta/resposta, que sintetizamos no quadro 2.

Quadro 2: Síntese do meme em análise

Quadro	Pergunta	Resposta
1º	“Por que fora Temer?”	-----
2º	----	“Porque Temer quer retirar direitos”
3º	“Você não foi ao ato Fora Temer, por quê?”	----
4º	----	“Todos sabem o porquê do Fora Temer”

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Entendemos que, no processo de textualização das perguntas/respostas do 1º e 2º para o 3º e 4º quadros, há um funcionamento nas relações lógicas produzidas que joga com diferentes imagens do leitor do *meme*. Tal funcionamento estabelece relações implícitas que, entendemos, sustentam, logicamente, a sequência dos quadros. Vejamos: no primeiro e no segundo quadros, o sujeito autor e o interlocutor se filiam à mesma posição política, de maneira que se mobiliza uma relação de sentidos segundo a qual “todos sabemos que lutamos pelo ‘Fora Temer’ já que direitos serão suprimidos sob seu governo”. No terceiro quadro, entretanto, a pergunta constrói uma imagem outra, a de um sujeito leitor não engajado – podendo deslizar, até mesmo, para um sujeito leitor favorável ao golpe/*impeachment* (“Você não foi ao ato Fora Temer, por quê?”), cuja possível afirmação, por parte de um sujeito leitor engajado, poderia ser textualizada como “Todos sabem o porquê do Fora Temer.”



No quadro 3, vamos situar as relações que são construídas, de maneira implícita, nos dizeres do *meme* e que produzem esse efeito de locigidade.

Quadro 3 – Relações que produzem o efeito de locigidade
no *meme* em análise

“Por que fora Temer?” => “Porque Temer quer retirar direitos” =>
[Então/Sendo assim/Por isso mesmo] “Você não foi ao ato Fora Temer,
por quê?” => [Se] “Todos sabem o porquê do Fora Temer”

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Depreende-se que, na relação com a língua imaginária, a língua fluida não cessa de se inscrever para, nas relações estabelecidas entre os quadros, produzir jogos de implícitos, algumas possíveis direções de leitura e diferentes processos de subjetivação. Nas regras que buscam fixar a língua, algo irrompe, apontando para diferentes imagens do sujeito leitor e diferentes sentidos, produzindo efeitos de não engajamento, ainda que “todos” saibam as razões para que haja uma mobilização política.

Em termos de condições de produção (PÊCHEUX [1969] 1997), valer-se de um *meme* que se volta à correção gramatical para demarcar oposição ao então governo de Michel Temer já é um gesto que produz efeitos de sentidos. Isso ocorre porque, ainda na condição de presidente interino, Temer passou a ganhar destaque na mídia em função de seus usos de língua, dentre os quais se destacava a mesóclise, que compareceu, por exemplo, em dizeres como “...sê-lo-ia pela minha formação...”, presente em seu discurso de posse (AGOSTINI; CARNEIRO, 2016). Valer-se da língua em sua norma gramatical demarca, assim, uma posição sujeito que se ampara na evidência dos empregos de uma forma gramatical para sustentar, igualmente, a





evidência de se exigir a saída de um presidente que “quer retirar direitos”. Esse dizer da língua, assumindo a posição de um sujeito no domínio de seu emprego, faz, ainda, funcionar, discursivamente, um silenciamento acerca da evidência de se exigir a saída, do cargo máximo do governo da nação, de um presidente que não fora eleito legitimamente, razão pela qual “Todos sabem o porquê do Fora Temer”.

Em outras condições de produção, circula a segunda materialidade à qual nos voltamos para algumas considerações acerca da relação entre língua e sujeito. Trata-se de uma crônica que circulou no jornal *Folha de S. Paulo*, no espaço destinado ao colunista Pasquale Cipro Neto, em 24 de setembro de 2015, e que permanece acessível on-line. Recorremos, também, ao registro fotográfico de um cartaz, amplamente exposto na rede eletrônica, exibido em um dos protestos contra o governo de Dilma Rousseff, em São Paulo, e que dá origem à crônica.

Pensando, brevemente, acerca das condições de produção desses dizeres, a crônica possui uma condição outra de circulação quando comparada ao *meme* analisado previamente. É característica de páginas nas redes sociais a ampla circulação de materialidades diversas, que seguem seu curso sem, necessariamente, uma identificação de origem. A crônica em questão, no entanto, comparece sob um nome de autor, em um lugar específico de se dizer sobre a língua na mídia, porque a coluna de Pasquale segue uma tradição que remonta a 1900, quando começam a surgir, nos jornais em circulação no Brasil, colunas de especialistas “para tratar de assuntos pertinentes ao uso e à constituição do português enquanto língua nacional” (DELA-SILVA, 2008, p. 210).



Em suas colunas que circularam no jornal *Folha de S. Paulo* desde 1989 até dezembro de 2016⁶, o professor de português Pasquale sempre se ocupou de um dizer prescritivo sobre a língua e os seus empregos. Por isso mesmo, chamou-nos a atenção a coluna que elegemos para análise, uma vez que, embora ela se volte a dizer dos empregos dos porquês, sentidos outros acerca dos sujeitos e do político nela se inscrevem.

O mote dos dizeres sobre a língua na crônica é uma escrita em cartaz que também confere o título ao texto de Pasquale: ‘Porquê não mataram todos em 1964’. O cartaz é flagrado em fotografia, nas mãos de uma senhora que, aparentemente, descansa sentada na guia (da rua), após protesto na avenida Paulista, em São Paulo. Na crônica, Pasquale inicia mencionando um artigo a respeito da cena, publicado pelo jornalista Mário Magalhães em seu *blog*⁷, como se vê na SD1:

SD1: Bem, eu poderia me alongar nesse assunto, mas o meu texto não teria nem um pingaço do brilhantismo do artigo publicado pelo grande Mário Magalhães em seu blog (“O silêncio cúmplice aceita a barbárie”). Mário esgotou o assunto. Sobrou-me a questão linguística, que, no caso, diz respeito à penúria gramatical da frase que se lê num cartaz que uma nobre senhora brandia no domingo para expor a sua também nobre visão de mundo: “Porquê não mataram todos em 1964”. Sim, assim mesmo.

Como se observa no fio do discurso da SD1, o colunista anuncia que irá dizer sobre “a questão linguística”, por ele qualificada como uma “penúria

⁶ A informação sobre o fim da coluna de Pasquale na Folha de São Paulo está disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/>.

⁷ O *blog* de Mário Magalhães registra sua última postagem em 28 de julho de 2017, com um informe de que a decisão de interromper a publicação teria sido comunicada ao jornalista pelo UOL, no final do mês de maio de 2017. Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/>.



gramatical”. Anuncia-se, assim, tratar-se de um dizer meramente prescritivo sobre a língua, ao modo do que se faz nesses espaços na imprensa desde o final do século XIX, em colunas assinadas por filólogos e gramáticos (DELA-SILVA, 2008). Em sua formulação, no entanto, ao dizer sobre a procedência do cartaz, o dizer do colunista passa a produzir sentidos para o sujeito que o porta, colocando em cena um jogo de projeções (marcado em “nobre senhora”/”sua também nobre visão de mundo”) e delimitando posições.

Esse processo de projeção de uma imagem para a portadora do cartaz se marca na materialidade linguística da crônica, sobretudo nos exemplos que são trazidos pelo colunista para a explicação sobre cada uso dos porquês, como se pode observar nas sequências discursivas que se seguem.


SD2: Começamos pela forma (mal) empregada por essa candidata ao Nobel da Paz, que, salvo engano, queria ter escrito uma frase interrogativa direta. Nesse tipo de construção, não se emprega “porquê”; emprega-se “por que” sem acento, a menos que haja uma interrupção depois do “que”: “Por que Deus põe no mundo gente de alma tão ignóbil?”; “Você não vai? Por quê?”

SD3: Também se emprega “por que” em perguntas indiretas, como se vê em “Não sei por que essa gente é tão limitada” ou “Ninguém sabe por quê”. Note, por favor, que no segundo exemplo o “que” foi acentuado.

SD4: No caso da sentença perpetrada pela discípula direta da Madre Teresa de Calcutá, a forma adequada seria “por que”. E como deveria terminar o sublime pensamento? Com ponto de interrogação ou sem ele? Depende. Quando se escreve, por exemplo, “Por que essa gente diz barbaridades?”, pergunta-se por que essa gente diz barbaridades; quando se escreve “Por que essa gente diz barbaridades”, anuncia-se que se vai explicar a razão pela qual essa gente diz barbaridades.

Nas SDs 2,3 e 4, a formação imaginária projetada para a portadora do cartaz se marca nas retomadas que são feitas no intradiscorso para a





expressão “nobre senhora” (SD1), como em “candidata ao Nobel da Paz” (SD2) e “discípula direta da Madre Teresa de Calcutá” (SD4), que trazem à cena memórias dos discursos científico e religioso, respectivamente. Mobilizamos a noção de formações imaginárias tal como proposta em Pêcheux ([1969] 1997), entendida como as projeções no discurso das posições ocupadas pelos sujeitos, bem como a imagem projetada para os referentes sobre os quais incidem seu dizer. Tais projeções também se marcam nos exemplos que são mobilizados, que funcionam por dizer, ainda que indiretamente, da portadora do cartaz e de outros que a acompanhavam no protesto: “alma tão ignóbil”, “gente [que] é tão limitada”, “gente [que] diz barbaridades”.

Considerando os vestígios do discurso, Pasquale produz efeitos de ironia na imagem que mobiliza da mulher que porta o cartaz. Na esteira de Orlandi (1983, p. 84), compreendemos que tal efeito se manifesta pelo “universo do dizer” mobilizado por Pasquale tanto nos processos de designação/ adjectivação quanto nos exemplos que traz e que se relacionam às mulheres e aos dizeres do cartaz. Para Orlandi, a ironia se marca, justamente, na relação que se estabelece entre três elementos: locutor, ouvinte e texto. A autora ressalta que “[m]esmo que não pareça irônico, pode sê-lo; depende da relação que se estabeleça”, o que, na análise em questão, julgamos ser um funcionamento possível.

Em seus estudos discursivos sobre os dicionários, Nunes (2006) aponta para a contextualização como um de seus domínios. Por contextualização, o autor entende as citações, as exemplificações, as colocações e os comentários, por exemplo, que passam a comparecer nos dicionários, marcando sua historicidade e “seus processos de formação e de transformação” (NUNES, 2006, p. 40). No caso dos dicionários, Nunes sinaliza para as exemplificações



como uma marca de autoria, enquanto função que passa a ser exercida pela forma sujeito lexicógrafo: “Com o tempo, o lexicógrafo autor foi se instalando, de modo que nos últimos séculos não nos surpreendemos quando o próprio lexicógrafo elabora exemplos” (NUNES, 2006, p. 24).

As colunas destinadas a dizer sobre a língua na imprensa não são, obviamente, dicionários. Mas também se constituem como um discurso sobre a língua e suas práticas por sujeitos, fazendo, igualmente, usos de exemplos, como vemos nas SDs que trouxemos anteriormente. Entendemos que, ao trazer esses exemplos, e não outros, marca-se, na materialidade linguística, uma posição sujeito que não é apenas a do professor de português, que diz sobre a língua e seus usos. Marca-se uma posição de enfrentamento ao discurso de ódio que ganhou as redes sociais e, também, as ruas, com maior ênfase a partir da eleição de Dilma para seu segundo mandato, em 2014, processo esse que será decisivo para que Temer assuma a presidência da República dois anos depois.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso que aqui traçamos, tomamos para análise duas materialidades significantes que, ao dizer sobre a língua, em diferentes condições de circulação, produzem efeitos de sentidos para a política e suas práticas no Brasil, demarcando as posições ocupadas pelos sujeitos que nelas se inscrevem. Conforme afirmamos ao retomarmos algumas reflexões teóricas acerca do sujeito na análise de discurso, pelo funcionamento ideológico, sujeito e sentidos se constituem ao mesmo tempo. Como afirma Orlandi (2001, p. 48), “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos



em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”. Dizer da língua é, assim, dizer, também, do sujeito e dar a ver o funcionamento do político, enquanto divisão dos sentidos.

Ao fazer a crítica sobre as duas vias na história da Linguística – o logicismo e o sociologismo –, Pêcheux e Gadet ([1977] 2011, p. 301) mostram o modo como a tendência logicista “nega a política falando aparentemente de outra coisa, enquanto a tendência sociologista recalca a política falando ou acreditando falar dela”. Detendo-se, mais especificamente, sobre a tendência logicista, os autores pontuam a recorrência de temáticas específicas que recobrem exemplos que, aparentemente, decorrem da vida cotidiana, nos quais, em seus termos, “o que está debaixo da filosofia espontânea da linguística aparece em plena luz do dia” (idem, p. 303).

O dizer sobre a língua de uma posição prescritiva, como se vê em nosso *corpus*, também se faz assim: marcando lugares de onde se diz, inscrevendo filiações de sentidos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, R. CARNEIRO, M. Após críticas e memes, Temer diz que evitará uso de mesóclise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1818344-apos-criticas-e-memes-temer-diz-que-evitara-o-uso-de-mesoclise.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2020.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2005 [1966]. p. 284-293.



DA CUNHA RECUERO, R. Memes em weblogs: proposta de uma taxonomia. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 32, p. 23-31, abr. 2007. Disponível em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=495550188006>. Acesso em: 8 abr. 2020.

DELA-SILVA, S. Imprensa e saber linguístico: o percurso de uma instituição. **Revista da ANPOLL**, Brasília, v. 1, p. 207-226, 2008.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. O discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes: 2004.

NUNES, J.H. **Dicionários no Brasil**. Análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. Uma história de conhecimento, uma história da língua. In: _____. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 9-18.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Destruição e construção do sentido (um estudo da ironia). O histórico e o discursivo. **Estudos**, Uberaba, v. 12, p. 66-97, 1983.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997a [1975].

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997b [1969], p. 61-161.





_____. Há uma via para a Linguística fora do Logicismo e do Sociologismo. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011 [1977], p. 295-310.

_____. Ler o arquivo hoje. [1981]. In: ORLANDI, E. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010. p. 49-59.

_____.; GADET, F. A língua inatingível. [1981]. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 93-105.

SCHONS, C. O imaginário sobre o ensino de língua na mídia impressa e na eletrônica: discursividades, memórias e subjetividades. In: GRIGOLETTO, E; NARDI, F.; SCHONS, C. (Org.). **Discursos em rede**: práticas de (re) produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Universitária, 2011, p. 201-226.





MARCA BRAZIL: AS ARTICULAÇÕES DA MEMÓRIA NA
NOVA MARCA DA EMBRATUR

*BRAZIL BRAND: THE ARTICULATIONS OF
DISCURSIVE MEMORY IN EMBRATUR'S NEW BRAND*

Mateus Vitor TADIOTO¹

Luciene Jung de CAMPOS²

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista CAPES/Pro-SUC. E-mail: mateus.tadioto@gmail.com.

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: ljcampos@gmail.com.



RESUMO

As proposições deste trabalho estão filiadas à Análise do Discurso pecheutiana, em uma problematização centrada na *Marca Brazil* apresentada pela EMBRATUR, em 2019, como sua nova identidade visual. A partir da crítica de que sugeriria um incentivo ao turismo sexual, a *Marca* foi tomada como materialidade discursiva. Nesse gesto de análise, trabalhamos com o entendimento de que não é possível que somente a imagem composta de uma representação minimalista da bandeira nacional, acompanhada dos dizeres *Brazil, visit and love us*, possa sugerir uma normalização ou incentivo ao turismo sexual. Desse modo, nos propusemos a interrogar a exterioridade e os contextos de produção inerentes à *Marca*. Investigamos a produção das peças publicitárias produzidas pela EMBRATUR desde sua fundação, identificando repetições, regularidades e efeitos de seriação. Articulamos, assim, esse resgate histórico ao conceito de memória discursiva, visto aqui como um espaço onde se tensionam réplicas, retomadas e contradiscursos. Foi a partir de então que, ao por em diálogo a materialidade com outros textos de divulgação, passamos a observar como as marcas de regularidade e do efeito seriado da memória discursiva apresentam um Brasil que se “vende” enquanto destino turístico exótico, sensual e que explora o corpo – especialmente o feminino – como subproduto.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do Discurso; turismo; memória discursiva; EMBRATUR.



ABSTRACT

The propositions of this work are affiliated to the pecheutian Discourse Analysis, in a problematization centered on the Brazil Brand presented by EMBRATUR in 2019 as its new visual identity. From the criticism that it would suggest an incentive to sex tourism, the Brand was taken as discursive materiality. In this gesture of analysis, we work with the understanding that it is not possible that only the image composed of a minimalist representation of the national flag, accompanied by the words Brazil, visit and love us could suggest a normalization or incentive to sex tourism, so we proposed to interrogate the exteriority and the production contexts inherent to the Brand. We investigated the production of advertising pieces produced by EMBRATUR since its foundation, identifying repetitions, regularities, and serialization effects. We then articulate this historical rescue to the concept of discursive memory, seen here as space where replicas, retakes, and counter-discourses are tensioned. It was from then on that, by dialoguing materiality with other popular texts, we began to observe how the marks of regularity and the serial effect of discursive memory present a Brazil that “sells itself” as an exotic, sensual and tourist destination. explores the body – especially the female – as a byproduct.


KEYWORDS

Discourse analysis;tourism;discursive memory;EMBRATUR.

1. SITUANDO O ESTUDO

Esta reflexão se organiza em torno de uma reportagem publicada no *site da Revista Fórum* intitulada *Amor: nova marca do Brasil no exterior*





sugere turismo sexual, publicada em 16 de julho de 2019. É a partir do questionamento suscitado pela leitura da reportagem – por que a nova marca sugere turismo sexual? – que se propõe, neste artigo, problematizar o modo como a *Marca Brazil*, apresentada pela EMBRATUR em 2019, remete a determinados sentidos sobre o país enquanto produto turístico que poderiam sugerir o turismo sexual.

As reflexões presentes neste texto estão filiadas à Análise do Discurso (AD) pecheutiana e seus desdobramentos conceituais, mais especialmente no conceito de memória discursiva, cuja articulação permitiu observar as repercussões produzidas pela nova marca da EMBRATUR nos sentidos estabelecidos acerca do Brasil como destino turístico. Nessa perspectiva, propomos um gesto analítico que reconhece a *Marca Brazil* como um texto composto de diferentes elementos, ora recortados, ora articulados entre si, problematizando não somente o enunciado *Brazil, visit and love us* em sua superfície e estrutura sintática, ou os aspectos semiológicos que compõem a *Marca*, mas interrogando sentidos outros a partir dos quais se articulam aspectos de memória que remetem à determinada construção de sentido a respeito do Brasil enquanto produto turístico.

Ao trabalhar o conceito de memória como “[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 2015, p. 50), nos afastamos de uma noção de memória exclusivamente social ou psicocognitiva e focamos no funcionamento de uma exterioridade – histórica e (re)produtora de sentidos – que se articula no texto, mobilizando implícitos e retomando e atualizando sentidos.




Para a elaboração desse texto, retomamos alguns aspectos históricos do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), com foco especial no material promocional produzido pelo órgão ao longo de sua história, considerando estes materiais como representativos das condições de produção do discurso acerca do Brasil enquanto produto turístico. Foi por meio dos implícitos repetidos ao longo da história da EMBRATUR que se pôde traçar as marcas de regularidade e seriação da memória discursiva que atravessam a *Marca Brazil* e permitem, assim, a estruturação de um material publicitário que, embora se apresente como novo, reapresenta uma imagem do país enquanto destino turístico exótico, sensual e que explora o corpo – especialmente o feminino – como subproduto.

2. SOBRE O DISPOSITIVO DE ANÁLISE

Para que seja possível compreender os processos de análise desenvolvidos neste ensaio, é necessário retomar algumas questões fundamentais à Análise do Discurso proposta pelo filósofo francês Michel Pêcheux na segunda metade da década de 1960. Partimos do princípio de que a Análise do Discurso se constitui como uma disciplina de interpretação, com conceitos e abordagens próprias, o que significa chamar a atenção para um rigor teórico/conceitual bastante preciso. De maneira geral, a Análise do Discurso compõe-se na intersecção de outros três Campos do Saber – a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise –, de onde posicionamentos teóricos vão sendo ressignificados e postos em interface.

A importância de se retomarem esses campos em interface se justifica pela existência de diversas outras teorias e métodos de análise de(do) discurso, de modo que é quase imperativo apresentar alguns aspectos diferenciais. Conforme afirma Pêcheux (2011), a AD compartilha de três





grandes perspectivas comuns a outros estudos de discurso. Na perspectiva lexicométrica, está a afinidade com “a construção de um corpus e o recurso eventual a algoritmos informatizados” (PÊCHEUX, 2011, p.228). O aspecto diferencial, neste caso, reside no fato de que, na AD pecheutiana, o trabalho lexicométrico não impede a suposição de estruturas sintáticas encadeadas nas unidades lexicais.

Ainda de acordo com Pêcheux (2011, p. 228), a AD compartilha também “[...] com as tradições semiológicas e semióticas [...], a tarefa de apreender e descrever as condições estruturas de existência do sentido, mas sem se autorizar a supor estruturas lógico-semânticas subjacentes às sequências discursivas.” A AD pecheutiana também vai compartilhar com a tradição discursiva foucaultiana a condição histórica de existência dos discursos, mas o faz – diferentemente da arqueologia de Foucault – reintroduzindo as questões da língua na história (PÊCHEUX, 2011).

A partir desses aspectos, o interesse do analista do discurso orientado pelo referencial pecheutiano é produzir gestos de análise focados especificamente nas contradições e heterogeneidades discursivas, de materialidades relacionadas às suas condições de produção específicas, bem como aos outros espaços discursivos com os quais as materialidades produzem movimentos de resistência, aliança ou ruptura.

O interesse da AD pecheutiana em problematizar o texto para além da sua estrutura, admitindo as implicações do exterior ideológico, torna crucial a articulação do sujeito enunciador no trabalho de produção/reprodução dos sentidos, o que, para a AD, torna insipiente “[...] a concepção do sujeito cognitivo epistêmico, ‘mestre em seu domínio’ e estratégico em seus atos (face às coerções bio-sociológicas); ela supõe a divisão do sujeito como marca



de sua inscrição no campo do simbólico.” (PÊCHEUX, 2011, p. 230). É nesse universo de articulações que encontramos o conceito de memória também afastado de uma contextura biopsicológica de uma memória individual. Para a AD, a memória deve ser entendida a partir dos “[...] sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.” (PÊCHEUX, 2015, p. 44).

Pensar, então, a memória como um espaço de *sentidos entrecruzados* abre caminho para que se interrogue a materialidade trazida à análise em suas próprias condições de produção, admitindo-se que não é possível que apenas a superfície sintática que compõe o *sloganda* nova marca da EMBRATUR seja suficiente para sugerir um incentivo ao turismo sexual. Nosso entendimento é de que é necessário que, a partir da marca, outros sentidos sejam retomados e, com isso, a ideia de turismo sexual venha à tona, articulando marcas das memórias social e histórica. Para compor um esboço desta exterioridade, trataremos brevemente os aspectos relativos às condições de produção da própria EMBRATUR e a construção de suas marcas ao longo de sua existência.

3. SOBRE A FORJA DE UMA MARCA: A EMBRATUR E A IMAGEM DO PRODUTO TURÍSTICO BRASIL

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) foi criado em 1966, durante o regime militar, por meio do Decreto-Lei nº 55/1966, assinado por Humberto Castello Branco. Este decreto criou também o Conselho Nacional de Turismo e definiu uma política nacional para o setor (EMBRATUR, 2019a). Entretanto o órgão foi criado como Empresa Brasileira de Turismo e estava vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio. Desde sua criação, até o ano de 2003, a



EMBRATUR foi responsável pelo planejamento e promoção do turismo no Brasil, passando por alterações estatutárias e sendo subordinada a diferentes Ministérios.

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a EMBRATUR passou a ter foco exclusivo na promoção e no apoio ao turismo brasileiro no exterior. Ao Ministério do Turismo, coube o planejamento de toda a política pública de turismo, em uma visão orientada à descentralização das atividades, com planos de municipalização e definição de áreas turísticas. “Além disso, foi implementado um novo modelo de gestão para a EMBRATUR, em que o Plano Aquarela – Marketing Internacional do Brasil e a Marca Brasil passaram a nortear e dar unidade às ações de promoção do Brasil no exterior.” (EMBRATUR, 2019a).

Enquanto órgão governamental que promove o país como destino turístico, um dos principais esforços da EMBRATUR foi a forja de uma imagem do Brasil enquanto um destino turístico. Nesse sentido, trabalhos como o de Kajihara (2010), que apresenta uma revisão do material de divulgação produzido pela EMBRATUR desde 1966 até 2008, podem dar alguns subsídios para que se pense a construção do Brasil enquanto produto turístico e as repercussões desses sentidos estabelecidos na construção de uma memória. Retomemos, assim, brevemente, a linha temporal estabelecida pela autora a partir do Quadro 1.

Quadro 1 – Linha temporal do material de divulgação da EMBRATUR

(Continua)

1966: Criação	Nos primeiros anos, as atividades foram voltadas para organização e estruturação do órgão, não foram encontrados materiais promocionais.
------------------	--



1970: Rio de Janeiro e Carnaval	O material publicitário analisado é focado exclusivamente na promoção de três estereótipos: Rio de Janeiro, Carnaval e a mulher brasileira . Com a primeira metade da década de 1970 sendo o auge da ditadura militar, esse período também é marcado pelo aparelhamento da EMBRATUR como difusora de uma imagem do Brasil como destino tropical, de liberdade, paz e prosperidade.
1980: Mulheres e Futebol	A partir de 1980, a figura da mulher brasileira estampa o material publicitário da EMBRATUR como parte do “produto turístico”, na medida em que compõem a construção das peças mescladas aos atrativos turísticos (ainda predominantemente praias e festividades como o carnaval). O futebol também ganha destaque, reforçando a imagem do Brasil como país alegre, liberal e tropical.
De 1990 a 2002: Ecoturismo	Nesse período, a divulgação dos atrativos culturais e naturais do país é potencializada, dando força aos aspectos relacionados à diversidade e ao pitoresco. Embora com uma preocupação acerca da exploração do turismo sexual – com a elaboração de campanhas de conscientização –, o país ainda divulga materiais que apresentam silhuetas femininas em sua composição.
2003: Plano Aquarela	O Plano Aquarela é o primeiro plano estratégico de promoção de turismo do Brasil e foi elaborado em parceria com Joseph Chias (responsável pela criação de outras marcas turísticas como a da Espanha). Com dois anos de pesquisa de mercado, o Plano, lançado em 2005, apresenta a marca “Brasil: sensacional”, desenvolvida a partir de um conceito que relaciona natureza, cultura e diversidade.

Fonte: Adaptado de Kajihara (2010).

Na síntese da autora, é possível inferirmos algumas questões relacionadas às condições de produção dos sentidos acerca do Brasil enquanto produto turístico. Interessa-nos aqui, dois pontos fundamentais para compreender a articulação da memória. O primeiro é a relevância da EMBRATUR enquanto



um Aparelho Ideológico de Estado, que visa articular um dizer predominante acerca do Brasil. O segundo ponto, atrelado ao primeiro, que é próprio da articulação da memória discursiva, são as questões de regularidade e repetibilidade dos enunciados.

4. OS ENTRECRUZAMENTOS DA MEMÓRIA DISCURSIVA NA *MARCA BRAZIL*

Trataremos, pois, a EMBRATUR como um Aparelho Ideológico de Estado pensando na elaboração althusseriana do conceito, o que corresponde “[...] a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.” (ALTHUSSER, 1996, p. 114). Estamos nos referindo, aqui, a uma instituição cuja especialidade é formular discursos acerca do Brasil enquanto produto/destino turístico. Não se trata, portanto, do discurso de um sujeito, mas de um discurso institucional, um “discurso oficial”, capaz de imprimir, na história, um sentido dominante. Nesse contexto, a elaboração da *Marca Brazil* também precisa ser entendida como parte de um complicado jogo de forças ideológicas marcado pela disputa e repetição de sentidos. Sentidos estes que, na medida em que são repetidos, vão encontrando regularidades, se cristalizando.

Lembremos o efeito de repetição ilustrado por Courtine (1999) por meio de *O Chapéu de Clémentis*. No texto, o autor apresenta a foto do discurso do dirigente comunista Klement Gottwald da sacada de um palácio barroco de Praga. Na foto, o líder aparece utilizando o chapéu que foi emprestado por Clémentis, presente no momento do discurso, mas apagado artificialmente da foto ao ser acusado de traição. Courtine (1999, p. 15) ressalta nesse texto que “O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares


de exemplares da fotografia da sacada, onde Gottwald, com um chapéu de pele e rodeado de seus camaradas, fala ao povo.” Mais tarde, quando Clémentis é acusado de traição e morto, “O departamento de propaganda fê-lo imediatamente desaparecer da história e certamente de todas as fotografias.” (COURTINE, 1999, p. 15).

Não é ao acaso que destacamos, no quadro síntese adaptado de Kajihara (2010), as expressões *mulher brasileira* e *silhuetas femininas*. Estas são, precisamente, representativas de sentidos repetidos acerca do produto turístico Brasil. Jung de Campos *et al.* (2018) já discutiram como o pré-construído sobre uma mulher latina hipersexualizada adere aos discursos sobre turismo no Brasil, uma aderência presente nas peças publicitárias da década de 1980, por exemplo, conforme ilustramos na Figura 1.

Figura 1 – Propaganda da Embratur de 1983



Fonte: Kajihara (2010).



Da mesma forma que o registro do discurso de Gottwald foi replicado milhares de vezes pelo departamento de propaganda do Partido Comunista, a imagem da mulher brasileira – aderida a um pré-construído hipersexualizado – foi replicada por pelo menos duas décadas no material publicitário que formulou discursos sobre o produto turístico Brasil. A regularização desse discurso que propõe a mulher brasileira como integrante do “*mix de produtos*” do Brasil turístico, inclusive, justifica a elaboração de contradiscursos para combate ao turismo sexual desde a década de 1990.

Retomemos, a partir dessa reflexão, uma definição possível de memória como “[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 2015, p. 50). Muito embora, na década de 1990, a produção do material turístico da EMBRATUR seja marcada por um discurso de promoção da diversidade natural/cultural do país e por campanhas de combate ao turismo sexual, a imagem da mulher ainda aparece como silhuetas de biquíni aderidas a contextos de praia. Expondo a contradição entre o combate à exploração sexual e os ecos de um já-dito de produtificação da mulher, o material década de 1990 acaba por reproduzir sentidos já estabilizados nos períodos anteriores, com um leve deslizamento, alinhado ao contradiscurso de condenação da exploração sexual.

Quando o Plano Aquarela é apresentado em 2005 – após dois anos de planejamento e pesquisa de mercado –, o “Clémentis” da EMBRATUR é apagado. A nova marca de divulgação do país passa a ser *Brasil: sensacional*, que veicula uma imagem abstrata, construída a partir de um conceito amplo de diversidade. Em uma linha gráfica muito parecida com os grandes eventos captados nesse período – a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e os Jogos




Olímpicos Rio 2016 –, a nova marca buscava reposicionar o produto turístico Brasil a partir da formulação de outro discurso, focado no país como um todo, negando quaisquer discursos que remetessem à sexualização de seu povo.

Entretanto, além das campanhas contra a exploração do turismo sexual, os órgãos governamentais ainda precisam lidar com a retomada desse já-dito de sexualização do povo brasileiro como algo positivo em diversos momentos. Um desses momentos é trabalhado na análise de Jung de Campos *et al.* (2018), que apresentam a charge “A camiseta da Adidas”, produzida como sátira ao posicionamento institucional do Ministério do Esporte sobre uma camiseta produzida pela marca alemã cuja estampa é uma adaptação do enunciado *I love NY*– onde *love* é substituído por um coração. Na peça produzida para a Copa do Mundo FIFA 2014, “[...] o coração, na cor amarela, foi acompanhado de uma pirâmide sobreposta, retratando assim, uma figura de nádegas femininas usando biquíni fio dental.” (CAMPOS *et al.*, 2018, p. 627).

Ao tomar conhecimento do lançamento da peça, o Ministério do Esporte brasileiro utilizou sua conta oficial no Twitter para se posicionar sobre o assunto, a partir da publicação “O Brasil é sensacional e nós amamos esse país! #BrasilÉMtoMais”, seguido de uma imagem com sugestões de estampa para a camiseta. (JUNG DE CAMPOS *et al.*, 2018, p.630).

Esse é o contexto de produção da charge que apresenta a ilustração de dois homens, um segurando uma reprodução da camiseta, acompanhado do enunciado “O governo nos acusa de incentivar o turismo sexual com esta camisa...”, que é respondido pelo interlocutor com “Incentivar? O turismo sexual é o único setor que o país conseguiu aprontar em tempo pra





Copa...”.Acreditamos que o exemplo da “camisa da Adidas” seja suficiente para demonstrar que, mesmo havendo um esforço efetivo da política pública em desvincular o produto turístico Brasil de sua imagem hipersexualizada, esses sentidos foram reproduzidos de modo tão contínuo e incisivo que mesmo o reposicionamento da marca não foi capaz de promover um acontecimento que apagasse tais efeitos. Embora a figura de Clémentis seja agora um muro vazio, seu chapéu continua lá.

Aqui se apresenta um aspecto importante do conceito de memória discursiva, “[...] a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase. Essas considerações deslocam o estatuto do que é provável historicamente, porque a operação de retomada se localiza nesse nível.” (ACHARD, 2015, p.17). Ou seja, a memória retoma os vestígios do que já foi regularizado – “[...] situamos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização[...].” (ACHARD, 2015, p. 16) –, em vez de reproduzir sequências já enunciadas.

A relação da memória com sequências já enunciadas ou, em consonância com Pêcheux, “[...] ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) [...]” (PÊCHEUX, 2015, p. 46) remete imediatamente aos mecanismos de funcionamento do interdiscurso denominados pré-construído e discurso transverso. Nesse sentido, cabe uma ressalva quanto à relação entre o interdiscurso e a memória discursiva, uma vez que os efeitos de encaixe – do pré-construído – e linearização – do discurso transverso – incidem diretamente no fio do discurso. Elaborando melhor o ponto, retomemos as considerações de Indursky (2011) sobre encaixe e linearização.




O primeiro é objeto de uma operação de apropriação que, através de um encaixe sintático, estabelece correferência entre o que é apropriado e encaixado no discurso do sujeito e o que ali já se encontrava formulado, produzindo o efeito de que aquele pré-construído foi produzido ali no discurso do sujeito. O segundo retoma um pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente, como um implícito. (INDURSKY, 2011, p. 70).

A relação entre memória e interdiscurso mostra-se, então, a partir do momento em que consideramos a existência do segundo como um “real exterior” por meio do qual as condições materiais do pré-construído e do discurso transversal são determinadas. Em outras palavras, pensando o interdiscurso como um espaço virtual exterior, caracterizado pelo “[...] todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 148-149), chegaremos à dependência de qualquer produção de sentido ao complexo exterior-inacessível do interdiscurso.

Logo, ao considerar que um determinado efeito de sentido é regularizado em certa rede de memória, o funcionamento do interdiscurso aparece, no intradiscurso, nas formas de encaixe e linearização. O sujeito, ao formular o discurso, o faz sob a ilusão de ser a origem do seu próprio dizer, funcionando sob o efeito do esquecimento de que os sentidos pré-existem (INDURSKY, 2011). Daí, o aspecto diferencial entre o funcionamento desses dizeres que falam em outro lugar – como no caso do pré-construído e do discurso transversal – para a memória discursiva é que os primeiros funcionam por meio do esquecimento, fruto da interpelação ideológica, que garante a “evidência” de que algo só pode ser dito daquela forma, enquanto na memória, o processo se dá pela linearização e regularização de um discurso.





Nessa perspectiva, “A regularização se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui outro jogo de força [...]” (ACHARD, 2015, p. 16). Dito de outro modo, enquanto o interdiscurso articula, na formação discursiva, sua objetividade material contraditória pela via do esquecimento, a memória funciona pelo reconhecimento do que precisa ser repetido e, por consequência, daquilo que deve ser esquecido.

Ao retomar Achard (2015), Pêcheux (2015) lembra que a tendência da regularização discursiva é instituir a série da lei do legível. O efeito seriado de paráfrases, entretanto, sempre pode “[...] ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 46). Se o choque promovido pelo acontecimento for capaz de impactar na rede de implícitos que permeiam a regularidade da memória, abre-se espaço para a formulação de outra rede de regularizações, instituindo outros efeitos de sentido.

No contexto de análise que propomos, o reposicionamento da marca proposta pelo Plano Aquarela se aproximaria de uma tentativa de promover esse abalo nos sentidos já regularizados sobre o produto turístico Brasil. Entretanto, assim como o jogo de forças entre memória e acontecimento pode resultar em uma desregulação que cria outros efeitos de sentido, é possível que o resultado desse choque resulte na mediação do acontecimento com os implícitos pré-existentes. Isso favorece uma estabilização parafrástica que pode tanto absorver quanto dissolver o próprio acontecimento na rede de regularidades (PÊCHEUX, 2015).

Assim, chegamos à marca da EMBRATUR, criada em 2019 para pensar as relações de força entre estratégias que promoveram o produto turístico Brasil de 2003 a 2018 e o retorno de uma rede de regularidades a



partir da qual foi possível inferir que a “nova marca do Brasil no exterior sugere turismo sexual”. Reproduzimos, então, na Figura 2, a *Marca Brazil*, apresentada pela EMBRATUR em 2019.

Figura 2 – MarcaBrazil



Fonte: EMBRATUR (2019b, p.).

No manual de uso da *Marca Brazil*, a nova proposta é descrita da seguinte forma:

A bandeira nacional é o maior símbolo nacional. Nossa natureza, nossos esportistas, a música, a comida. Também inspirada na rosa dos ventos, a Marca Brazil representa um país que em todas suas direções é lindo e cheio de vida, natureza, cultura e encantamento. O Brasil superlativo, de grandes dimensões, da maior diversidade natural, de grandes metrópoles, de imensas distâncias de paisagens tão diversas que poderiam pertencer a continentes diferentes, este Brasil está unido de Norte a Sul, de Leste a Oeste, sob um mesmo céu, uma mesma bandeira.

E este Brasil único e ao mesmo tempo diverso, é o que queremos apresentar para o mundo. Um Brasil moderno e dinâmico, que almeja projetar no mundo a imagem de sua essência. (EMBRATUR, 2019b, p. 2).

Trataremos da proposição de uma imagem que atrela a diversidade do país a um de seus símbolos oficiais em um segundo momento, por ora, foquemos no *slogan* que acompanha a *Marca*. O enunciado *visit and love us* apresenta uma construção problemática devido ao fato de que a

● ● ●

personalidade do pronome *us*, na língua inglesa, abre a possibilidade para uma interpretação em que *love* se refere ao povo, e não ao país como um todo. Aqui, aparece uma primeira articulação com a rede de memória que estabiliza o povo também como integrante do *mix* de produtos turísticos do Brasil. O manual da *Marca*, porém, define a tradução livre do *slogan* como “visite-nos e se encante” (EMBRATUR, 2019b, p. 15), expondo o problema de correspondência entre sentidos possíveis nas versões em português e inglês.

Retomemos, agora, à questão do símbolo nacional. Nos guias turísticos de 1977, durante a ditadura militar, versões minimalistas da bandeira nacional já eram utilizadas no material promocional da EMBRATUR (Figura 3). Do ponto de vista que nos propomos problematizar, trazer a bandeira na *Marca* não representa uma inovação, mas o retorno de uma regularidade que permeia toda a construção de marca do órgão.

Figura 3 – Guia de turismo da EMBRATUR 1977



Fonte: Kajihara (2010, p.).



A proposição de uma postura nacionalista, típica do período ditatorial brasileiro, é retomada promovendo uma evidência de unicidade discursiva quando comparada a outras peças publicitárias elaboradas pelo governo federal em 2019. Evidencia, ressaltamos, porque, ao mesmo tempo em que a marca da EMBRATUR remete a um discurso nacionalista, expõe a contradição, expressa pela grafia *Brazil* e pelo *slogan* que a segue – *visit and love us* –, cuja construção permitiu, inclusive, a produção de um chiste que viralizou nas redes sociais à época do lançamento da marca. Como a tipografia empregada na marca não indica diferenciação entre maiúsculas e minúsculas, o enunciado *BRAZIL: VISIT AND LOVE US* permitiu que se sugerisse a interpretação de *US* como a abreviação de *United States*. Foi possibilitada, nesse sentido, uma tradução satirizada do enunciado – Brasil: visite e ame os Estados Unidos – que significa ao enlaçar em outros contextos de produção relativos ao cenário político do Brasil na última metade da década de 2010.

Apesar de esta reflexão demonstrar o processo de regularização e mobilização de implícitos relativos à memória discursiva, acreditamos que ainda é preciso ir adiante para demonstrar a regularidade, onde residem os implícitos que, “[...] sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que a meu ver podem levar a conduzir à questão da construção de estereótipos)” (PÊCHEUX, 2015, p. 46), assinalariam que a nova marca da EMBRATUR sugere o turismo sexual. Tal construção discursiva, a nosso ver, está relacionada à marca como um todo, e não apenas ao uso da bandeira ou à construção problemática do *slogan*. Demonstraremos isso na Figura 4, que apresenta um recorte comparativo entre o material da EMBRATUR de 1983 e a marca de 2019.



Figura 4 – Recorte comparativo



Fonte:Elaboração própria.

No recorte de 1983, tanto a bandeira quanto a grafia *BRAZIL* já aparecem. A versão atualizada da marca, quando recortada, apresenta praticamente a mesma adaptação da bandeira nacional presente na marca de 1983. Quando vistas em sua integralidade – ver Figuras 1 e 2 –, ambas as marcas trazem um complemento textual ao nome do país em língua inglesa. A campanha de 1983, *Brazil, see you there* – slogan acompanhado da fotografia de uma mulher de biquíni, segurando um copo – ecoa, então, na marca de 2019 por conta da reprodução seriada de um *design* que mescla a representação de uma imagem minimalista da bandeira nacional, acompanhada do nome do país em língua estrangeira, complementado por um enunciado que sugere personalidade e disponibilidade do povo como parte integrante do produto turístico.

Portanto, posta em relação à linha temporal da EMBRATUR, a marca de 2019 encontra laços com um discurso que posiciona o produto turístico Brasil em uma lógica que se pretende nacionalista, mas pende à hipersexualização de povo e à comercialização de um paraíso tropical, colonizado e liberal. Ao descrever uma marca que propõe apresentar um



Brasil “moderno e dinâmico”, a EMBRATUR promove uma mediação com os sentidos articulados no Plano Aquarela, absorvendo a tentativa de formulação de discursos sobre um “Brasil Sensacional”, estabilizando a perturbação da rede de implícitos articulada nos materiais anteriores.

Nossa análise implica, então, o reconhecimento da repetibilidade inerente aos processos de memória. Entretanto tal processo, conforme ressalta Indursky (2011), não é suficiente para que os sentidos se cristalizem, uma vez que a repetição não acontece palavra por palavra, e, sim, por meio de deslizamentos e transformações. É o desdobramento metafórico de um enunciado que permite, ao mesmo tempo, a rememoração de um sentido já-enunciado e a sua regularização em um discurso determinado.

5. ÚLTIMOS APONTAMENTOS

Concluimos considerando que retomada da linha de tempo dos materiais publicitários elaborados pelo órgão governamental apresenta um contexto de produção de uma marca que prioriza uma abordagem nacionalista, ao mesmo tempo em que apresenta uma imagem estereotipada do povo e da cultura brasileira. Nesse contexto, as ações do Plano Aquarela apresentam um esforço em ressignificar a imagem sedimentada nos períodos anteriores, esforço este que é mediado e absorvido pela *Marca Brazil*.

Pondo em diálogo a *Marca Brazil* com outros textos de divulgação também produzidos pela EMBRATUR em diferentes períodos, acreditamos ter demonstrado os pontos de regularidade e do efeito seriado da memória discursiva que articulam uma imagem de Brasil vendida enquanto destino turístico exótico, sensual e que explora o corpo – especialmente o feminino – como subproduto.



● ● ●

Ao observar, assim, uma marca composta, entre outras coisas, por um enunciado de construção problemática, articulado a uma exterioridade que regulariza sentidos sobre o produto turístico Brasil, demonstramos como a *Marcasugere* e normaliza o turismo sexual a partir de um efeito de repetições seriadas e deslizamentos pontuais, cuja força ideológica é capaz, inclusive, de mediar e absorver contradiscursos sob a justificativa de inovação.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In : ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes Editores. 2015. p. 11-18.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação) In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

AMOR: nova marca do Brasil no exterior sugere turismo sexual. **Revista Fórum**, [S. l.], 16 jul. 2019. Disponível em: [https://revistaforum.com.br/brasil/amor-nova-marca-do-brasil-no-externo-sugere-turismo-sexual/amp/](https://revistaforum.com.br/brasil/amor-nova-marca-do-brasil-no-externo-sugere-turismo-sexual/). Acesso em: 10 nov. 2019.

CAMPOS, L. J. *et al.* Brasil Turístico: efeitos de sentido e condições de produção na Copa do Mundo Fifa 2014, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 3, n. 10, p. 623-635, 2018.

COURTINE, J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1999. p. 15-22.





EMBRATUR. **História**. [S. l.], 2019a. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/lai_embratur/opencms/acessoainformacao/menu/embratur/historia.html. Acesso em: 10 nov. 2019.

EMBRATUR. **Manual de uso da Marca Brazil**. [S. l.], 2019b. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/estrutura/download>. Acesso em: 10 nov. 2019.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F; MITTMAN, S; FERREIRA, M.C.L. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

KAJIHARA, K. A imagem do Brasil no exterior – análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até 2008. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 1-30, 2010.

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação (a Análise do Discurso na França). In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por: Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 227-230.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: UNICAMP, 2014.

_____. Papeldamemória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papeldamemória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 43-52.





A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO
LATINO-AMERICANO POR UM JORNAL INTERNACIONAL

HOW AN INTERNATIONAL PERIODICAL REPRESENT
THE IMAGE OF THE LATIN-AMERICAN BLACK PEOPLE

Renata Almeida DANIN¹

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: renatadanin@gmail.com.





RESUMO

Este trabalho busca explorar a relação entre as narrativas reproduzidas pelos grandes conglomerados de mídia na reprodução de ideologias e na construção da imagem do negro latino-americano morador de favela no Brasil. Utilizaremos a Análise Crítica do Discurso como arcabouço teórico e metodológico, com o suporte de importantes teorias da comunicação social. Nosso *corpus* é composto por duas reportagens da versão *online* do jornal britânico *The Guardian*, do mês de setembro de 2019, noticiando a violência policial no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE

Violência policial; racismo; Análise do Discurso.

ABSTRACT

This paper seeks to explore the relationship between the narratives reproduced by large media conglomerates, the reproduction of ideologies and the construction of the image of the black, latinamerican, slum dweller in Brazil. We will use as theoretical and methodological framework the Critical Discourse Analysis, supported by important theories of the social communication. Our corpus consists of two reports from the online version of the British newspaper *The Guardian* of September 2019, reporting police violence in Rio de Janeiro.

KEYWORDS

Police Violence, Racism, Discourse Analysis.





INTRODUÇÃO

A metodologia de Análise Crítica do Discurso analisa um componente fundamental: o uso da linguagem, ressaltando aspectos cognitivos, modelos mentais, conhecimentos e demais representações. As estruturas sociais, comunicativas, históricas e culturais, quando representadas em determinados contextos, são relevantes para uma formação sociocognitiva, que pode vir a se transformar em atitudes, hábitos e a formação de pensamento. O Discurso, sendo percebido como prática social, desempenha papel interessante na sociedade, sendo responsável pela transmissão de conhecimentos e ideologias, de modo que se torna útil o uso dessa ferramenta para estudar e analisar a reprodução do racismo, da dominação e da desigualdade social na sociedade contemporânea.

Os discursos não se limitam apenas a uma dimensão verbal:têm, também, dimensões não verbais; e levam em consideração a entonação, gestos, sons, imagens, entre outros aspectos multimodais. Essas características se somam à importância da mídia na reprodução de ideologias, sobretudo a ideologia das Elites simbólicas, transmitidas, neste caso, por grandes conglomerados de mídia e sua visão de mundo.

Estudaremos, neste artigo, duas reportagens veiculadas, no mês de setembro de 2019, pelo jornal britânico *The Guardian*, em sua coluna *World News*, na versão *online*, que noticiaram eventos ocorridos no Rio de Janeiro, no contexto local de violência policial. Nossa escolha pelo jornal *The Guardian* se deu em virtude do alcance, da credibilidade e da influência mundial, tendo suas reportagens reproduzidas e servindo como referência na área jornalística.



Para a construção deste estudo, optamos pela metodologia de Análise Crítica do Discurso (ACD) proposta pelo sociólogo holandês Teun A. Van Dijk, que se debruçou sobre os estudos de discurso e desigualdade na América Latina e Europa, destacando-se pela sua experiência na detecção de indícios do racismo narrativo. Neste artigo, além de utilizarmos a Análise do Discurso como metodologia, abordaremos, também, alguns conceitos desta importante escola teórica, acionando outros conceitos pertinentes em nossa análise.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. DISCURSO COMO FORMA DE CONTROLE

Para uma correta Análise Crítica do Discurso, além da análise da estrutura narrativa, é preciso observar, também, as estruturas do contexto – ou seja, os parâmetros marcantes da situação comunicativa –; e como é percebida pelos integrantes no contexto social. A manipulação da narrativa é expressa por meio do controle do discurso público, determinando, indiretamente, o que o público deseja, de modo que o controle do discurso é uma forma de poder simbólico (VAN DIJK, 2008).

A Elite simbólica é constituída por políticos, jornalistas, professores e toda sorte de profissionais que detêm poder simbólico suficiente para controlar o discurso público nas mais diversas dimensões semióticas. Por esse motivo, a análise do discurso está associada a uma análise social e a um abuso de poder, o poder simbólico. Ainda segundo Van Dijk (2008), as Elites simbólicas, além de controlar as ações comunicativas, controlam, também, o pensamento dos demais. Isso se deve ao fato de que



o conhecimento adquirido por meios dessas Elites ajuda a construir opiniões e atitudes. Mas, dependendo do nível de conhecimento e de reflexão do indivíduo, é possível rejeitar as ideias dessas elites, mesmo que estejam em situação de poder. É importante frisar que a propagação de ideologias, o controle da mente e a formação da opinião são adquiridos a partir da sociocognição, que, por sua vez, é um ponto forte no pensamento do sociólogo holandês Teun Van Dijk, é a grande responsável pela formação de opiniões, cultura e forma de pensar na atualidade, moldando o leitor a partir da visão de quem controla o discurso público.

Figura 1 – Triângulo discurso-cognição-sociedade



Fonte: Elaborada pela autora com base em Van Dijk (2008).

É possível relacionar o papel das elites simbólicas propostas por Teun Van Dijk com algumas características das redes de Manuel Castells, uma vez que as redes concentram os legítimos reprodutores dos códigos de conhecimento, contribuindo com a construção da percepção coletiva (CASTELLS, 2000). Logo, ao contribuir com a percepção coletiva, exerce-se,



também, uma forma de poder simbólico, de modo que Van Dijk e Castells se relacionam nas definições de poder, pois, para Castells (2000,) o poder é baseado no controle da comunicação e da informação, seja por meio do macropoder do Estado e dos conglomerados de mídias, seja por meio do micropoder de organizações de todos os tipos.

De forma fluida e pouco perceptível, é possível a materialização de processos de aquisição de poder como uma relação de poder de um grupo sobre outro, assumindo a força das elites simbólicas no controle do discurso público. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que a ideologia com indícios de racismo, de um modo geral, organiza-se a partir da representação positiva de si e da representação negativa do outro, podendo, também, ser utilizada a estrutura de nós *versus* eles. Tais conceitos podem ser aplicados em todos os níveis semânticos (imagens, tópicos e metáforas) e, assim, por meio da sociocognição, engendrar um pensamento preconceituoso contra determinados grupos desprivilegiados socialmente, a exemplo dos negros e dos pobres de nossa sociedade (VAN DIJK, 2008).

1.2. RACISMO COMO VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O racismo institucional – sutil, difuso, praticado por instituições de nossa sociedade, o qual, em muitos casos, não é perceptível, devido ao seu caráter simbólico e implícito no discurso público – se aproxima das ideias do sociólogo Pierre Bourdieu, que nos ajuda a compreender importantes conceitos de nosso aporte teórico, como os de dominação e violência simbólica. A dominação não ocorre, diretamente, da ação de uns sobre outros, mas da consequência indireta de ações que se produzem na estrutura do campo, que exerce predomínio em relação aos outros. Tal dominação não é manifesta,



e, sim, disfarçada, a tal ponto que, muitas vezes, os que a sofrem não a entendem (BOURDIEU, 2005):

[a] violência simbólica incide em um abuso que se pratica com a convivência implícita dos que a toleram também, com constância, dos que a praticam, de modo que alguns são inconscientes de que estão praticando ou sofrendo esta violência. Logo, a violência simbólica é uma violência velada, conferindo poderes. Tal violência não pode ser usada involuntariamente, pois não é um tipo distinto de violência. Ela é violência física disfarçada, camuflada e encoberta. (BOURDIEU, 2005, p. 22).

Esse tipo de violência tem, por consequência, instituir a legalidade de um discurso de autorização de uma instituição, ao passo que as relações de poder que causam a violência simbólica são ignoradas (BOURDIEU, 2005). Logo, o racismo, sobretudo o racismo institucional, comporta-se como uma espécie de violência simbólica, que é difundida, em nossa sociedade, por meio de diversas práticas: explícita; direta; institucional; discursiva; não acesso a direitos, como educação e saúde; violência policial; representação negativa ou inexpressiva na mídia (DANIN, 2017).

1.3. MÍDIA

Finalmente, aproximamo-nos dos conceitos relacionados à reprodução do racismo e, neste caso, do papel da mídia como disseminadora de preconceitos. Desse modo, dialogaremos com o estudioso da Teoria das Comunicações (principalmente, no contexto da América Latina) Jesus Martín-Barbero, que, no livro *Dos Meios às Mediações*, propõe uma abordagem que não foca os meios de comunicação (televisão, jornal, rádio); e estende o olhar até a




experiência da vida cotidiana (bairro, hábitos cotidianos, hábitos de classe e relações familiares). Entendendo a comunicação como prática social, o autor utiliza o conceito de mediação como a categoria que liga a comunicação à cultura (MARTÍN-BARBERO, 2008).

As mediações são os elementos presentes entre a produção e a recepção dos produtos midiáticos. Pensar a comunicação sob o aspecto das mediações significa entender que, entre a produção e a recepção, há um espaço em que a cultura cotidiana de fato acontece. Martín-Barbero (2008) sugere três componentes de mediação que influenciam o modo como os receptores recebem os produtos midiáticos: temporalidade social, competência cultural e cotidianidade familiar. No cenário de competência cultural e cotidianidade familiar, justamente, as ideias das elites simbólicas ganham força, podendo ser reproduzidas.

Thompson (2011) também buscou entender as várias formas pelas quais a mídia passou a moldar o mundo em que hoje vivemos. Segundo Thompson (2011), o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação social, novos tipos de relações sociais e de maneiras de relacionamento dos indivíduos. A comunicação de massa é produção e difusão de bens simbólicos a partir da fixação e da transmissão de conteúdo simbólico ou informação. Por sua vez, o valor simbólico é o valor que os objetos têm em virtude do apreço, estima ou desprezo dos indivíduos. Logo, no campo simbólico, ocorrem, também, as reproduções de violências simbólicas – entre elas, o racismo. Compreendendo que a mídia passou a moldar o mundo e o comportamento das pessoas, novas formas de reprodução da violência simbólica foram refinadas, e, justamente, nas nuances discursivas, podemos detectar esse movimento.





Outra contribuição relevante de Thompson (2011) na discussão da importância da mídia na propagação de mensagens e ideologias – sejam quais forem – é o conceito de socialidade mediada, que nada mais é do que a compreensão do mundo moldada pelos produtos da mídia, um sentimento de pertencimento a grupos e comunidades, que se constituem, em parte, por meio da mídia. A socialidade tem forte poder ideológico, cultural e cognitivo e é uma importante ferramenta usada pelas elites simbólicas para reprodução de mensagens e ideias de um modo geral. A ideia de recepção nos é igualmente útil, pois demonstra que o sentido que os indivíduos dão aos produtos da mídia pode variar de acordo com as vivências, com as condições sociais e com as crenças de cada um, de modo que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras, em diferentes contextos (THOMPSON, 2011).

2. METODOLOGIA

Este trabalho busca examinar a relação entre as narrativas reproduzidas pelos grandes conglomerados de mídia, na reprodução de ideologias e na construção da imagem do negro latino-americano morador de favela no Brasil. Para alcançar nosso objetivo, realizaremos uma breve revisão bibliográfica, abordando temas que circundam a propagação do racismo na sociedade contemporânea; e, em um segundo momento, analisaremos um *corpus* composto por reportagens de um jornal internacional.

A escolha do *corpus*, composto por duas reportagens do mês de setembro de 2019 da coluna *onlineWorld News* do jornal britânico *The Guardian*, deve-se ao alcance, à respeitabilidade e à influência do jornal na disseminação da notícia e na reprodução de sua visão de mundo



aos leitores, sobretudo do leitor europeu. Como arcabouço teórico e metodológico, optamos pela Análise Crítica do Discurso sob a ótica do sociólogo holandês Teun Van Dijk, em virtude de seus estudos sobre racismo narrativo, tanto na Europa quanto na América Latina.

Apenas para fins didáticos, ajudando o leitor a compreender a análise e ratificar o tema proposto pelas reportagens, utilizaremos uma técnica de Análise de Conteúdo, com o suporte do software de pesquisa qualitativa NVIVO¹². Nossos resultados e discussões se dividirão em três etapas: a primeira será a análise das manchetes; a segunda será a análise das imagens de capa de cada reportagem; e a terceira será a análise do discurso em categorias narrativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Análise Crítica do Discurso – ou, simplesmente, ACD – é uma ferramenta útil para investigar ideologias, identidades e relações de poder presentes em diversas narrativas, sendo possível revelar o que há por trás de determinadas estruturas narrativas. Para Van Dijk (2008), a narrativa expressa relações de poder que podem refletir racismo ou preconceito, de modo que as relações raciais precisariam ser pensadas de forma complexa, envolvendo os modelos cognitivos, sociais, psicológicos e, até mesmo, históricos. Por isso, devem ser analisadas sob várias óticas. Pelo olhar da cognição social (base principal do pensamento do autor), a Análise Crítica do Discurso se destina a estudar textos e fala, enfatizando a relação entre discurso e sociedade na propagação de ideologias (e como estas ideologias podem imprimir resistência, dominação ou desigualdade); nas estratégias de manipulação, de legitimação, de consenso; e nos demais métodos que beneficiam as elites simbólicas.



Van Dijk (2008) afirma que há muitas maneiras de analisar o discurso de forma crítica – de formagramatical, por meio de diálogos, por meio daretórica, por meio da estilísticae por meio dasemiótica –, sendo possível, ainda, a utilização dediversas metodologias, comoa experimental, a observação participante, a etnografia, entre outras diversas. Logo, o discurso não é entendido como uma narrativaindependente, mas como uma práctahistórica, política, cultural e social.

Para uma melhor compreensão da reprodução midiática da narrativa ideológica das elites simbólicas, elaboramos o esquema abaixo, que explica que a estrutura social representada pelo jornal ou por grandes conglomerados de mídia (o jornal *The Guardian* atua como elite simbólica) controla a forma como os eventos comunicativos são noticiados, utilizando os meios de comunicação (rádio, jornais, televisão), que influenciam, diretamente, a cognição pessoal e social (a partir de atitudes, comportamentos e formação cultural). O processo se retroalimenta e retorna à sociedade muitas vezes, como se fosse uma ideia própria. Porém, foi altamente influenciada pelas elites simbólicas ao longo do processo supracitado, de modo que a sociocognição se torna a principal interface que liga o discurso à sociedade (VAN DIJK, 2008).

Figura 2 – Reprodução midiática da narrativa ideológica das elites simbólicas



Fonte: Adaptada de Van Dijk (2008).

O *corpus* desta pesquisa é composto, basicamente, por duas reportagens diferentes de um mesmo jornal, em sua versão *online*, utilizando, como critério básico, assuntos relacionados ao Brasil, no mês de setembro de 2019, no mecanismo de busca do próprio jornal. As reportagens estão localizadas na coluna *World News* e descrevem violência policial nas comunidades (favelas) do Rio de Janeiro. Aqui, aprofundaremos o debate sobre a representação da imagem do negro pobre morador de favela e como é retratado pela mídia estrangeira. As discussões seguem logo após a apresentação do *corpus*.

Quadro 1 – Versão *online* para o Reino Unido do jornal britânico *The Guardian*, coluna *World News*, setembro de 2019

“Caught defenseless in the crossfire: Rio families cope with deaths by police violence”
Coluna *World News*
The Guardian, 16/09/2019.
E1

“Brazilians blame Rio governor’s shoot-to-kill policy for death of girl”
Coluna *World News*
The Guardian, 22/09/2019.
E2



Fonte: *The Guardian*, 2019.

As histórias podem se tornar mais eficazes ou mais credíveis, enfatizando a natureza notável, inesperada ou outro aspecto interessante de sua complicação. Isso pode acontecer, por exemplo, com o estabelecimento de um contraste marcante com o que seria o curso normal dos eventos em tal situação (VAN DIJK, 2008). Nesse sentido, ao retratar a violência policial carioca, temos, aqui, uma situação atípica, pois a polícia, em tese, tem o dever de proteger a população – e não o contrário –, de modo que o uso das manchetes se justifica do ponto de vista jornalístico, buscando a atenção do leitor, mas, ainda assim, veicula outras relações ideológicas, que serão abordadas em detalhes mais à frente.

Esta parte do trabalho está dividida em três etapas simples: a primeira será a análise das manchetes; a segunda será a análise das imagens de capa de cada reportagem; a terceira será a análise do discurso em categorias narrativas.

Os acontecimentos das reportagens retratam o cenário de violência policial nas favelas cariocas, que vitimou, principalmente, crianças inocentes, executadas por balas perdidas em possíveis trocas de tiros da polícia com bandidos, em nome das políticas de “guerra às drogas” e de “atirar pra matar” implementadas pelo governador Wilson Witzel. Como se verá, essas políticas afetam, sobretudo, negros e pobres, que, por desigualdades sociais históricas, são maioria nas favelas cariocas, cenário principal dos fatos noticiados.

3.1. ANÁLISES DAS MANCHETES

E1: **“Caught defenseless in the crossfire: Rio families cope with deaths by police violence”**

Indefeso pego no fogo cruzado: famílias do Rio lidam com mortes por violência policial



E2: **“Brazilians blame Rio governor’s shoot-to-kill policy for death of girl”**

Brasileiros culpam a política de atirar para matar do governador do Rio pela morte de menina

Ambas as manchetes generalizam os sujeitos, que se estendem, discursivamente, para todo o Rio de Janeiro (e não apenas na favela), como se observa em E1 (*Rio Families*); e expande uma crítica ao fato de a política de atirar para matar, que é específico do Rio de Janeiro, a uma discussão nacional, como se observa em E2 (*Brazilians blame*). Portanto, a partir da reprodução desse tipo de manchete, é possível associar, diretamente, Rio de Janeiro e Brasil à violência policial.

Outra camada que deve ser analisada na manchete se refere ao tipo de discurso empregado. Nesse sentido, Van Dijk (2008) nos adverte que o racismo narrativo pode utilizar o discurso *sobre o outro*, que objetiva uma persuasão interna (intragrupo) – ou seja, a difusão de ideais e valores que já fazem parte da base ideológica do próprio grupo a quem a mensagem se direciona –, permitindo a continuidade do sistema de dominação racial de um sobre o outro.

Logo, é possível observar que, em E1 e E2, há indícios de um discurso sobre o outro que ratifica a imagem do Rio de Janeiro e do Brasil como um local de incivilizados, em que as leis não são cumpridas; as instituições são falhas; as moradias são indignas para os mais pobres; há a forte sensação de impunidade, apenas confirmando a base ideológica e sociocognitiva já



formada pelos leitores do jornal, que, no caso do *The Guardian*, são, em sua grande maioria, europeus de classe média e brancos.

Van Dijk (2008) aponta que as elites simbólicas são atores sociais importantes, que utilizam os mais diversos meios de comunicação para influenciar mentes e ações a seu favor. Esse controle passa pelo fornecimento de informações enviesadas sobre eventos, visto que os receptores da mensagem não têm acesso a fontes alternativas de informação. Seguindo esse padrão de pensamento, os receptores formam novos padrões mentais, também enviesados, transmitindo conhecimentos e atitudes de acordo com a informação que foi recebida. No caso de manchetes como E1 e E2, é transmitida a imagem de um Brasil atrasado, violento, pobre, em que não é possível confiar nas instituições (polícia), enviesando, por completo, a imagem do país a partir de eventos isolados e de um contexto específico (não generalizado).

E1: Caught defenseless in the crossfire: Rio families cope with deaths by police violence.

“Indefesos pegos no fogo cruzado: famílias do Rio lidam com mortes por violência policial”.

Além de fragilizar a crença na instituição policial, a manchete revela que os moradores da favela retratados na reportagem estão em posição de completa vulnerabilidade e entregues à própria sorte. O uso do verbo *lidar* (conviver, suportar, aguentar), na expressão *Famílias do Rio lidam com mortes por violência policial*, já se trata de uma posição de poder sobre o outro, denota a representação dos sujeitos da ação como passivos, como se apenas sofressem as consequências. Percebe-se, também, que, nessa manchete,

não há nenhuma camada narrativa que possibilite a solução do caso ou a resolução do problema. Van Dijk (2008) demonstra que, em manchetes sobre minorias raciais, a camada narrativa de solução do problema está sempre ausente. É como se o problema apresentado não pudesse ser resolvido. Logo, observamos, aqui, outro indício de uma narrativa enviesada e outro bom exemplo de discurso sobre o outro.

3.2. ANÁLISE DAS IMAGENS

Quadro 2 – Comparativo das imagens de capa das reportagens do jornal *The Guardian*, Coluna *World News*, dias 16/09/2019 e 22/09/2019, respectivamente

ColunaWorld News
The Guardian, 16/09/2019.
E1



Fotografia: Felipe Fittipaldi/*The Guardian*


Coluna World News
The Guardian, 22/09/2019.
E2



Fotografia: Léo Corrêa/AP

Fonte: *The Guardian* (2019).

Tendo por base as imagens de capa de ambas as reportagens (E1 e E2), depreende-se que a construção de modelos mentais favorece a criação de estereótipos. A generalização de estereótipos é observada em nosso *corpus*,



ao retratar os moradores da favela, palco principal dos acontecimentos reportados. Com base na escolha das imagens, em E1 e E2, para compor a imagem de capa das reportagens; e nas semelhanças que existem entre elas do ponto de vista estético, depreende-se que não se trata apenas da iluminação local, mas, sim, de uma escolha narrativa que envolva baixa iluminação empregada nas fotografias, o emprego de cores frias, o enquadramento do objeto, o entorno do objeto fotografado, além do uso das cores como forma de imbuir desesperança e desespero nos elementos retratados. De acordo com Bellantoni (2005), há uma relação direta entre a escolha das cores e os sentidos. Logo, as imagens retratadas também passam a ter uma função narrativa que auxiliaria na construção de sentidos, dando ênfase à narrativa.

A análise da imagem em E1, ao retratar um jovem, negro, com olhar perplexo, cansado e indefeso, em um possível barraco, mal iluminado, diz muito sobre a condição social e sobre a realidade de moradia nas favelas cariocas. Porém, ao relacioná-la à imagem retratada em E2, percebemos uma construção imagética, ao retratar-se, em ambos os casos, os moradores de favela, em sua maioria negros e pobres, em fotografias escuras, em desespero, indefesos e, neste caso, tementes à violência policial, que é tema de ambas as reportagens.

É importante ressaltar que as imagens, em conjunto com as manchetes, articulam o cenário de medo, preocupação e desigualdade social por parte dos moradores das comunidades. Estes se sentem em um fogo cruzado com a polícia e temem toda a conjuntura política e social instalada no Rio de Janeiro em virtude das políticas de “guerra às drogas” e de “atirar para matar”, implementadas, recentemente, no governo Witzel. Retratadas nas reportagens, as políticas impactam, diretamente, os moradores das comunidades cariocas



(favelas), que são alvo preferencial dessas políticas, levando ao genocídio da população negra, denunciado por uma das reportagens. De acordo com Van Dijk (2008), as manchetes sobre negros são frequentemente associadas a questões sociais, crimes, ameaças e violência. É fundamental perceber que todo o cenário retratado pelo jornal, que tem a função primordial de informar, ajuda a construir uma opinião sobre o país relatado, sobre as formas de tratamento do Estado em relação à população, assim como a própria reação da população aos eventos. As interseccionalidades de raça, posição social, gênero, nível de escolaridade, saneamento, acesso à educação, além de outros aspectos biopolíticos, devem ser analisadas com mais cuidado, para que os fatos sejam noticiados de forma imparcial, buscando estar o mais próximo que for possível da realidade, com a finalidade de cumprir os princípios básicos da comunicação.

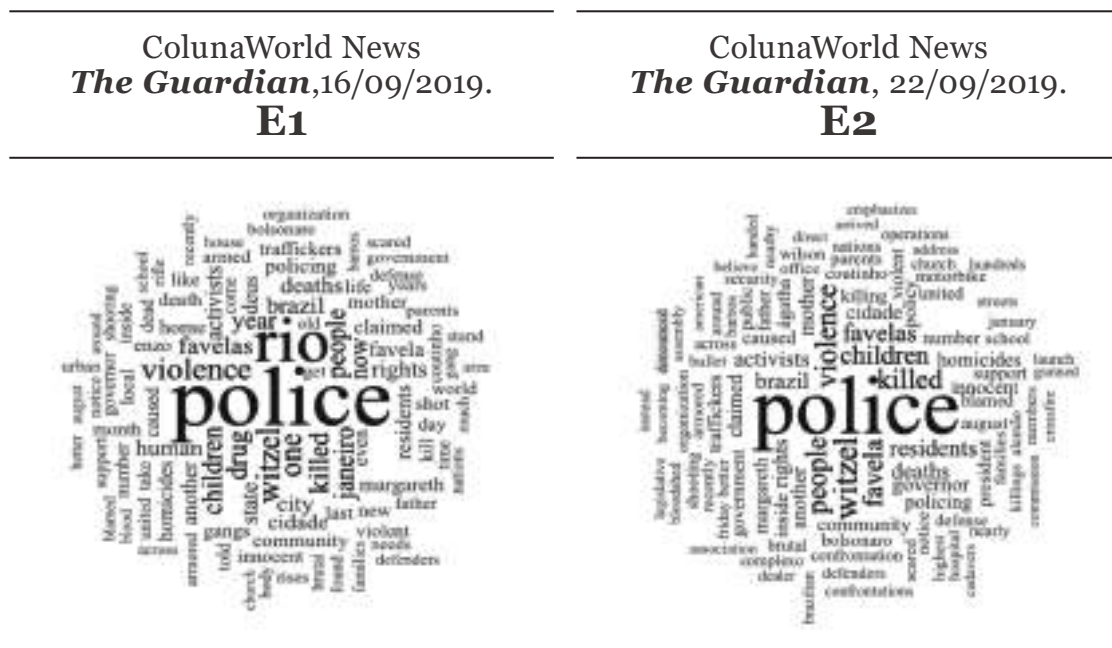
Toda essa construção narrativa, apoiada nas imagens, no peso das manchetes e no ar de denúncia da própria reportagem, traz, de forma implícita, ideologias de dominância. Estas, com o suporte da sociocognição, ajudam a construir, na mente do leitor, uma visão, uma ideia ou uma reflexão, que, na verdade, nada mais são do que a propagação de uma ideologia do próprio jornal. A notícia constrói uma realidade no pensamento do leitor, de modo que a seleção ideológica dos eventos que se tornarão notícia direciona a ação da opinião pública em relação a vários temas da sociedade, entre eles a violência, a crença nas instituições, a sensação de insegurança e demais temas tratados nas reportagens analisadas. A lógica é a de que, se uma elite simbólica tem o domínio da construção da narrativa e escolhe o que pode e deve ser dito, sua influência age, diretamente, na mente das pessoas, em suas crenças e valores. Assim, é



possível controlar, mesmo indiretamente, as suas atitudes por meio de convencimento e doutrinação. Os editores decidem, na construção das notícias, o que é ou não relevante de acordo com a ideologia defendida pelo jornal, controlando as situações comunicativas a partir da construção da narrativa (VAN DIJK, 2016, p.23).

3.3. ANÁLISE DO DISCURSO

Quadro 3 –Nuvens de palavras das reportagens do jornal *The Guardian*



Fonte: Elaborado pela autora, com suporte do software NVIVO12.

Com o suporte do software de análise qualitativa NVIVO12, realizou-se, para fins didáticos, uma análise de conteúdo das reportagens, com uso da ferramenta de frequência de palavras (*wordcloud*), que contabilizou as palavras mais frequentes. As expressões violência policial (*policeviolence*), favela, Witzel, assassinado (*killed*) e crianças (*children*) estão presentes em



ambas as reportagens, apresentando nuvens de palavras praticamente iguais, em discursos que se complementam.

Portanto, uma vez que os discursos se comunicam e se complementam, é possível analisá-los por meio de categorias narrativas, aqui divididas em três categorias, com excertos escolhidos por ordem de relevância a critério do analista do discurso. As categorias são nós *versus* ele; criminalização da pobreza e “guerra as drogas”; “atirar para matar” e o “genocídio da população negra”. Essas categorias foram criadas por estarem presentes em ambas as reportagens. Considerando a assiduidade do tema e a vinculação ao jornal, seriam importantes na construção de modelos mentais no imaginário do leitor a partir da sociocognição proposta por Van Dijk.

3.3.1. NÓS *VERSUS* ELE (A POPULAÇÃO *VERSUS* WITZEL)

Adaptamos, aqui, o discurso do nós *versus* eles, muito popularizado por Van Dijk (2008), o qual adiciona características positivas ao “nós” e relaciona características negativas ao “eles”. Dessa forma, reuniremos, no nós, uma narrativa que culpa o governo Witzel pela violência nas favelas cariocas; e, no ele, as declarações do próprio Witzel que “justificam” essa prática. Essa dualidade é percebida nas duas reportagens analisadas, que, mesmo escrita por jornalistas diferentes, possuem uma construção narrativa semelhante, uma espécie de modelo mental que, conscientemente ou não, influencia o imaginário do leitor e, na visão cognitivista aqui defendida, pode atuar como uma interface importante entre discurso e sociedade. Em ambas as reportagens, o jornalista atua como um narrador não participante. Os personagens retratados pelas reportagens (população da favela e Witzel) dialogam ao longo de toda a reportagem, ora acusando e culpando, ora se justificando. Esse posicionamento



expõe uma tensão entre valores e ideologias dos próprios personagens da notícia. Nesse sentido, é importante termos em mente que as narrativas visam a legitimar sentidos, sendo fundamental perceber quem conta as histórias, para quem são contadas e em que espaços acontecem (VAN DIJK, 2008).

NÓS (população da favela)

She was the fifth young child to be killed in Rio favelas this year. Favela activists, politicians, the public defenders' office and the president of Rio's bar association blamed the shoot-to-kill policy of the Rio governor, Wilson Witzel. "He is responsible for the murder," tweeted Guilherme Boulos, a leftist politician (PHILLIPS, 2019, *World News*, p.1).

Complexo do Alemão residents at the demonstration on Sunday called on Witzel to end the violence. "When there is a death ... it takes us to our limits, psychologically," said Camila Santos, 34, who blamed Witzel for "legalizing and legitimising" police violence against favela residents (PHILLIPS, 2019, *World News*, p.1).

Adilson Santiago, 54, a drainage worker, watched as the demonstration passed. "The police of Rio de Janeiro have to respect people of favelas like Complexo do Alemão more," he said. "There are a lot of innocent people inside" (PHILLIPS, 2019, *World News*, p.1).

Na narrativa denominada *Nós*, identificamos um clamor da população que se intitula inocente e deseja que seja repensada a prática policial nas comunidades do Rio de Janeiro. A população também culpa o governador Wilson Witzel pela implementação da política de "atirar para matar", que legitima e aumenta a violência policial nas favelas cariocas.

ELE (WILSON WITZEL)

In July, Witzel compared drug gangs that control favelas such as Complexo do Alemão to terrorist groups in an interview with foreign journalists and defended his declaration that it was better to shoot armed gang members in the head. "A bandit with a rifle is a terrorist. How do you treat terrorists? With lethality," he said (PHILLIPS, 2019, *World News*, p.1).

Witzel has defended his so-called “shoot down” policy, claiming it has reduced crime and insisting “no leniency” can be shown to rifle-toting gangsters he compares to Nazis (BRISO, 2019, *World News*, p.1). In one chilling interview Witzel urged criminals to swap their guns for Bibles, “or we are going to kill you” (BRISO, 2019, *World News*, p.1). Despite a public outcry over the rising body count, Witzel has shown no sign of rethinking his hardline tactics, instead blaming the killings on “pseudo human rights activists” who prevent police properly performing their duties (BRISO, 2019, *World News*, p.1).

Na narrativa denominada *Ele*, reunimos alguns excertos com as falas do governador Wilson Witzel em resposta aos pedidos da população para que repense as políticas criminais adotadas pela polícia do Rio de Janeiro, em virtude do aumento do número de mortos. Witzel, então, compara bandidos a terroristas e a nazistas e argumenta que a única resposta é a letalidade. Defendendo a política de atirar para matar, sugere que criminosos troquem armas por bíblias, para não serem mortos; e culpa os que chama de “pseudoativistas de direitos humanos”, por impedirem a polícia de desempenhar seu trabalho adequadamente. Então, percebe-se um discurso antagônico, conflituoso, não sendo possível observar uma solução. Van Dijk (2008) observou esse tipo de construção narrativa em jornais holandeses, nos quais, ao mesmo tempo, não era possível encontrar a uma narrativa de solução em notícias relacionadas a minorias (neste caso, negros e pobres).

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

By opting for confrontation and war, Governor Witzel is deliberately putting at risk the poor, who are caught defenseless in the crossfire,” added Souza, who recently flew to Geneva to denounce Witzel to the UN human rights council (BRISO, 2019, *World News*, p.1). This is the death of a child whose only sin in her life was being poor. Why is the state security policy an extermination policy?” Luciano Bandeira, the president of Rio’s bar association, told O Globo newspaper. “There is no remorse, no admission of fault, no

will to rethink the policy to avoid other deaths like this happening (PHILLIPS, 2019, *World News*, p.1).

Outra categoria narrativa percebida no discurso das reportagens é a de criminalização da pobreza, que ocorre quando a camada mais pobre da sociedade é submetida a tratamento desigual pelo Estado, seja a partir de violência policial, excesso de rigor penal, leis específicas que afetam os mais pobres (guerra às drogas, atirar para matar), estando diretamente associado ao racismo institucional (DANIN, 2017).

“GUERRA AS DROGAS”, “ATIRAR PARA MATAR” E O “GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA”

Rio de Janeiro police have killed a record number of people in the name of Wilson Witzel’s war on drugs, and many say it’s civilian lives being lost (BRISO, 2019, *World News*, p.1).

“A motorbike passed, and he tried to hit it and hit the van. The space was very short, six to seven metres. The shot went through the van, it went through Ágatha’s body,” he said. “This is part of a genocidal policy, of genocide of black people” (PHILLIPS, 2019, *World News*, p.1).

On Sunday the favela newspaper “Voz das Comunidades” organized a second demonstration. Led by beeping motorbike taxis, children waved yellow balloons as a small crowd marched behind a banner reading: “Stop killing us” (PHILLIPS, 2019, *World News*, p.1).

A última categoria narrativa percebida em nossa análise fala sobre a políticas implementadas no governo Witzel, responsáveis pela onda de violência policial e pelo aumento do número de mortos nas favelas cariocas, atingindo, diretamente, a população pobre e negra. “Guerra às drogas” e “atirar para matar” estão, discursivamente, associadas ao



“genocídio da população negra”, termos mencionados no texto. Assim, a relação discursiva percebida entre os excertos é a de causa e efeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolhas narrativas do conteúdo das manchetes, aliadas à imagem de capa de cada reportagem, apresentam indícios discursivos carregados de sentido ao retratar o negro latino-americano pobre, favelado, descrente das instituições, estabelecendo uma diferença entre grupos sociais a partir do público-alvo do jornal e dos personagens das reportagens. Essas estratégias, embora chamem a atenção do leitor, produzem preconceitos e estereótipos, visando a destacar os aspectos negativos do grupo representado. Também foi possível detectar, em alguns excertos, o discurso sobre o outro. Na análise das categorias narrativas, observou-se culpabilização, justificativa e relações de causa e efeito que ajudam a formar padrões mentais discursivos no imaginário do leitor, sendo possível reproduzir ideologias.

Esperamos que este estudo seja útil para outras situações midiáticas semelhantes e colocamos, como proposta para futuros trabalhos, um estudo de recepção desse tipo de mensagem e seus possíveis impactos para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BELLANTONI, P. **If it's purple, someone's gonna die**: the power of color in visual storytelling for film. Waltham: Focal Press, 2005.

BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



BRISO, C.B. Caught defenseless in the crossfire:Rio families cope with deaths by police violence. **The Guardian**, Rio de Janeiro, 16 set. 2019.Disponível em:<https://www.theguardian.com/world/2019/sep/16/rio-de-janeiro-police-violence-deaths-families>Acessoem: 12 out. 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade na era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DANIN, R.A. LoicWacquant: encarceramento em massa como política social na contemporaneidade. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 6, n. 2, p. 125-33, jul./dez. 2017.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PHILLIPS, D. Braziliansblame Rio governor`sshoot-to-killpolice for deathof girls. **The Guardian**, Rio de Janeiro, 22 set. 2019.Disponível em:<https://www.theguardian.com/world/2019/sep/22/brazilians-blame-rio-governors-shoot-to-kill-policy-for-death-of-agatha-felix-girl-8>. Acesso em: 12 out. 2019.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T.A. **Discourseandcontext**: asocio-cognitive approach. New York: Cambridge University Press, 2008.

_____. Análise crítica do discurso. In: TOMAZI, M.*et al.* (org).Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito. São Paulo: Terracota Editora, 2016.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

WIEVIORKA, M. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.



TRAMAS DISCURSIVAS E DIVERSIDADE
LINGUÍSTICA NA AMAZÔNIA

DISCURSIVE PLOTS AND LINGUISTIC
DIVERSITY IN THE AMAZON

Welton Diego Lavareda¹

Ivânia dos Santos Neves²

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: diego.lavareda@hotmail.com.

² Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ivanian@uol.com.br.

RESUMO

Trata-se de uma proposta que visava analisar a diversidade de línguas anunciada pelo Pe. Antônio Vieira em sermões e correspondências oficiais, em especial, as materialidades que apontam o desconhecimento das “línguas da terra” como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2006; 2016; 2010a; 2010b; 2010c) e da Linguística Colonial (SEVERO, 2013; 2016; MARIANI, 2016). Almeja-se, com este artigo, também repensar a constituição de um regime de gerenciamento linguístico à época da invasão do território brasileiro e, ao mesmo tempo, refletir sobre as condições de possibilidades históricas as quais nosso patrimônio linguístico foi discursivizado a partir de uma matriz de poder instituidora de um governo da língua europeia na Amazônia. Considera-se, por fim, a complexidade da experiência colonial, o que significa que determinados conflitos linguísticos produziram também a emergência de várias tensões discursivas as quais atravessam, de certa maneira, o movimento cabano e a constituição de nosso idioma.

PALAVRAS-CHAVE

Contatos linguísticos; dispositivo; estudos foucaultianos; colonização.

ABSTRACT

This is a proposal that aims to analyze the diversity of languages announced by Fr. Antonio Vieira in sermons and official correspondences, in particular, the materialities that point out the lack of knowledge of the



“languages of the earth” as the biggest obstacle to the expansion of faith in the missions of Maranhão and Grão-Pará. To this end, I consider Michel Foucault’s theoretical-methodological framework within the framework of discursive studies (2006; 2016; 2010a; 2010b; 2010c) and Colonial Linguistics (SEVERO, 2013; 2016; MARIANI, 2016). This article also aims to rethink the constitution of a linguistic management regime at the time of the invasion of the Brazilian territory and, at the same time, to reflect on the conditions of historical possibilities which our linguistic heritage was discursivized from a matrix. establishing the power of a European-language government in the Amazon. Finally, the complexity of the colonial experience is considered, which means that certain linguistic conflicts have also produced the emergence of various discursive tensions which, in a certain way, go through the cabano movement and the constitution of our language.


KEYWORDS

Linguistic contacts;dispositive; Foucault studies;colonization.

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

A disputa entre duas (ou mais) comunidades linguísticas para ocupar determinados âmbitos de uso, segundo Marcos Bagno (2017, p. 54), implica a dimensão de conflito linguístico. Conceituação relacionada diretamente ao processo de contato linguístico, já que dois ou mais patrimônios linguísticos nunca convivem em uma sociedade de maneira totalmente harmônica. Afinal, sempre surgirão fenômenos de imposição de uma língua sobre outra, como






consequência de uma dada relação de poder e de saber de que dispõem os grupos sociais que as mantêm.

O artigo analisa a diversidade de línguas anunciada pelo Pe. Antônio Vieira em sermões e correspondências oficiais, em especial, as materialidades que apontam o desconhecimento das “línguas da terra” como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará. Visto que repensar a constituição de um regime de gerenciamento linguístico à época da invasão do território brasileiro e, ao mesmo tempo, refletir sobre as condições de possibilidades históricas as quais nosso patrimônio linguístico foi discursivizado a partir de uma matriz de poder instituidora de um governo da língua europeu na Amazônia é, acima de tudo, discutir a “gênese” da experiência da colonização linguística em nosso território.

Não se trata, com base em Cristiane Severo (2016, p. 12), de historiografar detalhadamente os fatos, mas de buscar uma compreensão verticalizada da maneira complexa como a discursivização da empreitada colonial construiu e legitimou uma política linguística relativamente homogênea de leitura e interpretação das línguas e dos povos ditos colonizados. Ressalta-se, contudo, que o experimento colonial não pode ser visto como um movimento unilateral e de mão única, até porque sua estruturação envolve formas variadas de resistência e subversões que emergem das dinâmicas coloniais.

Logo, procuro mostrar a historicidade da maneira pela qual os registros discursivos se “fazem problema de pesquisa”, isto é, se a historiografia linguística tem por objeto de análise qualquer reflexão sobre a linguagem, exercitamos um pensamento cada vez mais comum às preocupações dos historiadores de mentalidades, os quais na



[...] construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de discursos. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento [...]. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 170).

Portanto nosso mergulho em uma história social dos arquivos que atravessam a Babel amazônica até a Cabanagem – movimento que representou a resistência a uma nova forma de colonização e entrou para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal” na Regência Una de Diogo Feijó –vai nesta direção, pois estamos interessados nas filigranas dos discursos, nas estratégias dos dispositivos e nas batalhas de poder e de saber em torno dos usos sociais das línguas que eram faladas nessa época na Amazônia brasileira. Detalhes responsáveis pela busca por “[...] definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2010a, p. 157).

Características responsáveis por dinamizar, mais ainda, o exame analítico dos arquivos a serem explorados, isto é, em meu “fazer pesquisa”, “[...] o exame de análise ocorre não somente nas políticas linguísticas oficiais (desenvolvidas no âmbito das instituições governamentais), mas também nas crenças e nas práticas das comunidades de fala e no estudo dos processos de criação, experimentação, implementação de outros gerenciamentos linguísticos” (SOUSA; SOARES, 2014, p. 103).

2. DA DENSIDADE ESCRITA À EMERGÊNCIA DOS SENTIDOS

A invenção das línguas, o dispositivo e a vontade de verdade

[...] Se eu nam entendo a lingua do Gentio, nem o Gentio entende a minha, como o hey de converter; & trazer a Christo? Por isto temos por regra, & instituto aprender todos a língua, ou linguas da terra, onde imos pregar: & esta he a myor dificuldade, & o mayor trabalho daquella espiritual cõquista. (Sermão da Epiphania, Lisboa, pregado 1662; v.4, p. 512-3).

[...] Na antiga Babel ouve setenta & duas linguas: na Babel do Rio das Alamazonas já se conhecem mais de cento & cincoenta, tam diversas entre sy como a nossa, & a Grega; & assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos, & todos eles surdos; Vede agora quanto estudo, & quanto trabalho serà necessário, para q estes mudos falem, & estes surdos ouçaõ. (Sermão da Epiphania, Lisboa, pregado 1662; v.4, p. 513).

Figura 1 – Impresso de 1685



Fonte: Biblioteca
Brasiliiana (<https://digital.bbm.usp.br>), 2018.

Figura 2 – Sumário do Impresso de 1685

SERMOENS		
Que contém esta Quarta Parte.		
I.	Sermoens do Quarto Sabbatho da Quaresma.	Pag. 1.
II.	Sermoens de Nossa Senhora do U.	45.
III.	Sermoens da Primeira Semana Santa da Quaresma no Convento de Oratório.	76.
IV.	Sermoens das Laldas de S. Pedro.	108.
V.	Sermoens de Todos os Santos.	134.
VI.	Sermoens da Segunda Domingo da Quaresma.	179.
VII.	Sermoens da Palmella Setesima da Quaresma na Capella Real.	210.
VIII.	Sermoens de Santa Theresa.	248.
IX.	Sermoens da Quinta Domingo da Quaresma.	291.
X.	Sermoens de Mandato na Misericordia.	318.
XI.	Sermoens de Mandato no mesmo dia na Capella Real.	357.
XII.	Sermoens da Primeira Ordem de S. Joao.	396.
XIII.	Sermoens nas Escolas da Senhora Dona Maria de Alca.	434.
XIV.	Sermoens de San Roque.	459.
XV.	Sermoens da Epiphania.	491.

Fonte: Biblioteca
Brasiliiana (<https://digital.bbm.usp.br>), 2018.



No volume 4, dos *Sermoens do P. Antonio Vieira* (1608-1697), impresso em 1685, contém o *Sermão da Epiphania*, pregado em 1662, na Capela Real para a rainha regente, Luísa de Gusmão (1613-1666), após a expulsão de Vieira e dos jesuítas do Maranhão. A prédica é dedicada à importância da missão e do “novo mundo” para o reino português e, simultaneamente, expressa a grandiosa diversidade de línguas já anunciada pelo religioso em sermões e correspondências anteriores.

Na Babel amazônica, conforme Maria Mercedes Hackerott (2012, p. 91), Pe. Vieira aponta o desconhecimento das línguas da terra como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará. Reforça, igualmente, a necessidade de todos os missionários conhecerem a língua da terra para que possam administrar os sacramentos, principalmente os do batismo e da confissão, que requeriam o conhecimento do catecismo, no qual se professavam a fé e a doutrina da Igreja.

A “palavra divina”, então, revestiu-se de essencialidade quando se solidificaram, no “novo mundo”, as tarefas de colonização daqueles que o europeu englobava como gentilidade. No Grão-Pará, não haveria de ser diferente, depois do reencontro do português com a terra conquistada. “[...] Costurando as malhas de suas bem urdidas peças persuasivas, os religiosos que aportavam ao Brasil tratavam de cativar as almas dos índios, ou imprimir naquelas consciências, tomadas equivocadamente como páginas em branco absoluto, as ordenações da ideologia cristã” (TUPIASSÚ, 2008, p. 11).

Para isso, ditava-se, como tarefa vital à colonização, dominar também as manifestações linguísticas dos indígenas. Ao padre, cabia muito mais o trato das almas. E, para alcançar a alma, alguns dos meios fundamentais



eram o domínio, o estudo e a possível catalogação (ou “invenção”) dos idiomas. Como podemos observar em outros escritos do Pe. Antônio Vieira, em especial, as cartas ao Rei D. João IV datadas em meados 1653 e 1654 – esta última apresentando dezenove (19) reivindicações para mudar a forma como vinham sendo governados os indígenas do Maranhão e do Grão-Pará – e uma carta ao padre provincial do Brasil.

[...] Os moradores dêste novo mundo, que assim se pode chamar, ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. (Carta ao Rei D. João IV, 20 de maio de 1653; t. 1, p. 306).
[...] XII. Que, se nas estradas que se fizerem sertão forem achados alguns índios de corda, ou que de alguma outra maneira sejam julgados por justamente cativos, estes tais se poderão resgatar; [...] e, para este fim, irão sempre às ditas jornadas religiosos que sejam bons línguas e bons teólogos, e quando menos que um seja bom teólogo, outro bom língua. (Carta ao Rei D. João IV, 06 de abril de 1654; t. 1, p. 435-6).
[...] Na ilha chamada Joanes, a qual está atravessada bem na boca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas tão diferentes como são a alemã e a espanhola. (Carta ao padre provincial do Brasil, 1654; t. 1, p. 393).

No século XVII, por exemplo, a língua portuguesa entrou no Grão-Pará, levada por missionários, soldados e funcionários, determinando um novo gerenciamento linguístico em toda a Amazônia brasileira e favorecendo a iniciação de gestão da invisibilidade de várias línguas indígenas e de seus sujeitos, cuja identidade começou a se forjar naquele momento. José Ribamar Bessa Freire (2011, p. 16) alerta para o fato de que, durante todo o Período Colonial, no entanto, a língua portuguesa



– cujas categoriais não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região – permaneceu minoritária, como língua exclusiva da administração, mas não da população.

Nos rastros discursivos desses processos de invisibilidade, uma dessas línguas teve papel histórico decisivo no processo de comunicação na Amazônia, denominada de língua geral ou *nheengatu*. Esta dimensão de língua franca, ou seja, língua que um grupo multilíngue intencionalmente adota ou desenvolve para que todos consigam ordenadamente se comunicar uns com os outros, foi a principal manifestação linguística presente nos aldeamentos, vilas, povoações e cidades de toda a região.

Maria Hackerott (2012, p. 99), em diálogo com Aryon Rodrigues (1993, p. 96), aponta que as *línguas gerais* eram consideradas continuação de línguas indígenas que passaram a ser faladas por mestiços. Em seu processo de composição, observam-se, em termos técnicos, três momentos distintos: no primeiro, os europeus falam a língua indígena como segunda língua, e os mestiços são criados na língua indígena quase inalterada; no segundo, o número de mestiços e europeus passa a ser maior do que o de indígenas; no terceiro, os mestiços passam a ser, teoricamente, os únicos falantes nativos da língua original e a ser seus transmissores. O *nheengatu*, portanto, serviu de mediador entre as sociedades indígenas, os negros e os europeus à época da colonização e ainda hoje é falada por povos indígenas no interior do estado do Amazonas.

Nas colônias portuguesas na América do Sul, vale ressaltar, muito em função da atuação das missões jesuíticas, registram-se em fontes primárias para um história social das línguas no Brasil horizontes linguísticos múltiplos, porém, estes mesmos registros indicam que somente três línguas de contato



se formaram de maneira mais sistemática: a Língua Geral Amazônica (LGA), a Língua Geral do Sul da Bahia (LGB) e a Língua Geral Paulista (LGP)³.

As três manifestações em destaque, cada uma obedecendo a critérios específicos de formação, se firmaram mesmo entre povos indígenas falantes de línguas de diferentes troncos linguísticos, em razão da participação dos missionários católicos que as impuseram por meio da catequese. Na organização jesuítica, por exemplo, havia as aldeias de repartição, locais em que os indígenas eram recrutados e obrigados ou mesmo estimulados à convivência com indígenas (e sujeitos de outras etnias) dos mais diversos troncos linguísticos. Muitos desses sujeitos tinham pouca ou quase nenhuma possibilidade de interagir em suas línguas maternas e não era difícil encontrar reunidos nesses aldeamentos inimigos ancestrais.

Em 1750, em reação a um projeto de poder autônomo agenciado pelos jesuítas, as reformas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal expulsaram a Companhia de Jesus das duas colônias portuguesas existentes em nosso território, proibiram a utilização das línguas gerais e tornaram obrigatório o uso da língua portuguesa. As reformas pombalinas, indicadas, aqui, como um critério descontínuo de um jogo de transformações específicas, diferentes umas de outras (cada uma com suas condições, suas regras, seus níveis, suas invenções), mas ligadas por um esquema de regularidades discursivas, começaram a instituir uma outra face para a política de línguas

³ Como mais um acontecimento que atravessa essas condições de possibilidades históricas, em testemunho registrado em carta ao padre Manoel Luís, em que o próprio Pe. Vieira cita o reconhecimento das autoridades eclesiásticas sobre o seu trabalho nas missões, há a materialização de um verdadeiro “caldeirão linguístico” em nosso território. “Antonio Vieira esteve cinco anos em todas as aldeias da Baía, e nove anos na gentildade do Maranhão e Grão-Pará, onde em distância de quatrocentas léguas levantou dezesseis igrejas, fazendo catecismo em sete línguas diferentes” (Carta ao Pe. Manoel Luís, 21 de julho de 1695; t. 3, p. 666-7).




formulada e executada pelos jesuítas. Pombal, então, apoia-se em um suporte institucional e reorganiza toda uma tática de força que trará consequências trágicas ao campo da cultura, das línguas, dos saberes.

Na Amazônia, no entanto, apesar dessa decisão política e mesmo sem a presença maciça dos jesuítas, a LGA permaneceu crescendo e entrou no início do século XIX como língua majoritária da população regional. Na província do Grão-Pará, as mudanças mais profundas em relação às políticas linguísticas e à condição em que viviam os indígenas só vão acontecer de fato no Período Regencial. Uma dessas transformações diz respeito ao fim das aldeias de repartição. De acordo com Bessa Freire (1983), o processo de hegemonia da língua portuguesa deu-se, efetivamente, só a partir de 1850, já que, até então, embora fosse o português a “língua oficial” do Império brasileiro colonial, esta língua se encontrava, na prática, subordinada ao *nheengatu* – e essa imposição não foi aceita sem resistência.

A partir das lacunas discursivas deixadas nos apontamentos históricos, diga-se de passagem, tidas como marginais pela história dos saberes linguísticos, procuramos também mostrar como a gestão dos usos das línguas se imbrica com a institucionalização de uma disciplina linguística que se estenderá até os nossos dias, perpassando, evidentemente, os regimes de visibilidade da Revolução Cabana. Afinal, “[...] a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2010c, p. 36).

Seria um equívoco grande da nossa parte não citar um cenário de transformações políticas, metodológicas e teóricas a partir dessa indicação de “reatualização permanente de regras” acerca das relações de poder e





de saber que, somadas a determinadas urgências históricas, privilegiam na base de estratégias de relações de força a normalização e a disciplina, o estabelecimento de um dispositivo ou um conjunto deles. Assim, para Foucault (2016, p. 364), o dispositivo representa um

[...] conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

O dispositivo tem uma função estratégica dominante e pode também ser entendido como um tipo de formação que, em um dado momento histórico, tem como principal função responder a uma urgência sustentando tipos de saber e sendo sustentado por um conjunto de relações de força. Logo, “[...] o discurso ele mesmo é imanente ao dispositivo que se modela sobre ele e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade (histórica), a estranheza da época, a nova tendência local do dispositivo” (COURTINE, 2013, p. 27). Portanto analisar os discursos em tal perspectiva é, efetivamente, tentar reconstruir, para além das palavras, o regime dos olhares, uma rede de memória e a economia dos gestos próprios aos dispositivos que tornaram inteligível o movimento de governo da língua portuguesa nas práticas coloniais.

Desse modo, se observarmos as regras de formação instituidoras do início de um imperialismo linguístico em relação aos processos de invisibilidade dos vários registros de língua em nosso país, notaremos uma rede de memória ratificadora de uma cosmologia, um modo de viver (ou de



deixar morrer) em função de discursos “verdadeiros”, além de trazer consigo efeitos específicos de uma ‘verdade linguística’ europeia e, ao mesmo tempo, a invenção de outras tradições linguísticas na Amazônia brasileira. Essas propriedades singulares da história do Brasil colônia, com novas atualizações, chegam, inclusive, até os nossos dias.

Um rápido olhar no modo como a paisagem linguística brasileira se configura, hoje, com base em Terezinha Maher (2013, p. 128), revela algumas maneiras como falantes – ou simpatizantes – das línguas tornadas minoritárias no país vêm se mobilizando para torná-las visíveis novamente, ajudando a mudar/moldar a ecologia linguística do Brasil. A Figura 3 exemplifica como um grupo de jovens indígenas usa e mantém um programa de rádio na *Web 2.0* e grupos em aplicativos para celular, os quais possibilitam a informação chegar até comunidades mais isoladas. O português brasileiro prevalece no processo de interação, porém são as frases em *tukano*, uma das línguas oficiais de São Gabriel da Cachoeira (AM), que revelam o objetivo das ferramentas: reunir e aproximar a juventude das comunidades indígenas do Alto Rio Negro.

Figura 3 – Indígenas na WEB 2.0



Fonte: Torres (2018).



De maneira inédita, alguns municípios brasileiros conseguiram cooficializar as línguas de comunidades de imigrantes que neles habitam, implantando, em vários casos, o ensino obrigatório desses idiomas nas primeiras séries do ensino fundamental por meio de leis municipais. Um desses municípios foi Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, que hoje dispõe, na placa que dá boas-vindas à cidade, os dizeres “*KoomtGaud Na*” em pomerano. [...] Moita Lopes (2010) explica que os novos letramentos digitais na *Web 2.0* vêm se constituindo como espaços de debate e ativismos políticos, nos quais as minorias brasileiras, colocando em cheque identidades negativas a elas atribuídas, constroem novas narrativas sobre si mesmas na ânsia de se libertarem de cerceamentos a elas impostas no passado. É notável, como a Internet tem sido utilizada para que as lutas políticas dos povos indígenas do Brasil sejam reconhecidas, divulgadas e, fato que interessa a este texto mais de perto, suas línguas sejam visibilizadas. (MAHER, 2013, p. 129).

Figura 4 – Conquista do Amazonas (1907)



Fonte: Antonio Parreiras (1860-1937). Belém, Museu Histórico do Pará.

Logo, colocando a História novamente em movimento, a partir da Figura 4, por exemplo, os dispositivos de controle do discurso indicam uma vontade de verdade que se estabeleceu como um discurso “ideal” de uma língua oficial e majoritária para registrar a história do nosso



povo (e não foi uma língua indígena a protagonista). Assim, derivada dos procedimentos de interdição e segregação, que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma *vontade de verdade* vai se solidificando e opondo o verdadeiro ao falso no que diz respeito ao uso de uma dada performance linguística em detrimento de uma outra.

[...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e os falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2011b, p. 273).

A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas *regimes de verdade* que se transformam de acordo com os contingenciamentos históricos. Nesse sentido, de acordo com Maria do Rosário Gregolin (2006, p. 98), apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Ao propor a existência de uma *vontade de verdade*, Michel Foucault não a pensa como uma essência a ser descoberta, mas procura descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercida por essa produção.

Na difusão das línguas gerais entre povos indígenas não falantes de línguas *Tupi*, fica evidente a presença do dispositivo religioso na produção de vontades de verdade, com a tradução da bíblia e a conversão dos indígenas. Isso porque essa matriz colonial de exploração e controle do outro, operante desde a invasão do Brasil, colocou em funcionamento uma formação discursiva calcada nas práticas do catolicismo, em especial, na fase missionária.



[...] Tentei mostrar nestas páginas que a expressão “formação discursiva” não se limitava a uma realidade de linguagem, mas devia ser compreendida a partir da complexidade da heterogeneidade histórica daquilo que Foucault denomina “dispositivo”: não simplesmente textos, mas imagens e práticas; não somente palavras, mas igualmente coisas, e os olhares que as captam, ou como diz Deleuze, “páginas de visibilidade” e “campos de legibilidade” [...] Deste modo, poderíamos conceber que a um estrato histórico determinado correspondem um ou vários regimes de visibilidade: uma orientação geral do olhar que viria dar um estilo de percepção peculiar, uma perspectiva à visão dos seres e coisas. (COURTINE, 2013, p. 79-80).

Portanto esses regimes de visibilidade até aqui analisados evidenciam, dentro de um conjunto complexo de legibilidade, específicos, mas vinculados, os quais lhe conferem em troca uma existência material, que as línguas à época da colonização linguística foram colocadas dentro de uma hierarquia na qual as populações locais passam a figurar como atrasadas, selvagens. Todos os saberes europeus passam, então, a representar o moderno, sempre se atualizando e se opondo aos saberes locais. Acontecimentos que ratificam *modernidade* e *colonialidade* como projetos mutuamente constitutivos.

3. AS DISPOSIÇÕES DA LEI

Algumas atualizações do dispositivo religioso

Os dispositivos, frequentemente, atravessam-se, e, assim como vimos o dispositivo religioso com o Pe. Antônio Vieira a se desdobrar com o mais intenso vigor sua lavra discursiva para o refinamento de uma europeização da Amazônia, mostraremos, neste tópico, como os dispositivos jurídicos pombalinos deram prosseguimento decisivo no processo de implementação embrionária de uma unidade linguística na



região desde as determinações, com peso de lei, muitas vezes descumpridas nas gigantescas fronteiras da Província do Grão-Pará. Afinal, “[...] Vieira também percebeu na palavra escrita o valor documental e legislativo” (HACKEROTT, 2012, p. 105).

Dessa maneira, sabendo que o acontecimento discursivo absorve a hipótese de que algo ocorre fora de uma estrutura, embora não livremente, nota-se a efetivação de um novo saber no qual se mantém um tipo de discurso hegemônico de língua, constituinte de uma regularidade que está em vias de se tornar o conjunto de condutas e apropriações oferecidas pelas práticas discursivas coloniais. Todo papel escrito, por exemplo, que tinha função legislativa/política deveria ser obedecido e cumprido, mesmo por aqueles que não sabiam ler, mas reconheciam os carimbos estampados na carta:

[...] eu li aos índios, assim no Pará como deste Maranhão, a carta de V. M. traduzida na sua língua, e com ela ficaram consolados e animados, e se acabaram de desenganar que por não serem até agora remediadas suas opressões era por não chegarem aos ouvidos de V. M. seus clamores; esperam pelos efeitos destas promessas, tendo por certo que lhe não sucederá com elas o que até agora com as demais, pois vêm firmadas pela real mão de V.M. (Carta ao Rei D. João IV, 04 de abril de 1654; v. 1, p. 422).

Tomando este enunciado como uma singularidade significativa presente na cadeia de escritura da *Carta ao Rei D. João IV*, conduzimos gestos de interpretação indicadores possíveis de (de)formações “[...] de mais um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político” (FOUCAULT, 2010b, p. 225). Falamos de uma atualização gestada a partir da economia no nível



● ● ●

geral da invasão do Brasil e de reordenamentos estratégicos feitos pela Metrópole, os quais anos mais tarde acessarão o corpo social cabano por meio de normas, e não de leis, isto é, terão “[...] em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle (FOUCAULT, 2016, p. 413), porque estarão dispersos por toda sociedade em vez de localizado em um único indivíduo ou organismo de governo.

Em se tratando desse início de transformação profunda dos mecanismos de poder à época da colonização, a *Carta de 4 de agosto 1755 – de Sebastião José de Carvalho a Francisco Xavier*, por exemplo, extingue nos aldeamentos algumas práticas religiosas da “raça inferior” e instaura uma fiscalização maior, via uma ação administrativa, quanto ao uso da(s) língua(s). Como podemos notar no trecho da carta transcrito abaixo, essas recomendações reforçam os movimentos, já iniciados pelo Marquês de Pombal em 1750, de imposição linguística e de retirada dos religiosos do governo dos indígenas.

[...] EU Irmão do meu coração. – Esta carta acompanha a lei, que El-rei Nosso Senhor estabeleceu, para restituir aos índios desse Estado a liberdade que lhes era devida, e aos povos delle os operários, que até agora não tiveram, para cultivarem os muitos e preciosos fructos, em que abundam essas terras. Da mesma lei vereis que nella se não contem novidade, porque toda consiste em uma renovação das antigas e saudáveis leis, cuja observância reduziu o Pará e o Maranhão, à autoridade civil, na forma que o governador, em junta com o prelado diocesano e magistrados, venha a resolver. (AZEVEDO, 1999, p. 255).

Campo estratégico no qual também será confirmado anos mais tarde pela troca de correspondências entre *Bernardo da Costa a Francisco Xavier*




(1758) – cadeia de escritura que trata de instruções para a diligência de se erigirem em Vilas as aldeias dos índios. Nessa materialidade escrita, fundamentalmente nos 3^o, 18^o e 22^o apontamentos que constam no excerto da carta transcrito a seguir, existem pistas discursivas as quais deixam muito claro qual era de fato a língua a ser administrada para a população local e o efetivo glotocídio, isto é, a difusão de uma nova língua em um espaço, enfraquecendo a natural da área.

Deve-se examinar com a maior exação a verdade de tudo que disser respeito aos apontamentos seguintes [...] 3^o. Se falam a língua portuguesa: se já há alguns que saibam ler e escrever. [...] 18^o. De que nação se compõem a tal Aldeia? Qual era a sua língua natural? Em que tempo se estabeleceu? Donde vieram os moradores para aquele Sítio? Quem os persuadiu, e catequizou? [...] 22^o. Se a aldeia tem capacidade para se reduzir a Vila, e nesse caso se será mais útil juntar-lhe mais alguns moradores vizinhos, que não sejam índios, misturando todos no número dos que servirem no Senado, ou conservar à parte os mesmos Índios? (MENDONÇA, 2005, p. 411-414).

Por mais que essas movências históricas tentem enquadrar um determinado “avanço” no contexto social brasileiro regido por novas estratégias de uma outra maneira de gestão da sociedade, no que diz respeito a um modelo de gerenciamento linguístico implementado, a dinamicidade das línguas e toda uma estética de resistência linguística transformam esses índices de vigilância em algo fragmentário e descontínuo. Afinal, é claro que uma língua não deixa de ser falada por lei/decreto, por mais que isso tenha algum impacto real sobre a vida dos falantes.

Se a popularização das línguas gerais interessava ao projeto de evangelização dos jesuítas, ela desagradava o projeto lusitano de





instauração da língua portuguesa como manifestação linguística nacional do Brasil, em meados do século XVIII, e com a intensificação do Diretório dos Índios (1758), encabeçada pelo Marquês de Pombal (conforme já comentado anteriormente). Tomando por base as tensões linguísticas resultantes desses dois projetos de poder, notam-se aspectos indicadores dos processos de subjetivação como práticas (discursivas; não discursivas) que ligam o sujeito à verdade. Por isso, para Michel Foucault, a verdade é da ordem do acontecimento, ocorre sempre em um lugar e em um tempo.

Rosário Gregolin (2016), em termos foucaultianos, diz que a subjetividade não se refere à identificação do sujeito como categoria invariável, mas a modos de agir (até mesmo linguísticos), processos de subjetivação modificáveis e plurais. Ou seja, assim como um conjunto de práticas europeias atualiza as suas formas de dominação e exploração nos territórios das sociedades indígenas, mestiças, africanas, na Amazônia, a resistência destes povos também se atualiza em novas formas de respostas a essas investidas indiscriminadas na região.

Se partirmos para uma visão mais plural dessas tensões discursivas ao longo do tempo fortalecidas no Gão-Pará, constataremos que as políticas linguísticas empreendidas pela Coroa portuguesa e pelo Império brasileiro também orientaram de certa maneira a intensificação da escolarização formal na província. Decidido a colocar Portugal à altura dos “novos tempos”, segundo José Alves Júnior (2001, p. 36), Pombal empreendeu uma série de reformas, as quais iam desde a reorganização econômica do reino até o reordenamento da cultura, por meio de reformas na educação. Noções de um projeto de regeneração



portuguesa construído por elementos da elite luso-brasileira, no qual se centrava, prioritariamente, na necessidade de reavaliar as relações Metrópole-Colônia, já que o Brasil começava a ser colocado como o centro em torno do qual esse projeto se efetivaria.

Destacamos aqui o papel da Metrópole (como dispositivo colonial) na criação das Escolas Maiores de Instrução Pública na Amazônia. Isso representava a implementação do modelo de cientificidade pautado na profissionalização (sendo exemplo disso a instituição da Aula do Comércio nos Estudos Menores) e na manutenção de um desenho político por parte de uma determinada elite paraense, no período da Cabanagem, pela consolidação de uma *Typographia Nacional* ocidental em nosso país (em meados de 1808, quando foi criada, denominada Impressão Régia). Assim, apagam-se os registros da Língua Geral Amazônica na região e, ao mesmo tempo, forja-se um significativo valor   cultura letrada.

O fragmento a seguir compõe as Disposições da Lei de Outubro de 1833 – pertencente aos Arquivos do Poder Executivo da época regencial em Cametá (município paraense com forte marca histórica na Cabanagem). Assim, como podemos observar na materialidade em destaque, vários foram os artifícios administrativos que, historicamente, de uma forma ou de outra, tentaram silenciar, erradicar os vários horizontes linguísticos presentes no território brasileiro. Tendo como base as reflexões da arquegenealogia de Michel Foucault em consonância com as disposições da Lei de Outubro de 1833 (em especial, o 6  artigo), podemos dizer que esse tipo de perfil de legitimação/gerenciamento escolar é aquele pelo qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos que regulam os costumes, os hábitos e as práticas discursivas.



Figura 5 – Disposições da lei de 8 de outubro de 1833



Fonte: Museu de Cametá-PA/ LAVAREDA (2017)

Poderíamos dizer, então, que uma disciplina linguística é assegurada por meio de instituições físicas presentes no monumento oficial em questão, a saber: as *escolas maiores de instrução pública*, onde não havia o registro da existência de professores indígenas durante todo o Período Colonial. Espaços que iriam estruturar o terreno social e fornecer explicações “adequadas” para a razão das disciplinas e para a instauração de uma vontade de verdade e de um governo da língua europeu. Logo, argumenta-se a favor da ideia de que essa intensa produção discursiva sobre as línguas inventou, inclusive nos patrimônios linguísticos indígenas, nomes e alfabetos, abrindo caminho para a introdução das práticas de letramento linguístico em sociedades de tradição oral.

Ao examinar os mecanismos sociais que controlam a produção e a circulação dos discursos, segundo Gregolin (2016, p. 119), “[...] Foucault nos mostra que a vontade de verdade se apoia em uma base institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda



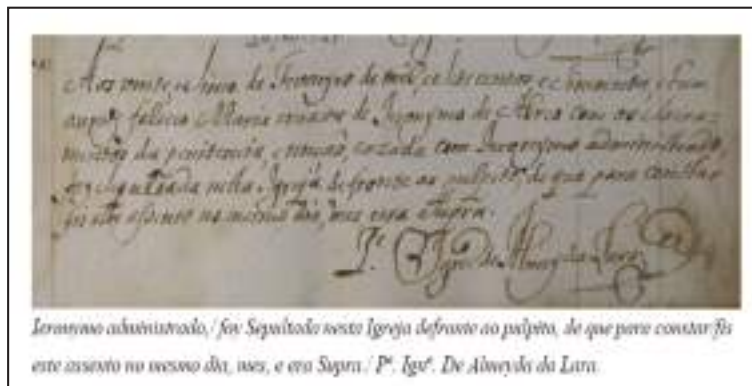
uma espessura de práticas”. Dentro dessa dimensão, Michel Foucault (2010c, p. 17) aponta que o modo mais profundo do exercício de um regime de verdade é a maneira como um dado saber é reconduzido em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, para este artigo, atribuído para a solidificação das batalhas de poder em torno dos usos sociais das línguas.

[...] a ideia de que as línguas nomeiam as etnias é fruto da empreitada colonial, que tratou de criar diferenças onde havia similitudes e de instaurar semelhanças onde havia diferenças, como estratégia de demarcação territorial dos interesses missionários e, posteriormente, políticos [...] Esse processo de invenção das línguas no contexto colonial a partir de uma chave eurocêntrica – conforme ilustrado – pode ser tomado como exemplo de colonização epistêmica, subjetiva e política [MIGNOLO, 2005].(SEVERO, 2016, p. 18).

Portanto, analisando a “destribalização” dos indígenas, iniciada pelos missionários, o Diretório (1758) e a ampliação de outras normalizações que também refletem nas disposições da Lei de Outubro de 1833, é notório um esforço descomunal para integrar os indígenas, negros, mestiços e outros aos princípios de uma cosmologia europeia, contribuindo, decididamente, para intensificar a desorganização dos seus antigos modos de vida e para “[...] tornar as suas condições de sobrevivência praticamente insuportáveis, aproximando-os ainda mais dos outros segmentos da sociedade, cujos laços de solidariedade foram se estreitando até eclodirem na Cabanagem” (ALVES JÚNIOR, 2001, p. 51). No trecho materializado na Figura 6, atesta-se, por exemplo, nas primeiras linhas, um casamento interétnico entre a “escrava Maria” (escravizada africana) com o “administrado” (escravizado indígena).



Figura 6 – Trecho de um manuscrito de 25 de fevereiro de 17514



Fonte: Livro de óbitos e casamentos de escravos da ‘Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy’

Diante disso, se conectarmos todo esse universo de enunciabilidades até aqui apontado em uma certa dinâmica de causalidades, constataremos que os espaços de socialização e de trocas de experiências provenientes dessas condições de possibilidades históricas permitiram o surgimento de modos de agir exteriorizados como ecos da experiência colonial em que os mais diversos projetos políticos, linguísticos e sociais conviveram e se chocaram, posteriormente, dentro do movimento cabano.

4. OUTRAS PALAVRAS

Saberes sujeitados

A partir da análise dos regimes de enunciabilidade mobilizados nas trocas de correspondências destacadas, tomando também como uma teia

⁴ Editorado pelas pesquisadoras Márcia Duarte de Oliveira e Maria Zanoli, em 2019, ambas da Universidade de São Paulo (USP).




enunciativa as cartas e os sermões do padre Antônio Vieira, concluímos que é fundamental a imersão nas condições de possibilidades históricas em que os saberes ficam sujeitados. Pensamos agora sobre os conteúdos linguísticos soterrados, camuflados em funcionamentos coerentes ou formações discursivas sistemáticas.

Saberes ocultados que, segundo Haroldo de Resende (2016,p. 127), tentam tornar invisíveis o aparecimento de alguns conteúdos históricos (patrimoniais) importantes para algumas interpretações, porque somente esses conteúdos possibilitariam a descoberta da clivagem das lutas e dos embates que algumas ordens discursivas, impostas pelo imperialismo linguístico europeu, objetivavam esconder sobre a lusitanização de línguas indígenas (ou de matrizes africanas) nessa grande rede de memória que vai da Babel amazônica ao movimento cabano.

[...] O português falado no Brasil, e mais especificamente na Amazônia, no século XVII, foi considerado pelo padre Vieira, uma “meia-língua”, produto de uma política colonial que contribuiu para o extermínio de línguas minoritárias, propiciando a expansão da língua geral amazônica [...] Esses registros, porém, não se limitaram ao Período Colonial e podem ser encontrados até mesmo em pleno século XIX, especialmente no período de 1832-1842, durante a Cabanagem. Os cabanos – índios, tapuias, negros, caboclos e variados tipos de mestiços – provenientes de diferentes tipos de horizontes linguísticos, usavam a língua geral como instrumento de interação, mas nesse caso, a comunicação era basicamente oral, porque eles eram em sua maioria iletrados. No entanto, os poucos cabanos alfabetizados, quando recorriam à escrita, abandonavam a língua geral amazônica, optando pela língua portuguesa, como testemunha alguns documentos. (FREIRE, 2011, p. 84-85).

O controle linguístico e o governo da língua representam, portanto, tecnologias de poder bastante significativas para se efetivarem a colonização





e o domínio efetivo de uma colonização linguística, em que há um objeto específico construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica, no entanto, não só uma gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros.

Jean-François Bert (2013, p. 12), ao discutir sobre algumas ideias-chave nos escritos de Foucault, lembra que, a partir do século XVIII, esse termo, “biopolítica”, designa a maneira com que o poder governa o conjunto dos viventes a partir das questões de saúde, de higiene, de alimentação, de sexualidade, que se tornaram novos desafios políticos. Por isso que a noção de biopolítica é indissociável da noção de população.

Com efeito, essas operacionalizações conceituais sugerem um caminho interpretativo importante para a constituição do nosso idioma impregnado de um conjunto de instituições de controle que pode ser lido em dupla dimensão – o governo da população (o qual “carrega” o governo da língua) e o governo de si – biopolítica e biopoder, portanto, respectivamente. Domínios foucaultianos bastante significativos para as análises realizadas neste texto, isto é, os agenciamentos produzidos pela biopolítica, começaram a instituir teias normativas no cotidiano da região, por meio das quais, funcionando como uma rede difusa de mecanismos a que nada ou ninguém escapa, foram historicamente desenhando em nosso território uma homogeneidade linguística desde o início da colonização.

Falamos aqui de um dado sistema de restrição linguística passar a ser um elemento primordial para a dominação, “processos de conquista” e, posteriormente, funcionar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade. Claro que estamos nos referindo à língua do colonizador,



em especial, à língua portuguesa. Afinal, era característica – inclusive das grandes navegações, como um grande empreendimento colonial, quando se intensificou o contato entre os povos no mundo em função da busca europeia por novos mercados, novas transações mercantis, outros interesses políticos de Portugal, Espanha, Inglaterra etc. – a língua vir a ser mais um instrumento potencial de dominação e vigilância em novos territórios.

O gerenciamento linguístico representa, assim, uma tecnologia de poder fundamental para se solidificarem a colonização e o domínio efetivo do território amazônico. Vale ressaltar que, por essa biopolíticase entende a maneira pela qual, com base em Edgardo Castro (2016, p. 59), a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, segurança, higiene, natalidade, por exemplo, entre os quais a língua também faz parte. Logo, as dimensões de controle linguístico enquanto estratégia para a gestão da população, ao longo da colonização, atravessavam tanto o corpo individual como o corpo social, isto é, a população foi paulatinamente incorporando várias regulações, inclusive, aquelas voltadas às normalizações de um modo de viver e agir linguisticamente europeus.

REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, J. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

AZEVEDO, J. L. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999. p. 255-257.



BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BERT, J. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

COURTINE, J.J. **Decifrar o corpo** – pensar com Foucault. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b. p. 221-241. Curso dado no Collège de France (1981-1982).

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, J. R. B. Da fala boa ao português na Amazônia brasileira. **Ameríndia** – Revue d'éthnolinguistique amérindienne, Paris, n. 8, 1983.

_____. **Rio Babel** – a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso** – diálogos e duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M. do R. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K.



(org.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores/Unicamp, 2016. p.115-142.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo – a análise do discurso ao lado da história. *In*: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura** – da História no discurso. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2014. p.169-192.

HACKEROTT, M. M. Reflexões sobre a linguagem em sermões e cartas do padre Antônio Vieira. *In*: FREIRE, B.; ROSA, C.; LAGORIO, C. (Org.). **Políticas de línguas no novo mundo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 87-125.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, 2003.

MAHER, T. M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. *In*: NICOLAÍDES, C.; SILVA, K.; TILIO, R.; ROCHA, C. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2013.p. 117-134.

MENDONÇA, M. C. de. **A Amazônia na era pombalina**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo III.

RESENDE, H. Política e ação no pensamento de Michel Foucault: conexões entre poder, saber e discurso. *In*: RESENDE, H. de (Org.). **Michel Foucault – política: pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

RODRIGUES, A. I. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **Delta**, v.9, n.1, p. 83-103, 1993.

SEVERO, C. A diversidade linguística como questão de governo. **Caleidoscópio**, São Leopoldo, v.1, p. 107-115, 2013.

_____. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa**, São Paulo, v. 60, n.1, p.11-28, 2016.





SOUSA, S. C. T. de; SOARES, M. E. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. **Revista de Letras**, v. 1, n. 3, jan./jul. 2014.

TUPIASSÚ, A. **A palavra divina na surdez do Rio Babel** – com cartas e papéis do Pe. Vieira. Belém: EDUFPA, 2008.





FOTOGRAFIA E TEMPO NA PENUMBRA: FRANCESCA
WOODMAN E A DANÇA COM FANTASMAS

PHOTOGRAPHY AND TIME IN THE
PENUMBRA: FRANCESCA WOODMAN AND THE
DANCING WITH GHOSTS

Fabiane da Silva de Souza¹

Cláudia Linhares Sanz²

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação, na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: fabianeedesouza@gmail.com.

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: claudialinharessanz@gmail.com.



RESUMO

Poderíamos pensar a fotografia como experiência histórica? É essa a pergunta que a pesquisa aqui apresentada se faz ao investigar, hoje, as fotografias de Francesca Woodman. Diante da grande disponibilidade de imagens da atualidade, seu trabalho é pensado como sinal de deslocamento histórico, fronteira entre modos de fotografar e estar no mundo. Trata-se de pensá-lo a partir de alguns dos elementos que estiveram presentes na constituição da própria fotografia como gesto moderno e das transformações de tais elementos na contemporaneidade. Em cada tópico, partimos de uma imagem para pensar não apenas as fotografias de Woodman, mas a própria fotografia como experiência histórica e temporal.

PALAVRAS-CHAVE

Fotografia; Francesca Woodman; experiência histórica.

ABSTRACT

Could we think of photography as an historical experience? That is the question this research asks itself when looking today at the photographs made by Francesca Woodman. In face of the huge availability of images nowadays, her work is thought of as a sign of historical displacement, a frontier between ways of photographing and being in the world. The research regards her photos in the light of some of the elements that were present in the constitution of photography itself as a modern gesture; in the light of the transformations of such elements in contemporaneity. In each topic,



by looking at one image, we think not only of Woodman's photographs, but also of photography itself as a historical and temporal experience.

KEYWORDS

Photography; Francesca Woodman; historical experience.

1. FRANCESCA WOODMAN E A FOTOGRAFIA COMO EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

O índice histórico das imagens diz, pois, não apenas que elas pertencem a uma determinada época, mas, sobretudo, que elas só se tornam legíveis numa determinada época. E atingir essa "legibilidade" constitui um determinado ponto crítico específico do movimento em seu interior. Todo presente é determinado por aquelas imagens que lhe são sincrônicas: cada agora é o agora de uma determinada cognoscibilidade. (BENJAMIN, 2018, p. 768).

Acordamos, olhamos o celular, e-mails, mensagens, tevê, fotos das notícias, dos amigos, da família, inúmeros ângulos, repetidos instantes que mal se diferenciam: para olhar, é necessário lutar, por vezes, resistir, intervir em interrupção. Luta, entretanto, que não ausenta nossa participação nessa torrente incessante. Somos nós mesmos, aliás, que, ao participar da produção contínua de imagens, ficamos enredados nas luzes alucinantes que nos distraem. Para ver no contemporâneo é necessário fraturar o fluxo, demorar-se. Abrir brechas para, diante do regime inflacionado e saturado de imagens, perceber a intensidade de imagens como aquelas



feitas pela fotógrafa estadunidense Francesca Woodman.³Na pausa, é possível ver seu trabalho como uma espécie de fissura na própria história da fotografia, um ruído entre aquilo que a fotografia veio a ser modernamente e o que viria a ser hoje.

Trata-se, sobretudo, de pensar, por um lado, a partir das imagens de Woodman, a própria fotografia como experiência histórica, se entendermos a experiência a partir da correlação, em uma cultura, entre imagens, campos de saber, máquinas, normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 1988). Isso significa, por consequência, compreender a fotografia como produto e produtora de uma época; efeito e instrumento de uma certa relação entre sujeito, imagem e mundo. Significa entendê-la também como parte da contingência que produz aquilo que somos e fazemos. Gesto metodológico que nos afasta tanto do pensamento que narra a história da fotografia como mero encadeamento evolutivo (simples resultado de uma tecnologia que se desenvolveu ao longo do tempo) quanto dos estudos que sublinham exclusivamente a construção formal das imagens. Assim, trata-se de pensar as condições históricas que possibilitaram tanto o ato fotográfico quanto suas leituras. Aliás, a fotografia pensada como experiência histórica entrelaça os tradicionais papéis de produção e recepção e os torna indiscerníveis, amalgamados no jogo complexo de forças que produzem (ou não) suas visibilidades.

Por outro lado, trata-se de investigar, simultaneamente, como a fotografia trabalha positivamente nesse processo, instaurando vivências inéditas, modos temporais próprios, relações outras entre sujeito, cotidiano

³ O trabalho aqui apresentado é o desdobramento de uma pesquisa para dissertação de mestrado, defendida em março de 2019 (SOUZA, 2019), com bolsa de pesquisa do CNPq.




e imagem. Com efeito, compreender a fotografia como experiência histórica significa pensar as imagens e as máquinas como não apartadas da história, não desvinculadas nem de suas condições de possibilidade nem dos agenciamentos que elas mesmas produzem. Significa pensar, em consequência, também os deslocamentos dessas condições e dos regimes que instauram: deslocamentos que criam outros sentidos para as imagens e outras imagens para os sentidos.

Nessa perspectiva, a pesquisa aqui apresentada propõe pensar não apenas a fotografia a partir do trabalho de Woodman, mas de fazer isso agora. É a atualidade que permite a formulação da pergunta e é ela igualmente que faz ver vias atuais de transformação. É hoje que as relações entre suas imagens e aquelas que foram feitas ainda no século anterior emergem legíveis. É nesse encontro com nossa atualidade que é possível entrever ruídos e fantasmas de uma experiência fotográfica que se constituiu historicamente. Estando imersos em uma temporalidade acelerada, mergulhados em um jogo que nunca termina (de fruição imediata do tempo presente), participando todos da engrenagem no regime temporal do mercado (24 horas por dia, sete dias por semana) (CRARY, 2014, p. 43), quando mal é possível se deter para ver, é que podemos compreender o trabalho de Woodman como sinal de um deslocamento histórico da imagem, em especial, da fotografia. É de nossa contemporaneidade que podemos percebê-lo como fronteira entre modos de fotografar, de estar e de sentir o tempo.

Em suas imagens, o hoje opera, então, revelando novas legibilidades; atua, como pensou Walter Benjamin, fazendo visível um reconhecimento próprio (BENJAMIN, 2018). É o nosso presente que nos possibilita ver, nas fotografias de Francesca Woodman, os fantasmas de uma temporalidade





moderna e as reminiscências de um desejo de interioridade e profundidade. É também ele, no entanto e simultaneamente, que nos permite perceber, já naquelas imagens, os deslocamentos dessa tessitura. Inseridas no turbilhão de informações da contemporaneidade, suas fotografias aparecem hoje como um limiar daquilo que *veio a ser* historicamente a fotografia, limiar entre visibilidades modernas e contemporâneas.

Limiar entre aquilo que fomos (fotograficamente) e aquilo que somos; entre aquilo que já não somos e aquilo que as imagens apontam como aberturas. Trata-se de pensar essa fronteira a partir de alguns pilares – pilares que foram fundamentais (embora não únicos) para configurar a fotografia moderna como experiência histórica, eminentemente temporal, hoje já “outrada”. Nesse sentido, discutimos, primeiramente, como o instante aparece e, simultaneamente, é questionado pela obra de Woodman. De fato, o instante – aquele que se constitui como um problema fundante da fotografia moderna – é revisitado e simultaneamente deslocado pelas imagens de Woodman. Por um lado, suas fotografias evocam o advento da fotografia, reencarnam o desejo histórico de parar o tempo e reencontram as tensões entre duração e instante. Por outro, são elas mesmas que problematizam o instante como algo decisivo, como crivo de uma relação entre espera e corte: ao fabricar evidentemente cada instante, coloca em questão a fixidez como autenticidade e, em uma espécie de gesto irônico, evidencia sua impossibilidade.

Em um segundo momento, investigamos de que maneira a relação entre real e imagem – também fundamental para o que a fotografia veio a ser modernamente – aparece, a partir de um caráter fantasmal, nas imagens de Francesca Woodman. De fato, a noção de imagem-fantasma,



construída por Woodman, fazressoar de modo intenso a imagem dos seres de fronteira – fantasmas de um real que surge como reminiscência problemática; fantasmas de uma subjetividade moderna que à época já se atrofiava; fantasmas das imagens da história da fotografia que ressurgem nas suas encenações; fantasmas da própria fotógrafa, que desaparece na mesma medida em que é enquadrada.

Por último, pensamos como o gesto de retratar, de dar um rosto à subjetividade – gesto também crucial para a constituição da fotografia moderna –, novamente aparece na imagem de Francesca Woodman como vestígio das imagens modernas e, ao mesmo tempo, testemunha desse desaparecimento. Seus autorretratos podem ser vistos como rastros de um gesto moderno, que ainda se interessava em uma profunda busca de si, apesar de, ao mesmo tempo, seu “eu profundo” já ser um “eu fissurado” e múltiplo, encharcado, então, de questões contemporâneas.

Tais chaves conceituais costuram o espanto que a fotografia de Francesca Woodman pode ainda causar hoje, no desmonte do fluxo acelerado de imagens, a partir de um olhar à procura das tensões históricas que moram nas imagens. Assim, insistimos na força do assombro para a investigação da história e da vida das imagens: um olhar que abre espaços e compõe outros tempos, propondo leituras e intervindo com a interrupção que pode fazer certas imagens resistirem ao serem remontadas, postas diante de novas relações. No trajeto deste artigo, uma fotografia abre cada tópico para desdobrar a chave conceitual que será tratada. Por meio dessas chaves e dessas fotografias, pretendemos pensar não apenas a respeito das fotografias de Woodman, mas da própria fotografia como experiência histórica e temporal.



2. QUANDO O INSTANTE NA FOTOGRAFIA TRANSBORDA TEMPOS

Minha cabeça explode e os relâmpagos aí se cruzam e se combatem... Como é possível que tão breves centelhas carreguem, cada uma, tanta esperança e certeza, e que a menor duração seja precisamente aquela que se identifica com a maior potência de verdade para um só, e com injeção interior?(VALÉRY, 2009, p. 31).

Fotografia 1 – Francesca Woodman, *Untitled*, 1975-78



Fonte: Keller (2011, p. 44).

Podemos olhar para muitas fotografias e, nelas, enxergar seus nós temporais, seus acúmulos de tempo em várias direções: a lacuna entre o tempo em que a foto foi feita e o tempo em que a vemos, os traços do tempo histórico de sua feitura, o tempo de exposição, o tempo que o fotógrafo mobilizou para pensar e fazer a foto, o tempo para que tenha sido possível



nosso contato com elas. Além desses, certas fotografias de Francesca Woodman colocam ainda outros tempos em jogo, posto que revisitam as imagens da história da fotografia, os modos como o tempo as atravessou; simultaneamente questionando e, diante delas, tomando distância. Nesse sentido, sua produção transborda tempos: encena o instante fazendo-nos pensar sobre aquilo que as fotografias, historicamente, foram e vieram a ser, dando visibilidade ao tempo de planejamento da foto (muitas vezes, demonstrado em suas anotações), ao tempo de montar e entrar em cena, ao emaranhado de tempos criados na ficção, aos sentidos dos elementos postos em cena, em cenários de ruína, em lugares marcados por um “passar do tempo”, por um passado que se acumula.

Ao colocar tempos em jogo, evidencia-se o laço da fotografia com sua história, que a apresenta como marco de um novo modo de relacionar imagem e duração. Ela transita por diferentes demandas, constituídas historicamente: em suas longas exposições, remonta ao tempo em que as esperas provocavam borrões indesejados nas imagens; ao fabricar instantes, encena momentos quaisquer, deslocando seus sentidos; ao compor seus enquadramentos, escolhe espaços e objetos que também carregam tempos e histórias próprias, aprofundando abismos e paradoxos temporais. Assim, Francesca Woodman tematiza a história do instante fotográfico ao colocarem cena animais empalhados –pois eles estão, antes, capturados, moldados no instante da iminência de um ataque, com os músculos da cabeça contraídos, as patas prontas para correr. Já a mulher que escorre pela porta envolve outro tempo, do sono, do sonho ou de morte tranquila, um tempo que parece implicar uma duração, outra espessura.





Na fotografia que abre este tópico, entranham-se tempos – de sua feitura, mas também de seu eco histórico, de seu escoamento na ficção, de seu relampejo no presente em que a olhamos. Quando vemos a foto, trata-se, como pensou Benjamin, de ainda outro momento de perigo, quando a centelha provoca a cisão que nos conduz alhures e a imagem irrecuperável ganha inesperadamente novas chances de ser vista e lida, com a possibilidade “de despertar no passado as centelhas da esperança” (BENJAMIN, 2012, p. 244). Para desembocar diante desses tempos, precisamos nos distanciar do tempo tradicionalmente invocado para a fotografia, como se ela fosse (ou apenas fosse) o congelamento de um instante. É o instante fotográfico que entra em questão, mas também entram em questão o instante do olhar, sua “capacidade” de ainda constituir uma duração, de engendrar memórias, na sociedade do espetáculo. E toda tentativa de pensar o tempo de maneira diversa deve, segundo Agamben, defrontar-se fatalmente com o conceito do instante pensado como ponto temporal, “e uma crítica do instante é a condição lógica de uma nova experiência do tempo” (AGAMBEN, 2005, p. 122).

Tempos desdobram-se e desmontam-senessa fotografia: dentro do armário, muitos “agoras” inundados de passado. Nos animais empalhados, o instante está nítido: fixados em gestos ferozes, em um momento decisivo, um instante pontual, um clímax – como o conhecido instante pensado por Cartier-Bresson (2004, p. 16), movido pela captura de “flagrantes delitos”, o que dependia de manter o espírito alerta em busca de tais oportunidades. É esse tempo que encontramos desmontado nessa fotografia, que dá novas dimensões aos animais, agora mortos e fixados mais uma vez, só que pela foto, sendo ela capaz de provocar o tempo que já atravessou muitas fotografias.






Entre os animais no armário, a mulher (possivelmente Woodman) parece ser o único que pode escapar, por uma fenda. Não sabemos, contudo, o que interessava a essa personagem, que não parece ter vida ou desejar sair, podendo ser uma vida empalhada também, mas dessa vez não em um flagrante delito. Em posição quase fetal, a mulher escorre pela fresta de um armário inesperado; a abertura anuncia um destino? Não se sabe, de todo modo, qual. Dentro da fotografia, outros enquadramentos, outras cenas: as portas envidraçadas do armário formam pequenos mundos, cada um ocupando tempos com antes e depois próprios. Um quadro de plumas e aves voltadas para trás; outro, com uma raposa mostrando os dentes, convivendo com outras aves, acima dela; no terceiro quadro, um guaxinim pretende fugir de um fundo que quer dele se apoderar ou atacar a mulher; no quarto quadro, a mulher vaza de um cubo misterioso para um quinto quadro, que retoma os outros e os reflete no vidro, e solidifica o mergulho na simultaneidade dos tempos ao ser o enquadramento de uma suspensão que eles habitam. Paradoxalmente, a mulher viva na cena parece estar mais morta que os animais mortos, a não ser por seu cabelo que, esparramado no chão, parece ter vida própria, como que a provocar os animais, a fugir pelas frestas da madeira. Não há desfecho, porém, e permanecem em cena inúmeras vias, muitas narrativas que podem ser ditas, muitas imagens que podem ser olhadas, muitos tempos que podem ser descobertos ou até inventados.

Ao olharmos para essa fotografia, o instante – como figura exemplar da linguagem constituída a partir do século XIX – entra em perigo. Instante moderno que relacionou a fotografia ao instantâneo, em uma aderência e construção mútuas. O tempo, cada vez mais cronometrado e





decomposto pela ciência, encontrou na fotografia seu lugar: o “instante rápido” foi desejado desde o começo pelos primeiros fotógrafos, em uma busca para reduzir o tempo de exposição e figurar a interrupção no fluxo do tempo, o ponto no tempo que o olho não via claramente. Por isso, passa a ser “improvável imaginarmos um instante temporal desconectado da imagem do instantâneo fotográfico, bem como uma história moderna da fotografia isenta do instante” (SANZ, 2014, p. 446).

Se, como Koselleck (2006)concluiu, só no início do século XIX atribuiu-se ao tempo a função de agente absoluto de mudança, não podemos afastar a emergência da fotografia desse solo epistemológico. Ela pode, então, ser pensada como marca epistemológica, como a imagem de uma nova relação entre imagem e tempo, imagem e duração. Tal alteração na experiência do tempo é agenciada, no século XIX, pela ciência, pela filosofia, pela arte (SANZ, 2014); sendo esses segmentos do saber, simultaneamente, produtos e produtores dessa modificação. Nessa relação, a categoria do instante passa a ser objeto de formulações em diversos campos do pensamento, e a fotografia consolida-se como um modo de experimentar o tempo, como “imagem exemplar” das transformações da subjetividade que acompanharam as novas maneiras de sentir e pensar o tempo.

As fotografias de Woodman, vistas pelo viés da experiência histórica e temporal, colocam em cena elementos que constroem a tensão entre a ideia de captura do instante e a possibilidade de sua encenação. Seu trabalho, abrigoando a fronteira entre experiências fotográficas modernas e contemporâneas, encena atravessamentos do tempo na fotografia e compõe uma temporalidade própria, um instante fabricado que abarca outros instantes, que conecta memórias, desdobra sentidos, colocando



uma noção de verdade em crise quando apresenta alternativas indecidíveis entre verdadeiro e falso, entre real e imaginário. Seu instante pode ser visto como um fragmento-cristal, multiplicando nós de tempo.

Cabe pensar, portanto, o instante na obra de Francesca Woodman porque ele desborda para além de uma interrupção do fluxo, cria uma exigência de demora quando encena diferentes experiências temporais. Woodman não parece buscar uma captação do equilíbrio expressivo no movimento, que Cartier-Bresson (2004, p. 29) chamou de equilíbrio entre o mundo interior do fotógrafo e o mundo exterior que ele percebe. O mundo interior de Woodman não procura equilíbrio com o exterior; é como se não apostasse nesse “exterior” como algo apartado e, assim, construísse um mundo próprio, simultaneamente interior e exterior, com espaços e movimentos mantidos na penumbra, no qual o instante tendesse para uma insistente instabilidade, sem apaziguar diferentes instantes, em uma suspensão que instala tempos sobrepostos, passos de outras experiências, vestígios. Sua fotografia é, assim, como um quebra-cabeças de diferentes tempos, de diferentes passados que podem ser relançados pelo olhar, fazendo perguntas ao presente e dirigindo-se a futuros imaginários, a alternativas indecidíveis.

3. IMAGEM-FANTASMA E FANTASMAS DA IMAGEM

[...] E aquele
Que não morou nunca em seus próprios abismos
Nem andou em promiscuidade com os seus fantasmas
Não foi marcado. Não será marcado. Nunca será exposto
Às fraquezas, ao desalento, ao amor, ao poema. (BARROS, 2010, p. 82).



Fotografia2 – Francesca Woodman, *House #3*, Providence, 1976



Fonte: Townsend (2006, p. 107).

Em uma anotação, Francesca Woodman escreveu sobre estar interessada na maneira como as pessoas se relacionam com o espaço. Segundo ela, a melhor maneira de fazer isso seria retratando a interação dos corpos com o limite dos espaços: “pessoas desaparecendo em uma superfície plana” (WOODMAN, [S. d.] *apud* TOWNSEND, 2006, p. 244, tradução nossa).⁴ Essas imagens ela chamou de imagens-fantasma. Os fantasmas-figuras exemplares de uma sobrevivência, penumbras que se constituem em interstícios, entre tempos – são imagens que, de diferentes modos, se


⁴ No original: “I am interested in the way people relate to space. The best way to do this is to depict their interactions to the boundaries of these spaces. Started doing this with ghost pictures, people fading into a flat plane – ie becoming the wall under wallpaper or of an extension of the wall onto floor”.



alinham no trabalho de Woodman: porque eles são por ela encenados; porque eles aparecem toda vez que ela deixa entrar os fantasmas de outras fotografias, da história das imagens fotográficas; porque ela convoca uma espécie de ato já em desaparecimento; porque ela mesma se tornou um fantasma; e porque, hoje, suas imagens adquirem caráter fantasmal pelo desencaixe diante dos sentidos das imagens contemporâneas.

Na imagem que abre este tópico, está em cena Francesca Woodman, cujo corpo incerto pelos borrões se funde à parede e aos papéis que parecem cobri-lo: corpo fantasma acumulando rastros, mantendo, em sua desapareição constante, a insistência, as memórias, os tempos. Nesse instante dilatado, o corpo baila e bordas cambaleantes são escritas no negativo. O tempo fica suspenso, a “parada” incita o momento de tensão: o clique deixa entrar os espectros da história. Os fantasmas não estão lá simplesmente porque vemos os borrões do vestígio de suas danças; estão lá também pela construção dos elementos da cena, capazes de mover memórias, criar reconexões, e, ao mesmo tempo, condições de vazio cujas forças se encontram com os “agoras” e formam centelhas e possibilidades. Ao criar suas fotos, suas imagens-fantasma passam a ser também outras coisas; não se fecham no interesse de retratar pessoas na relação com o ambiente; elas também declaram para o corpo sua condição de nunca estar no presente: “ele contém o antes e o depois, o cansaço e a espera” (DELEUZE, 1990, p. 227). Suas imagens-fantasma são constituídas por uma espécie de indeterminação, por um corpo que experimentava aparecer e desaparecer simultaneamente, testando os limites de sua imagem com a dissipação do ambiente. São constituídas por um corpo não exatamente presente, não exatamente ausente, tecendo





sentidos entre esses dois estados; expondo rachaduras, ruídos entre fantasmas passados e presentes; incitando perguntas, expansões.

No seu trabalho, os fantasmas aparecem na tensão de algo que acontece quando o clique guarda o pedaço encenado com seus desdobramentos, com as fendas históricas com as quais não para de se relacionar. Nas fotografias de Woodman, os fantasmas não estão, portanto, apenas na ideia de os encenar, no aparecimento e desaparecimento das pessoas nas imagens, mas nos entrelaçamentos que sua cena implica, prestes a criar imagens-fantasma que vagarão no tempo, à espera de serem olhadas, montadas por nós. Há também o traço fantasmal de uma fotógrafa que é sua própria atriz. Porque, no caso dela, o fotógrafo deixa de estar “escondido” atrás da câmara e passa a esconder-se em frente à câmara, colocando em cena mais esse jogo de aparição e desaparecimento. Cabe a nós não apenas procurar fantasmas, mas ainda os criar: o olhar lhes dá vida e novos impulsos. A região obscura está, nessa relação, tanto na imagem quanto naquele que olha. A contradição da relação é também uma força, é o que possibilita estar diante de algo que não existe e torná-lo real de alguma maneira, pela imaginação, fazendo-o atravessar luzes. A realidade dos fantasmas é também uma criação; como disse Agamben (2012) a respeito de ler constelações, o trabalho da imaginação é ler no texto original o que nunca foi escrito.

O caráter fantasmal das imagens de Francesca discute e problematiza a presença do real na imagem. Essa relação pode ser discutida nas imagens de Woodman por meio de sua encenação, com a qual criou novas relações do corpo com os tempos, com os ambientes, com outros corpos. Em suas cenas, instala-se a indiscernibilidade entre real e imaginário e a crise de uma noção da verdade: Woodman se coloca em quadro, e não é possível separar



a Francesca Woodman fotógrafa da Francesca Woodman personagem. O que está em jogo é a irreduzível multiplicidade da potência do falso, a criação das alternativas indecidíveis em um “real” que aparece na fronteira, compondo labirintos e nós de tempo que persistem carregados de transformações.

Na tensão em que se espraia o fantasma, ultrapassando, provavelmente, a ideia inicial da fotógrafa, o tempo não apenas escoar, o tempo trabalha; e, assim, encarnando um aspecto fantasmal, suas fotografias podem construir e desmoronar sentidos, fazê-los deslizar e renascer, despontando questões para se ver e se pensar a fotografia quanto à experiência histórica, à decomposição e recomposição de sentidos em tensões e latências. “Os fantasmas nunca inquietam as coisas mortas. E as sobrevivências só atingem o vivo, do qual a cultura faz parte” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 285). Woodman, portanto, não só exprimiu fronteiras e limiares, mas seu trabalho parece ser efeito também de fronteiras, da passagem de uma experiência fotográfica para outra. Assim, ao deixar comparecer fantasmas de seu trabalho, aparecem também aqueles da fotografia moderna, que um dia já nos assombraram.

Cabe ainda ressaltar que as fotografias de Woodman, vistas hoje, aprofundam o aspecto fantasmal das imagens e nos permitem pensar no enfraquecimento de certas experiências imagéticas, assim como em sua concomitante sobrevivência (SANZ; SOUZA, 2019). Há, portanto, experiências fotográficas que sobrevivem como experiências fantasmas, anacrônicas. Esses fantasmas que ressurgem na fotografia de Woodman podem ser vistos como uma tentativa de travessia por essas experiências em transformação, uma busca pela imagem e seu caráter equívoco, incerto, o que evidencia o ruído perante a experiência com a fotografia que se consolida atualmente. Dessa forma, podemos pensar a própria fotografia como fantasma, ruína. Ela



assombra perguntando sobre sua própria persistência: como consegue ainda resistir? E sobrevive como fantasma de uma subjetividade em transformação; como fóssil em que se vê a “convivência de dois regimes concomitantes, [...] que compartilham em segredo a tensa coexistência entre o que podia e o que já não pode mais” (SANZ, 2013, p. 180). Sobrevive como ruína, sendo simultaneamente construída e apagada.

É no esfarelamento de uma experiência moderna, de uma subjetividade interiorizada, que se apresentam fantasmas; e a fotografia de Woodman encarna essa transição. Sua obra é habitada por uma temporalidade fantasmal, entrevista na convivência de (pelo menos) dois modos de ser, entre ecos passados e desejos de futuro. Em contraposição ao atual regime saturado de visibilidade, olhar para suas fotografias, demorar-se nelas pacientemente, é deixar retornar o fantasma de uma experiência temporal e visual que não é mais predominante. Nessa penumbra, está o tempo de algumas imagens, sua incapacidade de coincidir com ela mesma, e “isso exige que toda imagem seja uma imagem de sua própria interrupção – uma imagem da explosão do espaço e do apagamento do tempo” (CADAVA, 2001, p. 43, tradução nossa).⁵

A fotografia de Woodman sobrevive nessa instabilidade e não coincide com ela mesma porque está sempre se refazendo, porque existe carregada de memórias, porque também na experiência de encontrar suas fotos subsiste uma tensão entre o que poderia ser e o que já não pode mais, guardando para si uma parte que não podemos ver, que a nós permanece inacessível: não como um enigma a ser desvendado, mas como uma força,

⁵ No original: “It demands that every image be an image of its own interruption – an image of the explosion of space and the erasure of time”.



rastro no abismo do sentido e do tempo. Como veremos a seguir, em seu trabalho, em que prevalecem autorretratos, Woodman também dá forma – e simultaneamente problematiza – à metamorfose da subjetividade moderna, à transformação do gesto moderno que pensou o retrato como possibilidade de constituição de um eu profundo, de um semblante pensado como esconderijo de uma interioridade sobre o fotografado.

4. AUTOENGANOS: TRANSFORMAÇÕES DE UM GESTO MODERNO

Uma época que perdeu seus gestos é, por isso mesmo, obcecada por eles. (AGAMBEN, 2017, p. 54).

Fotografia 3 – Francesca Woodman, *Untitled*, 1976



Fonte: Townsend (2006, p. 101).





Os autorretratos de Woodman não tratam apenas dela mesma, de uma busca pessoal: deixam ver também a vida das imagens e, especialmente, a vida da fotografia. Vida animada por mistérios, por aquilo que esconde e escolhe mostrar. Ao se retratar, trata de si novamente, mas transborda uma escrita meramente privada. Diante dos *selfies* contemporâneos, desses autorretratos voltados para o compartilhamento das imagens em uma rede social, as fotografias de Woodman produzem ruídos quando reparamos na profusão daqueles que procuram incansavelmente “mostrar” o que seria o melhor de si ou da vida, aumentando um “sentimento de presente” que não solicita a demora, não propaga incertezas, fraquezas nem mistérios que se desdobrem.⁶Woodman, além de fazer muitas fotos de si mesma, intitulou “autoengano” (*self-deceit*) várias fotografias de uma série de autorretratos. Utilizaremos a ideia de autoengano para atravessar algumas de suas fotografias, na tentativa de reconhecer em suas ficções ruínas de um gesto moderno, cenas que ainda conservam um fora de campo, um “estar sem estar” (MELENDI, 2015, p. 76) da fotografia, que a mantém na sombra, que a faz resistir como presença espectral, parecendo clamar por um desejo de profundidade e invenção.

A colocação de si mesma como discurso, feita por Woodman, parece diferente de outras imagens que também deslocaram o gesto moderno do autorretrato nos anos 1970 e 1980, como o trabalho de fotógrafas como Cindy Sherman e NanGoldin. Ambas encarnaram muito mais o gesto contemporâneo, não se mantendo na fronteira, forte característica do trabalho de Woodman.

⁶ Algumas fotos de Francesca Woodman foram publicadas no *site* do jornal *El País*, em janeiro de 2016, pouco tempo depois de completados 35 anos de sua morte. Na matéria, seu trabalho foi apresentado com o título “Os ‘anti-selfies’ de Francesca Woodman”.






Seus autorretratos encenados como se fossem fotogramas de um filme constituem o trabalho mais conhecido de Sherman. Esses autorretratos formam outro tipo de fantasia, que se distancia de uma busca de si e já se volta para uma atuação dirigida ao espetáculo. Goldin também se afasta da fronteira moderna, e seu trabalho faz despontar questões muito contemporâneas, como a privacidade e a exposição da intimidade.

Em seus autoenganos, Woodman parecia buscar meios de sair de si. E, saindo, retornava outra, muitas outras; como se a busca de sentidos (artísticos, existenciais) passasse por invenções tornadas possíveis por meio de sua fotografia. A artista costumava planejar minuciosamente suas fotos. O fato de ser sua principal modelo, entretanto, abre uma brecha nesse controle minucioso da imagem; há um trejeito que escorrega, uma dobra não prevista, um intervalo não esperado, uma força que se apresenta apenas por meio do acontecimento fotográfico, da lacuna entre umas coisas e outras: em seus autorretratos, ela precisava de um tempo entre o “enquadramento do vazio” e seu colocar-se, ajeitar-se em cena. Peter Geimer nos diz que os fotógrafos sabem apenas parcialmente o que estão fazendo e que há um “valor extra” nas fotos que depende desse ponto cego: “Algo acontece na imagem, ou algo escorrega para ela”(GEIMER, 2007, p. 20). Esse algo sairia da fotografia e escorregaria, ao mesmo tempo, para fora e de volta para ela, inaugurando uma história, rumos possíveis para o caminho do olhar e do pensamento.

Diferentemente das demais fotografias aqui apresentadas, “sem rosto”, na fotografia que abre este tópico são os rostos que tomam conta da imagem. Três mulheres nuas cobrem o rosto com a fotografia do rosto de Francesca Woodman; uma quarta fotografia está colada na parede. São os rostos, nas impressões fotográficas, que nos olham, quatro rostos “diferentes” de um mesmo





negativo. Como escreveu Agamben, o rosto não diz a verdade sobre um estado de espírito; ele é abertura, é, ao mesmo tempo, o ser exposto e aquilo que ele oculta, é “o único lugar da comunidade, a única cidade possível”(AGAMBEN, 2017, p. 87), é a abertura inevitável e singular para o político.

O rosto é uma abertura do corpo para o exterior, a “cidade possível”. Porém, apesar da nudez, apesar da insistente imagem do rosto da fotógrafa, a foto não parece carregar o sentido de ser o “espaço propício à projeção de selfies onde cada um deve se performar ao se construir como uma subjetividade alterdirigida”(SIBILIA, 2016, p. 151), que seria um sentido pelo qual o autorretrato passa atualmente. É como se, no jogo da construção visual de Woodman, o movimento não fosse tanto o de aparecer, mas o de desaparecer, ou, no mínimo, de colocar essa tensão em questão. Assim, o “fora” possibilitado pela fotografia seria ainda um modo de voltar-se para dentro, de buscar-se em sua arte, como em uma escavação a céu aberto.

Convivem, em seus autorretratos, tanto um lócus interior quanto certa exteriorização do eu(SIBILIA, 2016, p. 153); suas fotografias solicitam uma atenção que os selfies da atualidade dispensam, uma vez que estes geralmente se esgotam na agilidade de sua feitura e na superfície do rápido olhar alheio, que determina a aprovação ou desaprovação da imagem. Entre características modernas e contemporâneas, o trabalho de Woodmanretém sua força nesse “entre”, fazendo-nos ver questões que se interpenetram em distintos tempos e modos de ser.Segundo Benjamin,

[a] natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui um espaço preenchido pela ação consciente do homem por um espaço que ele preenche inconscientemente. Percebemos, em geral, o movimento de um homem que caminha, ainda



que de modo grosseiro, mas nada percebemos de sua postura na fração de segundo em que ele dá um passo. (BENJAMIN, 2012, p. 100).

A fotografia, de fato, já se encantou pelo gesto na fração de segundo em que se dava um passo; já se interessou pelo sutil trejeito cristalizado e passível daprestação de contas, dos futuros olhares. Se falamos, porém, que há uma transformação no modo de se fotografar, é também porque esse trajeto do gesto fotografado deixou (ou vem deixando) de ser aquilo que a fotografia mobiliza. De certa maneira, esse segundo imobilizado – o modo grosseiro de caminhar capturado em um instante torto e congelado, estranho ao movimento em fluxo e à aceleração – podia acrescentar camadas não só ao tempo, mas às narrativas de si, como uma possibilidade de busca de respostas, como se algum entendimento de si ou do outro fosse possível ao se capturar um instante do trajeto de um gesto. Referindo-se à virada do século XIX para o XX, Agamben (2017, p. 54-55) escreve que “Uma época que perdeu seus gestos é, por isso mesmo, obcecada por eles; para homens dos quais toda naturalidade foi subtraída, todo gesto torna-se um destino”. Devido à aceleração da vida na modernidade, todos teriam “perdido o controle de seus gestos e caminhavam e gesticulavam freneticamente” (AGAMBEN, 2017, p. 54).

Podemos ver ruínas da fotografia no trabalho de Francesca Woodman porque ele contém algo desse gesto que se transforma, desse gesto outrora mergulhado no instante e na captura de uma profundidade do rosto. Seus autorretratos abarcam esse gesto de procurar-se no instante, de manifestar-se no tempo produzindo um tempo a mais, procurando e criando tempos e a si mesma, concomitantemente. O gesto contemporâneo de se fotografar não parece querer aprofundar-se em uma busca de sentidos; nessas novas formas de autoconstrução, o “eu” perde seu enraizamento em uma interioridade,



dirigindo-se para fora, sendo fundamentalmente orientado para o olhar do outro, respondendo a uma lógica de visibilidade na qual para ser é preciso ser visto (SIBILIA, 2016). Não se trata mais, portanto, de captar a peculiaridade de um gesto para conhecer algo sobre si; a “captação mimética do instante” está cada vez mais popularizada pelo uso da câmera dos telefones portáteis, os quais “permitem registrar a própria vida sendo vivida e, nesse gesto, oferecem a possibilidade tanto de se ver vivendo (para si) como de se mostrar vivendo (para os outros)” (SIBILIA, 2016, p. 60).

Nas fotografias aqui apresentadas, a ficção engendra um escoamento entre as coisas, uma confusão, a ingestão de uma coisa pela outra. No tempo dessas fotografias, é possível evaporar, desatar memórias, espalhar incoerências. Na feitura de suas imagens, Woodman podia assistir-se em suas ficções; desencadear outras fabulações a partir do corpo a corpo com os elementos de suas imagens, um modo de narrar outras sentenças. São autoenganos que não terminam de nos propor enganos, possibilidades; de propagar a indefinição e seus incansáveis desvios. Então, em contraponto à tamanha disponibilidade das imagens contemporâneas, as imagens de Woodman permanecem desaparecendo, desfalcadas de algum pedaço. As muitas fotos de si mesma, quando olhadas hoje (na tentativa de escavar o passado para encontrar o presente), colocam em jogo a transformação dos sentidos do retrato, do autorretrato, assim como do gesto fotográfico.

5. COSTURAR O ESPANTO, INVESTIGAR A HISTÓRIA


As imagens e as palavras devem ser um socorro para a posteridade, em sua tentativa de refletir sobre si mesma. (WARBURG, 1923 *apud* Michaud, 2013, p. 254).



Os tópicos aqui desenhados salientam fraturas expostas pelo trabalho de Francesca Woodman, imagens da passagem entre dois modos predominantes de ser e fotografar. Cada um, apresentando uma imagem, ensaiasobre um aspecto diferente dessa experiência, o que nos permitiu desenvolver um tecido teórico e reflexivo a partir da escolha, entre outras possíveis, de algumas chaves conceituais. Como o transbordamento do tempo no instante fabricado, as imagens-fantasma e os fantasmas da imagem, exprimindo fronteiras, sobrevivências, e a faceta de um real que vira fantasma na fotografia, em um corpo vertendo tempos e memórias, e a transformação nos autorretratos, atravessados hoje por novos sentidos.

Partindo da fechada de olhos que escolhe não ver para então ver, propondo um embate com o excesso de conectividade, com o efeito da dispersão diante de tantas imagens que passam e nas quais não nos detemos, o trajeto do trabalho, escavando nas imagens e nos conceitos, propôs-se a movimentar reflexões, entendendo a imagem também como sintoma e conhecimento. A fotografia, pensada como experiência histórica, pode ser vista como lasca, película, pedacinho de pele; como atravessada por corpos e lugares que carregam história, que nos colocam diante de abismos temporais, que nos fazem remontar o passado e propor novas vistas do presente. Entre características modernas e contemporâneas, o trabalho de Woodman mantém sua força no “entre”, levantando questionamentos que se interpenetram em diferentes tempos e modos de ser, nos auxiliando a vê-los, no presente. Este trabalho partiu, então, não só do presente, mas do presente e de seu irrecusável entrelaçamento com as imagens do passado, com as lutas nelas contidas, que as fizeram sobreviver.





Se nos detivemos na obra de apenas uma fotógrafa para atravessar o turbilhão de imagens contemporâneas não foi porque apenas o seu trabalho pode fazer despontar tais questões. Pelo contrário, propomos uma possibilidade de leitura, entendendo que há muitas imagens ainda para serem olhadas detidamente, para serem resgatadas e ressoadas em ainda novas tramas. O que fizemos foi costurar o espanto, procurando reforçar a dobra que insiste na força do assombro para a investigação da história e da vida das imagens. Foi criar saídas diante das transformações em nossa experiência temporal, em um cotidiano cada vez mais mediado por tecnologias de informação e de produção de imagens, tentando não perder de vista o tesouro da imagem, o lugar no qual ainda arde a cinza não esfriada da história.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. **Ninfas**. Tradução de Renato Ambrosio. São Paulo: Hedra, 2012.

_____. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BARROS, M de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas, v. I. Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.



CADAVA, E. “Lapsus Imaginis”: theimage in ruins. **October**, [S. l.], v. 96, p. 35-60, 2001.

CARTIER-BRESSON, H. **O imaginário segundo a natureza**. Barcelona: G. Gili, 2004.

CRARY, J. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac &Naify, 2014.

DELEUZE, G. **A imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DIDI-HUBERMAN, G. **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro:Graal, 1988.

GEIMER, P. Image as trace: speculations about an undead paradigm. **Differences**, [S. l.], v. 18, n. 1, jan. 2007.

KELLER, C.(Org.).**Francesca Woodman**. San Francisco: San Francisco Museum of Modern Art; New York: DAP, 2011.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contracampo, 2006.

MACLENNAN, G. C. Os ‘anti-selfies’ de Francesca Woodman. **El país**, [S. l.], 26 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/22/album/1453463389_967121.html#foto_gal_1. Acesso em: 31 out. 2018.

MELENDI, M. A. O arquivo vulnerado ou as ruínas da fotografia. In: VILELA, B; CUNHA, G. (Org.). **Espaços compartilhados da imagem: caderno de reflexões críticas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Circuito, 2015.



MICHAUD, Philippe-Alain. **AbyWaburg e a imagem em movimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

SANZ, C. L. Estados fotográficos, fósseis e fantasmas. In: DOBAL, S.; GONÇALVES, O (Org.). **Fotografia contemporânea: fronteiras e transgressões**. Brasília: Casa das Musas, 2013, p. 179-187.

_____. Entre o tempo perdido e o instante: cronofotografia, ciência e temporalidade moderna. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 9, n. 2, p. 443- 462, maio/ago. 2014.

_____.; **SOUZA, F. S.** Entre fantasmas y fotografía: una alianza histórica en vías de transformarse. **Acta Poética**, [S. l.], v. 40, p. 61-75, 2019.

SIBILIA, P. **O show do eu**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

TOWNSEND, C. **Francesca Woodman**. London: Phaidon Press, 2006.

VALÉRY, P. **Alfabeto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.



“O APELO DE LÊNIN”: VESTÍGIOS DO REGIME SOVIÉTICO
NA RÚSSIA NA FOTOGRAFIA CONTEMPORÂNEA DE
SERGUEI MAKSIMSHIN

“THE APPEAL OF LENIN”: TRACES OF SOVIET REGIME
IN RUSSIA IN CONTEMPORARY PHOTOGRAPHY
SERGEY MAXIMISHIN

Diana Trindade DRUMOND¹

Kátia Hallak LOMBARDI²

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras: teoria literária e crítica da cultura da Universidade Federal de São João Del-Rei.

² Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras: teoria literária e crítica da cultura da Universidade Federal de São João Del-Rei.



RESUMO

Serguei Maksimishin dedicou grande parte de sua vida a fotografar a Rússia contemporânea. Para a exposição *O último império*, que ocorreu em algumas cidades brasileiras, foram selecionadas imagens feitas pelo fotógrafo na Rússia nos 25 anos após a derrocada da União Soviética. Tais imagens revelam um país multifacetado que ainda apresenta resquícios de seu passado soviético. Nesse contexto, partindo de teorias que englobam os estudos sobre fotografia e o conceito de *vestígio* proposto por Walter Benjamin, investigamos oito fotografias selecionadas do catálogo da exposição *O último império*, buscando nelas vestígios do passado político no cotidiano da Rússia contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE

Regime soviético; vestígios; fotografia; Serguei Maksimishin.

ABSTRACT

Sergey Maximishin dedicated part of his life photographing the contemporary Russia. For the exhibition *The last empire*, which took place in some cities in Brazil, were selected images taken by the photographer in Russia during the twenty-five years after the fall of the Soviet Union. Such images show a multifaceted country that is still full of remains of its soviet past. In this context, using theories about photography and the concept of *trace* proposed by Walter Benjamin, our goal is to investigate eight images selected from the catalog of the exhibition *The last empire*, looking for traces of the political past in the everyday life of contemporary Russia.



KEYWORDS

Soviet regime;trace;photography;Sergey Maximishin.


1. O ÚLTIMO IMPÉRIO: MAKSIMISHIN E A CAPTURA DO QUE RESTA DA URSS

Um retrato contemporâneo da Rússia, uma das 15 repúblicas resultantes do fim da URSS, foi apresentado aos brasileiros pelo fotógrafo Serguei Maksimishin (1964-), na exposição itinerante *O último império*. Com curadoria de Luiz Gustavo Carvalho, a mostra percorreu as cidades de Tiradentes (2015), Belo Horizonte (2018), São Paulo (2018), Rio de Janeiro (2018) e Curitiba (2018-2019), expondo 65 imagens que revelam uma Rússia cheia de contradições e resquícios de períodos políticos anteriores.

Serguei Maksimishin, um senhor taciturno, mas muito simpático, nasceu na Crimeia, em 1964, e passou grande parte da sua vida em São Petersburgo. Desde quando começou a fotografar durante o serviço militar prestado em Cuba, nunca mais parou de registrar em imagens a Rússia e outros países nos quais esteve. Em 1990, o fotógrafo passou a trabalhar no *Izvestya*, na época um dos principais jornais do país e, assim, começou a ter projeção e reconhecimento internacionais como fotógrafo documental.

Ao fotografar a Rússia nos 25 anos após a queda da URSS, Maksimishin desvenda diversos e incongruentes cenários que preservam e reciclam vestígios do período socialista, somados à herança do regime czarista. Povoado por políticos, religiosos, emergentes sociais, pessoas em condições de absoluta pobreza e vários saudosistas do antigo regime





soviético, o país de dimensões continentais fotografado por Maksimishin é plural e repleto de antagonismos.

No século XIX, o povo russo vivia em péssimas condições. Sob regime czarista e absolutista, a organização social e política em muito se assemelhava a um sistema feudal. Segundo Vicentino (1995), o monopólio era da Igreja ortodoxa, que mantinha controle da educação do país e era utilizada como instrumento de legitimação do poder do Czar Nicolau II. O homem comum russo vivia em condições de extrema pobreza e era obrigado a trabalhar em situações análogas às da escravidão.

Foi nesse contexto que as pessoas se mobilizaram em oposição ao Czar. Vicentino (1995) afirma que, no início do século XX, surgiram dois partidos de oposição: o Menchevique, liderado por Martov, e o Bolchevique, liderado por Lênin. Ambos os partidos acreditavam que a Rússia deveria abolir o regime czarista, mas os adeptos do partido Menchevique defendiam que, para que tal objetivo fosse alcançado, seria necessário implementar, a princípio, um governo liberal e, posteriormente, um sistema de governo socialista. Já os Bolcheviques, com ideais um pouco mais radicais, alegavam que a única saída seria adotar um regime socialista já logo de início, sem nenhum outro modelo governamental de transição. Naquele momento histórico, a população russa estava extremamente indignada com os mandos e desmandos do Czar e a situação se agravou com a entrada da Rússia na guerra contra o Japão (1904). Foi então que aconteceu a revolução geral de 1905, conhecida como ensaio geral, na qual o padre George Capon liderou uma visita da população à casa do Czar, com o intuito de dialogar a respeito da grave crise que o país enfrentava e negociar soluções. De acordo com Fitch (apud KAPA, 2014), o grupo liderado por Capon caminhou pacificamente



até o Palácio de Inverno cantando músicas que enalteciam o Czar, mas o clima pacífico foi rompido quando os soldados que protegiam o palácio começaram a atirar nas pessoas que se aproximavam da propriedade. O episódio ficou conhecido na história como Domingo Sangrento.

Segundo Vicentino (1995), 12 anos após o ocorrido, em fevereiro de 1917, aconteceu a primeira fase da revolução de 1917, liderada pelos Mencheviques, que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II e procurou estabelecer em seu lugar uma república de cunho liberal. Naquele mesmo ano, no mês de outubro, aconteceu a segunda fase da Revolução, na qual o Partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lênin, derrubou o governo provisório dos Mencheviques e instaurou o governo socialista soviético. Dentre suas medidas estavam a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, o investimento em reforma agrária, a estatização das empresas e a formação de um Exército Vermelho. Tais medidas, em comparação com as praticadas pelo regime czarista, acabaram por melhorar a vida da população russa. Sob domínio do regime soviético, a Rússia começou a progredir e despontar como grande potência.

Em 1929, cinco anos após a morte de Lênin, Josef Stálin assumiu o poder. Entre os anos de 1929 a 1953, Stálin governou a URSS. Nesse período, o modelo político socialista começou a declinar como consequência da centralização imposta por Stálin, que ficou conhecido pela concentração de poder e pelo abuso de autoridade. Em 1955, após a morte de Stálin, Krushev começou a governar a Rússia. O líder político denunciou a repressão política que acontecia durante o governo anterior. Vicentino (1995) aponta que esse período foi marcado por um grave colapso no sistema de habitação urbana, da produção de alimentos e bens de consumo no país. O declínio do sistema



socialista acentuou-se, então, na década de 1980, quando Mikhail Gorbachev assumiu o poder.

Em 1991 aconteceu a dissolução da URSS, encerrando a vigência do sistema socialista no governo da Rússia. Transcorridos 27 anos após o fim do regime socialista, o atual presidente do país, Vladimir Putin, em uma postura nacionalista, tem se esforçado para manter sua autoridade pessoal em defesa da autoridade centralizadora do Estado.

Dessa forma, percebemos que o passado político turbulento da Rússia é refletido contemporaneamente na situação plural do país, que abriga e comporta as mais variadas e contrastantes realidades, como nos mostram as fotografias feitas por Maksimishin. Nesse contexto, procuramos utilizar alguns pressupostos teóricos que englobam o conceito de vestígio na fotografia, bem como outros aspectos teóricos relevantes, para evidenciar aspectos do cotidiano russo nos dias de hoje presentes nas fotografias da série *O último império*. Pretendemos, assim, identificar e analisar vestígios do regime soviético revelados nas fotografias da série, evidenciando uma Rússia que vive à sombra do seu passado histórico socialista.

2. FOTOGRAFIA, VESTÍGIO E O PARADIGMA INDICIÁRIO

Para Barthes (1984) a fotografia está relacionada a três práticas: o fazer, o olhar e o suportar. A prática do fazer tem como agente o *operator*, que se refere ao fotógrafo. Já a do olhar tem como agente a figura do *spectator*, ou seja, nós, os possíveis espectadores de fotografias. Por fim, a prática do suportar se refere à figura do *spectrum*, que se caracteriza no referente fotográfico: aquilo ou aquele que é fotografado, “não a coisa *facultativamente* real a que remete uma imagem ou um signo, mas a coisa *necessariamente*



real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia” (BARTHES, 1984, p. 114).

Em entrevista concedida a Evgeny Landa, Maria Vragrova e Luiz Gustavo Carvalho (2018), Serguei Maksimishin é categórico ao afirmar que suas fotografias são documentais e que jamais faria fotos encenadas. Durante visita guiada à exposição em Tiradentes (2015), o fotógrafo contou que, na maioria dos casos, para produzir suas fotografias, ele acompanha as pessoas que vai fotografar por algum tempo. Sendo assim, as imagens que vemos na série *O último império* demonstram o esforço do fotógrafo em capturar momentos naturais, não produzidos e inesperados. Isso só é possível, porque os referentes estão relativamente “habituaados” com a presença do fotógrafo e da câmera fotográfica.

Tal empenho em documentar o real pode ser problematizado à medida que, como aponta Roland Barthes (1984), a fotografia tem um caráter mimético e nos faz ter a ilusão de estarmos frente a algo real. Quando olhamos para uma imagem fotográfica, temos a falsa impressão de estarmos olhando para o próprio referente fotográfico. É por isso que, ao mostrarmos um álbum de família, apontamos para o objeto, a foto, e dizemos coisas como “esta é a minha mãe!” ou “este é o meu pai”, como se o objeto se confundisse, embaralhando as linhas tênues que dividem, em nosso consciente, o real da representação. Por consistir recorte, fragmento de um momento que passou, nosso “eu” nunca coincide com o que a foto mostra: “é a imagem que é pesada, imóvel e obstinada [...] e sou ‘eu’ que sou leve, dividido, disperso” (BARTHES, 1984, p. 24). Barthes (1984) afirma que a fotografia é o advento do sujeito (eu) como outro que se transforma em objeto (minha fotografia), configurando uma



microexperiência de morte, já que o sujeito morre enquanto pessoa, e se torna, através da fotografia, objeto, um “Todo-Imagem”.

A partir de tais apontamentos, Barthes (1984) aponta para o fato de que, quando somos fotografados, entramos em um campo de forças, no qual se cruzam quatro imaginários: aquele que o referente fotográfico pensa que é; aquele que ele queria que os outros acreditassem que ele é; aquele que o fotógrafo acha que a pessoa é; e, finalmente, aquele do qual o fotógrafo se serve para exibir a sua arte (BARTHES, 1984). Sendo assim, a fotografia carrega consigo uma certa intencionalidade do fotógrafo, não podendo ser associada a um retrato fiel do real ou a um documento fidedigno da realidade e, sim, a um fragmento de um momento que passou. Um vestígio indicial de um outro tempo. Como descreve Barthes (1984), o noema da fotografia é o “isso-foi”, já que, na fotografia, não posso negar que *a coisa esteve lá*. Há, segundo o autor, uma dupla posição conjunta: de realidade e de passado, uma vez que o que vemos na fotografia “[...] esteve lá, e todavia, de súbito foi separado; ele esteve absolutamente, irrecusavelmente presente, e no entanto já diferido.” (BARTHES, 1984, p. 116).

Conforme os estudos de Charles Sanders Peirce (2008) existem três tipos de signos: o ícone, o símbolo e o índice. Um signo icônico é aquele que é associado ao referente. Dessa forma, o desenho de uma maçã seria, na concepção de Peirce (2008), um ícone para maçã. Já o símbolo se refere ao referente por meio de associação de ideias produzidas por convenção social. A palavra “maçã”, por exemplo, é um símbolo para o referente maçã. Embora não traga em si nenhuma semelhança ou ligação direta com o referente, o símbolo é reconhecido devido ao nosso conhecimento das letras, da palavra, e do que ela é usada para designar. Já o signo indicial é aquele que é criado




pela interação física entre o signo e o referente. O caroço da maçã, ou mesmo seu miolo, podem ser considerados signos indiciais para a maçã, já que há uma relação física entre maçã e caroço, ou entre maçã e miolo.

Assim, de acordo com Peirce (2008), a fotografia é um signo de natureza icônica e, primeiramente, indicial, já que é prova do que sobrou: um vestígio, cuja temporalidade é voltada para o passado. O vestígio aponta para o referente, algo que existe ou existiu, tendo tido uma relação física, mesmo que temporal e finita, com o referente.

Na perspectiva benjaminiana, o vestígio não se fecha, contudo, no passado, mas remete também ao presente e ao futuro. Para Benjamin (2008), a experiência histórica é marcada pelo inacabamento, pela descontinuidade, e no vestígio estaria a possibilidade de resgatá-la, ainda que parcialmente. De acordo com Benjamin (2009), o vestígio, paradoxalmente, aponta para uma presença e uma ausência. Sendo assim, o vestígio é a presença de algo que se encontra ausente ou, ainda, a presença do indício de que algo aconteceu ou existiu, embora a coisa em si já não seja mais visível no tempo presente. O que resta de um acontecimento pode servir de base para tentar compreender o que ocorreu no passado.

Para Carlo Ginzburg (1989), vários campos do saber, dentre eles a história e o campo das artes, colocam em prática o rastreamento de indícios, sinais e signos, que podem ser associados a algo ou alguém, sem se referirem a eles direta e claramente. Nesse contexto, Ginzburg (1989) apresenta a noção de paradigma indiciário, que se refere ao saber que avalia os indícios para acessar a um acontecimento ou a alguma coisa que já passou e, por esse motivo, não pode mais ser acessado diretamente.





O paradigma indiciário está ligado ao ato de tomar o que restou de um evento passado, o indício, e, a partir dele, tentar entender ou reconstituir o que ocorreu. Trabalho que se assemelha ao do detetive, que usa as pistas para significar o que se passou. Os pequenos sinais são indicadores concretos de algo que aconteceu. Para compreender o ocorrido, é preciso que eles sejam organizados e que seja estabelecida uma lógica explicativa. Selecionando os elementos certos, conectando-os de acordo com uma lógica, é possível desvendar o sucedido.

Ginzburg observou a influência do método indiciário no trabalho do historiador de arte italiano Giovanni Morelli, nas estratégias do personagem de Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes, e nos estudos psicanalíticos de Sigmund Freud. No primeiro caso, trata-se da necessidade de examinar os pormenores mais negligenciáveis de uma obra para entender o seu conjunto. Método análogo ao do detetive que descobre o autor do crime baseado em indícios quase imperceptíveis (pegadas na lama, cinzas de cigarro, por exemplo), também comparável à análise de sintomas, no caso de um doente. Ginzburg sintetiza: “pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli).” (GINZBURG, 1989, p. 150).

Tanto Ginzburg (1989) quanto Benjamin (2008) têm interesse por detalhes que ajudam a *escrever* a história, mas suas concepções divergem no que diz respeito à construção da relação entre um detalhe e o contexto em que se insere. Para Carlo Ginzburg (1989), o vestígio, isoladamente, não contribui para o trabalho do detetive ou do historiador. Assim como o detetive procura reconstituir a cena de um crime o mais próximo do acontecido, Ginzburg acha que a reconstituição histórica deve se aproximar ao máximo da totalidade.



Por outro lado, para Benjamin (2008), não é possível narrar uma história do início ao fim. Ela não funciona segundo uma lógica metonímica, em que as partes levam à compreensão do todo. De acordo com o pensamento benjaminiano, a história não pode ser contada de maneira contínua. Ela está associada à ideia de imagem dialética, de um tempo interrompido, inacabado. Benjamin acredita que são os aspectos dissociativos e fragmentários que podem levar ao entendimento de um acontecimento. Desse modo, em cada detalhe estaria, em si mesmo, a possibilidade de interpretação do passado.

Como explica Didi-Huberman (2012), ao escrever sobre fotografia e arquivos, “não se pode falar do contato entre a imagem e o real sem falar de uma espécie de incêndio. Portanto, não se pode falar de imagem sem falar de cinza” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 210). Trata-se também de uma referência ao caráter de vestígio das imagens, já que a cinza é aquilo que resta, que sobra do incêndio, aquilo que desapareceu.

3. RUBROS RASTROS: A RÚSSIA CONTEMPORÂNEA DE MAKSIMISHIN E SEUS RESQUÍCIOS SOCIALISTAS

Nas fotografias da série *O último império*, de Serguei Maksimishin, o vestígio está duplamente presente. Primeiramente, como apontamos no item anterior, porque toda fotografia é um vestígio, um signo indicial. Em uma segunda camada, nas fotografias que mostraremos a seguir, o vestígio é material estruturante da construção das imagens. Ele faz parte do processo de criação do fotógrafo. Maksimishin é um caçador de rastros, de indícios de algo que aconteceu no passado histórico da Rússia. Suas fotografias exibem sinais de que o imaginário socialista da URSS se mantém presente na Rússia



contemporânea. Nessas imagens, vestígios dos períodos Leninista e Stalinista manifestam-se – ora subliminarmente, ora de maneira escancarada.

Voltemos o nosso olhar, inicialmente, para a fotografia intitulada *Praça Central* (2006), escolhida como capa do catálogo da exposição *O último império*, que aconteceu em 2018, na Caixa Cultural de São Paulo. Na imagem, vemos uma mulher de meia idade caminhando despreocupada e casualmente por uma rua cheia de neve no centro administrativo do distrito de Krasnokamensky, na Rússia. A indumentária da mulher é evidentemente russa. Ela veste um longo casaco de pele e um chapéu no estilo *ushanka*. Ao fundo, homens tiram gelo de um pequeno modelo de Kremlin³, ressaltando uma estrela vermelha no topo. Para um olhar de fora, desatento ou descontextualizado, a estrela vermelha poderia ser associada ao oposto dos ideais socialistas, já que ela remete às decorações de Natal, uma data associada ao consumo nas sociedades capitalistas. No entanto, o contexto histórico da Rússia é a chave para interpretar as fotografias de Maksimishin. A estrela vermelha – sutil como mero detalhe, mas que contrasta com as cores suaves da neve e do céu – pode ser compreendida como um vestígio que aponta para o passado marcado pelo regime soviético, o símbolo dos regimes socialistas e comunistas, e permanece no cenário da gélida cidade de Krasnokamensky em pleno ano de 2006. Voltando a atenção novamente para a mulher capturada na fotografia, percebemos que sua sombra foi incluída no enquadramento. Em uma livre interpretação, podemos dizer que a sombra é o rastro que acompanha o ato de caminhar da figura fotografada, mas está posicionada à sua frente. Tanto a estrela vermelha como a sombra da figura no primeiro plano são

³ Em russo, Kremlin significa “fortaleza”. A palavra designa qualquer complexo fortificado encontrado nas cidades históricas da Rússia.



elementos que agregam à imagem temporalidades distintas. Buscando uma aproximação com o pensamento benjaminiano, podemos dizer que passado, presente e futuro dialogam na fotografia de Maksimishin.

Fotografia 1 – Praça central/Central Square. Serguei Maksimishin. 2006.



Fonte: Maksimishin (2018).

A segunda fotografia que selecionamos tem como cenário o restaurante *Apelo de Lênin*, localizado em São Petersburgo. Nessa imagem feita em 2003, o fotógrafo (*operator*) captou um *momento decisivo* – expressão criada pelo francês Henri Cartier-Bresson (1908-2004), segundo o qual, para obter uma boa imagem, o fotógrafo deveria, em uma fração de segundo, organizar precisamente sua forma e conteúdo. Na fotografia, observamos duas garçonetes trajando roupas que fazem referência aos uniformes militares soviéticos, porém, apresentadas de maneira desconstruída, já que são bastante sensuais e reveladoras, incluindo meia fina e cinta-liga. Uma delas, ao fundo, está de costas, curvada, provavelmente limpando uma



● ● ●

mesa, o que revela parte de suas nádegas, implicando que o local explora a sexualidade de suas funcionárias. Ao lado, vemos um conjunto com quatro bustos de Lênin, de diversos tamanhos. A segunda garçonete está sentada, no primeiro plano, concentrada em seu trabalho, lustrando a cabeça de um dos bustos. Em um único instante, o *operator* enquadrrou, em um *sóframe*, as duas garçonetes, os objetos e o cenário, apresentando ao *spectator* um possível recorte no tempo e no espaço. Embora a situação tenha sido real, o fotógrafo fez a escolha dos elementos para compor a imagem, o que ela mostra é seu ponto de vista, notamos a intenção do *operator* de realçar essa cena (BARTHES, 1984). Nesse sentido, o *spectator* é levado a pensar na presença constante do passado soviético no imaginário da população russa. Ironicamente, o dono do local converte o tema da URSS e o ideal socialista em meio de obter lucros para seu negócio.

Fotografia 2 – Restaurante Apelo de Lênin / Lênin's mating call.
Serguei Maksimishin. 2003.



Fonte: Maksimishin (2018).



Já na fotografia *Restaurante Mao* (2002), observamos um cenário minimalista. Embora não se trate de uma montagem, a escolha dos elementos e o modo como o fotógrafo compõe a cena tornam patente a intencionalidade do autor. A parede em forte tom vermelho traz uma atmosfera peculiar à imagem. No centro, dois elementos dividem a atenção: um cabideiro com um casaco de inverno pendurado e uma fotografia de Mao Tse Tung. Em uma das extremidades da fotografia, vemos uma moça sentada à mesa, acendendo um cigarro. Na outra extremidade, uma quina de mesa e uma cadeira vazia. Maksimishin volta-se, mais uma vez, ao jogo de enquadrar elementos de temporalidades distintas em um único espaço. Por exemplo, o quadro com a imagem de Mao Tse Tung pertence ao passado remoto e contrasta com o presente, captado na fração de segundo, no qual a moça acende o cigarro. Assinalamos aqui mais uma relação com o pensamento de Benjamin (2008), ao detectarmos na imagem traços pertencentes à temporalidades diferentes.

Fotografia 3 – Restaurante Mao / Mao restaurant. Serguei Maksimishin. 2002.



Fonte: Maksimishin (2018).

A fotografia intitulada *Desfile no dia da vitória*, feita na praça Pushkin, em 2010, mostra a comemoração do dia 9 de maio, data que marca a capitulação da Alemanha nazista para a União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Nela, vemos o céu limpo da tarde em Moscou, três aviões e pessoas celebrando. Uma delas, da qual só vemos o braço erguido, hasteia a antiga bandeira soviética. Vemos, ainda, um grande cartaz com a foto de Stálin. Ao fundo, centralizada, está a estátua do famoso poeta russo Pushkin, que dá o nome à praça na qual a celebração acontece. No ângulo escolhido pelo fotógrafo, o cartaz com a imagem de Stálin está posicionado de tal forma que parece ser grandioso e, até mesmo, maior do que a estátua do poeta. Observamos, nessa imagem, o empenho do fotógrafo em documentar uma celebração anual como forma de testemunhar algo que ocorreu, revelando traços do real: o “isso-foi” descrito por Barthes (1984). A fotografia que registra a comemoração chama a atenção para os vestígios soviéticos ainda tão presentes no cotidiano do povo russo, mesmo 19 anos após o fim do período socialista.

Fotografia 4 –Desfile no Dia da Vitória / Parade on the Victory Day.
Serguei Maksimishin. 2010



Fonte: Maksimishin (2018).

Em *Manifestação do movimento “Nashi”*⁴ (2008), vemos jovens gritando, batendo palmas e hasteando bandeiras russas sob o céu estrelado de Moscou. *Nashi* é um movimento político jovem russo que se declara nacionalista, democrático, antifascista e anti-imperialista-capitalista. Ao fundo, é possível ver a fortaleza do Kremlin, resquício do regime soviético, com a estrela vermelha no topo (novamente nessa imagem), o antigo símbolo de regimes socialistas e comunistas. Como nas fotografias anteriores, os vestígios do passado são intencionalmente predominantes.

Fotografia 5 – Manifestação do movimento “Nashi” / Meeting of the movement “Nashi”. Serguei Maksimishin. 2008.



Fonte: Maksimishin (2018).

Essas fotografias remetem-nos novamente às reflexões de Walter Benjamin (2008) sobre o inacabamento da experiência histórica e a possibilidade de que a história possa ser relembrada por meio do vestígio, ainda que não da mesma forma como aconteceu. As fotografias de manifestações de

⁴ Em tradução literal “Movimento Jovem ‘Nosso!’”.

Maksimishin estão repletas de vestígios que apontam paradoxalmente para a presença de algo que não existe mais no país, como o sistema socialista, mas também atestam que ele existiu e ainda é lembrado pelos manifestantes.

Na fotografia intitulada *Manifestação Anticapitalista da Juventude Esquerdista* (2010), um outro movimento social é apresentado, porém, por meio de seletos detalhes. São basicamente dois elementos que compõem a imagem: uma bandeira e sombras de manifestantes. Ao observar apenas esses elementos e a maneira como foram dispostos na imagem, o *spectator* consegue estabelecer uma narrativa capaz de dar entendimento ao todo, lembrando a noção de paradigma indiciário apresentado por Ginzburg (1989).

Observamos, no lado direito, no primeiro plano, uma grande bandeira vermelha estampada com o rosto de Lênin. Traçando uma diagonal na imagem, temos uma linha composta de sombras de pessoas empunhando bandeiras. Associamos essa imagem ao mito da caverna proposto por Platão. Em tal mito, pessoas que nasceram e cresceram presas em uma caverna só tinham acesso ao mundo exterior por meio das sombras que refletiam os movimentos ocorridos fora da caverna. Por falta de conhecimento do mundo, os prisioneiros julgavam que essas sombras eram a realidade. Constituindo o simulacro conceituado por Baudrillard (1976) como a representação que, de tão ilusória, passa a ser mais verossímil e mais aceita como realidade do que o efetivamente real, as sombras são, para os prisioneiros da caverna, a mais extrema realidade. Nessa fotografia, as sombras dos jovens manifestantes servem como simulacro, fazendo pensar que o presente da Rússia pode, a qualquer momento, entrar em consonância com o passado socialista caracterizado pelo governo soviético. Podemos pensar também que a sombra do sistema socialista do país pode ser vista pelos jovens manifestantes russos como uma possível realidade

governamental para o futuro do país. Dessa forma, mais uma vez Maksimishin retrata uma Rússia que flerta com seu passado.

Fotografia 6 – Manifestação anticapitalista da Juventude Esquerdista. Serguei Maksimishin. 2010.



Fonte: Maksimishin (2018).

No entanto, a série fotográfica *O último império* não nos apresenta somente fotografias que trazem vestígios da queda da URSS no sentido positivo, como desejo de reinstalação de um governo soviético para solução dos problemas. Em *Pracinha Infantil* (2006), Maksimishin mostra uma cena cotidiana: crianças brincam em um parque bastante destruído. Quatro meninas pulam, empoleiradas, nos destroços de um brinquedo de girar. Quatro meninos divertem-se no que resta de um brinquedo na forma de barco de metal. As roupas coloridas das crianças contrastam com a neutralidade das cores do local. Consta no catálogo que a fotografia em questão é de uma praça localizada na cidade de Petropavlovsk-Kamchatsky. No período entre 1973 e 1988, a cidade era dividida em duas vizinhanças: a vizinhança de Lênin (Ленинский) e a vizinhança de Outubro (Октябрьский). O cenário aqui – de

uma cidade que outrora fora dividida fazendo menção ao regime socialista e à revolução bolchevique – é de destruição e ruína. O que nos leva a associar o estado decadente do parque com a queda da URSS e o declínio dos ideais do regime socialista. Lembrando Benjamin (2008), os fenômenos residuais e de decadência podem ajudar a construir uma história voltada contra os agentes de destruição. Contemplar um espaço em ruína convida-nos ao esforço de pensar na existência à luz das perdas. Para Didi-Huberman (2012), leitor de Benjamin, apesar da instabilidade de sua inscrição e de certa irrepresentabilidade, a imagem é fragmento de algo que aconteceu. Observar restos do que existiu pode nos ajudar a entender o passado de modo mais amplo.

Fotografia 7 – Pracinha infantil / Playground. Serguei Maksimishin. 2006



Fonte: Maksimishin (2018).

Embora não aparentemente relacionada ao passado soviético da Rússia, uma imagem sem título (2010) aponta para os antagonismos e para a pluralidade do país. Nela, observamos a mesquita Nurd Kamak, localizada na gélida cidade

de Norilsk. A arquitetura cuidadosa da mesquita e suas cores contrastam-se com a neutralidade e decadência dos prédios construídos em outra época ao seu redor. Indício de uma Rússia contemporânea, na qual as mais diversas temporalidades coexistem, contrastam-se e, por vezes, repelem-se. Segundo Didi-Huberman (2012), as imagens, mesmo lacunares, têm algo a dizer sobre o que representam. Elas podem historicizar o real, contar alguma coisa, mesmo que seja impossível contar integralmente. Na dobra do desaparecimento e da irrepresentabilidade de episódios passados, Maksimishin arranca algo que remete à coexistência do passado e do presente nos espaços que percorre.


Fotografia 8 – Sem título / Untitled. Serguei Maksimishin. 2010.



Fonte: Maksimishin (2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, procuramos aproximar o modo de produção de Serguei Maksimishin – que trabalha com gestos, objetos e cenários de temporalidades distintas – com o conceito de vestígio de Walter Benjamin (2008; 2009).



Procurar vestígios da URSS na Rússia contemporânea das fotografias de Serguei Maksimishin é também sair em busca do que sobrou e resiste – mesmo que discretamente e, por vezes, despercebido – do passado soviético. Assim como Benjamin (2008), procuramos pensar o vestígio no trabalho de Maksimishin como o que sobrevive ao apagamento. Em sua ambiguidade, ele está relacionado tanto ao que restou quanto à força de uma destruição (BENJAMIN, 2009). As situações cotidianas expostas em suas fotografias evidenciam um país que ainda vive às sombras das ruínas do regime socialista e uma sociedade que, por vezes, ainda idealiza um cenário socialista para o futuro.

A partir do discurso do índice e da referência amplamente discutido por Peirce (2008), Barthes (1984), entre outros autores, procuramos enfatizar que a fotografia, cumpre seu certificado de presença, valendo como traço de um “isso-foi” – o seu noema, de acordo com Barthes (1984) – embora seja aberta à múltiplas interpretações. Como no caso das fotografias de Maksimishin que são carregadas de traços do real, mas que podem atingir a faculdade imaginativa do *spectator*.

Para o curador da exposição *O último império* no Brasil, Luiz Gustavo Carvalho (2018), as fotografias da série nos convidam a uma inquietante reflexão sobre o destino da Rússia. Em entrevista concedida a Carvalho (2018), Serguei Maksimishin afirma que a destruição é um elemento constante na sua obra. Suas imagens expressam sua tristeza e preocupação quando a União Soviética entrou em colapso, já que:

apesar de a União Soviética ter sido um Estado, havia realmente uma amizade entre os povos. Ninguém pensava se você era uzbegue ou tadjique, por isso eu gostava. De certa forma, era um sentimento de império. Pessoas diferentes encontravam modos de se comunicar. Tínhamos uma bagagem cultural em comum. (MAKSIMISHIN, 2018, p. 13).



Quando refletimos sobre a história da Rússia, verificamos que o sistema soviético, mesmo não tendo sido perfeito, trouxe melhorias para a população do país, se comparado com as condições em que as pessoas viviam no período do regime absolutista que o precedeu. Além disso, a dissolução da URSS também implicou no rompimento de um Estado que uniu, por um período histórico, várias repúblicas e vários povos.

Pelas modulações dos vestígios presentes nas fotografias que compõem a série *O último império*, de Sergei Maksimishin, podemos concluir que muito do passado soviético se mantém no imaginário do povo russo. Tais vestígios podem ser observados em cenas cotidianas, em ruínas de construções do período socialista no cenário urbano, em manifestações e datas comemorativas ou até mesmo em estratégias de empreendedores que tentam lucrar com estabelecimentos que trazem o socialismo ou comunismo como tema. Cabe a nós, espectadores, interpretarmos os vestígios presentes nas fotografias de Maksimishin, na tentativa de compreender uma Rússia contemporânea e plural, cujo passado soviético ainda permanece visivelmente presente.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, J. **A troca simbólica e a morte**. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1976.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CARVALHO, L. G. Introdução de curadoria. In: MAKSIMISHIN, S. **Serguei Maksimishin**: o último império. Catálogo da exposição. São Paulo: *Ars et Vita* e Caixa Cultural, 2018.

CARVALHO, L. G.; LANDA, E.; VRAGROVA, M. Entrevista. In: MAKSIMISHIN, Serguei. **Serguei Maksimishin**: o último império. Catálogo da exposição. São Paulo: *Ars et Vita* e Caixa Cultural, 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. **Quando as imagens tocam o real**. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. **Pós**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 206-219, nov. 2012.

GINZBURG, C. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e história. Tradução Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-275.

KAPA, R. Em 1905, massacre ditou ‘ensaio geral’ para Revolução de 17. O Globo, Rio de Janeiro. 12 jul. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/em-1905-massacre-ditou-ensaio-geral-para-revolucao-de-17-13228918>> . Acesso em 10 jan. 2020.

MAKSIMISHIN, S. **Serguei Maksimishin**: o último império. Catálogo da exposição. São Paulo: *Ars et Vita* e Caixa Cultural, 2018.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

VICENTINO, C. **Rússia**: antes e depois da URSS. São Paulo: Scipione. 1995.



A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE PARA CIGANOS EM VERBETES DICIONARÍSTICOS

THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF IDENTIDY FOR GYPSIES IN DICTIONARISTIC VERBETS

Marilene Gomes de Sousa LIMA¹

Amanda BRAGA²

Laís Cavalcante ALMEIDA³

Ana Beatriz Albuquerque Aragão CORDEIRO⁴

¹ Mestre em Linguística (PROLING) pela Universidade Federal da Paraíba (Linha: Aquisição da Linguagem e Processamento Linguístico). E-mail: marilenegomes95@hotmail.com.

² Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba - Campus I. E-mail: amandabraga_jp@hotmail.com.

³ Mestre em Linguística pelo PROLING-UFPB (2018). Doutoranda em Linguística pelo PROLING-UFPB. E-mail: prof.almeidalais@gmail.com.

⁴ Graduada em Letras/Inglês pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: beatrizalbuquerquea@gmail.com.





RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o verbete cigano em dicionários dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI com vistas a compreender como a identidade para ciganos foi construída no Brasil de forma a engendrar o anticiganismo na memória discursiva dos não-ciganos. Para tanto, este trabalho sustenta-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso francesa, sobretudo nas contribuições de Michel Foucault (2010) e de Jean-Jacques Courtine (2009), para analisar a emergência dos enunciados e a produção de seus efeitos de sentido em meio às continuidades e descontinuidades do processo histórico.

PALAVRAS-CHAVES

Discurso; identidade; ciganos; dicionários.

ABSTRACT

This work aims to analyze the gypsy entry in dictionaries from the 18th, 19th, 20th and 21st centuries in order to understand how the identity for gypsies was built in Brazil in order to engender anti-gypsyism in the discursive memory of non-gypsies. For this purpose, this work is based on the theoretical and methodological assumptions of the French Discourse Analysis, especially on the contributions of Michel Foucault (2010) and Jean-Jacques Courtine (2009), to analyze the emergence of statements and the production of their effects meaning amid the continuities and discontinuities of the historical process.

KEY WORDS

Discourse; identity; gypsies; dictionaries.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS


O dicionário, como ferramenta de poder, é um instrumento de produção, manutenção e propagação de discursos e, conseqüentemente, de identidades (NUNES, 2010). Partindo desse pressuposto, neste trabalho, buscamos analisar o verbete *cigano* em dicionários dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, com vistas a compreender como a identidade *para* ciganos vem sendo construída no Brasil, de forma a engendrar o anticiganismo na memória discursiva dos não-ciganos.

A princípio, é preciso dizer que alguns ciganólogos, a exemplo de Locatelli (1981)⁵, Fazito (2006), Teixeira (2008) e Souza (2013), já citaram, ainda que brevemente, a promoção do ensino e da manutenção de termos pejorativos para os ciganos por parte dos dicionários. No entanto, nossa investigação se justifica pela lacuna de uma análise que considere a espessura histórica dos discursos que estão aí materializados, levando em conta um arquivo construído entre os séculos XVIII e XXI cuja análise faz valer a incidência da memória discursiva na construção dos discursos e das identidades.

1. REFERENCIAIS TEÓRICOS: IDENTIDADE, ENUNCIADO, MEMÓRIA

Ao analisar os dicionários que compõem o *corpus* desta pesquisa, identificamos um lugar de status no âmbito da aprendizagem e da documentação histórica de uma língua. Esse status pode ser justificado pela sua presença em salas de aula e pela sua relevância na documentação dos deslocamentos de uma língua, uma vez que ao dicionário é conferido o papel de voz autorizada

⁵ Embora seu estudo tenha contribuído para formação de estereótipos (GOLDFARB, 2013), o autor já apresentava, brevemente, o verbete *cigano* e a presença do substantivo *ciganice* no Dicionário Aurélio de 1974.



no que se refere aos sentidos produzidos pelas palavras. Por tais motivos, consideramos que esse instrumento pode exercer uma grande influência na construção das identidades atribuídas aos grupos que figuram entre os verbetes.

Por identidade, estamos entendendo, neste trabalho, um processo em curso, cuja trajetória é imprevisível e não linear. A respeito disso, Sousa Santos afirma que as identidades são

resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SOUSA SANTOS, 1993, p.31).

Assim, mesmo os dicionários, que buscam, sistematicamente, cristalizar seus verbetes, acabam por deslocar suas descrições com o passar dos anos. As identidades, de maneira análoga e enredadas, também, pelos dicionários, já não podem ser consideradas enquanto produto estável e alheio às vicissitudes da história, o que desnuda a descontinuidade das identidades sólidas no atual momento histórico: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno (HALL, 2011, p.7). Essa fragmentação de identidades propicia um novo olhar sobre as culturas sociais até então pensadas como homogêneas, entendendo-as, assim, como “atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2011, p. 62).




Paralelamente a isso, quanto aos estudos acerca das identidades no interior dos estudos do discurso, têm-se, como premissa básica, que nenhuma identidade, justamente por ser construída discursivamente, emerge de modo neutro ou isolado daquelas que a antecedem: as identidades, assim como os discursos e os enunciados, constituem-se por meio de formulações anteriores, já enunciadas, que participam de sua construção e as oferecem possibilidade de emergência. Assim, não apenas as identidades carregam memórias em relação àquelas que lhes são pré-existentes, como, também, servem de referência para a construção de identidades futuras.

Nesse sentido, propõe-se a consideração dos verbetes dicionarísticos enquanto enunciados no sentido proposto por Foucault (2010), cuja análise deve considerar as condições de produção em que emerge e sua relação de memória ligada aos enunciados com que se relaciona. Acerca disso, Foucault (2010, p. 114) questiona: “quais as condições (econômicas, políticas, sociais etc.) que possibilitaram, em certo momento histórico, o aparecimento de um determinado enunciado e não outro em seu lugar”? A reflexão desses pontos confere a Foucault uma análise sobre as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros, uma vez que, a depender do momento histórico, há enunciados que podem emergir e outros que devem ser abafados: “[s]ilenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades” (GREGOLIN, 2007, p. 15).

Os enunciados são, portanto, materialidades discursivas que representam um fragmento da história e que obedecem a uma função enunciativa. Para circundar essa função enunciativa, Foucault (2010) apresenta quatro características do enunciado. A primeira delas diz





respeito ao seu referencial: “o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que estão postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2010, p. 102) – ou seja, as regras de existência ou as leis de possibilidade do enunciado, bem como as relações que estabelece em sua emergência.

Na segunda característica, têm-se como imperativa a caracterização do autor ou da instância produtora do enunciado, o qual não deve ser reduzido à função gramatical, uma vez que “um único indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2010, p. 105), motivo pelo qual será importante, em nossa análise, atentar para a posição sujeito ocupada pelo autor no momento de produção da obra.

Já na terceira característica, na qual nos concentramos para o desenvolvimento do presente trabalho, o foco recai sobre o “domínio associado” que permeia o enunciado. Aqui, destaca-se que o enunciado tem suas margens povoadas por outros enunciados, em uma relação mútua de diálogo. É este diálogo que, segundo Foucault, produz um efeito de memória de um enunciado a outro, na medida em que estão sempre opondo-se, criticando-se, ratificando ou retificando uns aos outros: “não há enunciado que não suponha outro; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão” (FOUCAULT, 2010, p. 112).

Por fim, a quarta característica define que o enunciado deve ter existência material. Isso pressupõe que, para que a análise de um enunciado seja realizada, é necessário, primeiramente, que este seja materializado,





seja por meio de som, de sinais, de imagens ou de qualquer outro tipo de signo (FOUCAULT, 2010).

Se nos detemos na terceira característica, temos que é, justamente, na relação entre um enunciado e outro que existe um efeito de memória, a partir do qual Courtine proporá o conceito de memória discursiva. Segundo o autor, a memória discursiva não se refere às questões psicológicas às quais se dedicam os psicolinguistas. Ela dispõe de um entrosamento entre discursos pertencentes a vários recortes na história e é influenciada por diferentes lugares sociais. Nas palavras de Courtine (2009, p. 105-6), “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Isso posto, é a memória discursiva que faz repercutir o que é dito ou escrito em uma determinada circunstância ideológica; é ela que nos faz levar em conta as coisas das quais nos lembramos e o modo como nos lembramos.

É a partir do conceito proposto por Courtine de memória discursiva que propomos o questionamento do efeito de memória entre os verbetes *cigano* construídos nos dicionários produzidos entre os séculos XVIII e XXI, entendendo que são enunciados que derivam de enunciados passados (e, portanto, dialogam com eles), do mesmo modo como servirão de referência para enunciados futuros; considerando, ainda, que as identidades são discursivamente construídas e que, sendo o dicionário um objeto de poder social, exerce grande influência sobre essa construção.

Na próxima seção, faremos uma retomada histórica, a fim de identificar possíveis premissas da construção identitária *para* os assim chamados *ciganos*, que reverbera, socialmente, até hoje, sobretudo no Brasil.



2. 2 APONTAMENTOS SOBRE OS CIGANOS

Conforme visto anteriormente, Bauman (2005), assim como outros teóricos, ressalta que identidade e pertencimento estão em constante negociação e revogação, posto que não são estáveis. Nesse princípio da instabilidade, também estão as identidades ciganas. Conforme Toyansk (2012), os ciganos têm suas identidades influenciadas pelos cenários históricos e culturais dos países nos quais vivem, bem como pelo posicionamento dos não ciganos frente à sua presença.

De acordo com Moonen (2011), o termo *cigano* é genérico e foi criado na Europa, no século XV. Shimura (2017) comenta que esse termo trata de uma exodenominação incorporada pelos grupos que se autodenominam ciganos. No entanto, é um termo generalizante, dada a divisão e subdivisão desses povos em diversos grupos étnicos espalhados por vários lugares do mundo.

Sobre esse aspecto, a literatura em ciganologia apresenta três grupos étnicos no Ocidente: *Rom*, *CaloneSinti*, “cada qual com inúmeras subdivisões e peculiaridades (linguísticas, culturais, religiosas, etc.) o que significa que cada grupo possui diferentes autodenominações a partir de sua alteridade” (SHIMURA, 2017, p. 19). Dada essa constatação, Shimura argumenta que não há uma única “cultura cigana”, mas, sim, “culturas ciganas”, dado explicitado pelo fato de que o fenômeno da “ciganidade” envolve um sem número de manifestações, formas e lugares (SHIMURA, 2016; 2017).

Nas palavras de Shimura (2017), compreender a ciganidade é uma tarefa complexa na qual se deve levar em consideração (1) aquilo que se diz sobre os ciganos baseado em um senso comum, no qual medra estigmas e forja identidades; (2) a perspectiva de uma identidade cigana global composta por elementos comuns a todos os ciganos do mundo; e (3) os elementos



particulares de cada grupo, com suas especificidades contextuais com base na alteridade. Essas ponderações alertam para o fato de que pesquisas que envolvem ciganos precisam explicitar que os resultados encontrados são específicos para determinado grupo, ainda que existam elementos globais comuns a todos os ciganos no mundo, para não cair no risco de sustentar ou criar estereótipos.

Dito isso, retomaremos, rapidamente, um contexto mais amplo, a situação do Brasil colonial no período da chegada dos ciganos, para, em seguida, nos concentrarmos no que concerne ao senso comum – ou seja, aquilo que se diz sobre os ciganos – e, mais especificamente, no contexto do Brasil.

Nas palavras de Kenrick (2007, p. 38-40), foi durante os séculos XIV e XV que se deu a primeira migração de ciganos para a Europa. De início, foram bem-vindos e despertavam interesse na população. No entanto, não demorou muito para que o Estado, a igreja e as guildas os confrontassem. Outros fatores, como a cor escura da pele e a suspeita de serem espíões ligados aos turcos, visto que vinham do Leste, também suscitaram sentimentos de desconfiança em relação aos recém-chegados.

Entre as reações desencadeadas por tais convicções, estavam as leis para puni-los. Em 1482, por exemplo, a Assembleia do Sacro Império Romano aprovou leis para banir os ciganos do seu território. Uma década depois, outros países agiram de semelhante modo. Por meio da legislação, a Coroa Portuguesa expulsou ciganos *Calon* para as suas colônias, dentre as quais, o Brasil, entre os séculos XVII e XVIII (CAIRUS, 2018, p. 50).

Teixeira (2008) evidencia a limitação de documentos que relata a presença de ciganos no Brasil entre os séculos XVI e XVII, ainda sabendo



que Portugal adotava políticas anticiganas. Sabe-se, com certeza, que os *Calon* foram os primeiros ciganos que chegaram ao Brasil, dada as expulsões de Portugal, de forma intensa, durante o reinado de Dom João V (1706 a 1750). Antes disso, em 1574, comenta-se sobre a deportação do cigano João Torres, tendo sua mulher e os seus poucos filhos presos em Portugal apenas por serem ciganos. Os ciganos *Rom* só começaram a chegar ao Brasil na primeira metade do século XIX e, em número maior, na segunda metade do século. Estes eram oriundos da Itália, da Alemanha, dos Balcãs e da Europa Central.

Ainda no Brasil Colônia, a considerada natureza nômade dos ciganos foi, por vezes, involuntariamente executada, fato que colaborou com a dispersão do grupo étnico pelo Brasil, sustentado por uma política de mantê-los em movimento (TEIXEIRA, 2008). Mesmo sendo expulsos de estado em estado, é na Colônia que encontram expectativas e oportunidades para se refazerem, superando os desafios da diáspora imposta pelo degredo (MELO *et al.* 2009 *apud* CAIRUS, 2018). Além dessa política, aos degredados era promulgado pôr “cobro e cuidado na proibição do uso de sua língua”, bem como o ensino aos seus filhos, com vistas à extinção do idioma, como bem demonstra o decreto de 11 de abril de 1718 (MORAES FILHO, 1981, p. 26).

Sob as imagens depreciativas desse olhar do não cigano, os ciganos foram crescendo em número no Brasil. Shimura (2017) retoma Goffman (1988, p. 7-8) e inscreve esses discursos sobre ciganos como “estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família”. Aos atributos e características dados aos ciganos, Shimura (2017, p. 20) ressalta



que esses “provocaram um distanciamento social com as sociedades em que se encontravam inseridos”.

Na produção literária, na pintura e na música produzida no Brasil, não é difícil encontrarmos personagens ciganos formatados por estigmas ao longo dos séculos. Entre as produções literárias, a obra *Memórias de um sargento de milícias*, escrita por Manoel Antônio de Almeida no século XIX, apresenta uma descrição sobre ciganos engendrada pelos mesmos sentidos contidos nos verbetes de dicionários desse período. Na pintura, o artista francês Jean Baptista Debret apresenta duas telas nas quais retrata os ciganos no início do século XIX. No entanto, como ressaltou Cairus (2018, p. 91), em vez de descrever a tela como “[i]nterior de uma morada cigana”, Debret escreve suas impressões gerais denominando-a “raça depravada que incentiva o roubo, cristãos estúpidos, e inventores de uma língua para dissimular atos criminosos em seus comércios”.

Aqui, também, evidenciamos a construção do discurso dicionarístico. Este, desde o Brasil colônia, é construído sob essas atribuições estigmatizadas que, por séculos, contribuem para a formação e manutenção de uma identidade *para* ciganos destoante de sua identidade autorreconhecida e fluida, como qualquer outra. Como bem resalta Albuquerque Júnior (2011, p. 30), “o discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga no direito de dizer o que é o outro em poucas palavras”. É sobre os discursos que constam nos dicionários que nos debruçaremos a partir do próximo ponto, buscando compreender a categoria de memória discursiva na formação do verbe *cigano*.



3. DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XXI: ANÁLISE DO VERBETE DICIONARÍSTICO CIGANO E DE SEUS DERIVADOS

Para a Análise do Discurso, o dicionário não é apenas uma lista de palavras com suas respectivas definições e exemplos, mas, antes disso, é um objeto discursivo (NUNES, 2010). Nesse sentido, Nunes (2010) destaca que o dicionário não é algo concretizado na mente das pessoas antes de elas nascerem, mas é algo produzido sob certas condições históricas de produção. Assim, o dicionário é tido como um discurso sobre a língua, sobre os sentidos das palavras e sobre a realidade para os leitores em certas condições sociais e históricas.

A partir das perspectivas de que o dicionário é um instrumento de produção, manutenção e distribuição do discurso; e de que, em seus verbetes, ecoa uma memória discursiva, propõe-se, aqui, uma análise cronológica do verbete *cigano* e de seus derivados (*cigana*, *ciganaria*, *ciganice*, *ciganos*), com intuito de analisar como esses verbetes foram/são materializados e de que modo se refletem naquilo que se produz socialmente enquanto identidade cigana.


Para tanto, no decorrer desta pesquisa, fizemos a utilização de oito dicionários, que perpassam desde o século XVIII até o século XXI. A escolha desses dicionários utilizou, como critério de seleção, seu alcance dentre o público brasileiro. O dicionário mais antigo de que fizemos uso foi publicado no século XVIII, com sua primeira edição ainda em Lisboa. A partir dessa seleção, pretendemos identificar como o verbete *cigano* vem sendo materializado desde o período colonial até os dias atuais.

Quadro 1 - Verbetes *cigano* e seus derivados em dicionário do século XVIII

SÉCULO	DICIONÁRIO	VERBETE
XVIII	<i>Diccionario de Lingua Portuguesa</i> (1789) Antonio de Moraes Silva 1ª ed. Lisboa	Cigana, fem. de cigano. <i>ciganas</i> : brincos de um so pingente de aljofar. Cigano: um dos carneiros que guia, entre Pastores. Cigano, adj. que engana com arte, subtileza, e bons modos. Ciganaria, s. f. Multidao de Ciganos. fig. Enredo, embuste, trapaca de cigano. Ciganice, s. f. chulo. Afago, linzonjarias para ganhar a vontade iludindo, negociando. Ciganos, s. m. pl. Raça de gente vagabunda, que diz vem do Egito, e pretende conhecer de futuros pelas rayras, ou linhas da mao, deste embuste vive, e de trocas, e baldrocas, ou de dançar, e cantar: vivem em bairros juntos, tem alguns costumes particulares, e uma especie de Germania com que se entendem.

Fonte: Elaboração própria com base em Silva (1789).

Antonio de Moraes Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1755 e se formou em Direito pela Universidade de Coimbra. O seu dicionário constitui a mais importante referência da história da lexicografia portuguesa: estabeleceu as origens e fundamentou toda a genealogia lexicográfica desenvolvida ao longo dos últimos 200 anos. A publicação do *Diccionario de Lingua Portuguesa*, em 1789, foi um acontecimento que documentou as mudanças históricas para a língua e para a cultura portuguesa. Foi fator primordial de harmonia linguística entre Portugal



e Brasil, pois se tratava de um dicionário publicado em Portugal por um natural do Rio de Janeiro (VERDELHO, 2003).

A primeira edição, publicada em 1789, já foi organizada tendo como base o primeiro dicionário de Portugal, escrito e publicado pelo Padre Raphael Bluteau, em 1712. Na obra do Clérigo, “repercute as preocupações que a Igreja tinha com o comportamento considerado herege dos Ciganos, no início do século XVIII” (TEIXEIRA, 2008, p. 6). Contudo, desde essa primeira edição do *Diccionario de LinguaPortuguesa*, já não constava no verbete os aspectos ligados à religião evidenciados por Bluteau (1712). Teixeira (2008) alega que essa ausência não estaria ligada à formação religiosa do lexicógrafo, mas, sim, ao novo tratamento que era dado aos ciganos no século XIX, o qual suavizava a atribuição de herege e colocava em debate a compreensão de ciganos enquanto “raça e grupo socialmente desclassificado”. Outra hipótese refere-se ainda ao fato de que a ausência desse discurso que apontava os ciganos como hereges, sustentado por uma posição-sujeito de poder representada pela Igreja, sai da obra de Silva pelo fato de ele também ser considerado um herege pela Igreja, tendo, inclusive, fugido da Inquisição.

Apesar disso, Antonio Morais e Silva repete as mesmas derivações de Bluteau, como, por exemplo, a acepção “ciganas: brincos de um so pingente de aljófar” (SILVA, 1789, on-line). Consultamos o verbete *aljofar* nesse mesmo dicionário e a encontramos conceituada como “a pérola menos fina, menos graúda, desigual” (SILVA, 1789, on-line), significado que retoma, no não-dito, a memória discursiva de cigano enquanto irregular e de valor inferior.



Vale salientar que esse dicionário, por mais que tenha sido escrito por um brasileiro, foi elaborado e publicado em Portugal. Lá, no fim do século XVII e no início do século XVIII, os ciganos eram expulsos do país pela Coroa Portuguesa por vários fatores, entre eles a cor escura da pele, a suspeita de serem espiões mandados por turcos, desconfianças, entre outros. Isso explica os termos pejorativos encontrados no dicionário, como *embuste*, *trapaça de cigano*, *gente vagabunda* e *que engana*.

A análise histórica do verbete *cigano* traz muitas questões sobre a identidade. Podemos perceber que existem práticas intolerantes devido à naturalização dos verbetes nos dicionários, produzidos por um dado sujeito que determina o significado da palavra, estabelecendo um sentido que se perpetuará por anos como verossímil.

Como podemos ver, o *Diccionario de LinguaPortuguesa* do século XVIII traz muitos termos pejorativos tanto para o verbete *cigano* como para as palavras que dele derivam. A visão se baseia na memória discursiva que o termo *cigano* evoca desde sua chegada à Europa, tido, então, com desconfiança e sob suspeita de espionagem, baseado em sua origem geográfica e em sua raça. Tal interpretação desse povo, eventualmente, tornou-se parte de enunciados posteriores a este, contribuindo para a manutenção de tal discurso acerca do povo cigano, uma vez que, conforme afirma Foucault (2010, p. 113), “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reutilize outros enunciados”.



Quadro 2 – Verbetes *cigano* e seus derivados em dicionário do Século XIX

(Continua)


SÉCULO	DICIONÁRIO	VERBETE
XIX	Diccionario da Lingua Brasileira (1832) Luiz Maria da Silva Pinto 1 ed. Ouro Preto	Cigana , feminino de cigano. Ciganas, s. f. Arrecadas que tem hum pingente so de aljôfar. Cigano, a. m. f. Raça de gente vagabunda, de costumes particulares, e linguagem com que se entendem. Cigano, adj. Que engana com sutileza, e bons modos. Ciganaria, s. f. Multidão de ciganos. Embuste, trapaça de cigano. Vida de costumes de cigano.
XIX	Diccionario da LinguaPortugueza (1890) Antonio de Morais Silva 8 ed. Rio de Janeiro	Cigano. s. m. pl. (nome correspondente ao Ital. singari. Allem. sigeuner, que é dos muitos dados a essa raça, que os inglezes chamam gypsies (egyplii), os hespanhoesgilanos (egyplanii), os francezesbohémians, etc. elles na Hespanha e n'outros paizes chamam-se a si proprioscaló, fem. (calh) Raça de gente vagabunda, que diz vir do Egypto, e pertende conhecer de futuros pelas raias, ou linhas da mão; vivem em bairros juntos, tem alguns costumes particulares, e uma especie de germania, com que se entendem. Hoje está demonstrada a origem indiana dos ciganos; a sua lingua não é uma germania ou giringonça, mas sim um dialecto, dividido em sub-dialectos, que se liga às linguas de tronco sanskritico; na Hespanha, simplificando-a muito, e misturando-a com algumas formas grammaticaes suas, mas conservando uma parte de seu antigo vocabulario.



SÉCULO	DICIONÁRIO	VERBETE
XIX	Diccionario da LinguaPortugueza (1890) Antonio de Morais Silva 8 ed. Rio de Janeiro	Os ciganos não são só vagabundos e embusteiros, como geralmente se acredita; muitas tribus ou dos indivíduos que as compõem revelam grande habilidade para certas artes, principalmente para a de caldeireiro, entre elles tradicional. Sobre elles, lê-se na Ord. do Reino I. 5. li. 69: Mandamos que os siganos, assim homens, como mulheres, Arabes, Gregos, Armenios, Persas não entrem nos nossos Reinos; e entrando sejam presos, e açoulados com baração, e pergão; e depois lhes seja assignado tempo para sahiremfóra d'elle. Cigano, um dos carneiros de guia, entre pastores. adj. lig. que engana com arte, subtileza, e bons modos. Ciganaria. s. f. Multidão de ciganos. fig. Enredo, embuste, trapaça de cigano.

Fonte: Elaboração própria com base em Pinto (1832) e em Silva (1890).

Luiz Maria da Silva Pinto nasceu na província de Goiás, em 1775; e faleceu em Ouro Preto, em 1869. Exerceu carreira no Estado, foi secretário do governo, diretor do censo em 1852, vice-diretor geral da Instituição Pública, diretor do 1º Círculo Literário e do Liceu Mineiro e dono da Tipografia Silva. O *Diccionario da Lingua Brasileira* foi o primeiro volume publicado em terras brasileiras, e seu título se deu por questões políticas: a abdicação de D. Pedro I, a instalação de um governo regencial, as discussões em torno das reformas liberais, os diferentes movimentos sociais espalhados pelo Império foram fenômenos banhados em intensa disputa sobre identidade e cidadania. O nome *brasileiro*, em vez de *português*, não era em vão: existia um interesse de não querer atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa, pois os portugueses eram inimigos com quem se disputava cargos públicos e decisões sobre o rumo da política (LIMA, 2006).



Ao analisar o verbete *cigano* e seus derivados no *Diccionario da Lingua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, é notável a influência que o *Diccionario de LinguaPortugueza*, publicado por Antonio de Moraes Silva em 1789, teve sobre ele. Ainda que publicados com 43 anos de diferença, ambos trazem definições semelhantes para o verbete *cigano*, mantendo o conteúdo pejorativo e preconceituoso já estabelecido no século XVIII e sustentado na memória discursiva.

Ainda no século XIX, é realizada a 8ª edição revista e melhorada do *Diccionario de LinguaPortugueza* sob o nome de Antonio de Moraes Silva. Pouco mais de um século após sua primeira publicação, as alterações apresentadas no dicionário nos anos 1890 são perceptíveis. Além do nítido aumento no tamanho do verbete, chamamos a atenção ao acréscimo de informações que dizem respeito (1) à diversidade de nomes pelos quais esse povo é intitulado em diversas regiões e o acréscimo do nome pelo qual se autodeclara, *caló*; (2) à sua origem geográfica; (3) à natureza de sua língua, entendida como um dialeto dividido em subdialetos e que possui relação com as línguas de tronco sanscrito; (4) à origem da concepção identitária do povo cigano por um meio de um recorte da Ordem do Reino de Portugal, no qual é decretada a proibição de entrada desse povo no Reino, além de descrever as punições cabíveis aos que adentrassem.

Dentre as informações acrescidas, apontamos o teor depreciativo do recorte da Ordem do Reino. A partir dele, analisamos a inferiorização desse povo criada pelo Reino de Portugal, uma vez que este não era tido como digno de ao menos entrar no Reino. Não obstante, a Ordem autoriza a prisão dos ciganos, bem como hostilidade para com eles e a determinação de tempo para que deixem as terras do Reino. A aquiescência de tais atitudes não



apenas mostra o valor inferiorizado do povo cigano com relação à Coroa de Portugal, mas, também, outorga o rebaixamento daqueles em relação ao povo.

Além dos acréscimos feitos na segunda edição do *Diccionario de LinguaPortugueza*, salientamos, também, que, entre as duas edições, houve apagamentos nos verbetes derivados de *cigano*. Estes foram os verbetes *cigana* e *ciganice*, que, já na oitava edição, não constavam no dicionário. O verbe *ciganaria*, entretanto, permaneceu nessa edição sem qualquer alteração.

É importante notar, igualmente, que, em determinado trecho do verbe *cigano*, houve uma ínfima, porém clara, tentativa de modalizar o discurso referente a esse povo. Nele, o dicionário investe na suavização do conteúdo discriminatório para com o termo *cigano* ao dizer que estes “não são só vagabundos e embusteiros, como geralmente se acredita”. Esta tentativa, porém, se faz infrutífera perante os inúmeros termos pejorativos que o dicionário traz no restante do verbe *cigano* e em seus derivados, tais como *embuste*, *trapaça* e *raça de gente vagabunda*.

O tratamento se assemelha ao que o Padre Raphael Bluteau teve deste povo ao escrever o primeiro dicionário de Portugal, em 1712. Neste, como anteriormente dito, o Padre levava em consideração a preocupação da igreja para com o comportamento desse povo, concebendo-os enquanto hereges e raça e grupo socialmente desclassificado (TEIXEIRA, 2008). Tais perspectivas possivelmente serviram como influência na escrita do *Diccionario de LinguaPortugueza*, reverberando tal imagem, apesar de não mais atrelada à visão da igreja.

Ressaltamos, além disso, que na produção do *Diccionario de LinguaPortugueza*, apenas as duas primeiras edições, nos anos de 1789 e 1813, tiveram a autoria de Antonio de Moraes Silva. Após seu falecimento, em



1824, as edições seguintes contaram com a coautoria de diversos escritores, até a sua décima impressão (VERDELHO, 2003). Apesar de a primeira edição revista e ampliada desse dicionário, após a primeira (1789), ter sido sua a oitava edição, no ano de 1890, as edições anteriores, entre a segunda e a sétima, tiveram acréscimos nos verbetes feitos por seus respectivos coautores.

Quadro 3 – coleta do verbete cigano e seus derivados em dicionário do século XX

SÉCULO	DICIONÁRIO	VERBETE
XX	Nova Enciclopédia da Língua Portuguesa (Dicionário de sinônimos) (1971) Antenor Vieira de Mello Volume VII Rio de Janeiro	Cigano. Sin. - Astuto, velhaco, trapaceiro; esperto, ladino, sabido. Errante, boêmio, nômade. Ciganagem. Sin. - Contrabando, mercancia, negócio. Ciganice. Sin - Traficância.
XX	Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986) Aurélio Buarque de Holanda Ferreira 2. ed. Rio de Janeiro	Cigano. 1.Indivíduo de um povo nômade, provavelmente originário da Índia e emigrado em grande parte para a Europa Central, de onde se disseminou, povo esse que tem um código ético próprio e se dedica à música, vive de artesanato, de ler a sorte, barganhar cavalos, etc. [Sin.: boêmio, gitano; calom (bras.); judeu (MG); quico (MG e SP).] 2.Fig. Indivíduo boêmio, erradio, de vida incerta. 3. Fig. Indivíduo trapaceiro, trampolineiro, velhaco. 4. Fig. Vendedor ambulante. 5. Designação de um dos carneiros de guia. Adj. 6. Errante, nômade. 7. Ladino, astuto; trapaceiro. Ciganice. S. f. 1. Ciganada (1). 2. Trapaça em compras ou vendas; tratantada, traficância. 3, Lisonja ardilosa. 4. Pedincharia.

Fonte: Elaboração própria com base em Mello (1971) e em (Ferreira, 1986).



No primeiro material do século XX analisado, o autor Antenor Vieira de Mello, além de professor de português durante 15 anos em Pernambuco, também foi bacharel em Direito, advogado no Rio de Janeiro e GB. da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Teresopolitana de Letras. Além disso, foi responsável pelo volume VII, em 1971, do dicionário de sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos da *Nova Enciclopédia da Língua Portuguesa*.

A escolha da utilização de uma enciclopédia se deu porque, em geral, seu conhecimento é baseado em fontes acadêmicas da época em que é produzida, além de ser um canal bastante utilizado em pesquisas, especialmente as mais breves, como é o caso dessa edição de sinônimos.

É sabido que tanto a visão preconceituosa quanto a não preconceituosa de um certo período pode ser deduzida através dos verbetes (WILLEMS, 1990). Nessa enciclopédia, constatamos que a maioria dos sinônimos são pejorativos, mostrando que essas informações são consideradas “importantes” na época. Salientamos que o público consumidor dessa enciclopédia é majoritariamente de classe alta e parte de uma elite social que, por sua vez, possuía grande influência nas tomadas de decisão em questões políticas. Uma vez que a enciclopédia tem o papel de difundir os sentidos e sinônimos de partículas lexicais de uma língua com certa autoridade, podemos inferir que a visão que a *Nova Enciclopédia da Língua Portuguesa* propaga aos grupos hegemônicos é, especialmente, depreciativa, o que gera repercussões sociais. Esse é o principal problema encontrado na enciclopédia, visto que são instrumentos de autoridade (WILLEMS, 1990) e que, neste caso, essa autoridade é exercida de maneira a depreciar um povo.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, autor do segundo material do século XX analisado, nasceu no Rio de Janeiro em 1910 e faleceu 1989. Formado em Direito, foi lexicógrafo, filólogo, professor, tradutor, ensaísta



e crítico literário brasileiro. Além disso, foi o autor do *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* e membro da Academia Brasileira de Letras.

Um dos primeiros grandes marcos na representação identitária cigana ocorreu no século XX, protagonizado pelo ativista Mio Vacite, cigano de etnia *Rom*, fundador da União Cigana do Brasil (UCB) e responsável por uma das primeiras ações do “movimento cigano” no país. Esse movimento pediu para que os autores de dicionários mudassem a definição do verbete *cigano*. O *Dicionário Aurélio*, um dos mais adotados pelas escolas no Brasil e de grande circulação nacional, considerou o pedido de revisão e, em 1988, retirou os sinônimos pejorativos *trapaceiro* e *velhaco* contido na publicação de 1986. Para Mio, essa mudança foi uma grande conquista para o movimento cigano no que diz respeito à representação da identidade cigana na esfera pública (SOUZA, 2013).

Quadro 4 – Verbetes *cigano* e seus derivados em dicionário do século XXI

(Continua)

SÉCULO	DICIONÁRIO	VERBETE
XXI	Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) Antonio Houaiss e Mauro de Salles Villar 1ª ed. Rio de Janeiro	Cigano. adj. 1 relativo ao ou próprio do povo cigano; zíngaro <música c.><vida c.><esperteza c.>. adj.s.m. 2 relativo a ou indivíduo dos ciganos, povo itinerante que emigrou do Norte da Índia para o oeste (antiga Pérsia, Egito), de onde se espalhou pelos países do Ocidente; calom, zíngaro. 3. que ou aquele que tem vida incerta e errante; boêmio. 4. vendedor ambulante de quinquilharias; mascate 5. que ou aquele que faz barganha, que é esperto ao negociar. 6. que ou o que serve de guia ao rebanho.

(Continua)

SÉCULO	DICIONÁRIO	VERBETE
XXI	Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) Antonio Houaiss e Mauro de Salles Villar 1ª ed. Rio de Janeiro	Ciganear. 1 int. comportar-se como cigano <c. com malícia> 2 int. levar vida erradia, boêmia <ciganeava desde a juventude> 3int. pej. agir com astúcia e falsidade; trapacear, intrujar. Cigana. Subst. feminino 1. mulher do povo cigano. 2. Derivação: por extensão de sentido. Mulher vestida com trajes ciganos ou semelhantes e que supostamente lê a sorte das pessoas.
XXI	Aurélio (escolar) (2001) Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Margarida dos Anjos 4ª ed. Rio de Janeiro	Cigano. sm.1. Indivíduo de um povo nômade, que tem um código ético próprio, vive de artesanato, de ler a sorte, e se dedica à música. 2. Homem de vida incerta. (Site de busca) 1-Viver ou comportar-se como cigano. 2 - Levar vida errante. 3 - Enganar alguém com astúcia.
XXI	Michaelis (2019) Henriette Michaelis Editora Melhoramentos Atualizado 2019 Versão online	Cigano. adjsm 1. Diz-se de ou povo nômade, originário do noroeste da Índia, que emigrou para a Europa central e que, atualmente, encontra-se presente com sua cultura e costumes em vários países do Ocidente. Dedicar-se ao comércio de cavalos, música, prática das artes divinatórias, artesanato, venda de miudezas etc.; calom, quico, zíngaro. 2. FIG Que ou aquele que tem grande habilidade para o comércio. 3. PEJ Diz-se de ou mercador ambulante, que oferece miudezas em domicílios. 4. PEJ Que ou aquele que leva vida itinerante e/ou de boêmio. 5. Diz-se de ou carneiro treinado para guiar rebanhos. Ciganear. 1. Proceder como cigano. 2. Levar vida itinerante, como a do cigano. 3. FIG. Agir com esperteza. Ciganice. 1. Ciganada. 2. PEJ. Adulação para atrair a confiança de uma pessoa. 3. PEJ. Lamentação com objetivos escusos.

SÉCULO	DICIONÁRIO	VERBETE
XXI	Michaelis (2019) Henriette Michaelis Editora Melhoramentos Atualizado 2019 Versão online	Ciganada. 1. COLOQ. Esperteza própria de ciganos; ciganice. 2. Reunião de ciganos. Cigana. 1. Mulher que pertence ao povo cigano. 2. OCULT. Mulher itinerante, que usa trajes coloridos como os dos ciganos e pratica a quiromancia.

Fonte: Elaboração própria com base em Houaiss Villar (2009), em Ferreira e Anjos (2001), em Michaelis (2019).

Antonio Houaiss, autor do nosso primeiro dicionário de análise do século XXI, nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1915 e faleceu em 1999. Ele foi professor, diplomata e filólogo, formado em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Ao analisar o verbete *cigano* nesse dicionário, constatamos que os termos pejorativos como *vida errante* e *aquele que faz barganha* se encontram presentes nessa definição. Quando observamos o verbete *ciganear*, também percebemos a presença de termos depreciativos como *com malícia*, *agir com astúcia e falsidade* e *trapacear, injuriar*. Semelhantemente, o termo *cigana*, apesar de não conter trechos difamatórios, ainda trabalha na construção discursiva de uma *mulher vestida com trajes ciganos*. Apesar de essa ser uma possibilidade para descrever a mulher cigana, ela não representa a multiplicidade da indumentária feminina dessa cultura, desprezando a existência de mulheres ciganas que não usam esses trajes ou que os utilizam em momentos históricos específicos. Tal verbete, mesmo que não




imediatamente negativo, contribui para a manutenção de uma memória discursiva estereotipada desse grupo social.

Souza (2013) acompanhou, em 2012, a mudança publicizada envolvendo uma demanda judicial do Ministério Público Federal de Uberlândia iniciada em 2009 por uma pessoa cigana. A demanda exigia supressão de termos pejorativos no verbete *cigano* dos dicionários das editoras Objetiva, Globo e Melhoramentos. A editora Objetiva, porém, não atendeu ao pedido do MPF. Vejamos, abaixo, parte da notícia veiculada no sitedo MPF:

27 de fevereiro de 2012 às 17h: MPF/MG vai à Justiça para mudar verbete do Dicionário Houaiss - O Ministério Público Federal (MPF) em Uberlândia (MG) ajuizou ação civil pública contra a Editora Objetiva e o Instituto Antônio Houaiss para a imediata retirada de circulação, suspensão de tiragem, venda e distribuição das edições do Dicionário Houaiss que contêm expressões pejorativas e preconceituosas relativas aos ciganos. [...] Publicação teria referências preconceituosas contra minoria étnica e editora se recusou a suprimi-las - Para ele, o fato de as afirmações serem feitas por uma publicação, que, por sua própria natureza, encerra um sentido de verdade, agrava ainda mais a situação. “Ora, trata-se de um dicionário. As pessoas consultam-no para saber o significado de uma palavra. Ninguém duvida da veracidade do que ali encontra. Sequer questiona. Pelo contrário. Aquele sentido, extremamente pejorativo, será internalizado, levando à formação de uma postura interna pré-concebida em relação a uma etnia que deveria, por força de lei, ser respeitada”. (MPF, MG).

Os dicionários *Houaiss* e *Aurélio* são os mais utilizados em escolas do Brasil; e, com o avanço da tecnologia, continuaram a ser os mais procurados em aplicativos e buscas online. Depois do embate entre Mio Vacite e o lexicógrafo do *Aurélio*, conseguimos ver mudanças entre as edições do século XX e XXI, bem como em sua busca online.





Na quarta edição do *Aurélio (escolar)*, publicada em 2001 por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, agora em coautoria com Margarida dos Anjos, podemos ver que os termos pejorativos já não se encontram presentes na definição do verbete *cigano*, diferentemente da segunda edição do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de 1986, que utiliza, mais de uma vez, o termo *trapaceiro* para descrever esse povo e os termos *trapaceiro* e *traficância* para definir o verbete *ciganice*. Diferentemente de sua versão escolar de 2001, entretanto, ao utilizar o site de busca do *Dicionário Aurélio*, encontramos uma definição diferente para o verbete *cigano*, ainda trazendo esse significado caluniador de *enganar alguém com astúcia*.

Henriette Michaelis nasceu na Alemanha em 1849. Foi filóloga, romanista e lexicógrafa e, em colaboração com sua irmã, Carolina Michaelis de Vasconcelos, criou o *Dicionário Michaelis*. Apesar de estarmos analisando o *Dicionário Michaelis* do século XXI, é interessante salientar que sua primeira versão foi publicada no século XIX. A partir de 1950, a edição do dicionário passou a ser feita pela Editora Melhoramentos, tornando-se líder no mercado no Brasil e em Portugal, com edições em diversos idiomas. Ressaltamos, também, que utilizamos, nesta pesquisa, a versão online do dicionário, uma vez que ele é, majoritariamente, comercializado em suas versões de línguas estrangeiras no Brasil e que seu exemplar em português é mais acessível em sua variante online.

Nesse dicionário, encontramos um grande número de palavras relacionadas ao termo *cigano*: *ciganear*, *ciganice*, *ciganada* e *cigana*. Com exceção do próprio termo *cigano*, todos os demais derivados possuem termos pejorativos (*lamentação com objetos escusos*) ou generalizantes desse povo (*levar a vida itinerante, como a do cigano e mulher itinerante*,



que usa trajes coloridos como os dos ciganos e pratica a quiromancia), o que, dificilmente, consegue abarcar toda a diversidade dessa cultura.

Estudar os enunciados dos dicionários nos dá respaldo para muitas análises, principalmente para aquelas que levam em conta a história, o discurso, a memória, bem como os interesses políticos e religiosos de cada época. Por esse motivo, finalizamos as análises concordando com Tavares, segundo a qual “Os dicionários mudam conforme o discurso se modifica e o discurso, por sua vez, conforme muda a história” (TAVARES, 2018, p. 30).


ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho buscou compreender a construção da identidade *para* os assim chamados *ciganos* por meio da memória discursiva engendrada no imaginário dos não-ciganos e materializada nos verbetes *cigano* e em seus derivados, considerando que os dicionários são objetos de poder e conferem autoridade às informações que neles se encontram.

Partimos, nesse sentido, da seleção de oito dicionários publicados entre os séculos XVIII e XXI – uma vez que estes são os dicionários disponíveis em português publicados por brasileiros –; e realizamos uma análise do verbete *cigano* e de seus derivados. Para tanto, utilizamo-nos do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, valendo-nos da concepção de enunciado proposta por Foucault (2010) e do conceito de memória discursiva proposta por Courtine (2009), a fim de fundamentar nossa análise e compreender a formação dos efeitos de sentido construídos nos dicionários.

Em nossa análise, pudemos perceber que a presença de termos pejorativos no verbete *cigano* e em seus derivados desvaloriza, deprecia ou generaliza a cultura cigana, de modo a perpetuar a ideia de que só existe uma maneira de *ser cigano*, e esta será, majoritariamente, negativa.





Vale salientar que a construção identitária aqui analisada não foi feita por ciganos para descrever seu povo, mas se trata de uma identidade produzida *para* ciganos por outros grupos sociais, o que propicia a caracterização estereotipada desse povo, propagada, discursivamente, por séculos, tornando-se parte da memória discursiva.

Entendemos que a retirada de parte e mesmo de todos os termos pejorativos contidos no verbete *cigano* do dicionário – aqui, citamos o *Aurélio*, em 1988 (mesmo este ainda apresentando definições preconceituosas) e *Michaelis*, em 2019 – não soluciona o problema estabelecido na/pela memória discursiva. Ainda assim, é um passo em um processo em construção.

Discursivamente, o dicionário é um instrumento de poder, e seus significados irão reverberar socialmente de diversas formas. Apesar de compreender que o discurso nunca se constituirá como neutro; e que sempre estará perpassado por ideologias em maior e menor grau, entendemos que não pode generalizar um grupo social baseado em uma imagem socialmente construída nem, muito menos, contribuir para a manutenção de um discurso discriminatório iniciado no século XV.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista Benezetto Vecchi. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAIRUS, B. G. **Ciganos Roms do Brasil**: imagens e identidades diaspóricas na contemporaneidade. 2018. 274f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.



CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

COURTINE, J.J. **Análise do Discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos: EdUFSCar, 2009

FAZITO, D. A identidade cigana e o efeito de “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 2, p. 689-729, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOLDFARB, M. P. L. **Memória e etnicidade entre os ciganos em Sousa-PB**. João Pessoa: UFPB, 2013

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n.11, p.11-25, nov. 2007.

HALL, S. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KENRICK, D. **Historical Dictionary of the Gypsies (Romanies)**. Lanham; Toronto; Plymouth: Scarecrow Press, 2007.

LIMA, I. S. **Luís Maria da Silva Pinto e o Dicionário da Língua Brasileira** (Ouro Preto, 1832). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; PUC-RJ, 2006.

LOCATELLI, M. A. **O ocaso de uma cultura: uma análise antropológica dos ciganos**. Santa Rosa: Barcellos, 1981.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE MINHAS GERAIS. MPF/MG vai à Justiça para mudar verbete do Dicionário Houaiss. MPF-MG, Belo Horizonte, 27 fev. 2012. Disponível em: www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-vai-a-justica-para-mudar-verbete-do-dicionario-houaiss. Acesso em: 17 jun. 2019.

MOONEN, F. **Anticiganismo no Brasil**: os ciganos na Europa e no Brasil. 3 ed. Recife: Frans Moonen, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/anticiganismo.pdf. Acesso em 19 abr. 2020.

MORAES FILHO, M. **Os ciganos no Brasil e o cancioneiro dos ciganos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, Taguatinga, v. 3, p. 6-21, 2010.

SHIMURA, M. I. **Identidades ciganas no Brasil**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30. 2016, João Pessoa. **Anais[...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

_____. **Ser cigano**: a identidade étnica em um acampamento Calonintinerante. Maringá: Amazon, 2017.

SILVA, A. M. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Oitava edição revista e melhorada. Vol. I. A-E. Editora Empresa Litteraria Fluminense. Rio de Janeiro: Sede; Lisboa: Succursal, 1890.

SOUZA, M. A. **Ciganos, roma e gypsies**: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá. 2013. 350 f. Tese (Doutorado em Antropologia). – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SOUSA SANTOS, B. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo social**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, 1993.

TAVARES, E. Q. **Discurso, identidade e Nordeste**: uma análise dos verbetes *paraíba* e *baiano* em dicionários de língua portuguesa. 2018. 56f.



Monografia (Licenciatura em Letras-Português) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

TEIXEIRA, R. C. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

GUIMARAIS, M. T. S. **O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios**. 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VERDELHO, T. O Dicionário de Moraes Silva e o início da Lexicografia Moderna. *In: História da língua e história da gramática - Actas do encontro*. Braga, Universidade do Minho/ ILCH, 2003.

WILLEMS, W; LUCASSEN, L. **The church of knowledge**: Representation of gypsies in dutch encyclopedias and their sources (1724-1984). *In: MATT T. (Org.). 100 years of Gypsy Studies*. Cheverly: The Gypsy Lore Society, 1990. p. 31-50.





A VOZ NO ENTRONCAMENTO TEÓRICO DA PSICANÁLISE E DA ANÁLISE DO DISCURSO

VOICE IN THEORETICAL ROUND OF PSYCHOANALYSIS AND ANALYSIS OF SPEECH

Maurício Eugênio MALISKA¹

Teodulino Mangueira ROSENDO²

Manoella BORGES³

¹ Mestre (2002) e doutor (2008) em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio de doutorado (sanduíche) na École Doctorale Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie - Université Paris VII (Denis Diderot). Doutor em Psicologia (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de Psicanálise no curso de graduação em Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (UNISUL). E-mail: mmaliska@yahoo.com.br

² Doutorando em Ciências da Linguagem – UNISUL (2016). Mestre em Métodos e Gestão da Avaliação- UFSC (2015). Membro do Grupo Pesquisa Psicanálise e Linguagem – UNISUL (2016). Professor de Língua Portuguesa nas redes estadual e municipal de Triunfo-PB. Bolsista da Agetec (2018). E-mail: teomangueira@hotmail.com

³ Graduanda em Psicologia – UNISUL. Bolsista Agetec (2018). E-mail: manoellacgborges@gmail.com





RESUMO

A voz exerce grande significação na prática clínica da psicanálise, ocupando um lugar de expressivo relevo na constituição do sujeito — este, por sua vez, é clivado pela condição do inconsciente, constituindo-se não senhor do seu dizer. Essa constatação estabelece a não unicidade do sujeito, uma cisão entre o que ele diz e o que ele pensa, sobressaindo o equívoco como dimensão fundante da linguagem. No plano do discurso, a voz pode ser destacada como materialidade significante, como materialidade vocal produzida no corpo humano e funcionando por meio dos seus efeitos de sentido, que marcam a sua posição material na ordem da subjetividade. Essas proposições nos demandam, como objetivo, neste estudo, elucidar alguns pontos que resumem as discussões sobre a temática da voz, marcando cada disciplina com o seu devido arcabouço teórico.

PALAVRAS-CHAVES

voz; psicanálise; Análise de Discurso.

ABSTRACT

The voice has great significance in the clinical practice of psychoanalysis, occupying a place of expressive prominence in the constitution of the subject - this in turn is cleaved by the condition of the unconscious, constituting no lord of its saying. This finding establishes the uniqueness of the subject, a split between what he says and what he thinks, highlighting the mistake as the founding dimension of language. In the discourse plane, the voice can be highlighted as significant materiality, as vocal materiality produced in

the human body and functioning through its effects of meaning marking its material position in the order of subjectivity. These propositions require us, in this study, to elucidate some points that summarize the discussions on the theme of voice, marking each discipline with its proper theoretical framework.

KEYWORDS

voice;psychoanalysis;Discourse Analysis.

1. INTRODUÇÃO

No texto *Voz do Eco*, Erik Porge (2014) traz reflexões sobre a concepção lacaniana da voz enquanto objeto pulsional⁴ e sobre os elementos que a compõem, propondo pensar em um estádio do eco, ao que esclarece o seguinte: “[f]alar de um estádio do eco é uma forma de reagrupar fatos já conhecidos e de estabelecer laços entre eles, a fim de fazer que sejam entendidos de outro modo” (PORGE, 2014, p. 21). O autor apresenta e classifica os objetos da demanda (seio e fezes) e os objetos de desejo (olhar e voz), citando a pulsão invocante como primordial à prática psicanalítica, que se dá pelo processo de escuta e de silêncio do analista e a fala do analisante.

Nesse sentido, é importante destacar que a voz (objeto vocal) é singular, é única em sua sonoridade e se caracteriza como um resto, sendo separada da pulsão invocante com a qual tem relação. Assim, enquanto sobra, ela é, segundo Maliska (2017, p. 214), “um dejetto corporal”, de maneira que, cada vez que falamos, perdemos a voz. Do contrário, a reteríamos, ficando calados,

⁴ Lacan, no seminário *O Sintoma* (2007), afirma: que “as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer”.



embora, nessa relação, o movimento de perder seja produtivo, porque nos faz desejar: “[e]ntão a voz é um dejetivo do corpo, essa letra que, por vezes, atrapalha o sujeito quando este pretende falar, e que por vezes, pode servir-lhe como suporte material para a fala, mas para este último acontecer ela tem que ser dejetada, para dar lugar à fala” (MALISKA, 2017, p.214-215).


Convém pontuar que a voz não se reduz e não se dá ao significante, conforme esclarece Harari (1997), fazendo menção a uma afirmação de Lacan: “a voz é efeito do significante” (HARARI, 1997, p.188). A isso, acrescentamos que ela é parte integrante do corpo, aquilo que sai dele; igualmente, é um corpo que se aparta para o outro, ou seja, aponta para uma relação com o outro, causa do desejo. Nessa ótica, Porge (2014) menciona a promoção da voz ao objeto a (objeto causa de desejo): “[e]la é um resto não redutível ao significante, mas essencial à sua articulação como o que lhe sustenta a passagem. A voz não está ainda isolada como objeto *a*, mas já toma um lugar particular em função do significante, mas sem se reduzir a ele” (PORGE, 2014, p.48).

Dessa forma, a voz é corpo, porque é produzida no aparelho fonador, mas é concebida como uma linguagem, um substrato da fala: “[a] voz vem no lugar do que, do sujeito, é indizível, seu mais de gozar” (PORGE, 2014, p.56). Em que gozar é a busca por um prazer sem fim, algo que não se alcança.

Observa-se que os estudos da voz, na Psicanálise, ocupam um lugar incomum, se colocando na clínica como um real do corpo, uma presença que assume, por vezes, a condição de “corpo silêncio que suscita a voz do outro” (PORGE, 2014, p.112).

Na mesma perspectiva, Didier-Weill (1997) assevera a condição indeclinável da voz na prática clínica, assumindo lugar de destaque na constituição do sujeito – no que concerne à construção do fantasma, do





sintoma e da própria pulsionalidade. O aspecto sonoro da voz traz o imaginário: conforme o autor, uma imagem é formada como efeito da realidade da voz; nesse sentido, ela é inequívoca. Adiante, retomamos esta questão para pensarmos uma aproximação com o discurso, ainda que essa seja, termo a termo, tão pouco conclusiva.

Pelo que precede, a voz é o registro marcante que dá à psicanálise o lugar de uma escuta; o lugar de recordar (as memórias do trauma), de repetir (pôr em cena o sintoma) e de elaborar o que seria a função da análise, conforme o ensinamento freudiano. Nessa experiência, as posições do analista e do analisante estão postas, sendo marcadas, no primeiro, pelo desejo de dar voz ao Outro, de dar voz aos sintomas. Concordamos, aqui, com Lombardi (2017, p.45): “[o] objeto voz se impõe para Lacan pela experiência clínica das psicoses. Estou tentando dizer que o grande segredo da psicanálise é que o desejo do analista é incitado pelo desejo na psicose”. No segundo (o analisante), há o desejo de que a voz do Outro possa ser rebaixada, substituída ou anulada, estando em questão, aí, a voz na dimensão do desejo do Outro.

É fundamental reiterar que a voz se nos apresenta como temática de estudo de múltiplos campos do conhecimento, como, por exemplo, a Foniatria, a Fonoaudiologia, a Linguística, a Antropologia, a Psicanálise, a Literatura etc. Seguindo pela via da multidisciplinaridade própria da voz, nos propomos desdobrar pontos fundamentais de uma possível articulação teórica em torno desse objeto, envolvendo a Psicanálise e a Análise de Discurso.

Logo, neste trabalho, partimos da assertiva de que a voz é heteróclita, excêntrica, singular e extravagante. Transborda para o exterior, se caracterizando como inapreensível e indizível, apesar dos estudos empreendidos pelas diversas ciências.



Por essa direção, podemos considerar o efeito da voz na clave do que Pêcheux (1997) aponta como o real da língua, na medida em que a voz está inscrita na categoria de letra, em que existe, na língua, um elemento inexorável, impossível, que escapa aos efeitos de significação. A partir disso, concebemos a voz como esse efeito do e no real da língua, sendo possível pensá-la como corpo, não propriamente um corpo biológico, anatomo-fisiológico, mas um corpo simbólico constituído e atravessado pelas insígnias do discurso.

Tomaremos o objeto voz na sua articulação com o discurso e com o inconsciente, ainda com o corpo e a pulsão, ambos advindos da Psicanálise. A voz, nesse percurso, irá oscilar entre o puro som, o corpo no qual ela é levada a um tempo mítico de caos e indefinição, sem ordem nem lei, em que impera o real sonoro, por um lado; e na sua articulação com a ordem significante, com a fala, com a lei, em que impera a língua, a fala, o discurso e a ordem, por outro. Entre essas duas polarizações, a voz desponta como aquilo que está no princípio e no fim, aquilo que marca o sujeito nos primórdios da sua constituição subjetiva.

2. A VOZ EM TEORIA

A princípio, cabe assinalar que Freud, já em sua experiência particular com a hipnose, trouxe, para a Psicanálise, a temática da voz na ordem daquilo em que ela opera enquanto comando sobre o sintoma. Ali, o mestre vienense já escutava, sem saber, a importância da voz como comando superegóico. Posteriormente, Lacan vai separá-la como um objeto da pulsão invocante a partir das vozes alucinadas na sua experiência com pacientes psicóticos.

Conforme já apontamos na Introdução, a voz exerce grande significação na prática clínica da psicanálise, ocupando um lugar de expressivo relevo



na constituição do sujeito – este, por sua vez, é clivado pela condição do inconsciente, tornando-se não soberano sobre o seu dizer. Nas palavras de Maliska (2017, p. 211), esse fato determina a não unicidade do sujeito, o hiato entre o que ele diz e o que ele pensou almeja dizer. Há sempre, nessa esfera imaginária, totalitária, um equívoco que é a própria dimensão da linguagem, não transparente e não representável. Assevera o autor que “[a] Psicanálise e a Análise de Discurso sempre souberam disso e construíram seus edifícios teóricos a partir dessa opacidade da linguagem” (MALISKA, 2017, p. 211). Evidentemente, nesse modelo que aproxima as duas disciplinas, a linguagem é tomada não como código ou transmissão de informação, e o sujeito não é efetivamente consciente e absoluto, fato que não permitiria sua oscilação ou duplicidade, falha e conseqüentemente, efeitos de sentidos variados sendo tecidos no processo discursivo.

Tratando do ato falho, como exemplificação dessa oscilação entre o eu e o sujeito do inconsciente, afirma Maliska (2017) que

[p]or ser falho, este ato mostra a divisão do sujeito enquanto cindido pela lei da linguagem. Ser falho é estar no campo da linguagem que constitui o sujeito. Por estar no campo da linguagem, o ato falho está submetido às falácias, aos desencontros, as falhas da linguagem que mostram sua incompletude e a opacidade que o produz (MALISKA, 2017, p.212).

A voz, como um objeto da pulsão invocante – e, de acordo com Lacan (1988, p. 102), “a pulsão invocante é a mais próxima da experiência inconsciente” –, tem aproximação com o trabalho freudiano sobre a “linguagem estruturada”, nos termos de Lacan (2003 [1972] p. 492). Nessa vertente, *ela é uma marca que se faz corpo*, que presentifica “um ato político que não



está no discurso, está no corpo produzindo efeitos no discurso” (MALISKA, 2017, p.217, destaque nosso), e, nessa linguagem, em que também reside a língua, o sujeito aí está posto na condição do inconsciente.

Segundo Bastos (2014), entre o corpo e a voz, instala-se uma fratura experimentada no exercício da fala, que mostra a exterioridade da voz e que cinde o falante entre emissor e receptor, entre enunciação e enunciado:


[a]o ouvir a gravação de sua voz no mais requintado equipamento tecnológico, o falante confronta-se com algo desconhecido (inaudito): identifica seu enunciado, reconhece que disse aquilo, mas no que disse, em sua prosódia ou em seu tom de voz, há algo que se furta à apreensão daquela emissão como sua, surge um quê de estranheza irreduzível (BASTOS, 2014, 67).

Citando Miller, Bastos (2014) traz, em seu estudo, a afirmação de que os surdos escutam uma “voz íntima, o que indica seu caráter afonésico” (MILLER, 1989 *apud* BASTOS, 2014, p. 27), justificando que “[e]ste objeto que vocifera mostra sua dependência à materialidade do significante que afeta o corpo. Por essa materialidade, o significante não é apenas ouvido, mas é falado, lido, escrito, ressoa no corpo” (BASTOS, 2014, p.68).

Bastos esclarece que a aparição dessas vozes nas psicoses revela sua exterioridade, mas, também, a presença auditivada e íntima. “Quando a voz não se incorpora, transforma-se no que Lacan chamou de vozes perdidas das psicoses, perdidas da cadeia significante, desencadeadas, perdidas no real [...]” (BASTOS, 2014, p.68).

Assim, como corpo, a voz, na condição de objeto *a*, abriga também o real, “o Real do corpo como o lugar em que a linguagem não acessa, onde o significante não se inscreve” [...] (MALISKA, 2017, p.213); ela rompe com a





inscrição delimitadora do corpo imaginário, tratado por Lacan (1998 [1949]) no *Estádio do Espelho*. Esse corpo em questão é uma projeção, ilusão que vem do outro especular, e em que “o eu se identifica como uma imagem [...] imagem do corpo e, conseqüentemente, do eu” (MALISKA, 2017, p.213).

Igualmente, esse corpo é também simbólico, vem do Outro, da linguagem, rompe com a evidência especular da imago. É [...] “aquele das inscrições significantes, das marcas que o simbolizam e fazem com que este corpo fale submetido a um discurso que o constitui” (MALISKA, 2017, p.213).

Desse modo, como afirma Maliska (2017), a voz que é resto, fragmento, estilhaço, não se dá como totalitária, mas sempre parcial. E, pelo que precede temos os elementos da queda desse objeto, do desprendimento desse corpo, da não unidade que ele possa compor, desse ganhar em se perder (eis o produtivo da voz), habitando sobre este corpo a falta, que representa o desejo, portanto a voz na psicanálise é a causa.

O próprio sujeito é um ser de desejo e de falta, designação lacaniana que nos permite pensar em furos, em falhas. Ora, essas marcações se materializam, no nível do discurso, como um encontro de furos: o da linguagem, reproduzido pelo equívoco; o da ideologia, pela contradição, e o do inconsciente, pelos atos falhos, chistes...

Logo, pelos caminhos da linguagem o sujeito vai se inscrevendo na rede de significantes, provocando deslocamentos e se significando por meio desse jogo em que algo sempre escapa e produz efeitos. O sujeito é demandado pelo Outro, afinal é a voz que vem dele que lhe dá os sentidos do mundo que ele ainda vai descobrir, teleguiado pela voz desse Outro, marcando a partir disso sua posição subjetiva, que inicialmente não será de negação.



Ponderar, nesse viés, a voz como um corpo simbólico nos aproxima de Orlandi (2012, p.86) ao tratar de um corpo que significa e que traz marcas materiais quando interpelado em sujeito. Reitera a autora que: “Por exemplo, um sujeito, pego em silêncio, muda imediatamente sua postura corporal [...] se apresenta com um corpo que significa seu silêncio e se significa nesse silêncio”. O silêncio também constitui esse corpo na medida em que ele o marca como ausência.


O desafio dessa construção é explicitar como o silêncio se manifesta como ele se dá, como se aproxima da noção de equívoco e de esquecimento, termos trabalhados por Pêcheux na Análise de Discurso. Decorre dessa constatação o fato de, na busca por explicá-lo, acabarmos reduzindo os efeitos de sentido que ele produz, assim recorreremos a Orlandi (2007) para concluirmos que o silêncio não fala, ele significa.

Logo, é concebível refletir com a autora que estar em silêncio é estar no campo do sentido, no sempre já lá do sentido, é nessa perspectiva que ela o adjetiva de fundador. Ou seja, o silêncio fundador funciona como o equívoco e os sentidos que vão se inscreverem no simbólico se marcam como o real do discurso, são da ordem da equivocidade e da contradição, são incompletude.

O silêncio significador “não é o vazio, nem é o tudo, o sentido é múltiplo, mas não é qualquer um” (ORLANDI, 2007, p.22). Esse movimento dos sentidos tem filiação com o social no qual se inscreve a linguagem, que de forma alguma está solta no vazio, nem se dá como transluzente e que significa pelo simbólico, isso se distancia da representação, do símbolo, do sinal que procuram estabilizá-la em um sempre mesmo sentido.

Ora, pelo que precede o silêncio deve estar articulado com a historicidade, se apresentando pelas pequenas falhas, rupturas, lapsos. Um exemplo dessa





marcação, conforme Orlandi (2007, p. 41), “é o discurso jurídico em que o discurso liberal (todos são iguais perante a lei) produz apagamentos das diferenças constitutivas e reduz o interlocutor ao silêncio”, evidentemente clarificamos, com a autora, que todos os discursos são atravessados pelo silêncio.

Imprime-se com o silêncio a não transparência e o equívoco, noção que pensando no movimento dos sentidos tem uma relação mais estreita com a psicanálise, problematizando outras noções como linearidade, literalidade e completude. Precisamente nesse ponto se justifica repensar as palavras “representação” e “interpretação”, nesse caso o silêncio não seria interpretável, mas compreensível, justamente quando se busca os processos de significação de um texto, conclui Orlandi (2007, p.50).

É possível entender que a materialidade do equívoco é o silêncio, presente em todas as palavras, observando que onde reside o silêncio o sujeito interpreta e onde há palavras o sujeito decodifica, reforçando Orlandi (2007, p.66) a não relação de dependência do silêncio com o dizer para poder significar. Justamente por isso há um corte entre o sentido do silêncio em relação ao da palavra, ou que, um não se deriva da outra.

Pela via da Análise de Discurso, o silêncio é matéria significante e não é definida só por sua relação com o lado sonoro da linguagem, mas também com a significação, com a relação significativa som/sentido, explica Orlandi. Trata-se, então, de pensá-lo na condição de materialidade significante; materialidade vocal – som que se origina no corpo humano (SOUZA, 2017, p.178) que produz efeitos de sentido naquilo que marca a sua posição material como efeito de uma produção subjetiva. Ou seja, há um plano do discurso (o dizer regrado) e a realidade da voz, ambos produzindo o efeito de existência e de presença.



3. DE VOZ EM VOZ


Investigar a voz no entroncamento teórico da Análise do Discurso e da Psicanálise demandou concebê-la como objeto heteróclito discutida em diferentes domínios das ciências humanas. Nesse sentido, ela é linguagem, substrato, um resíduo da fala, conforme Didier-Weill (1997).

Logo, por tudo que se anterioriza pudemos perceber que em relação à Análise do Discurso, os trabalhos em torno da voz têm apontado para discussões que podem ser resumidas nos seguintes pontos abaixo elencados e explorados.

- a. Como materialidade significativa; materialidade vocal – som que se origina no corpo humano, que produz efeitos de sentido naquilo que marca a sua posição material como efeito de uma produção subjetiva (SOUZA, 2017).
- b. A voz só prolifera efeito de subjetividade cantante pela ação do discurso que fala antes e na exterioridade do sujeito que é reconhecido cantando (SOUZA, 2017).

Pontuamos que, para Michel Pêcheux, o discurso é feito de materialidades discursivas, indo além, portanto, da forma que lhe dá a língua e sua estrutura, mas apontando nele o político. Na formulação de Souza (2017), o plano do discurso opera sobre a realidade da voz, e esta opera sobre os discursos, que conferem à voz uma possibilidade de subjetivação. Assegura Pêcheux que “[a] questão teórica *das materialidades discursivas* surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resultam como heterogeneidade irreduzível” (PÊCHEUX, 2016, p. 9, grifo do autor).





Nesse seguimento, Souza visibiliza a materialidade do discurso cinematográfico quando tematiza a vida de cantores ou cantoras e em que o acontecimento da voz surge como memória, se presentifica num documentário, por exemplo, se torna reconhecível a existência de um sujeito durante sua exibição. “A voz reconstrói o sujeito cantante de quem se fala na textualidade documental filmica” (SOUZA, 2017, p.179).

Há, em Souza (2017), duas ordens diferentes que se juntam nesse movimento: uma enunciativa, outra discursiva, e por meio delas a voz que irrompe sobre as imagens consegue produzir o efeito de presença do sujeito cantante. Para o reconhecimento desse sujeito imagético-sonoro há pré-construídos funcionando como fio condutor da memória, fazendo aparecer o sujeito de quem se fala, ao que acrescenta Souza (2017), isso só é possível “graças à inscrição da voz no discurso que a ela se remete” (SOUZA, 2017, p.180).

- c. A voz mediante acentuações, ritmos, entonações, aliteraões etc. se faz, se dá a conhecer, a ser reconhecida, pois ela é inequívoca, segundo Maliska(2017) e pode produzir certos efeitos de sentidos que surgem da marca vocálica, apontando para determinadas formações discursivas e não outras.

Essa aproximação da voz na Análise de Discurso nos propõe a dimensão do equívoco, pois aí está posta a condição da incompletude da linguagem matéria da qual é constituído o sujeito e o discurso. Vai sempre haver uma vacilação, oscilação, produzindo uma pluralidade, duplicidade de sentido, saindo do um totalizador da esfera imaginária. Nesse sentido, na psicanálise, o ato falho é assertivo em relação ao inconsciente; por ser falho o ato mostra



o quanto o sujeito é cindido pela lei da linguagem, ser falho é estar no campo da linguagem que constitui o sujeito (Maliska, 2017, p.211-212).

Em outra ótica paralela, Pêcheux (2011) revela o caráter material dos sentidos por meio do assujeitamento ideológico, ou do efeito ideológico elementar em que sujeito e sentido se constituem se constituindo. Dado tal formulação entendemos que o literal não existe, e que a luta de classe é uma luta ideológica pelo direito ao sentido, pelo ato de interpretar enquanto trabalho simbólico do sujeito refletindo o social.

d. O efeito de presença (e de sentido) que a voz produz é tomado como matéria, segundo Souza (2017).

É fundamental argumentarmos, inicialmente, que a matéria (materialidade) discursiva está vinculada ao campo teórico do materialismo histórico, inserido nas formações sociais e nas suas transformações, no arcabouço da teoria das ideologias. Desse modo, para a AD “a matéria é a substância suscetível de receber uma forma”, concluindo que “a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua”, e que matéria é ao mesmo tempo processo e movimento (PÊCHEUX, 2016, p.12-3).

Diante desse fato, pensar na voz, sobretudo na sua qualidade material de produzir efeito de presença e efeito de sentido, dado o complexo que faz emergir o cantante na e pela materialidade da voz, faz Souza (2017) se debruçar sobre o acontecimento da voz enquanto é falado, tematizado e inscrito na memória do discurso, especificamente do que ele trata no discurso da música popular brasileira.



● ● ●

Buscar o efeito de significação e subjetivação seria, então, numa análise, escutar a voz materialidade no silêncio gritante das palavras e imagens do documento cinematográfico. A forma material, atentando-se para o caráter processual de construção dos sentidos, traz para a cena analisada o sujeito imagético sendo produzido pelo efeito da voz que insere canções no documentário, assim, a memória é materializada no discurso, ou nas palavras de Souza (2017), ela “materializa-se sonoramente o processo discursivo” (SOUZA, 2017, p.184).

- e. “A voz abordada a partir de sua realidade material sonora que faz corpo e só se converte em sujeito mediante o discurso que a ela se remete” (SOUZA, 2017, p.187).

De tal forma, a realidade material da voz evoca um sujeito de que deve advir, mas primeiro ela tem sua realidade material sonora que se faz corpo nessa evocação. “O sonoro da voz traz o imaginário [...] Você diz voz, e logo se cria uma imagem” (DIIDIE-WEILL). No documentário tratado por Souza (2017), as imagens e os sons ganham valor que excede a simples referência e produz a memória de dizeres, a realidade a que se refere no instante em que é exposto para o público.

- f. Considerar ainda o efeito da voz na clave daquilo que Pêcheux (1997) aponta como o real da língua, na medida em que a voz está inscrita *na categoria de letra*, em que há na língua um elemento inexorável, impossível, que escapa aos efeitos de significação, conforme Maliska (2017).




Nesse destaque é preciso examinar a literalidade da voz com a devida atenção, não do que se diz, mas dela própria, *tomando literalidade como aquilo relativo à letra, esse é o lugar em que a metáfora não chega*. Aqui o literal não está no sentido, mas na própria letra, elemento a-significante, em que ela própria não produz sentido algum, [...]“Por isso para falar é preciso passar do vocal para o vocábulo, passar da voz para a palavra, fazer com que a voz se torne fala” (GILLIE, 2015, p.214).

- g. *Do real do corpo podemos chegar à voz*, na medida em que a voz também é esse elemento corp(oral) que é da ordem de um real, pois ela é corpo e um real do corpo (MALISKA, p.213).
- h. A voz como corpo simbólico (corpo de sentidos) constituído e atravessado pelas marcas do discurso (atravessado pela memória).

Trata-se, pois, de um corpo que significa que traz marcas materiais quando interpelado em sujeito. Afirma Maliska (2017, p. 214) que podemos encontrar na topologia lacaniana diversas inscrições para o corpo – desde o corpo imaginário no Estádio do Espelho - o eu se identifica com uma imagem projetada no espelho -, ao corpo simbólico - aquele das inscrições significantes, das marcas que o simbolizam e fazem com que ele seja submetido a um discurso, e por fim há o real do corpo, ali onde o significante escapa. O real do corpo como o lugar em que a linguagem não o acessa, onde o significante não se inscreve.

- i. [...] a voz imprime uma marca, é um ato político que não está no discurso, está no corpo produzindo efeitos no discurso [...]





a voz aparece nesse corpo, nesse real inequívoco e isso toca a dimensão social, histórica, política e discursiva. O corpo nesses fragmentos não é o discursivo, mas aquilo que produz efeitos sobre ele. (MALISKA, 2017, p.218).

É imprescindível destacar que o discurso enquanto prática social e histórica funciona pela relação entre sujeito, ideologia e língua, um tripé produtor dos efeitos, das marcas materiais dos sentidos, nesses o político e o simbólico em constante movimentação se apresentam referenciados pelas práticas sociais. Sob o caráter corporal (material) do discurso às evidências protagonizam a experiência da neutralidade e da transparência da linguagem, exatamente nesse ponto, em relação à voz (corpo), há uma distinção: “O corp(oral) da voz é um marcador que não está na dimensão do equívoco” (MALISKA, p.218).

j. “A voz sem eco é o silêncio” (DIDIER-WEILL, 1997).

Precisamente nesse ponto, é relevante trazermos o debate da Orlandi (2007) sobre o vínculo da linguagem com o silêncio quando considera que ele é constitutivo e assume formas diferentes de se significar. Estar em silêncio é estar no sentido, naquilo que ela nomeia de silêncio fundador, um sempre já-lá que se fixa sobre todos os dizeres, se apresentando como condição do sentido e da significação, pensado na ótica do equívoco.

A materialidade do equívoco é o silêncio, afirma Orlandi (2007). Logo, ele atravessa toda a linguagem se impondo nos processos de significação como fundamental, como uma voz sem eco, mas uma voz que se presentifica na constituição dos dizeres, uma voz-silêncio que é matéria significante.




Em relação à Psicanálise, as discussões em torno da voz podem ser, de forma sucinta, destacadas nos seguintes pontos.

- I. A voz como imprescindível na prática clínica, assumindo lugar de destaque na constituição do sujeito — no que concerne a construção do fantasma, do sintoma e da própria pulsionalidade.
- II. O objeto voz se impõe para Lacan pela experiência clínica das psicoses. É através da experiência clínica com as alucinações psicóticas que Lacan chega à voz como objeto *a* da pulsão invocante.
- III. “Mas, para chamar, é preciso dar voz, depô-la, como depomos o olhar diante de um quadro. [...] é preciso que o sujeito a tenha recebido do outro [...] interpretado como uma demanda. É preciso também que, posteriormente, ele a tenha esquecido, a fim de poder dispor de sua própria voz sem estar saturado da voz do outro” (VIVES, 2009, p. 330).
- IV. A voz no exercício da psicanálise entendida como um real do próprio ato analítico mostra que na prática clínica o sujeito gagueja, hesita e se extasia nas aliterações, nos picos prosódicos, naquilo que a voz emerge do sujeito como corpo pulsional de sua constituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A voz, no caminho pelo qual traçamos neste trabalho, se move de um polo em que se apresenta como corpo a outro polo, do qual ela se aproxima em ordem significativa com a fala, em que advém como possibilidade a matéria simbólica do discurso. Esses dois polos de aproximações e distanciamentos





podem ser operacionalizados, trazendo para as distintas disciplinas (Análise Discurso e Psicanálise) avanços.

Pelo que precede, a voz como um corpo simbólico que reside no real da língua que não se deixa aprisionar pela significação, é nas palavras de Maliska (2017, p.217) um ato político, ela imprime uma marca que não está no discurso, mas como corpo produz efeitos no discurso. Ora, para Pêcheux (1969) discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, sentidos que se constituem na relação com o sujeito e sua dimensão histórica, social, política.

Esse corpo voz, que pode ser materializado pelo significante, produz então seus efeitos sobre o discurso, em um processo pelo qual o sujeito se inscreve na linguagem, cujas estruturas são de poder, e na possibilidade do equívoco e da contradição, da incompletude faz transbordar pelo inconsciente desses sujeitos sentidos diversos. Diz Orlandi (1987, p. 26) que a Análise do Discurso é privilegiada porque o discurso é “[...] a instanciação do modo de se produzir linguagem, isto é no processo discursivo se explica o modo de existência da linguagem que é social”.

A voz pela viabilidade da linguagem como trabalho aponta para a existência de falhas, de lapsos no ritual, conforme Orlandi (2012), e o que outrora retumba como um não-sentido, passa a ser na pluralidade um outro sentido. Se a Análise do Discurso está envolta da questão do sentido que se produz no silenciamento da voz, a Psicanálise está buscando a quebra do sentido pela voz que se mostra em silêncio. Nesse ponto, a Análise do discurso extrai do discurso e seu modo de funcionamento, e Psicanálise extrai da voz o seu real, seja em silêncio ou como um real do corpo.



REFERÊNCIAS

BASTOS, A. **A voz na experiência psicanalítica**. Rio de Janeiro. *Âgora*, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 1, jan./jun. 2014.

DIDIER-WEILL, A. **Os três tempos da lei**: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HARARI, R. **O Seminário “A Angústia” de Lacan**: uma introdução. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.

LOMBARDI, G. O Desejo da Análise e a Pulsão Invocante. In: MALISKA, M. E.; SOUZA, P.(Org.). **Abordagens da Voz a partir da Análise de Discurso e da Psicanálise**. Campinas, SP: Pontes, 2017.

MALISKA, M. E. **A voz: um corpo que não engana?**. In:FLORES, G. *et al.* (Org.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas-SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni.**A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2^a. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M.**AnalyseAutomatiqueduDiscours**, Paris: Dunod, 1969.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.



_____. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, Eni (Org). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011.

_____. Questões Iniciais. In: CONEIN, B. *et al.* (Org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Unicamp, 2016.

PORGE, Erik. **Voz do eco**. Tradução de Viviane Veras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos**: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: Editora Age, 2006.

SOUZA, P. A vida de cantores em documentário: voz e subjetivação. In: MALISKA, M. E.; SOUZA, P. (Org.). **Abordagens da voz a partir da Análise de Discurso e da Psicanálise**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

VIVES, J. M. Para introduzir a questão da pulsão invocante. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 329-41, jun. 2009.

DE “IMPRECIONANTE” (SIC) A IMPRESSIONANTES
EFEITOS DE SENTIDO: ANÁLISE DO DISCURSO DO
MINISTRO DA EDUCAÇÃO, WEINTRAUB, NO *TWITTER*

FROM “IMPRECIONANTE” (SIC) TO IMPRESSIVE
EFFECTS OF MEANING: ANALYSIS OF THE
SPEECH OF THE MINISTER OF EDUCATION,
WEINTRAUB, ON *TWITTER*

Dalexon Sérgio da SILVA¹

Claudemir dos Santos SILVA²

¹ Pós-doutorando e doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) em Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior – PDSE – CAPES, pela Universidade de Lisboa/Universidade Aberta de Lisboa. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Portugal. E-mail: dalexon@uol.com.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5977-361X>

² Mestre e doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco, bolsista FACEPE. Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: claudemirsilva711@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7198-1374>



RESUMO

Este trabalho promove um gesto teórico-analítico sobre dois comentários de internautas em respostas, acerca de uma publicação do ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub, em 08/01/2020, no *Twitter*, onde ele comete um erro de grafia e escreve a palavra “impressionante”, com a letra ‘c”, isso depois de já ter errado na escrita de outras palavras em português, em documentos oficiais, tais como “paralisação”, com ‘z” e suspensão, com ‘ç”. Assim, pelo viés da teoria e método da Análise do Discurso de linha francesa (AD), baseado nos estudos de Pêcheux na Europa, Orlandi e estudiosos no Brasil, este trabalho mobiliza as noções de sujeito, efeitos de sentido, memória discursiva, formação discursiva e imaginária, para analisar esses comentários, que funcionam como unidades de sentido em relação à situação. Não interessa aqui analisar estritamente problemas ortográficos e sim, o lugar social de poder e de liturgia no qual o sujeito enuncia tocado principalmente pelas formações imaginárias que via memória discursiva circulam numa sociedade sobre como deve se manifestar em público a maior autoridade num país e que é responsável pela alfabetização de crianças desta nação, dentre outras atribuições educacionais: o Ministro da Educação de um país.

PALAVRAS-CHAVE

Sujeito; efeitos de sentido; memória discursiva; formação discursiva; formação imaginária.



ABSTRACT

This article promotes a theoretical-analytical gesture about two comments of internet users on Twitter, when answering about a publication of the Brazilian minister of Education, Abraham Weintraub, for having made a spelling mistake in this social network, writing imprecisely with the letter c in such a network. This is after other mistakes in writing words such as: paralização com z e suspensão com ç, in official documents. In this sense, a gesture of interpretation will be mobilized, through the bias of the Discourse Analysis (AD) theory and method, based on the studies of Pêcheux ([1969]1993; [1975] 2014), in France, Orlandi (2013, 2011), in Brazil and other scholars. For this, an image was extracted from the tweet posted by O Globo newspaper, published on 08/01/2020, referring to Weintraub's speech on Twitter. To carry out the analysis, the notions of subject, effects of meaning, discursive memory, discursive and imaginary formation are mobilized to analyze the image and comments, which function as units of meaning about the situation, because it is an authority that is responsible for the literacy of children of this nation, among other educational duties in the position of minister of Education.

KEYWORDS

Subject; sense effects; discursive memory; discursive formation; imaginary formation.



1. SITUANDO A PROPOSTA

No dia 08 de janeiro de 2020, o ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub, provocou polêmicas, mobilizando a atenção dos internautas e da imprensa, por causa de uma postagem equivocada sua no *Twitter*. Ele comentou sobre uma linha de pós-graduação em segurança pública, para responder ao deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Ao responder, o ministro cometeu erro de ortografia da língua portuguesa, pois escreveu a palavra “imprecionante”, com a letra *c*, maneira incorreta. Nesse contexto, a publicação do ministro Weintraub fez proliferar vários comentários negativos da imprensa nacional e dos internautas. Nesse mesmo dia, o site do *Jornal do Commercio* trouxe a seguinte manchete de capa: “Ministro da Educação, Abraham Weintraub, peca no português e escreve ‘imprecionante’ nas redes sociais”. A matéria afirmou que internautas criticaram o ministro da Educação do Brasil pelo erro e que, por esse motivo, o ministro apagou a postagem em seguida.

Nesse trecho, também no dia 08/01/2020, o site do jornal *O Globo* trouxe a reportagem de capa, intitulada: “Mais uma maldade à língua portuguesa: ministro da Educação escreve *imprecionante*”. A reportagem mostrou que Abraham Weintraub cometeu erro de ortografia em resposta a tuíte de Eduardo Bolsonaro. De acordo com a matéria, após escrever “suspensão” e “paralização” em um documento enviado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a cometer um erro de ortografia em resposta a um *twitter* do deputado Eduardo Bolsonaro. Do exposto, em poucos minutos, o erro virou alvo de deboche entre internautas, que ressaltaram que Weintraub é ministro da Educação. Diante disso, mesmo ele tendo apagado a sua




postagem, muitos internautas tiraram *prints* e mobilizaram sentidos irônicos relacionados ao lugar social de Weintraub como representante máximo da alfabetização de crianças no Brasil.

Desse modo, também no dia 08/01/2020, o site *UOL* divulgou a seguinte manchete de capa: “Weintraub escreve ‘imprecionante’ no *Twitter*, apaga e web faz piada”. Logo, a matéria mostrou que vários sentidos de humor circularam a partir da posição social que Weintraub ocupa nesse cargo de ministro. Ainda, no dia 08/01/2020, o site *Yahoo notícias* divulgou a reportagem: “Ministro da Educação comete novo erro de português: *mais imprecionante*”. Aqui, a matéria jornalística mostrou que Abraham Weintraub é conhecido por se envolver em diversas polêmicas ao longo de sua gestão e que, tal qual o presidente, Weintraub usa muito as redes sociais para se posicionar e divulgar seu trabalho, porém, frequentemente, sua atividade virtual joga contra sua imagem.

Além do exposto, finalizando o dia 08/01/2020, o jornal *O Estado de São Paulo* ainda apresentou a seguinte manchete: “Após paralisação com ‘z’, ministro da Educação escreve impressionante com c”. Nesse contexto, a publicação de Weintraub continuou repercutindo e no dia 10/01/2020, o site da revista *Istoé* publicou a reportagem: “Ministro da Educação é alvo de piadas por erros de português nas redes sociais”. A matéria ressaltou que pelo fato de Weintraub ser o responsável por supervisionar as diretrizes educacionais do país, ele (o ministro) chocou muitos brasileiros ao escrever de forma errada a palavra “impressionante”, utilizando a letra *c* ao invés de *ss*. Por fim, a reportagem trouxe depoimentos de internautas: “O fato do ministro da Educação escrever ‘imprecionante’ reflete a realidade da educação brasileira”, criticou um internauta. “É ‘imprecionante’ ele ser ministro da Educação”, escreveu outro.





Somado a isso, no dia 18 de janeiro de 2020, a edição do *Jornal Nacional*, trouxe uma reportagem, informando que o *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*, também cometeu um erro de português. O órgão, numa rede social, ao informar o número de “visualizações” das notas do ENEM, escreveu a palavra com z, ao invés da palavra ser escrita com s. Nesse cenário, erros de português têm sido comuns no *MEC*. Nessa mesma reportagem, o *Jornal Nacional* ainda acrescentou que, em maio de 2019, numa audiência no senado, o ministro errou a escrita do nome do escritor Franz Kafka, o chamou de “Kafta”, uma comida árabe. Já em junho do mesmo ano, numa outra postagem, Weintraub escreveu: “tranquilizo os guerreiros do PT e dos seus “Acepipes””, que significa aperitivo, o ministro estaria se referindo ao termo “asseclas”. Em agosto, o jornal *O Estado de São Paulo*, publicou um ofício do ministro da Educação, ao ministro da Economia Paulo Guedes, Weintraub, nesse documento, escreveu duas vezes “paralisação” com a letra z.

Diante de tantos comentários que produziram diferentes movimentos de sentido, a partir da referida publicação do ministro da Educação do Brasil, Weintraub, no *Twitter*, *este artigo promove* um gesto de interpretação teórico-analítico acerca de dois comentários de internautas ao responderem sobre a citada publicação do ministro no *Twitter*. Nessa diretriz, pretende-se responder às seguintes questões de pesquisa mobilizadas aqui: (i) Como funciona o discurso produzido a partir da posição-sujeito de internauta nesses comentários no *Twitter*? (ii) De que modo, as formações discursivas e imaginárias sobre o sujeito internauta e ministro da Educação do Brasil se mostram nesses enunciados no *Twitter*? (iii) Como a memória discursiva se apresenta nessas publicações? (v) Quais efeitos de sentido estão aí



presentificados. Sendo assim, deve-se apreender que a Análise do Discurso de linha francesa, suporte deste artigo, tal qual delineada por Pêcheux, na França ([1969]1993; [1975] 2014), reterritorializada por Orlandi (2013, 2011) no Brasil e retomada por estudiosos, é teoria e método, assim, os postulados teóricos trazidos serão retomados como noções operatórias analíticas para se proceder à análise do corpus discursivo.

Para tal procedimento metodológico, este trabalho fez um *print* de uma imagem do tuíte do ministro republicada em sua matéria de capa, do dia 08/01/2020. Aqui, também se analisam dois retuítes de dois internautas que foram publicados na rede social *Twitter* do ministro. Dessa forma, pontua-se que não foi possível fazer um *print* diretamente do tuíte do ministro em sua rede social, porque ele apagou a postagem ao perceber a repercussão de sentidos negativos produzidos a partir de sua publicação equivocada no *Twitter*. Por tal motivo, justifica-se neste trabalho se trazer o *print* da publicação do ministro, a partir da republicação do mesmo pelo jornal *O Globo*, para ser analisado aqui.

Nesse viés, serão mobilizadas nas análises as seguintes noções basilares teórico-analíticas da AD: sujeito, efeitos de sentido, memória discursiva, formação discursiva e imaginária, com o objetivo de que tais comentários, que funcionam como unidades de sentido em relação à situação, sejam operados analiticamente. É preciso ressaltar que, por meio deste artigo, não interessa aqui, analisar estritamente problemas ortográficos e, sim, a posição social de poder e de liturgia, na qual o sujeito enuncia tocado, principalmente, pelas formações imaginárias que, via memória discursiva, circulam numa sociedade, sobre como deve se manifestar em público a maior autoridade da Educação do Brasil.





2. SOBRE A CONCEPÇÃO DE ERRO E A SUA RELATIVIZAÇÃO PELA NOÇÃO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Os estudos sobre a perspectiva da norma culta baseiam-se em apresentar observância em suas inúmeras regras. À vista disso, depreende-se que o período de colonização portuguesa no Brasil está atrelado à imposição política e social, a partir do domínio ideológico, cultural, religioso e, sobretudo, linguístico. De maneira que, “a sobreposição paulatina da língua local pela língua do colonizador trouxe, dentre outros entraves, a destruição da linguagem e cultura expressiva indígena e, em consequência, a dizimação de sua população” (PEREIRA *et al*, s/d/2020, s/p). Na prática, interpreta-se que a fomentação da existência de formas linguísticas *corretas* e *erradas* estão arraigadas às primeiras reflexões sobre a linguagem humana. E, como efeitos de sentido, ter-se-ia, então, uma norma, “tal ideia constitui a razão de ser de um tipo de gramática, denominada de prescritiva ou normativa, que privilegia o uso escrito da língua e condena as construções não abonadas pelos grandes escritores do passado” (MONTEIRO, 1999, p. 32).

Nesse entrecho, Bechara (1999) em sua “*Moderna gramática da língua portuguesa*”, ao tecer comentários acerca da norma culta, ou “língua exemplar”, teoriza: “a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (BECHARA, 1999, P. 52). Já Cegalla (1990), na “*Novíssima gramática da língua portuguesa*”, explica: “este livro pretende ser uma Gramática Normativa da Língua Portuguesa, conforme a falam e escrevem as pessoas cultas na época atual” (CEGALLA, 1990, p. xix). Dessa maneira, em relação à questão




da norma culta, entende-se que há um preconceito milenar, tradicional, ideológico, uma vez que, “a maior dificuldade em lidar com a norma culta é precisamente o fato de ela ter dupla personalidade, por trás desse rótulo – *norma culta* – se escondem dois conceitos opostos no que diz respeito à língua que falamos e escrevemos” (BAGNO, 2012, p. 20).

Através da língua os homens se desenvolvem, argumentam, perguntam, ensinam e instruem outros sujeitos, estando ela (a língua) presente nas experiências do cotidiano, pois faz parte da identidade e da cultura social. Nesse cenário, com a invenção da escrita, por exemplo, “a preocupação torna-se evidente, pois ela precisa ser planejada, elaborada e completa” (SANTANA; NEVES, 2015, p. 81). Nos respectivos contextos históricos, culturais e sociais, tanto a língua quanto a gramática percorrem um caminho paralelo, pois “assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representações cognitivas e sociais que se revelam em práticas específicas” (MARCUSCHI, 2007, p. 35).

Nesse cenário, desde 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, conforme explicam Santana e Neves (2015) os índios já habitavam essas terras, falando diversas línguas, entre elas o tupi. A partir da colonização, a Língua Geral (mistura do Tupi com o Português), tornou-se a forma de comunicação mais usada. Entretanto, nesse enredo, em 1757, o Marquês de Pombal decreta a proibição de tal língua e “oficializa” a Língua Portuguesa com o objetivo de alcançar o monolinguísmo³. Em decorrência disso, muitos passaram a acreditar que no Brasil fala-se somente uma língua, “mas

³ - Para o monolinguísmo existir só deveria haver uma língua falada por todos e da mesma forma (SANTANA; NEVES, 2015, p. 77).



sabemos que Língua Portuguesa apresenta grande variação de região para região, estado para estado, sem esquecer a língua indígena que é, ainda, usada por diversas tribos”, não esquecendo, é claro, da língua das dezenas de colônias de imigrantes que vivem pelo país (SANTANA; NEVES, 2015, p. 77). Em vista disso, Bagno (2008) ressalta de que o Brasil é um lugar onde, são faladas muitas línguas diferentes.

Por consequência, constata-se que a língua tratar-se-ia, diga-se assim, de uma profusão, exuberância, conglomerado plurilinguístico que constitui a língua portuguesa. Por isso, os estudos que se baseiam na perspectiva da variação linguística defendem que a língua varia e que não existe um único padrão de língua, assim, afirma-se segundo Bagno (2008), que “o monolinguísmo é uma ficção”, ou seja, “não existe nenhuma língua no mundo que seja uniforme e homogênea”, uma vez que essa questão já tem sido bastante difundida pela linguística moderna, logo, ter-se-ia, um dos principais mitos que circulam entre os brasileiros, a concepção de um monolinguísmo. Todavia, “o português europeu, obviamente, não é nem nunca foi uma língua homogênea e uniforme”, mas “apresenta dialetos regionais bem distintos uns dos outros, além de variação social” (BAGNO, 2008, p. 27- 46).

Nesse encadeamento, o estudo em torno da heterogeneidade costuma categorizar essa variação numa tipologia, podendo ser: variação regional ou diatópica, variação social ou diastrática, variação estilística ou contextual (GORSKI; COELHO, 2009).

Disso, constata-se, por exemplo, que “nem tudo que se escreve se fala, nem tudo que se fala se escreve”, (SANTANA; NEVES, 2015, p. 80). Assim sendo, ao refletir-se sobre o aspecto da escrita, fomenta-se que tal




processo, segundo Koch (2007), apresenta características distintas, pois deve ser planejada, completa, não fragmentária, elaborada, porque ela (a escrita) é oficial, prestigiada pelas classes dominantes e quem não a domina, muitas vezes é considerado como ignorante. Atrelado a isso, vê-se que na escrita, a gramática que se usa é apenas uma das variações existentes na Língua Portuguesa, só que, neste caso, passa a ser considerada padrão. Nessa instância, “a língua escrita é a manifestação formal do letramento e sua aquisição se dá através dos meios formais: a escola”, quer dizer, por ser adquirida nesse contexto, “apresenta um caráter prestigioso e torna-se um bem cultural desejável” (MARCUSCHI, 2007, p. 18).

Portanto, as gramáticas ao debruçarem-se sobre questões peculiares de fala e/ou escrita, funcionarão como atividade linguística em que o modelo, tradicionalmente, destacará questões de norma culta, pois ao longo dos séculos, os defensores dessa concepção tradicional “isolaram” a língua, “retirando-a” da vida social. Por isso, esse modelo de língua ideal, acaba criando uma grade de critérios dicotômicos empregada para qualificar as variantes linguísticas: “certo vs. errado, bonito vs. feio, elegante vs. grosseiro, civilizado vs. selvagem e, é claro, culto vs. ignorante” (BAGNO, 2012, p. 21-23).

3. A EXTERIORIDADE CONSTITUTIVA PELA HISTORICIDADE: SUJEITO E SITUAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA (AD)

No entendimento de Pêcheux (1969, 2014) são as lutas de classes que movem a sociedade e os discursos, tendo em vista ao considerar-se a gênese da Teoria do Discurso. Diante disso, embora existam outras áreas dos estudos da linguagem que foquem na compreensão dos diversos discursos circulantes na sociedade, é a partir dele (Pêcheux), que o discurso passa





a ser concebido como efeitos de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1993 [1969]). Desse modo, “o discurso é um fenômeno intermediário entre a língua (geral) e a fala (individual), nasce em outros discursos, isto é, a partir de formações discursivas que, por sua vez, integram uma ou mais formações ideológicas” (ORLANDI, 2011, p. 157-158). Nesse contexto, a vertente brasileira da AD é desenvolvida por Eni Orlandi (2011) e outros pesquisadores, que a definem como “teoria crítica que trata da determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2011, p.12). Partindo da constituição simbólica do homem, da busca (inevitável) de sentidos situando as práticas de linguagem no eixo tempo-espço.

Nesse encadeamento, os sentidos, por sua vez, “não estão nas palavras, que mudam de sentido segundo as posições sociais daqueles que a empregam”, daí, “o sujeito ao produzir sentidos diz mais sobre si do que sobre aquilo que ele diz” (SOARES, 2017, p.35). Na verdade, o discurso é/será determinado pela posição-sujeito, dada em uma posição ideológica e sócio-histórica também (ORLANDI, 2013, p. 43), porque conforme Althusser (1985, p. 99), “o lugar desse sujeito já foi dado, ele já se inscreveu, há, portanto, uma predeterminação ideológica”. Com isso, o discurso possibilita formas de conhecimento em seu conjunto (ORLANDI, 2013) e na prática, concebe um acontecimento, evidenciando, então, “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1997), uma vez que propõe a noção de funcionamento, isto é, a relação existente entre condições materiais de base (língua) e processo (discurso). Nesse direcionamento, a partir dos discursos de Leandro Ferreira (2005, p. 73), é preciso salientar que a concepção de linguagem que norteia a AD é a da psicanálise, onde o sujeito não é consciente e nem tem controle sobre o que diz, isto é, ele (o sujeito) é *clivado, assujeitado, desejan*te.




Tal categoria, introduzida na AD, é pensada a partir de formulações de Lacan, ganhando estatuto próprio. No entanto, “não nos apropriamos do sujeito da psicanálise, mas levamos em consideração o sujeito inconsciente, descentrado, não-uno, onde a incompletude é muito marcante no sujeito” (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 73).

Ao mesmo tempo, é sujeito da ideologia, tal como teoriza Althusser (1991), afirmando que esse processo é decorrente do assujeitamento ideológico, onde se dá a ilusão do sujeito, no sentido de que o assujeitamento, ligado à ambiguidade do termo sujeito, “exprime bem esta “fixação” de liberdade e de vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete” (HAROCHE, 1992, p. 178). Nessa treliça, “quando o sujeito fala [...], ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas”, assim, achando que os sentidos estão nas palavras, logo, apagando-se, suas formações imaginárias (Fim), pensando fazer desaparecer em suas condições de produção (CP), o modo pelo qual a exterioridade o constitui enquanto sujeito de seus discursos. Como resultado, em meio a essa tessitura, o funcionamento discursivo, não é unicamente linguístico, já que as condições de produção (situação dos protagonistas) são o conceito básico para a AD, uma vez que constituem e caracterizam o discurso, sendo seu objeto de análise. Dessa maneira, as CP são Fim, onde se apresentam, de acordo com Orlandi (2011; 2015):

- 1- A relação de forças - os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa, marcando o discurso com a força da locução que este lugar representa. Logo, importa-se, por exemplo, se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho, dentre outros.



- 
- 2- A relação de sentido - o coro de vozes, a intertextualidade, o vínculo que existe entre um discurso e os outros, onde o que dizemos tem relação com outros dizeres e isto faz parte dos efeitos de sentidos.
 - 3- A antecipação - a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa.

Sendo assim, compreende-se que os dizeres, não são apenas mensagens a serem decodificadas, mas efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas (a situação, a exterioridade constitutiva). Essas condições de produção do discurso “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” (ORLANDI, 2013, p.30-31). Nesse vigamento, a formação ideológica (FI) é entendida como um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos às posições de classes em confronto umas com as outras. Comporta, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas (FD) interligadas (CAZARIN, 2001, p. 137).

Dentro dessa composição, Pêcheux (2014, p. 214) situa a relação ideologia/discurso, a partir disso, “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas FDs que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Na verdade, a tese “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. Tal interpelação tem, por assim dizer, “um efeito retroativo, o que resulta em que todo indivíduo é sempre-já sujeito” (PÊCHEUX, [1996] (2010), p.150). À noção de FD, o autor diz, “corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de



relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p.160). Em toda situação de linguagem, o sujeito e a situação, contam fundamentalmente para a AD. Diante disso, outra importante definição neste artigo, trata-se do papel da memória, que sendo observada e compreendida à luz da AD, Pêcheux destaca que:


A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p.52).

Em virtude disso, a memória do dizer possibilita a materialização de discursos que se processam mediante o contexto sócio-histórico em que os sujeitos estão inscritos. Portanto, retomando dizeres outros, para então, reformular e restabelecer discursos num complexo jogo ideológico. Nesse cenário, o interdiscurso é tratado como a memória, que por sua vez, pode ser definido por Pêcheux (1969, 2014), como aquilo que fala antes, em outro lugar, de modo independente e diferentemente, com isso, para Pêcheux (2010, 1984), todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro.

4. O CORPUS DISCURSIVO: UMA ANÁLISE DAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS

Conforme marcado anteriormente, neste artigo se promove um gesto teórico-analítico acerca de dois comentários de internautas ao responderem, sobre uma publicação do ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub, por ter cometido erro de ortografia, escrevendo





“imprecionante” (com a letra “c”), isso depois de outros erros na escrita de palavras como: “paralização”, com “z” e suspensão, com “ç”, em documentos oficiais. Para tal empreendimento analisou-se, inicialmente, uma imagem do tuíte do *ministro* republicada pelo jornal *O Globo*, em sua matéria de capa do dia 08/01/2020. Assim, realizou-se um *print* a partir dessa imagem extraída da mídia, montando-se então, três recortes discursivos, o original do ministro republicado pelo jornal e dois comentários de internautas feitos na rede social *Twitter*, retuitando o ministro, pois o mencionado erro, em poucos minutos, virou alvo de deboche entre internautas, que ressaltaram que Weintraub é ministro da Educação. É preciso destacar que pelo fato do ministro ter apagado o seu tuíte em seguida, a análise da sua publicação inicial teve que ser realizada a partir do *print* feito da republicação divulgada pelo jornal *O Globo*.

Nesse contexto, na rede social *Twitter*, o deputado Eduardo Bolsonaro afirmou a Weintraub e ao ministro da Justiça, Sergio Moro, que o Brasil nunca teve uma pesquisa feita por órgão oficial sobre o uso defensivo de armas de fogo: “Só existiu uso ofensivo para exatamente demonizá-las. Seria interessante apoiar um projeto assim, caso haja oportunidade”, disso, Weintraub concordou — mas com erro de Português. Nesse sentido, o movimento interpretativo-analítico, será conduzido pelos procedimentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD), baseado nos estudos de Pêcheux, na França ([1969]1993; [1975] 2014), Orlandi (2013, 2011) e estudiosos no Brasil, mobilizando-se as noções de sujeito, efeitos de sentido, memória discursiva, formação discursiva e imaginária, para analisar tais comentários, que funcionam como unidades de sentido em relação à situação.

UM GESTO TEÓRICO-ANALÍTICO SOBRE A POSTAGEM DE EDUARDO BOLSONARO E DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, WEINTRAUB: ANALISANDO ENUNCIADOS PUBLICADOS NO TWITTER

Figura 1 — Comentário 1 (recorte 1)



Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mas-uma-maldade-lingua-portuguesa-ministro-da-educacao-escreve-imprecionante-1-24179052> .

Aqui, no **Enunciado 1, (recorte discursivo 1)**, pretende-se situar as condições de produção do discurso do ministro da Educação, Abraham Weintraub, pois ele enuncia em resposta ao filho do presidente do Brasil, o deputado Eduardo Bolsonaro. É a partir desse enunciado de Weintraub que, dos vários internautas que o responderam, este artigo, passará a analisar agora dois enunciados dentre os diversos publicados no *Twitter*.

Nesse viés, é preciso pontuar que este trabalho não tomará por fundamento a noção unicamente de erro pelo viés normativo gramatical nem a concepção de variação linguística como uma troca de linguagem formal pela informal por um falante apenas, mas sim, pela ótica da perspectiva da AD, buscar-se-á analisar os efeitos de sentido de erro provocado a partir do lugar social que o ministro ocupa, atravessado pelas formações imaginárias (Fi),

oriundas da formação discursiva (FD) na qual ele se inscreve ao enunciar. Assim, importa aqui o funcionamento do discurso de Weintraub, como sujeito inscrito no lugar social de ministro da Educação do Brasil, sendo considerado o maior representante do processo de alfabetização de crianças, dentre outras atribuições na liturgia do seu cargo social.

Figura 2 — Enunciado 2 (recorte 2)



Fonte: <https://twitter.com/hashtag/weintraub>.


Atentando para as questões materializadas, até então, percebe-se que, nesse **Enunciado 2 (recorte 2)**, o sujeito internauta se posiciona, em resposta ao **enunciado 1 (recorte 1)**, de modo a usar várias palavras em português com problemas de ortografia (*Forssa, eçes, foçem, fássil, abraço*). Dessa maneira, aqui, é importante dizer que esses termos linguísticos não possuem os sentidos neles mesmos, mas apontam para a exterioridade constitutiva. Desse modo, pelo funcionamento da memória discursiva, inscrita na historicidade, tais termos produzem efeitos de sentido de ironia, deboche e crítica social, dentre outros. Nesse encadeamento, esses termos linguísticos, publicados dessa maneira pelo sujeito internauta, em seus efeitos de sentido, marcam o lugar social de luta de classes



(ministro da Educação sendo criticado pelos internautas, por não mobilizar adequadamente o seu próprio idioma, de modo ortográfico). Saberes compreendidos por Althusser (1985), ao mostrar como se constituem os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, pois a escola e a universidade públicas brasileiras, representadas pelo ministro da Educação, posicionam-se como pertencentes a esses aparelhamentos ideológicos estudados por esse teórico e retomados por Pêcheux (1969, 2014) ao mostrar que a ideologia se materializa no discurso e que o discurso se materializa na língua, inscrevendo-se nela e determinando o seu funcionamento, a partir disso, “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas FDs que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 214).

Nesse trecho, é interessante analisar também como funciona o discurso produzido a partir da posição-sujeito de internauta, via memória discursiva, nesse comentário (**enunciado 2 – recorte 2**) no *Twitter*. Aqui, é possível observar como a memória discursiva se apresenta nessa publicação, pois ao enunciar: “- Se eçes livros não foçem eçe monte de amontoados de palavras ficaria mais fássil escrever”, o sujeito internauta mobiliza a memória discursiva que aponta para o já-dito noutra lugar, conforme defende Pêcheux (1969, 2014), ao afirmar que alguma coisa fala antes noutra lugar independente e diferentemente. Assim, também como Courtine (1981) lembra de que *há sempre já um discurso*, ou seja, o enunciável é exterior ao sujeito enunciativo, pois ao sujeito enunciar, *fala uma voz sem nome* (COURTINE, 1981). Então, pelo funcionamento da memória discursiva, o sujeito internauta traz ao seu enunciado o discurso do seu chefe, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que afirmou terem





muitas coisas escritas no livro didático brasileiro, conforme enunciado dele (o presidente) circulado amplamente na mídia, como se pode ler na manchete de capa da revista *Isto é*, publicada em 30/01/2020, “Bolsonaro diz que livros didáticos têm ‘muita coisa escrita”.

Outro ponto importante de se analisar no comentário (**enunciado 2 – recorte 2**) é o modo como as formações discursivas (FD) e imaginárias (Fim) sobre o ministro da Educação do Brasil se mostram, pois Weintraub se posiciona a partir da FD identificada à ideologia que naturaliza o sentido de apoio ao discurso do filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro – PSL – SP. Nesse sentido, o sujeito ministro da Educação afirma ser grato ao apoio do deputado e defende que não havia pesquisa na área de segurança pública no Brasil e, que, agora, pesquisadores em mestrados, doutorados e pós-doutorados poderão fazer pesquisas nessa área. Ao se posicionar desse modo, o sujeito Weintraub é dito no discurso muito mais do que ele diz, pois é afetado pela língua e pela história. E é justamente a língua que fornece a base material onde se desenvolvem os processos discursivos. Assim, o ministro da Educação já está se significando no imaginário social, uma vez que o seu discurso se constitui como reprodução e movimento. Por isso, não se pode negar a evidência da língua, como tal, ela tem seu corpo, sua materialidade, logo, “é preciso que desconfiemos dela e de seu efeito de aparente transparência” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 21).

Essa informação naturalizada pelos efeitos de sentido de que “não havia pesquisa na área de segurança pública” no Brasil se dá por meio da identificação do sujeito Weintraub à FD na qual ele enuncia, transpassado pela ideologia que o constitui como sujeito efeito da ideologia, que o




interpela, porque conforme compreende Pêcheux (2014, p. 146), “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., [...]”. Dito de outro modo, é a ideologia que naturaliza os sentidos para os sujeitos, a partir da identificação a uma dada formação discursiva e ideológica, na qual ele se encontra inserido nessas condições de produção do discurso de quem é ministro da Educação do Brasil.

E é justamente nessas condições de produção do discurso que a posição ocupada pelo sujeito ministro funciona tocado pelas formações imaginárias, pois de acordo com Orlandi (2011), não é o lugar empírico que funciona, mas o lugar social atravessado pelo imaginário. Portanto, é o imaginário desse lugar social de ministro que funciona, advindo daí, as críticas feitas ao sujeito Weintraub, por ele ser o representante máximo da Educação do Brasil, que exige dele, enquanto ministro, saber se posicionar bem diante de outros cidadãos. É preciso destacar ainda, que tal ministro é acusado por muitos de ser arrogante, prepotente e de se mostrar intransigente, voltado para si mesmo, conforme se pode observar na matéria de capa, publicada em 15/05/2019, pelo site *brasil247.com*, intitulada: “Deputados criticam arrogância do ministro da Educação na Câmara”. Já o site *metro1.com.br* trouxe a seguinte manchete: “Weintraub ‘se acha o dono da verdade’ ao incitar denúncias [...]”.

Do exposto, nas relações de forças a partir das formações imaginárias de sujeitos que projetam o lugar social de um ministro da Educação que, para representar bem essa pasta, deve se posicionar de modo gentil, afável com respeito à diversidade de cidadãos brasileiros e que precisa sempre atuar de modo dócil, aberto ao diálogo, tendo em vista a posição





ocupada, pode-se dizer que tal postura não tem funcionado nessa posição ocupada pelo ministro, pois, para muitos, ele (enquanto ministro da Educação) tem se mostrado como arrogante, prepotente e centralizador, a ponto de nem sequer consultar a sua equipe de assessoria para lhe auxiliar no modo adequado de empregar a norma culta do português em suas publicações, principalmente, em documentos oficiais, nos quais, enquanto ministro já cometeu os erros de ortografia, ao escrever as palavras “suspensão” e “paralização”(sic) em um documento enviado ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

Nesse cenário, já o sujeito internauta, autodenominado *Marcelo 'Jorjão' Ribeiro*, mostra-se inscrito noutra formação discursiva (FD opositora à FD do ministro da Educação do governo bolsonaro), pois ele (d)enuncia produzindo efeitos de sentido de críticas, escárnio e muitos deboches ao sujeito Weintraub e ao sujeito chefe e mentor desse ministro da Educação, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (crítica irônica ao enunciado produzido pelo presidente de que os livros didáticos do Brasil possuem muitos textos). E essa é a identificação que a sua interpelação por uma ideologia não inscrita numa formação discursiva denominada popularmente como bolsonarista produz acerca dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos Weintraub e Bolsonaro. Diante disso, a memória discursiva presente no enunciado **comentário 2 (recorte 2)**, mobilizada por esse sujeito internauta, mostra-se pelo acionamento de um aspecto cultural muito constante nos principais eventos sociais brasileiros, que é o ato dos sujeitos se abraçarem ou, por meio dos seus enunciados publicados virtualmente, despedirem-se desejando um abraço ao outro, mas, tal ensejo, ao mobilizar a memória discursiva, promove o acionamento da


paráfrase ressignificada pela presença da polissemia. Sendo assim, por meio dos termos linguísticos: “Forte abraço”, o sujeito internauta favorece efeitos de sentido opostos ao fraternal e sugere o linguístico que aponta para a exterioridade, para o já-dito noutra lugar, para o discurso que exhibe e debocha dos tantos desvios ortográficos cometidos pelo ministro da Educação, conforme circulados pela mídia, a exemplo do site *Diário do centro do mundo*, que no dia 24 de agosto de 2019, trouxe a seguinte manchete em destaque: “Ministro da Educação comete 33 erros de português em dois meses no *Twitter*”.

Figura 3 — Enunciado 3 (recorte 3)



Fonte: <https://twitter.com/hashtag/weintraub>.

Ainda, nessa relação de forças e de sentidos analisados aqui, o **comentário 3, (recorte 3)** traz o enunciado de um sujeito que se marca como *#VoltaLula*. Dessa forma, ao (de)enunciar por meio do linguístico elementos relacionados aos sujeitos (presidente Bolsonaro, ministros Weintraub, Salles, Damares, Guedes e Moro, por exemplo), o sujeito internauta mobiliza elementos da exterioridade constitutiva (acontecimentos negativos que são publicados na mídia sobre a gestão



desses sujeitos citados pelo referido internauta). Em decorrência disso, fundamentados em Pêcheux ([1969]1993; [1975] 2014) e Orlandi (2011, 2013), pela perspectiva da AD, constata-se que o elemento linguístico intervém como pressuposto que aponta para a exterioridade constitutiva de todo o dizer: o sujeito e a situação, que em toda situação de linguagem contam fundamentalmente para a AD.

Atrelado a isso, é necessário marcar a posição social da qual o sujeito internauta produz o seu discurso, pois os sentidos se dizem por si nele, por meio da ideologia que marca a *internet* como um lugar de abertura para se dizer coisas. Mas para tal, é preciso entender como funciona o seu processo de constituição em sujeito, pois de acordo com Althusser (1985), o indivíduo é chamado a ser sujeito, ganhando existência sócio-histórica em uma dada formação social (no caso, o sujeito internauta brasileiro, que não se identifica aos saberes pertencentes à FD considera por muitos como bolsonarista). Conseqüentemente, de acordo com Pêcheux (1969, 2014), o sujeito fala a partir de sua inscrição numa formação discursiva, que determina o que pode e o que deve ser dito. Nesse ponto, não existem palavras neutras, pois as palavras estão sempre carregadas de uma força que é dada a partir das formações imaginárias nas relações entre os lugares sociais e o poder desses lugares (lugar social de presidente, de ministro, de internauta, dentre outros).


A partir desse encadeamento discursivo, eis a máxima da AD, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. Por tal motivo, o sujeito que constrói o **comentário 3, (recorte 3)** se mostra identificado à ideologia de esquerda e contrário aos saberes defendidos por Bolsonaro e por seus ministros a partir da ideologia de direita, com principal



crítica ao ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub. Por tal motivo, o sujeito internauta marca nesse enunciado, por meio dos termos linguísticos #VoltaLula, o seu lugar de filiação ideológica. Aqui, pode-se analisar de que forma, as formações discursivas e imaginárias sobre o sujeito internauta e ministro da Educação do Brasil se mostram nesses enunciados no *Twitter*, pois o sujeito internauta (d)enuncia por meio das suas relações de forças, de sentidos e de antecipação, a partir das suas condições reais de existência.

Mais um ponto a ser analisado no **comentário 3, (recorte 3)** é o modo como a memória discursiva se apresenta nessas publicações e como seus efeitos de sentido estão aí presentificados. Nesse ponto, torna-se interessante analisar a presença do imagético, pois o sujeito apresenta um desenho da imagem do ministro da Educação, com a parte de cima da cabeça aberta e dentro dela, no lugar onde deveria aparecer o cérebro, o que se vê são imagens de quatro burros (jumentos/asnos) urrando e, ao lado do desenho da cabeça do ministro, as seguintes frases: “não sou eu...” e “são as vozes na minha cabeça”. Do exposto, a memória discursiva faz ressoar ecos do já-dito noutra lugar, pois é sabido que está cristalizado pelo imaginário social do povo brasileiro que o burro (jumento/asno) circula como um tipo de animal não dotado de inteligência, deslocado com efeitos de sentido de adjetivação para sujeitos, por exemplo, considerados estúpidos, idiotas, imbecis, néscios e ignorantes. Na imagem exposta, esses efeitos de sentido atribuídos ao ministro Weintraub, que é chamado por alguns no Brasil como sendo um “ministro ogro”, dão-se de modo hiperbólico, pois, na imagem, ele aparece com quatro animais no lugar do cérebro, o que indica que ele é orientado por esses jumentos diante de suas decisões como ministro da





Educação. Advindo daí, os constantes erros em seus desvios ortográficos, no que concerne ao emprego do português pela norma culta, bem como ser bruto, ignorante no convívio social com aqueles que não compartilham dos saberes que ele toma como efeitos de evidências naturalizadas pela ideologia que o constitui em sujeito ministro da Educação de linha bolsonarista.

Logo, o sujeito internauta apresenta o ministro da Educação do Brasil, Weintraub, como um sujeito cindido em sua estrutura, atravessado pelas vozes que o constituem “não sou eu”, “são as vozes na minha cabeça”. Assim, o ministro se mostra nesse enunciado como o sujeito da ideologia althusseriana e pecheutiana, mas numa relação entre paráfrase e polissemia, estabelecida aqui, ele é interpelado pela ignorância advinda das vozes dos jumentos. Daí, o sujeito Weintraub se mostra nesse enunciado descentrado de sua posição de controle, favorecendo os equívocos, as falhas e os deslizes, sendo marcado nesse **comentário 3, (recorte 3)** a sua posição social de sujeito da linguagem, do inconsciente e da ideologia. E é dessa maneira, como sujeito, que o ministro é visto nesse artigo, pois é pela entrada na linguagem que se marca para o sujeito a passagem da natureza para a cultura, do natural para o simbólico, que o constitui em sua singularidade de ministro que enuncia, sujeito à materialidade da língua, onde se inscrevem a historicidade e os efeitos de sentido presentificados no **comentário 3 (recorte 3)**. Entretanto, convém ressaltar que, enquanto posição-sujeito de ministro bolsonarista, Weintraub se reconhece no sentido, mas não reconhece o sentido nele, pois a ideologia produz a identificação a uns sentidos e não a outros, com isso, há sentidos não autorizados a circularem na formação discursiva de quem segue o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.




É verdade que, pela ótica da AD, por meio das modalidades discursivas de funcionamento subjetivo, o sujeito pode se identificar, contra-identificar-se ou se desidentificar de uma dada FD. Mas, é preciso pontuar que, em se tratando da análise em pauta, a não identificação de um ministro desse governo do presidente Bolsonaro à FD considerada bolsonarista poderia acarretar em demissão pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, por exemplo, como efeitos de interdição ou de silenciamento (censura) a sentidos outros, pois assim se pode tentar estabilizar no fio discursivo o modo significante pelo qual o sentido se formula a partir da formação discursiva chamada bolsonarista. Contudo, tal procedimento seria apenas uma tentativa, pois conforme compreendem Pêcheux (1969) e Orlandi (2011, 2013), os sentidos estão sempre à deriva e, assim, suscetíveis a se tornarem outros, bem como, no ponto de encontro entre a ordem da linguagem, a porosidade da ideologia e os atos falhos do inconsciente, logo, o sujeito pode se posicionar em resistência.

5. SITUANDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tomou como materialidade discursiva inicial um enunciado publicado no *Twitter*, pelo ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub, republicado pela mídia brasileira, comentado pelos internautas e pela imprensa. Para estabelecer um gesto de leitura e de interpretação, este trabalho mobilizou como escopo teórico-analítico a Análise do Discurso de linha francesa (AD). Assim, buscou-se neste artigo estabelecer um gesto de leitura e de interpretação acerca da posição social ocupada por tal ministro, através da análise de termos linguísticos empregados de forma inadequada por ele, uma vez que o linguístico sempre intervém





como pressuposto que aponta para a exterioridade constitutiva pela historicidade, trazendo como efeitos de sentido de evidência a posição que determinado sujeito ocupa, a partir de sua inscrição numa formação discursiva (FD), daí, determinando o que pode e o que deve ser dito, por ser interpelado por ideologia(s).

Dito isso, procurou-se aqui, analisar, não o sujeito empírico Weintraub, que come, bebe e tem um nome próprio, mas o sujeito social, que ocupa a posição-sujeito numa dada conjuntura social, no caso, o ministro da Educação do Brasil, interpelado pela ideologia cognominada bolsonarista, pois de acordo com Pêcheux (2014), quando o sujeito fala, fala nele uma instituição, uma dada ideologia. Logo, é a partir da ideologia que o ministro da Educação, por meio do mecanismo de antecipação, nas relações de forças e de sentidos, projeta o seu lugar social e o lugar do seu interlocutor. Do mesmo modo, aqui, também, mobilizou-se analisar a posição social do sujeito internauta e a produção dos efeitos de sentido, advindo desse lugar que o constitui como crítico dos saberes produzidos pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub em seus constantes erros (desvios) cometidos no mau uso do seu próprio idioma, o português, não admissíveis para qualquer sujeito que ocupe a posição social de autoridade máxima, nesse caso, que responde pela pasta responsável por alfabetizar as crianças do seu país, no ensino da norma culta do idioma falado no Brasil.


Diante disso, a partir dos **comentários 1, 2 e 3, (recortes 1, 2 e 3)**, onde se observou o funcionamento discursivo produzido a partir da posição-sujeito de internauta no *Twitter*, pode-se analisar os recorrentes erros de ortografia de uma autoridade em seu *Twitter*, mostrando-se, entre



os muitos efeitos de sentido, efeitos de escárnio, de ironia e de deboche, dentre outros, acrescidos de uma ferrenha crítica social, uma vez que não se trata de apenas apontar tais erros cometidos, mas criticar a posição-sujeito de ministro da Educação por ocupar um posto de autoridade, que exige do sujeito ocupante a gentileza, a docilidade e o saber respeitar a diversidade do povo brasileiro, que ele deve representar nessa posição de ministro. Além disso, as formações discursivas e imaginárias sobre o sujeito internauta mostrou sujeitos que cobram, ironizam e pedem mais atenção na escrita de enunciados/comentários do ministro Weintraub, que em sua forma-sujeito (identificação) e posição-sujeito vem se posicionado de modo a produzir efeitos de sentido de superioridade e arrogância em suas aparições na mídia, ou seja, provavelmente, sem humildade para recorrer à sua equipe de redatores, responsáveis pela supervisão de seus posicionamentos orais e escritos.

Nesse contexto, outro ponto que foi analisado no enunciado 2 (recorte 2) e no enunciado 3 (recorte 3) apontou para o modo como a memória discursiva se apresenta nessas publicações e como seus efeitos de sentido se presentificaram. Assim, analisou-se a presença de um desenho da imagem do ministro da Educação com a parte de cima da cabeça aberta e dentro dela, no lugar onde deveria aparecer o cérebro, o que tinha, eram imagens de quatro burros (jumentos/asnos) urrando e, ao lado do desenho da cabeça do ministro, as seguintes frases: “não sou eu...” e “são as vozes na minha cabeça”. Desse modo, pelo mobilizar da paráfrase e da polissemia, via memória discursiva, percebeu-se uma referência ao fato social de muitos cidadãos chamarem Weintraub de “ministro ogro” e de ministro não dotado de inteligência, sendo ainda





considerado descortês, ignorante e bruto no trato com a diversidade humana brasileira, conforme se observa essa circulação de sentido, através das matérias do *site brasil247.com*, publicada em 15/05/2019, intitulada: “Deputados criticam arrogância do ministro da Educação na Câmara”, e, do *site metro1.com.br*, que trouxe a seguinte manchete: “Weintraub ‘se acha o dono da verdade’ ao incitar denúncias [...]”.

Nesse contexto, a memória discursiva presente em tais enunciados, com efeitos de sentido de críticas à posição assumida por Weintraub também se mostrou pelo acionamento de uma prática cultural frequente nos principais eventos sociais brasileiros, que é o ato dos sujeitos se abraçarem ou, por meio dos seus enunciados publicados virtualmente, despedirem-se ofertando um abraço ao outro, entretanto, a presença da memória discursiva, mobilizou uma ressignificação pela movência da polissemia. Dessa maneira, por meio dos termos linguísticos: “Forte abraço”, o sujeito internauta favoreceu efeitos de sentido contrários ao simples abraço amistoso e encaminhou para o uso dos termos linguísticos que apontam para a exterioridade, para o já-dito noutra lugar. Assim, a inscrição desses termos numa memória atual que se inscreve numa rede de memórias, mostrando os desvios ortográficos cometidos pelo ministro da Educação, conforme circulados pela mídia e mostrados no *site diário do centro do mundo*, na manchete do dia 24 de agosto de 2019, intitulada: “Ministro da Educação comete 33 erros de português em dois meses no *Twitter*”. Nesse enquadramento, depreende-se que tal ministro deve atentar para a escrita adequada das palavras, tendo em vista a norma culta teorizada, prescrevendo “isto ou aquilo”, para



determinadas condições de produção, ao ser levado em consideração a sua posição-sujeito de ministro da Educação do Brasil. Portanto, no seu caso, tanto na oralidade e/ou escrita, deve ser capaz de mostrar o domínio dessas regras, pois quando, por exemplo, outros sujeitos “não dominam tais regras”, à língua, seja ela em suas modalidades oral ou escrita, torna-se um fator de imposição, exclusão social, opressora (MARCUSCHI, 2007).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Rio de Janeiro, Graal, 1985.

_____. **Freud e Lacan, Marx e Freud**: introdução crítica-histórica. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz? São Paulo: Loyola, 2008.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAZARIN, E. A. Interlocução discursiva: a afirmação funcionando como negação. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Org.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 50. ed. São Paulo: Nacional, 1990.

COURTINE, J-J.; MIRANDIM, J. M. **Quel Object pour l'analyse du discours?** Materialités discursives. Lille: Press Universitaires, 1981.

● ● ●

FERREIRA, E. da S. **O discurso de Médici e seus jogos**: questões sobre o silenciamento e a representação do outro. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática. **Working papers em Linguística**, Florianópolis, v. 10, p. 73-91, 2009.

HAROCHE, C. **Fazer, dizer, querer, dizer**. São Paulo: Hucitec, p. 178, 1992.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2007.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2007.

MALISKA, M. E. A voz: um corpo que não engana. In: FLORES, G. G. B. *et al.* (Org.). **Análise do discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2011.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. Análise de discurso. In: LAGAZZI, S.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e textualidade**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. Rôle de la mémoire. In: MALDIDIER, D. (Org.). **Histoire et Linguistique**. Paris: La Maison des Sciences de l’Homme, 1984.

_____ **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, [1969] 1993.





_____. O mecanismo do (des) conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1996] 2010.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2010, p.49-57.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

SOARES, A. F. Sem corpo, sem língua, num entrelugar: sobre os sujeitos transexuais na mídia. In: FLORES, G. G. B. et al. (Org.). **Análise do discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes, 2017.





A DILUIÇÃO DO NARRADOR EM OBJETO MISTERIOSO
AO MEIO DIA, DE APICHATPONG WEERASETHAKUL

THE NARRATOR'S DILUTION IN APICHATPONG
WEERASETHAKUL'S MYSTERIOUS OBJECT AT NOON

Eduardo Chatagnier Borges PEREZ¹

Cristian da Silva BORGES²

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Universidade de São Paulo. E-mail: eduardo.perez@usp.br.

² Doutor em Cinema e Audiovisual pela Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris 3 e professor do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão e do Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Universidade de São Paulo. E-mail: cristianborges@usp.br.





RESUMO

O presente artigo aborda a estratégia de diluição do narrador no filme *Misterioso Objeto ao Meio Dia*, do diretor tailandês ApichatpongWeerasethakul. Ao estruturar seu filme a partir de histórias inventadas e contadas por aldeões entrevistados por toda Tailândia, ele propõe um questionamento sobre verdade e realismo no entrecruzamento de documentário e ficção. Pautado em narrativas orais, o filme incorpora ainda estratégias construtivas que se opõem à rigidez causal da escrita, permitindo uma reflexão sobre a transitoriedade inerente ao discurso e levantando questões que tangenciam a problemática do lugar de fala.

PALAVRAS-CHAVE

ApichatpongWeerasetakul; identidade; narrador; oralidade; realismo; representação.

ABSTRACT

This paper addresses the strategy of the narrator's dilution adopted by Apichatpong Weerasethakul in his film *Mysterious Object at Noon*. Entirely built upon different stories told by villagers from across Thailand, the film questions notions such as truth and realism in a crossroad between documentary and fiction. Opposed to rigid conventional written narratives, these oral stories allow the spectator to take into account the ephemeral aspect of speech as well as contentious issues concerning social identity.



KEYWORDS

Apichatpong Weerasethakul;identity;narrator;orality;realism; representation.

1. INTRODUÇÃO

“Era uma vez...” É com essa frase, estampada na tela como um verdadeiro intertítulo de cinema mudo, cuja temporalidade se abre em todas as direções, cujo sujeito é antes um acontecimento do que propriamente um emissor, que Apichatpong Weerasethakul inicia seu primeiro longa-metragem, *Misterioso Objeto ao Meio Dia* (2000). O filme, um híbrido de documentário e ficção, se estrutura a partir do jogo surrealista *cadavre exquis* (“cadáver esquisito”, em tradução literal), cuja origem remete a André Breton³: Apichatpong percorre aldeias por toda a Tailândia, colhendo depoimentos que continuam a história iniciada pelo depoente anterior e a partir daí surge o roteiro da parte ficcional do filme, que se constrói fundamentalmente alternando os depoimentos, com a encenação dos mesmos. Consequência direta de sua estratégia de construção fílmica e estruturação narrativa, o filme nos permite observar a diluição de um narrador central, o deslocamento espaço-temporal do discurso, uma expansão tão radical e completa do lugar a partir do qual a história se estrutura, que se gesta a possibilidade desse lugar, sendo

³ O jogo proposto pelo artista e pensador surrealista organiza-se da seguinte maneira: uma pessoa inicia uma narrativa, ela a desenvolve até onde queira, porém com um tempo pré-determinado. Outra pessoa pega a narrativa da onde ela parou e continua com total liberdade, apenas respeitando o tempo pré-determinado. Cria-se um mosaico narrativo fragmentado, em que uma nova história surge a partir do depoimento de cada novo participante.



tantos, ser nenhum. Uma variedade de linhas narrativas tão diversas, que a temporalidade da história se abre, quebrando qualquer possibilidade de teleologia, finalidade ou objetivo: o tempo é o da performance do discurso⁴ e este é um presente radical que contém passado e futuro imbricados.

2. ESTUDO DA NARRATIVA

Após o letreiro inicial do filme, acompanhamos um longo plano-sequência documental pelas ruas de Bancoc. Inicialmente, ouvimos a *vozzoff* de um homem que nos conta uma história de amor, em seguida ouvimos o anúncio de venda de incensos e, após uma interferência, passamos a ouvir uma voz que anuncia a venda de atum defumado, peixes e molhos: entendemos, então, que tratava-se de um rádio e que o plano-sequência que seguimos acompanhando é, na verdade, o trajeto de um pequeno caminhão de vendas. Uma vez parado o caminhão, no que parece ser uma região mais afastada e rural nas cercanias do centro da capital, pessoas compram os produtos anunciados, agora já expostos: o caminhão é transformado numa pequena venda. Três garrafas de molho de caranguejo por 11 baht⁵. Uma mulher, visivelmente abalada, nos conta, de dentro do caminhão, que seus pais a venderam para seus tios quando era criança para que pudessem se mudar para Bancoc. A história é tão íntima quanto cruel, assim como as lágrimas que escorrem pelo seu rosto. Duas passagens de ônibus por 1700 baht. O diretor intervém: “Ok, agora você poderia me contar uma história?”. Surpresa e visivelmente contrariada,

⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre a questão da performance no discurso oral e sua temporalidade (cf. ZUMTHOR, 1997, p. 23-40 e p. 133-140).

⁵ Moeda corrente da Tailândia.

a mulher lhe pergunta se o que acabara de contar já não era suficiente, mas o diretor explica que gostaria de outra história, qualquer história, ainda que inventada ou saída de um livro, um conto: faz-se silêncio.

Vemos então o interior de um quarto, um garoto sentado numa cadeira de rodas em frente a uma janela. Ao seu lado, de pé, uma mulher com a mão em seu ombro, ainda mais à esquerda de quadro, uma mesa com livros e cadernos. Passado um breve silêncio, ouvimos ao fundo um caminhão anunciando a venda de atum defumado, peixes e molhos. A voz da mulher que nos relatara o triste episódio de sua infância, inicia uma história que concomitantemente é apresentada em forma de ficção cinematográfica. Nesta sequência inicial de *Misterioso Objeto ao Meio-dia*, nada é, portanto, o que parece: o grande *travelling* inicial pela cidade revela-se o trajeto concreto de um carro de vendas; a *vozoff* que nos conta uma história de amor revela-se *vozover* de um programa de rádio; o documentário sobre a vida precária da trabalhadora rural revela-se o estopim para uma improvável ficção.

Figura 1 – Conjunto de frames que compõem o longo travelling inicial até o início do depoimento da primeira personagem



Fonte: APICHATPONG, 2000.

Figura 2 – conjunto de frames que revelam o caminhão de vendas e a personagem do primeiro depoimento do filme



Fonte: APICHATPONG, 2000.

Figura 3 – Primeiro plano da parte ficcional do filme




Fonte: APICHATPONG, 2000.

Como aponta James Quandt⁶, existe no filme, desde seu título, uma convergência dialética que busca relativizar e problematizar os elementos constitutivos da narrativa, característica que permeará toda a obra subsequente do diretor. Os filmes de Apichatpong⁷ dependem profundamente do “efeito de surpresa” e da “falta de confiabilidade” que advêm de uma certa errância planejada que busca problematizar dialeticamente não somente a progressão

⁶ Cf. Quandt(2009, p.31).

⁷ Em respeito à cultura tailandesa, vamos nos referir ao cineasta por seu nome e não pelo sobrenome.



narrativa e sua coerência, mas também os próprios elementos formais constitutivos do filme. Ao nos fazer rever constantemente a expectativa que criamos ao nos relacionarmos com os sons e as imagens, o filme nos convida, desde seus segundos iniciais, a refletir sobre a modulação da representação entre documentário e ficção, problematizando o que seria ou não verdade dentro e a partir daquilo que nos é apresentado, daquilo que é representado. Mais precisamente, o filme nos instiga a pensar do que é feita essa percepção de verdade e a apresenta como valor mutável, transitório e temporal.

Jean-Luc Nancy, no seu *A Representação Proibida*, coloca que uma verdade deve, necessariamente, ser aberta para que seja uma verdade⁸. O autor condiciona a própria existência da verdade à sua relativização, como se fosse condição ontológica da verdade conter diversos caminhos dentro de si. Pois bem, valeria então nos questionarmos do que são feitos esses diversos caminhos, a partir de quais condições é possível desenhá-los, enfim: como determinado discurso adquire um *status* tal que lhe atribuímos legitimidade e verdade?

Uma primeira linha de raciocínio nos levaria a levantar a questão da legitimidade atribuída, ou não, ao emissor do discurso: seu lugar de fala. É nesse sentido que o filme começa: com um depoimento em primeira pessoa, cuja personagem conta a história de sua própria infância, o que lhe outorga, e com razão, toda legitimidade do discurso. Não é sem certo espanto e incômodo, portanto, que ouvimos a intervenção do diretor, sob o choro ainda quente da personagem, pedindo-lhe para contar uma outra história, qualquer história, desde que inventada. A sensação inicial é de que Apichatpong não

⁸ Cf. Nancy (2006, p.69).



se importou com a história narrada, nem sequer respeitou sua gravidade. No entanto, após uma análise mais detalhada da sequência, percebemos que nada poderia ser mais falso: o diretor permite o depoimento na íntegra, em longos planos e pouquíssimos cortes, garantindo também o tempo das lágrimas e das emoções. As opções formais de Apichatpongdenotam um profundo respeito pela personagem e seu relato de vida. Assim, o que está por trás do nosso espanto (ou da personagem) não é a (aparente) falta de respeito, mas simplesmente a relativização radical que o diretor faz do lugar de fala da personagem, como se tão importante e legítimo quanto narrar sua própria infância fosse criar qualquer história ficcional.

A equivalência proposta entre aquilo que supostamente está ancorado numa verdade, memória e vida da personagem, e aquilo que estaria ancorado em sua imaginação é o que salta aos olhos e aos ouvidos. A aposta é de que talvez, ao se aproximar os dois registros (um verídico, outro fabulado), o “critério de verdade desaparece em benefício de um outro muito mais fluido: a comunicação é memória dócil, flexível, maleável, nômade”⁹. O filme apresenta uma personagem que dá seu testemunho pessoal para, em seguida, transformá-la em narradora de uma ficção, mudando assim sua condição de narradora em 1ª pessoa para uma narradora em 3ª pessoa. Em se tratando da mesma pessoa (com o perdão do inevitável trocadilho), nos questionamos se não haveria, na verdade, uma coexistência dessas duas instâncias narrativas. Isso equivale a dizer que, ao narrar, mesmo quando falamos por nós mesmos, a partir de nossas experiências pessoais, criamos uma personagem determinada

⁹ Zumthor(1997, p.35).

pela distância entre a experiência e a elaboração da mesma e, assim, tornamo-nos o narrador da história dessa personagem, que somos nós mesmos, porém em outro tempo: “a convicção de que a ‘verdade’ não é menos estranha do que a ‘ficção’”¹⁰ e vice-versa.

Ampliando essa problemática, Linda Alcoff argumenta que, ao falarmos, seja por nós mesmos, seja pelos outros, criamos um narrador público, aquele que irá falar para o outro. Este, inevitavelmente, diverge daquele querepresenta¹¹. Ou seja, ainda que falemos de nós mesmos, ao fazê-lo: (1) não somos os mesmos que experienciamos o que nos conta a narrativa e (2) a presença do interlocutor molda também a narrativa e sua forma. Há sempre uma opacidade envolvida no discurso. Ao propormos um inevitável distanciamento entre experiência e testemunho, restamos apenas a verdade do presente, transitório e relacional, como guia: o gesto em si de narrar. Nesse sentido, podemos argumentar que o que há de mais verdadeiro numa imagem é o gesto, necessariamente residual, de fazer ou criar determinada imagem, garantindo-lhe uma opacidade, uma ausência sempre pronta a ser atualizada e reconstruída à luz das relações externas à própria imagem, que ela fatalmente evoca.

Muito embora camuflado pela tendência apaziguadora do registro, o filme se esforça, através da radical exposição de seu método de construção, para restituir à experiência sua volatilidade e seu caráter processual. *Misterioso Objeto ao Meio-dia* apresenta-se mais como dispositivo de uma experiência do que como meio através do qual uma mensagem será

¹⁰ RaynsapudQuandt (2009, p.139).


¹¹ Cf. Alcoff (1991).



transmitida. O exercício de transmitir importaria tanto quanto aquilo que entendemos ser transmitido. Como aponta Benedict Anderson, em seu relevante estudo sobre a recepção dos filmes de Apichatpong na Tailândia¹², trata-se antes de uma obra que não tergiversa sobre determinado assunto ou pessoa, no caso aldeões do interior do país, mas sim que é criada a partir e conjuntamente com esse mundo, sua cultura e sua autoconsciência: um filme que se propõe à construção do diálogo a partir de seus narradores, ao invés de encerrar-se em opiniões ou relações causais estabelecidas que buscam um interlocutor genérico inapto à imaginação própria. Ainda Alcoff, mas também Jeanne Marie Gagnebin¹³, pontuam que a figura desse narrador é criada em relação àquele pra quem se narra, propondo que a verdade, ou legitimidade do enunciado, é dada de maneira relacional, entre emissor e receptor, e que, passando pela problemática do lugar de fala, é fundamentalmente um problema de representação na medida em que inevitavelmente haverá uma contingência interna à narrativa, que é a distância entre narrador e objeto narrado, mas que é também a distância entre a narração e sua recepção. Carregados de bagagem social, cultural e política, mas também de subjetividades distintamente forjadas e, portanto, subjetividades fundamentalmente distintas, narrador, receptor e objeto narrado precisam criar conjuntamente um piso comum para que a relação possa se estabelecer. Obviamente, esse solo arenoso será antes o encontro de diversas tensões em constante atrito de expectativas e desejos do que a segurança e perenidade da concretude premeditada.

¹² Cf. Anderson *apud* Quandt (2009, p.165).

¹³ Cf. Gagnebin (2009, p. 4-5).



Assim, podemos dizer que ao menos duas linhas de reflexão distintas compõem simultaneamente o terreno para que uma imagem¹⁴ seja tida como legítima ou como verdadeira. Claro que são caminhos que se tocam e se sobrepõem, não são fundamentalmente distintos, mas parecem distinguíveis. A primeira seria ética e, portanto, profundamente pautada nas relações histórico-sociais que determinada sociedade elaborou na sua relação com as imagens. Nesse sentido, estamos no campo sociológico dos acordos e costumes estabelecidos e que determinam o que nos passa maior, ou menor, sensação de credibilidade. A segunda linha de reflexão seria formal e, portanto, pautada numa reflexão que é ao mesmo tempo técnica, no sentido de possibilidades do aparato tecnológico para se realizar a tarefa de criar determinada imagem, e linguístico/semiótico, no sentido de cotejar a criação e articulação dos elementos que constituem determinada linguagem (palavras, traços, cores...) com o impacto de leitura que esta articulação provoca. Pode-se, assim, refletir sobre quanto ou como determinada vontade de leitura pôde ser concretizada no ato do encontro entre obra e receptor.

Em ao menos dois momentos o filme estressa ainda mais as tensões que compõem estes lugares. Primeiramente, numa sequência em que o filme expõe seu próprio fazer, ao mostrar uma discussão dos produtores preocupados com o fato de que não havia um roteiro escrito e, portanto, seria impossível aferir as motivações das personagens, para onde a narrativa estaria caminhando e se ela teria ou não um fim. Preocupados com a verba e o lançamento do filme, os produtores problematizam o que consideram um excesso de abertura da

¹⁴ Nos propomos aqui a pensar a imagem a partir de seu conceito amplo, como o faz Didi-Huberman (2004), relacionando-a ao prefixo da palavra da imaginação. Ou seja, como formas distintas de representação que nos permitem imaginar.





narrativa, enquanto imagens do set de filmagem entrecortam a discussão, com a equipe e os atores almoçando, estudando as cenas ou preparando-se para rodar: uma criança brinca com a posição do tripé.


Figura 4 – Produtores discutem a falta de roteiro, enquanto equipe e atores estudam as cenas e descansam depois do almoço



Fonte: APICHATPONG, 2000.

Acostumados a termos tudo por escrito, temos a expectativa de, no meio do processo, podermos pular no tempo, ainda que seja para dar uma pequena espiada, contar as páginas e garantir que haverá um final, já devidamente planejado e pensado: a teleologia inevitável da “colonização” feita pela escrita determina nossas expectativas ao nos relacionarmos com qualquer narração. Paul Zumthor, no seu *Introdução à Poesia Oral*, disserta justamente sobre, quando da introdução imperialista da escrita pela Europa, presenciamos a queda da importância dada ao “conteúdo latente” contido em toda mensagem, fazendo-nos escravos rasos de “conteúdos manifestos”. Mudança radical na forma de existir e contar o mundo, com a popularização da escrita e seu status de documento, nos acostumamos com a ideia de que as histórias se encaminham linearmente para um final e que, ao serem apresentadas, já estão acabadas, confinadas num universo objetivo que prescinde da subjetividade daquele que fala, bem como daquele





que a escuta. Com a escrita, as narrativas passam a ter sua vida garantida e, independente delas serem contadas ou conhecidas, sua eternidade prescinde daquele que a lê, mas é antes dada pelo material do registro que tende a retirar do texto sua camada performática. Consequência direta do fim do diálogo e dos descaminhos memorialísticos para a construção e transmissão das narrativas, teríamos a prevalência de uma concepção linear e cumulativa do espaço tempo, calcada no individualismo, em contraposição a uma concepção circular ou disruptiva do espaço tempo, calcada no compartilhar coletivo da experiência.¹⁵

Nesse sentido, o filme aparece fundamentalmente calcado na oralidade, não apenas pelos depoimentos que nos guiam pela história que vai sendo tecida, mas por se estruturar a partir de uma organização que é essencialmente oral, calcada na flexibilidade, no momento presente e na performance. Ou seja, pressupostos relacionais que atravessam e rompem a segurança, a teleologia e os conteúdos mais premeditados relacionados à escrita.¹⁶ Cabe ressaltar que não se busca afirmar aqui que todo texto escrito é necessariamente teleológico, seguro, fechado e não disruptivo. Mas que a implicação direta da normatização da relação com a escrita e seu predomínio colonialista imposto pela Europa criou em nós uma expectativa de nos relacionarmos com a escrita a partir desses moldes. Obviamente existem inúmeros livros e autores que justamente utilizam-se da escrita para tencionar, flexibilizar e até mesmo subverter a experiência normativa da leitura do texto escrito.

¹⁵ Cf. Zumthor(1997, p. 36).

¹⁶ Cf. Paz (2012, p. 123) e Zumthor(1997, p. 32).



A tentativa do filme de restituir importância à performance fica clara por sua insistência em voltar àquele que conta cada vez que muda o narrador. Impossível negar a tensão provocada pela instância tecnicamente fixa do narrador cinematográfico frente à busca pela volatilidade atribuída ao narrador oral, mas é justamente a riqueza de tais recursos estruturais, dos quais o filme lança mão para conseguir flexibilizar a rigidez inerente ao meio cinematográfico, que chama atenção nesse caso: quebra teleológica, incorporação do improvisado e da explicitação dos meios de produção e construção do filme, importância dada à performance dos narradores, com a quebra constante de expectativa das leituras de imagem e som.

Num segundo momento, de especial interesse e radicalidade, duas amigas mudas assumem o comando da narrativa, contando que a professora, o vizinho e seu aluno entram num trem para Bancoc, no que acaba sendo, no desenrolar da sequência, uma cruel e triste repetição da história que nos contou a primeira personagem do filme quando de sua venda pelos pais. Utilizando a linguagem de sinais, o que demanda outro tempo, eliminando a voz *off* e com certeza determinando outras formas de construção gramatical, as meninas narram fora dos parâmetros a partir dos quais estamos acostumados, impossibilitando-nos o julgamento sobre a legitimidade de seu discurso e nos fazendo rever a limitação enorme de nossa capacidade para aferirmos a verdade ou legitimidade de qualquer discurso. Elas problematizam, ao mesmo tempo, nossa bagagem subjetiva e cultural, bem como os recursos narrativos e formais utilizados pelo filme até então, ou seja, o próprio limite da linguagem cinematográfica.



Figura 5 – Amigas mudas narram em linguagem de sinais, impedindo o uso do off e obrigando o uso de legendas ao filme



Fonte: Apichatpong(2000).

A sequência nos propõe ainda certa alteridade radical, demandando uma reatuação da relação que tínhamos com o filme, que agora passa a incluir um tipo de narrativa antes não contemplada e, por consequência, uma nova temporalidade para a existência da história.¹⁷ Com a linguagem de sinais, a própria imagem tira da normalidade a ideia de que o discurso está pronto, pois fica ainda mais explícita a busca pelos gestos¹⁸ que irão constituir a narrativa, o tempo necessário para que essa narrativa se encontre e se construa. A radicalidade da experiência de alteridade que a imagem pode promover, através da explicitação de seu ato e de seus resíduos e cacos, apresenta-se fundamentada num pressuposto de transitoriedade. Seu lugar, não apenas no espaço, mas também no tempo, abre-se e convida-nos a compor conjuntamente, e a partir de nossas diferenças, os significados e caminhos possíveis para a experiência. Nesse sentido, a temporalidade interna da imagem produz significado, assim como a temporalidade

¹⁷ Cf. Grinberg(2015).

¹⁸ A ambiguidade do termo é intencional: a busca pelos gestos concretos da linguagem de libras, mas também a busca do gesto, da performance, que realiza o ato narrativo, a comunicação.




externa a ela também deve, a contrapelo, desconstruí-lo e reconstruí-lo. A explicitação do gesto, da *performance*, torna o passado de suas formas – o passado da criação da imagem – presente, recriando-a: cada vez que assistimos ao filme, somos convocados a intervir e reatualizá-lo, pois sem esse estar presente, em criação conjunta com a obra, a experiência do filme simplesmente não se realiza.¹⁹

Assim, temos como outra consequência do pacto necessário à leitura da imagem, condição para que se obtenha o efeito de verdade, uma recriação temporal, uma evocação que necessita de seu ritmo próprio para acontecer e que tem duas consequências similares às duas linhas de reflexão apontadas acima. Por um lado, temos uma temporalidade que nos permite rever passado e presente por seu privilegiado distanciamento: um tempo crítico. Um tempo que nos permite refletir sobre onde, como e porque ancoramos determinadas crenças em determinados discursos. Isso nos faz igualmente refletir, por óbvio que seja, sobre a ausência de tantas outras formas de discurso e pontos de vista. Por outro lado, temos a instauração de um tempo fora do tempo teleológico, anterior, mas também potencialmente posterior a ele: um tempo mítico²⁰ disposto a reencarnar-se cada vez que um novo narrador inicia sua história e um novo espectador dispõe-se a relacionar-se com a narração em curso. Mondzain lembra que “a questão da verdade do cinema não pode ser colocada em termos de realidade, mas de crença (...) O desafio está no campo do imaginário (...) O que ocorre, em termos de verdade, é a relação daquele que filma com aquele para quem se filma”.²¹ Não parece ser outro o

¹⁹ Cf. Zumthor (2018, p. 23-80).

²⁰ Sobre a relação entre tempo mítico e imagem, ver: PAZ, 2012.

²¹ Cf. Mondzain (2016, p. 29-30).



lugar em que Apichatpong situa a verdade e a legitimidade da história de seu primeiro longa-metragem ao nos propor relacionarmos-nos com a história narrada, mas também com seu narrador, que são vários, inclusive ele próprio.

Espectadores de todo o mundo – através da disponibilização de sua imaginação (o que também equivale a dizer: da disponibilização de seu tempo para o tempo de outrem) –, aldeões de toda a Tailândia – através de sua entrega às histórias que lhe chegavam e que deles partiam – e o diretor – através de seu esforço produtivo, bem como de sua decupagem e encenação – formaram um pacto de mútuo esforço, e, portanto, de coletiva responsabilidade, para que as histórias contadas se atualizem na representação e imaginação de cada um. *Misterioso Objeto ao Meio-dia* parte de uma infinidade de lugares de fala, para ampliá-los, criando um lugar de fala que é também um lugar de escuta, mais aberto, transitório: verdadeiro. Um lugar que é muito pessoal de cada uma das personagens, mas que se reconstrói permanentemente nas relações com o espectador e nas relações entre os diversos personagens tornados narradores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale salientar que não se trata aqui de uma homogeneização deste lugar de fala, caindo, portanto, no autoritarismo de igualar diferentes narradores, negando-lhes sua especificidade. Pelo contrário, o filme valoriza cada especificidade e busca o múltiplo e o plural, em se tratando de personagens tão distintos quanto, por exemplo, a pobre vendedora citada acima, as duas amigas mudas, um grupo de crianças, um coletivo teatral, homens de diferentes origens, o próprio diretor e sua equipe de produção, o próprio filme inclusive, ao expor seus métodos de construção e ao debatê-los: cada



narrador com seus tempos respeitados, com suas sensibilidades resguardadas. Em conjunto, eles tecem uma obra que é de todos ao ser de ninguém, o que é diferente de dizer feita por ninguém, a partir de um não-lugar.

Mais uma vez, Paul Zumthor pontua a distorção que nos fez juntar as ideias de texto e autor, assim como acabamos por confundir oralidade com folclore, “isto é, anonimato, com tradição impessoal”²². Ao investir na diluição de um narrador central para o filme, cria-se não um anonimato que desrespeita a individualidade de seus diversos narradores, mas uma história que nasce enquanto expoente e forma mutável, plural: uma espécie de tradição impessoal. O filme é profundamente tailandês²³, compartilha de pressupostos culturais locais, como o animismo e o budismo, e faz questão de deixar isso claro e explícito. Se trata aqui, não de negar uma origem, mas de, ao explicitá-la e torná-la passível de constante atualização, impossibilitar a posse da narrativa por um único sujeito prévio e muito bem definido, um sujeito ideal. A obra investe na possibilidade de uma criação conjunta, versátil e volátil, em que os papéis e condições de cada enunciado são dados de maneira relacional. A responsabilidade da leitura e da criação do discurso recai sobre todos, sobre quem fala e sobre quem escuta, partindo sempre do gesto presente de cada um, negando a todos uma identidade substancial e previamente estabelecida: uma responsabilidade radical²⁴.

Tal qual uma fábula, a narrativa termina com os dizeres: “A história do Objeto Misterioso e Dogfahrfoi contada e atuada pelos aldeões siameses do norte ao sul, e acabou em dezembro de 1998”. Lembrando-nos novamente

²² Cf. Zumthor(1997, p.221).

²³ Cf. Quandt (2009, p.80).

²⁴ Cf. Gangnebin(2009, p.3).



que o filme, e neste caso talvez mais do que em outros, é antes um gesto narrativo do que uma narrativa, uma ação radicalmente presente que se presta a construir permanentemente, e em conjunto, verdades pactuadas, devidamente imaginadas²⁵, como devem ser.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, L. The Problem of Speaking for Others. **Cultural Critique**, Mineápolis, n. 5, p. 5-32, dez. 1991/ jan. 1992.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imágenes pese a todo: memoria visual del Holocausto**. Barcelona; Buenos Aires; México : Paidós, 2004.

GAGNEBIN, J-M. Entre eu e eu mesmo. In: GALLE, H. *et al.* **Em primeira pessoa**: abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo : Annablume, 2009.

GRINBERG, D. Time and time again: the cinematic temporalities of Apichatpong Weerasethakul. **Mediascape**, [S. l.], ago. 2015.

QUANDT, J. [Org.]. **Apichatpong Weerasethakul**. Viena: SYNEMA – Gesellschaft für Film und Medien, 2009.

MONDZAIN, M. J. Hoje, o que ver e o que mostrar frente ao terror? **DEVIRES**, Belo Horizonte, p. 16-33, jan./jun. 2016, p. 16-33.

NANCY, J.-L. **La Representación Prohibida, seguido de La Shoah, un soplo**. Buenos Aires, Madri : Amarrortu, 2006.

PAZ, O. **O Arco e a Lira**. São Paulo : Cosac Naify, 2012.

²⁵ Cf. Didi-Huberman(2004, p.17).



ZUMTHOR, P. **Introdução à Poesia Oral**. São Paulo : Hucitec, 1997.

_____. **Performance, Recepção, Leitura**. São Paulo : Ubu, 2018.

FILME

APICHPATPONG, W. **Misterioso Objeto ao Meio Dia (Dokfa nai meuman)**. 9/6 Cinema Factory, 2000.





A NECESSIDADE DE SER RESILIENTE NO TRABALHO:
A CULPABILIZAÇÃO DO EMPREGADO NO TEXTO
“QUEM NÃO TEM RESILIÊNCIA APRESENTA ESTES
SINTOMAS NO TRABALHO”

THE NEED OF BEING RESILIENT AT WORK:
THE BLAMING OF THE EMPLOYEE IN THE TEXT
“THOSE WHO DON'T HAVE RESILIENCE SHOW THESE
SYMPTOMS AT WORK”

Fernanda DeahChichorro BALDIN¹

¹ Professora do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas (DALEM) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: ferchichorro@gmail.com.





RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar e analisar a apropriação do termo “resiliência” no mundo do trabalho e a orientação ideológica que subjaz a essa discursividade. O termo resiliência no contexto do trabalho tem sido usado desde o final da década de 1990 e seu uso se converteu em característica desejada nos trabalhadores/colaboradores. O objeto de análise é um texto jornalístico, publicado pela revista Exame, em julho de 2019. Para sua realização, recorreremos a conceitos fundamentais da Análise do Discurso Francesa, centrando-nos em Pêcheux, sem deixar, entretanto, de retomar o conceito de ideologia, cunhado por Althusser e também ao de formações discursivas, de Michel Foucault. Para isso, apresentaremos as condições em que a Análise do Discurso Francesa surgiu e quais são as rupturas empreendidas. O artigo se organiza de modo a situar a AD; recuperar os conceitos de sujeito, ideologia, formações ideológicas e formações discursivas. Recorreremos a noções de resiliência. Esses conceitos servem como pano de fundo ao gesto de análise, que identifica formações discursivas oriundas de formações ideológicas que centram a responsabilidade pela resiliência (ou sua construção) nos sujeitos trabalhadores/colaboradores, eximindo os empregadores/a empresa de quaisquer responsabilidades e apagando subjetividades, ao referendar a visão de trabalhador/colaborador como sujeito posto a serviço do lucro, negando-lhe sua condição de serhumano.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do Discurso francesa;Pêcheux;resiliência.





ABSTRACT

This article has the aim to identify and analyse the appropriation of the term “resilience” in the world of work and the ideology orientation that underlies to this discursivity. The term resilience in the work context has been used since the end of the ‘90 decade and its use has converted into a desired characteristic in workers/contributors. The object of analysis is a journalistic text, published by the Exame magazine, in July 2019. To its execution, we have resorted to fundamental concepts of the French Discourse Analysis, centering it in Pêcheux, while still recalling the concept of ideology, coined by Althusser, as well as the one of discursive formations, of Michel Foucault. To this end, we will present the conditions in which the French Discourse Analysis arose and what were the undertaken ruptures. The article is organized in order to place DA; retrieve the concepts of subject, ideology, ideology formations and discursive formations. We resort to notions of resilience. These concepts are used as a background to the analysis gesture, that identifies discursive formations coming from ideological formations that center the responsibility for resilience (or its construction) on the workers/contributors subjects, exempting the employers/the company of any responsibility and erasing subjectivities, by endorsing the view of workers/contributors as subjects put to the service of profit, denying their stature as human beings.

KEYWORDS


French Discourse Analysis; Pêcheux; resilience.



1. INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (doravante AD) surge em meio à irrupção de estudos que rechaçam os estudos de língua separados da linguagem. Por entender o texto como discurso, ou seja, como produção de sentidos, os analistas do discurso de filiação francesa recorrem não mais à palavra isolada, mas entendem que é o discurso o lugar de entendimentos e interpretações, que não são dados pelo indivíduo (emissor) e entendidos tal qual por seu interlocutor (receptor) – como na clássica teoria da comunicação - mas que se constituem a partir de uma historicidade em que se inscrevem sujeitos esentidos.

A AD tem uma dupla emergência. Tanto Jean Dubois como Michel Pêcheux realizam seus estudos na conjuntura teórico-política do fim dos anos de 1960. Segundo Maldidier (2014), o que se destaca, em princípio, é a diferença: Jean Dubois é linguista, lexicólogo e possui um trajeto na academia; Pêcheux, filósofo, envolvido em debates sobre marxismo, psicanálise e epistemologia. Embora sejam diversas suas formações, o ponto em comum abraçado pelos dois é o terreno do marxismo e da política. Ambos têm perspectivas comuns acerca da luta de classes, da história e do movimento social. (MALDIDIER, 2014, p.19) A questão que os separa, fundamentalmente no âmbito das formas do estudo, é que para Dubois a AD parece estar na esteira de seus trabalhos até então empreendidos: a passagem dos estudos do léxico para o estudo do enunciado. Para Pêcheux, no entanto, a AD representa uma ruptura epistemológica. Conforme Maldidier aponta, Courtine resume a AD em três proposições: 1) a realização de uma circunscrição do espaço discursivo; a suposição de um procedimento linguístico de determinação das relações inerentes ao texto; e 3) a produção no discurso de uma relação do linguístico com o exterior da língua. (MALDIDIER, 2014, p. 28).



O ponto de virada da AD, portanto, se dá com o rompimento e a inauguração de diferentes olhares para a linguagem. A articulação do sujeito e da ideologia no discurso é fundamental na teoria de Pêcheux. A AD vai se inspirar em três releituras, a partir de três pontos de vista de investigação: a língua; a história e a psicanálise. Saussure, Freud e Marx são relidos, respectivamente, por Pêcheux, Lacan e Althusser, cujas óticas enlaçadas dão origem a essa forma de analisar a linguagem que engendram os discursos.

Esses entrecruzamentos, sempre vistos em articulação, encaminham novos entendimentos e se distanciam da perspectiva da neutralidade da linguagem. Para esse novo olhar, a linguagem é carregada de sentidos históricos porque se inscrevem em um caminho do já-dito (construído). Sob essa perspectiva, indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia. Esses sujeitos, no entanto, não têm consciência de que não falam, mas “são falados” a partir de suas formações ideológicas – muitas vezes sem saber. Isso acontece porque ao enunciarmos, esquecemos: 1) que não somos donos de nosso dizer e que o que dizemos já foi dito; 2) que a possibilidade de linearização do discurso não é única, mas que existem muitas opções parafrásticas, e que quando dizemos algo de determinada maneira, estamos contando muito a partir do *quê* e do *como* não dizemos. São esses encaminhamentos de interpretação que faz o analista do discurso que configuram o caráter interpretativo da área. O texto, somente como materialidade linguística, não “quer dizer” nada se separado das condições de produção, histórica e ideologicamente marcadas. Por isso, a AD se distancia da análise de conteúdo. Segundo Orlandi(2009):

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que esse texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura



atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? (ORLANDI, 2009, p. 17)

Esse entendimento aparece também em Possenti (2011), quando expõe o seguinte:

Pode-se dizer que a AD é uma teoria da leitura, ou melhor, que ela formula uma teoria da leitura que se instituiu rompendo fundamentalmente com a análise de conteúdo, por um lado, e com a filologia (e também com a hermenêutica, por outro). Seu rompimento com a linguística tem essa conotação: é na medida em que a linguística reivindica uma semântica como um de seus componentes que se pode dizer que a AD rompe com ela. (POSSENTI, 2011, p. 358).

O texto para a AD é uma superfície discursiva, porque existe em uma cadeia de textos, um arquivo, sobre o qual devemos nos debruçar para daí “extrair” entendimentos que são frutos da história. As formações discursivas são materializações das formações ideológicas, e o intradiscorso se forma a partir do interdiscorso. O discurso faz sentido porque se inscreve em uma formação discursiva dada (porque construída). A partir desse cenário, interessa-nos pensar o conceito de resiliência e sua apropriação pelo “contexto/mundo do trabalho”, que inaugura outro sentido e que baliza novas interpretações repletas de interesses. Certamente, esse pequeno gesto de análise não esgota nem de muito longe a questão, mas mostra um mecanismo de propagação dessa formação ideológica.

Assim, primeiramente, nos centraremos na conceituação de sujeito, ideologia, formações ideológicas e formações discursivas. Além dos conceitos da AD mencionados, apresentaremos noções de resiliência. Com o quadro teórico completo para essa (pequena) análise, selecionaremos as sequências



discursivas do texto “Quem não tem resiliência apresenta estes sintomas no trabalho” e exporemos a articulação da teoria no intradiscurso apresentado.

2. CONCEITOS IMPORTANTES DA AD MOBILIZADOS NA ANÁLISE

Nosso trabalho centra-se especialmente na visão construída por Pêcheux. Evidentemente, outros autores estão também presentes na constituição de seu pensamento, afinal se nos colocamos em um campo de estudo que reflete sobre a inscrição do discurso na história, temos alguma consciência de que a teorização não foge à regra. A teoria de Michel Pêcheux que irrompe é construída (não sem mudanças e retificações) também na esteira da história. São três as fases determinadas pelas quais passa a construção da teoria de AD pêcheutiana. Não vamos, entretanto, nos deter nelas, porque para esse texto o mais relevante é recuperar conceitos basilares com os quais o autor trabalha, em articulação especialmente com Althusser e Foucault. Os entendimentos que apresentaremos estão divididos em dois subitens, mas devem ser entendidos em articulação.

2.1. SUJEITO E IDEOLOGIA

A AD pêcheutiana, como vimos, tem em uma de suas ancoragens na releitura da Linguística saussuriana, sendo as outras duas, releituras de Marx e Freud. Pêcheux, Althusser e Lacan e suas revisitações à Linguística, ao materialismo histórico e à psicanálise, iniciam, assim, o que se chama virada linguística, e os estudos discursivos fundamentados nos materialismos histórico e dialético, sem descuidar de processos sintáticos e de enunciação e de questões semânticas. Todas essas questões articuladas e embtidas por uma materialidade de base psicanalítica. Assim, toda enunciação



emerge de condições de produção específicas, nas quais sujeitos vivem e se relacionam. São formações ideológicas que possibilitam e cerceiam o que determinados sujeitos podem dizer sob determinadas circunstâncias. Essas formações ideológicas estão subordinadas à ideologia, que nos condicionam a ter determinados posicionamentos ante as “coisas”:

Se é verdade que a ideologia ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que elas os recruta a *todos*, é preciso, então, compreender de que modo os ‘voluntários’ são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto ‘sujeitos-falantes’: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o ‘efeito Münchhausen’, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso. (PÊCHEUX, 2014, p.144)

Para Pêcheux, o sujeito não é a origem do discurso. Mais radicalmente no início de suas formulações em 1969, o sujeito é falado pela ideologia, não tendo participação no discurso. Naquele momento, embebido pela conjuntura histórico-político-social (condições de produção), é compreensível sua proposição e defesa da *Análise Automática do Discurso*, uma máquina capaz de extrair a “verdade” dos discursos. Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux assevera, em diálogo e citação de Althusser (de quem havia sido aluno), que há duas proposições intermediárias básicas a se considerar quando se desenvolve a tese de Althusser “A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos.” São elas: “Só há prática através e sob uma ideologia.” (ALTHUSSER, *apud* PÊCHEUX, 2014, p. 134) e “Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos.” (ALTHUSSER, *apud* PÊCHEUX, 2014, p.135)



Ainda sobre a ideologia, Pêcheux garante que:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc, evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (p. 146)

Ou seja, não existe nada dado na língua, nos enunciados. Eles são proferidos por sujeitos específicos, moldados pela ideologia (evidenciadas pelas formações ideológicas) que se materializam em formações discursivas – o que pode e/ou deve ser dito), sobre as quais não há (total) consciência. Somos seres atravessados por ideologia e ao mesmo tempo inconscientes disso. Assim, podemos retomar ainda – como fizemos na introdução - os dois esquecimentos de que fala a AD. O esquecimento número 1 que se denomina esquecimento ideológico: “ele é da instância do inconsciente e resulta pelo modo pelo qual somos afetados pela ideologia.” (ORLANDI, 2009, p.35). Por meio desse esquecimento é que pensamos ser a origem do nosso discurso e também donos do nosso dizer. De acordo com Orlandi (2009, p. 35): “Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como se originando em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.” O esquecimento número 2 tem relação com a enunciação. Quando falamos, usamos determinadas formas e não outras. Haveria inúmeras formas de dizer o mesmo. No entanto, para nós “enunciadores”, há a ilusão de que o que dizemos é pura e simplesmente o que pensamos, ou seja, falar é expressar o pensamento de forma límpida.



As teses fundamentais do materialismo de Pêcheux em *Semântica e Discurso* e que sustentam toda a proposta do livro são: “(1) o mundo “exterior” material existe (objeto real, concreto-real); (2) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito); (3) o conhecimento objetivo é independente do sujeito.” (CARVALHO, 2008, p. 60). Apesar da existência desse mundo “exterior”, ele só é apreendido pela linguagem por meio dos discursos, que apresentam tanto ideologia - por meio das formações ideológicas – e que se revestem de enunciados a partir das formações discursivas que são permitidas em determinadas formações ideológicas. Desse modo, há certo limite imposto aos sujeitos sobre o que eles podem dizer. Determinadas posições ideológicas só permitem dadas formações discursivas e o contrário também é verdadeiro.

Disso decorre que, para Pêcheux, o sentido das palavras não existe por si; elas estão inscritas num determinado processo ideológico, num momento sócio-histórico e seu sentido é determinado por eles. As posições sustentadas por aqueles que as empregam configuram-se em referência às formações ideológicas. O autor toma emprestado de Foucault o conceito de formação discursiva, que é o que em uma determinada formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX, 2014, p.147).

Ainda, segundo o filósofo, o que está na fundação do entendimento entre a base – linguística - e o processo – que é ideológico-discursivo tem sua confirmação pelo fato de se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente ‘evidentes’ – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque



– vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio, vinculado a sua literaridade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva”. (PÊCHEUX, 2014, p.147-148)

Dela podemos depreender uma segunda proposição de Pêcheux, que é a de que toda formação discursiva tem sua dependência com relação ao ‘todo completo com dominante’ das formações discursivas, entrelaçado e embebido no complexo das formações ideológicas. Desse modo, retomamos o enunciado “Algo sempre fala antes de nós.” Pêcheux explica o funcionamento da ideologia:

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas – experimentadas. (PÊCHEUX, 2014, p.149)

Dessa maneira, somos levados a ser e agir como sujeitos pela ideologia.

2.2. FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Muitos dos conceitos da AD estão imbricados e por vezes resulta difícil separá-los de todo. Ocorre que como processo, as formações sociais produzem formações ideológicas que fazem com que formações discursivas estejam ligadas a elas. Isso não quer dizer que não exista possibilidade de mudança. Por formação ideológica podemos entender um grupo refinado de atitudes e representações que não são individuais nem universais, uma vez que atendem a necessidades de um determinado grupo. As formações



ideológicas são construídas a partir de determinada Ideologia, caminhando lado a lado com as formações sociais de cada contexto histórico. Nas palavras de Pêcheux & Fuchs(1997):

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’, nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras.” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p.166) (grifos dos autores)

O que está posto no excerto transcrito é que nos identificamos a uma dada formação ideológica a partir da formação social em que vivemos. Isso quer dizer que em um mesmo momento histórico há diferentes forças em luta para homogeneizar as atitudes e representações que não significa que todos tenham a mesma posição. Como sujeitos, apesar de estarmos subjugados a forças das quais não podemos escapar totalmente, sempre há pontos de ruptura e possibilidades de mudança. Certo é que existem forças mais potentes que outras e que tratam de frear as possibilidades de alteração do estado das coisas. E isso não é efeito somente dos aparelhos repressores do estado, em termos de violência física. Isso passa também pela violência simbólica com que somos atacados. Na leitura de Althusser por Vedovato (2017), a autora nos diz que:

Althusser introduz o fato de que não é possível pensar apenas em Aparelho Repressor do Estado, mas é preciso refletir em modos de violência que não estejam diretamente ligados às formas físicas, mas, também, às formas coercitivas simbólicas, institucionalizadas pelo que ele nominou de Aparelho Ideológico do Estado. (VEDOVATO, 2017, p. 86)





E o aparelho ideológico do Estado está invariavelmente a serviço da superestrutura em detrimento da infraestrutura, o que podemos entender como as forças a serviço da manutenção da exploração de determinados agentes sobre outros, com pouca possibilidade de alteração. Nos dizeres de Brandão (2004): “Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da ‘interpelação do sujeito como sujeito ideológico.’” (BRANDÃO, 2004, p.46) Já que o discurso é um dos aspectos materiais da ideologia, é possível enunciar que “(...) a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.” (BRANDÃO, 2004, p. 47).

As formações discursivas são entendidas à luz das formações ideológicas de que fazem parte. Por isso, uma mesma linearização discursiva pode ter sentidos diferentes. O conceito de formação discursiva é fundamental para a AD. Esse termo foi formulado por Michel Foucault, em 1969, no livro *A Arqueologia do saber*. Foucault afirma o seguinte:

Nocaso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] (2004, p. 43, grifo do autor)

A formação discursiva “se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórico dada – determina o que pode e o que deve ser dito.” (ORLANDI, 2009, p.43). Para a autora, podemos depreender dois






pontos dessa afirmação. O primeiro seria que as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas. Os sentidos são sempre marcados e interpretados ideologicamente. Os sentidos não são pré-determinados, mas e constituem nas relações constituídas. O segundo ponto mostra que é a partir da referência à formação discursiva que se pode compreender os diferentes sentidos. Palavras iguais podem assumir diferentes significados e isso decorre de sua inscrição nas formações discursivas. Conforme Orlandi (2009): “E isso define em grande parte o trabalho do analista: observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito.” (ORLANDI, 2009,p.45)

A partir da definição de Foucault, Pêcheux incorpora o conceito de FD para o quadro teórico da Análise do Discurso. A formação discursiva representa o lugar de articulação entre língua e discurso, que se realiza de diferentes maneiras, mas preservando as possibilidades e impossibilidades do dizer. O autor se debruça sobre a maneira como as Formações Ideológicas se relacionam com as Formações Discursivas que as constituem. Nas palavras de Pêcheux (2010), as formações discursivas “[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX, p. 164), no interior de um aparelho ideológico e derivada de condições de produção específicas.

Brandão (2004) assevera que o conceito de FD regula:

[...] a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que





sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, ‘falar diferentemente, falando a mesma língua.’ Isso leva a constatar que uma FD não é ‘uma única linguagem para todos’ ou ‘para cada um sua linguagem’, mas que numa FD o que se tem é ‘várias linguagens em uma única’. (BRANDÃO, 2004, p. 49).

As formações discursivas, conforme já referido, integram as formações ideológicas e é a partir da linearização discursiva em confronto com sua inscrição história que é possível construir significados possíveis que estão marcados na materialidade linguística.

3. RESILIÊNCIA: CONCEITO E APROPRIAÇÃO PELO CONTEXTO DO TRABALHO

A palavra resiliência evoca diferentes significados e está inscrita em diferentes campos de estudo. Do termo da Engenharia e da Física (“retornar a um estado anterior”), define a capacidade de um corpo voltar a seu estado natural, após ter sofrido uma pressão. (YUNES, 2003, apud HAUCK, MANFRO & SORDI, 2011, p. 102) Segundo Lesne(2008 *apud* HAUCK; MANFRO; SORDI, 2011),

O termo resiliência engloba um conceito que transita entre aspectos físicos, biológicos e psíquicos. Do latim *resiliens*, significa voltar para trás, recolher-se. Do inglês *resilience*, significa elasticidade, capacidade de recuperação. Tem suas origens na física, significando a propriedade de um corpo de recuperar sua forma original após sofrer choque ou deformação. Pode também ser relacionado ao conceito de *robustness*, remetendo à ideia de que uma organização estável, frente a uma perturbação, teria a capacidade de se manter intacta ou de organizar-se ao redor de outro fator a fim de manter a estabilidade, podendo este conceito ser aplicado a todo tipo de matéria. (LESNE, 2008, apud HAUCK, MANFRO & SORDI, 2011, p. 116)




Ele também é usado na psicologia há bastante tempo, já na origem da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento. Na medicina, sua pesquisa foi iniciada nos anos de 1970, investigando de que maneiras consequências adversas, em crianças e adultos, não ocasionavam doenças (como seria o esperado).

Foi no final da década de 90 do século passado que o termo foi apropriado pelo mundo corporativo, ou “contexto do trabalho”. Bralach, Limongi-França & Malvezzi (2008) assim o definem:

O termo resiliência no contexto do trabalho nas organizações refere-se à existência – ou à construção - de recursos adaptativos, de forma a preservar a relação saudável entre o ser humano e seu trabalho em um ambiente em transformação, permeado por inúmeras formas de rupturas. (BRALACH, LIMONGI-FRANÇA & MALVEZZI 2008, p.104).

Esse conceito carrega marcas discursivas que colocam a relação ser humano-trabalho de forma a podermos interpretar que existe uma relação que gera ou a existência ou a construção de recursos adaptativos. Note-se que não se atribui ao ser humano a responsabilidade de construir esses recursos sozinhos. Mais que isso, já se institui que o ambiente de trabalho é um lugar “em transformação, permeado por inúmeras formas de rupturas.” Podemos arriscar afirmar que a partir dessa definição, o ambiente de trabalho é um ambiente discursivo, ou seja, passível de continuidades, mas também de rupturas. E é nesse ambiente de discursividade, de sujeitos ideologicamente marcados que as interpretações ocorrem. Evidentemente, em um lugar – como o trabalho – em que as diferenças de poder estão hierarquicamente marcadas, é de se esperar que muitos discursos sejam naturalizados enquanto outros são apagados, em um claro funcionamento da ideologia e das relações desiguais de capital econômico e também simbólico.





Por mais que se tenha esse conceito, que trata de aproximar ser humano do ambiente de trabalho, em uma inter-relação de responsabilidades compartilhadas, não é esse o significado que se constrói a partir do texto que vamos analisar na próximaseção.

4. O TEXTO ESCOLHIDO E A ANÁLISE

Parece-nos relevante começar essa seção discutindo a fonte do texto escolhido. Ele foi retirado do sítio eletrônico da Revista Exame, uma publicação destinada originalmente a executivos (em teoria, portanto, a pessoas que ocupam cargos de alto ou, pelo menos, médio escalão). Assim, não se configuraria um erro deduzir que os textos seriam direcionados a esse público. É provável que o texto inclua em seu público-alvo gerentes e coordenadores, mas também é de se estranhar que um texto que orienta funcionários/colaboradores a ter (mais) resiliência esteja em uma revista originalmente destinada a executivos.

“Quem não tem resiliência apresenta estes sintomas no trabalho”. Esse é o título da matéria online veiculada pela revista Exame e objeto de análise deste trabalho. A revista Exame é uma publicação mensal que tem sua pauta voltada para as questões do trabalho, portanto faz parte do campo jornalístico que tende a ser naturalizado como verdade. Conforme Florencio et al (2009, p. 100) apontam “[...] a imprensa não é autônoma e no seu modo de produzir a notícia revelam-se os interesses econômicos e políticos em jogo que são constitutivos do dizer.” Florencio et al analisavam uma notícia sobre o MST; aqui nosso texto não se configura como notícia, mas está prenhe desse significado de verdade. Como veremos, o texto analisado não só apresenta a resiliência como solucionadora de muitas questões, como indica (impõe) medidas para construí-la. O texto jornalístico, assim, se constrói sob o signo da neutralidade.



A partir de agora, procederemos à análise de algumas sequências discursivas do texto escolhido, enfatizando que entendemos que ele está determinado por formações discursivas e ideológicas que provocam efeitos de sentido diversos, cujas forças centrípetas tendem a homogeneizar e apontar para um sentido único, certo, verdadeiro.

Sequência discursiva (SD) 1: “Quem não tem resiliência apresenta estes sintomas no trabalho. A boa notícia é que os especialistas apontam caminhos para desenvolver a resiliência. Identifique os sinais e vire o jogo”.

O título do texto já aponta para o trabalhador, responsabilizando-o, de saída, por sintomas – ligados historicamente a doenças – existentes única e exclusivamente pela ausência de resiliência.

Na linearização do discurso do subtítulo, é possível encontrar o interdiscurso das relações de trabalho na contemporaneidade e da individualização da/na resolução e problemas: “Identifique os sinais e vire o jogo.” Ou seja, você, sozinho, – ou com a ajuda de “especialistas” e da revista – é capaz de identificar os sinais e virar o jogo. Note-se que se alguém não produz o suficiente no trabalho, ele próprio deve resolver os problemas e voltar a ser mais útil e produtivo para seus patrões. Questões ideológicas de classe aparecem em um discurso que trata de convencer o outro de que há uma “boa notícia” nisso. O discurso reproduz a ideologia dominante. De acordo com Althusser (1999), “As relações de produção capitalistas são as relações da exploração capitalista.” (ALTHUSSER, 1999, p. 52) Quando a materialização do discurso se opera com “A boa notícia é que os especialistas apontam caminhos para desenvolver resiliência.” Tenta-se imprimir a visão de que essa é uma boa notícia



para o empregado, enquanto que ela pode ser vista como boa notícia para o empregador: ele se exime de qualquer obrigação com relação ao empregado e tem resolvida sua situação: ou o empregado constrói resiliência ou ele será substituído, por “culpa” exclusiva sua. A possibilidade de descarte por não ser produtivo é o que se manifesta. Outro ponto é que se outorga a existência de tais sintomas – que veremos a seguir – à inexistência de resiliência, sendo que pode haver inúmeras causas para que elessurjam.

Segundo Job (2003) (apud Ribeiro et al, 2011),

Alguns dos principais fatores de risco e causas de sofrimento/ adoecimento nas organizações são: a pressão e a responsabilidade do trabalho, a falta de tempo para a família, a falta de apoio dos pares e das chefias/superiores, pouca liberdade de criação, falta de autonomia nas atividades, medo de perder o emprego, obrigação de ter que efetuar cortes no quadro de trabalhadores e assédio moral; por outro lado, podem ser citados como fatores de proteção a um trabalhador dentro do contexto de trabalho adverso a autonomia, a autoestima, o respeito, o reconhecimento, a participação da família e dos amigos e o apoio dos pares e das chefias/superiores. (JOB, 2003, apud RIBEIRO et al, 2011, p.625)

Ou seja, o tema é muito mais complexo do que uma matéria jornalística (curta) daria conta, mas, ainda assim, ela poderia apontar para outras causas e para a complexidade da situação.

Encontramos a segunda sequência discursiva a seguir:

SD 2: São Paulo – Quando os problemas no trabalho são muito difíceis de superar, causando transtornos emocionais e até físicos, é sinal de que está faltando resiliência na vida profissional. Em alguns casos, a dificuldade de lidar com adversidades pode provocar sintomas de **ansiedade**, depressão e até mesmo problemas físicos. Se você se identificou com esses sinais, a boa notícia é que desenvolver a resiliência é possível e traz benefícios para a carreira. (grifos da autora)



Por meio desse excerto, é possível entender que os problemas no trabalho quando geram transtornos emocionais e físicos têm uma causa: a falta de resiliência. A FD em que se inscreve essa SD é aquela que concorda com o individualismo e a necessidade de resolver seus próprios “problemas”. Estes seriam fruto da “dificuldade de lidar com as adversidades”. Nada se fala sobre as exigências no trabalho – produtividade, desempenho, otimização do tempo, cumprimento de metas, nem tampouco de questões que concernem ao âmbito pessoal. Opera-se uma radical separação entre “vida pessoal” e “vida profissional”. Novamente, como no título, o texto da revista promete que desenvolver a resiliência é possível e não se deve perder a esperança: a resiliência traz benefícios para a carreira. De que benefícios o texto estaria falando? Para quem são esses benefícios. Aquinãose tratademonizararesiliência – importante para enfrentar desafios – mas apontar para a exacerbação de sua necessidade como se sua ausência fosse a causadora de “ineficiência” no trabalho. Para que, afinal, o ser humano serve?

Na sequência discursiva 3, aparece a definição de resiliência, relacionada ao trabalho:

SD 3: Ser resiliente significa ter a capacidade de superar problemas e adversidades com o mínimo possível de perdas ou sofrimento, e é por isso que essa competência é tão importante no mundo do trabalho. “As boas posições de trabalho implicam em resolver dificuldades e enfrentar intempéries de todo tipo”, afirma o médico psiquiatra Fernando Fernandes, autor do livro “Resiliência. 50 Questões para ajudar a enfrentar as dificuldades e adversidades”, da editora Matrix.

A primeira oração “Ser resiliente significa ter a capacidade de superar problemas e adversidades com o mínimo possível de perdas ou sofrimento.” Recuperam-se os ditos populares: “Tempo é dinheiro.” e “Deus ajuda a

quem cedo madruga.” Aqui é possível perceber facilmente, por meio dos ditados populares o já-dito recuperado e mostrado discursivamente. O interdiscurso revela-se por meio da recuperação da memória discursiva e mostra-se no intradiscurso formulado. Evidentemente que esse mesmo discurso possui porosidades e não somente os recuperamos e aderimos a eles, mas há forças que insistem na permanência de seus sentidos. O “mínimo possível de perdas ou sofrimento” no texto analisado parece chamar um cuidado com a pessoa, no entanto, ao analisar as condições de produção desse discurso, entende-se que a preocupação é com o trabalhador, potência de trabalho. Ele não pode sofrer, porque, se sofre, as perdas são muitas (para o patrão). Superar as adversidades é fundamental. Assim, ele continuará a ser interessante como trabalhador. Isso funciona não só porque se adere a esse discurso – afinal, é fundamental ser relevante ao mercado de trabalho ou possuir características importantes para ele – em uma naturalização da situação, mas também – mesmo que não haja submissão a ele – é praticamente impossível enfrentá-lo.

O argumento da autoridade – um psiquiatra autor de livro sobre a necessidade de resiliência - é chamado a falar e expõe que “As boas posições de trabalho implicam em resolver dificuldades e enfrentar intempéries de todo tipo”. Nesse ponto, mais um elemento é trazido para o discurso: “as boas posições de trabalho”, ou seja, posições que implicam provavelmente mais status, maior remuneração. Para que se possa aceder a elas, é necessário ser resiliente.

SD 4: Para as empresas, é importante que os colaboradores consigam resolver problemas sem sofrer, pois isso permitirá que tenham um desempenho melhor e mais estável. “A empresa pode contar mais com quem é resiliente, pois ele vai adoecer menos, ter uma carreira mais longínqua e se relacionar melhor”, explica o psiquiatra.



O início já é “Para as empresas...”, ou seja, o que interessa são bons “colaboradores”, que não sofram: sofrimento gera desempenho pior e menos estável. Quando se diz “desempenho melhor e mais estável”, se está mostrando que o que importa é a produtividade para a empresa. Não é mais necessário sequer empregar o termo “empregado”. A substituição por colaborador mostra a fragilidade das relações trabalhistas e reveste o “trabalhador” de um termo que traz um substantivo facilmente retomado. Dessa maneira, imprime um caráter que trabalhador ou empregado não tem, ou seja, encontra nesse sintagma tanto a desobrigação de questões trabalhistas como o engajamento daquele que colabora, que contribui.

“A empresa pode contar mais com quem é resiliente, pois ele vai adoecer menos, ter uma carreira mais longínqua e se relacionar melhor”, explica o psiquiatra. Novamente entra em cena a voz da autoridade que argumenta que a empresa “pode contar mais”, em uma evidente posição de que o que importa é com o que a empresa conta. É interessante notar que em nenhum momento até agora – e também em todo o texto – aparecem depoimentos de “colaboradores”, seja para confirmar as autoridades, seja para confrontá-las (o que seria praticamente impossível nesse texto dada a formação ideológica a que ele se cola). A uma das partes interessadas não lhe é dado o direito a voz, ou melhor, a voz que é dada a ela é o endosso das vozes articuladas no texto.

Como vimos, qualquer discurso é ideologicamente marcado e este funciona para a preservação da ideologia dominante, em uma atualização da relação empregado/colaborador x empregador, que amplia a relação de exploração. A culpabilização pela ausência de resiliência é tal que se projeta a existência de uma série de sintomas à falta de resiliência e a



responsabilidade por construí-la é exclusiva do empregado/colaborador. As formações discursivas, como verificaremos, atendem a formações ideológicas e à ideologia do dominante, de maneira a (poder) fazer com que o dominado acredite nelas e as busque, ao mesmo tempo em que crê que já deveria tê-las. A resiliência é um ativo; a busca de cursos, *coaching*, palestras, livros é investimento que “serve” aos interesses do patrão, mas que vem embebido em uma cultura de competição e fiscalização, e controle de si e do outro. Como apontam Ribeiro *et al.*(2011):

No mundo do trabalho contemporâneo o trabalhador é expurgado do modelo tradicional de vendedor de sua força de trabalho para agir e pensar como um capitalista em termos de produtividade. Esse se torna ‘colaborador’, devendo estar predisposto a aprender novos processos de trabalho e atento a solucionar e prever problemas. (RIBEIRO *et al.*, 2011, p.627)

O texto segue expondo sintomas de falta de resiliência, em descaso com outras possibilidades originárias dos sintomas. É preciso mencionar que nesse caso, a materialidade discursiva nos permite afirmar isso, inclusive na linearização: “Alguns sintomas da falta de resiliência, segundo os especialistas consultados:” Os sintomas citados estão a seguir:

SD 5: – Não saber lidar com as próprias emoções

- Não se responsabilizar pelos erros
- Não valorizar as suas vitórias
- Tendência para ser inflexível
- Não possuir senso de propósito
- Não saber lidar com momentos de pressão
- Não conseguir ver os erros como oportunidade de melhoria
- Sofrer prejuízo psicológico diante de problemas no trabalho, como sintomas de ansiedade, depressão e isolamento.
- Sofrer prejuízos sociais e até profissionais diante das adversidades



Observemos que dos nove itens, seis deles apresentam no começo uma negativa, ou seja, exacerbam o que um colaborador não resiliente não sabe ou não faz. Ele é o responsável por isso e é ele, sozinho, que deve engendrar a mudança para que possa ser “desejado” pelas empresas, como já havíamos manifestado. Em um momento histórico de exacerbação do capitalismo, de ausência de emprego (e de trabalho), em que é necessário empreender, as relações trabalhistas se enfraquecem e o trabalhador se vê obrigado a aceitar as situações quando não as apoia e referenda (não é preciso ir muito longe; podemos nos remeter à reforma previdência em curso no Brasil, que encontra entre seus apoiadores parte das pessoas mais vulneráveis e que mais sofrerão suas consequências).

Sobre as mudanças nas relações do trabalho, Cimbalista (2006) (apud Ribeiro et al, 2011) assegura que

A respeito do processo de reestruturação produtiva da década de 1990, pode-se afirmar que o cenário brasileiro acompanhou o movimento de transformação social que atingiu o capitalismo mundial nas duas décadas anteriores. A partir desse movimento, valores organizacionais foram alterados em razão da necessidade de instaurar uma nova base produtiva e social de acumulação de capital. Tais transformações caracterizaram uma nova formatação de mercados e difusão de inovações tecnológicas e organizacionais, o que demanda uma reorganização do trabalho e aumento da produtividade, afetando as condições de emprego e alterando o perfil e as exigências em relação à qualificação da mão de obra, bem como os padrões de gestão da força de trabalho (CIMBALISTA, 2006; 2007, apud RIBEIRO et al, 2011, p.625)

O texto segue essa toada até o final. Consideramos não ser necessário analisar outras sequências discursivas uma vez que o ponto defendido para ter sido apresentado.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou um breve gesto de análise de um texto da revista Exame intitulado “Quem não tem resiliência, apresenta esses sintomas no trabalho”. O objetivo foi mostrar como opera a ideologia por meio das formações ideológicas e discursivas e o sujeito que constrói significados que permitem a continuidade de uma perspectiva de culpabilização e fragilização do trabalhador/colaborador.

Para tanto, apresentamos, em linhas gerais, a emergência da AD Francesa, os autores que deram origem à área e centramo-nos em Pêcheux e seus conceitos, influenciados por Althusser e Foucault. A ideologia é conceito central na AD e “representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas.” (CHAREDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 267) As práticas do contexto do trabalho, as condições de produção desse contexto na atualidade e os aparelhos repressores – instituições de formação profissional (sejam cursos técnicos, sejam universidades) e o chamado “mercado de trabalho” – restringem subjetividades que fujam à ideologia de exploração vigente.

Se formação ideológica, na definição de Pêcheux e Fuchs (1975), caracteriza um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social, é possível afirmar que as formações ideológicas do texto analisado insistem na naturalização da intensificação do capitalismo e a vulnerabilização do ser humano no contexto do trabalho (e, devido a isso, dos outros aspectos da vida).



A formação discursiva dada mostra que, no contexto do trabalho, em nossa conjuntura sócio-histórica, parece só ser possível dizer que ao trabalhador/colaborador cabe todo o desenvolvimento para que seja rentável ao trabalho. Para o empregador/empresa, resta selecionar quem serve, isto é, quem adere às regras estabelecidas, seja porque concorda com elas, seja porque não lhe resta nada a fazer. Junto a essas formações discursivas sobre o contexto do trabalho, existem outras, mas que não se revelam no texto analisado. Cabe conflito no contato e, quem sabe, alguma possibilidade de mudança.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BARLACH, L.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; MALVEZZI, S. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. In: **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v.42 n.1, abr. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 21 jul. 2019.

CARVALHO, F. Z. F. de. **O sujeito no discurso**. Pêcheux e Lacan. 2008. 266 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) –Universidade Federal de Minas Gerais,. Belo Horizonte, 2008.

CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORENCIO, A. M. G.; SOBRINHO, H. F. da S.; MAGALHÃES, B. **Análise do Discurso: fundamentos & práticas**. Maceió: Edufal, 2009.



FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

GÓMEZ, N. Quem não tem resiliência apresenta esses sintomas no trabalho: **Revista Exame**, [S. l.], jul. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/quem-nao-tem-resiliencia-apresenta-estes-sintomas-no-trabalho/>. Acesso em 19/07/2019.

HAUCK, S.; MANFRO, G. G.; SORDI, A. O. O Conceito de Resiliência: Diferentes Olhares. *Rev. bras.psicoter.* 2011; 13(2). p.115-132. Disponível em: http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=61. Acesso em: 28 jul. 2019.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso da França. In: ORLANDI, E. P. *et al.* (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

OLIVEIRA, C. T. F. de; VIEIRA, A. de A. Resiliência no trabalho: uma análise comparativa entre as teorias funcionalista e crítica. **Cadernos EBAPE BR**, Rio de Janeiro, v. 15, set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395159496>. Acesso em 21 jul. 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas, SP; Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2014.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: BENTES, A. C. MUSSALIN, F. **Introdução à linguística**. Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2011.



RIBEIRO, A. C. de A. *et al.* Resiliência no trabalho contemporâneo: promoção e/ou desgaste da saúde mental. **Psicologia em estudo**, v.16, n.4, p.623-33, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000400013>. Acesso em: 21 jul.2019.

VEDOVATO, L. **Práticas de resistência**: educação e ensino de língua em escola de assentamento. 2013. 270f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.





O EQUÍVOCO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM/SOBRE O URBANO

EQUIVOCALITY IN THE PRODUCTION OF MEANING ON/ABOUT THE URBAN

Gustavo Haiden de LACERDA¹

¹ Graduando do curso de Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: gustavo.haiden@gmail.com.





RESUMO

Neste artigo, damos enfoque ao trabalho da equivocidade da língua na produção de sentidos para a constituição heterogênea e desigual da cidade, tomando para nosso gesto de análise um traço da cena urbana: a pichação/o grafite. O referencial teórico volta-se à Análise de Discurso materialista de filiação pecheuxtiana, como forma de refletir sobre o funcionamento da língua e da ideologia no discurso. Alocados em uma posição discursiva, problematizamos os sentidos de cidadania e de autoria na cidade, culminando nos apontamentos de possibilidades nãolegitimadas de tomar a palavra – pelas brechas do processo de significação – virem a significar o discurso urbano, retornando sobre ele.

PALAVRAS-CHAVE

cidade;discurso;grafite;pichação;equivoco.

ABSTRACT

In this paper, we focus on how equivocality works in discourse for the production of meaning regarding the heterogeneous and unequal constitution of the city, taking for our gesture of analysis one feature of the urban scene: wall writing/graffiti. The theoretical background is the materialist Discourse Analysis, affiliated to Pêcheux, in order to reflect upon how language and ideology function in discourse. Located at a discursive position, we question the meanings of citizenship and authorship in the city, leading to notes on how the (il)legitimate forms of using language – through slips in the signification process – may signify the urban discourse, returning onto it.





KEYWORDS

city;discourse;graffiti;wall-writing;equivocality.

1. 1 DE/AO ENCONTRO COM/DE A CIDADE

Esta análise começou como um encontro. Ou melhor, um confronto. Andando pelas ruas em torno da universidade, na pressa do dia a dia, deparamo-nos com um muro. Um entre tantos, no centro da cidade movimentada. Mas esse muro se destaca. Ele não é pintado, mas desenhado. Grafitado? Pichado? Um flagrante da cena urbana. A constituição do espaço urbano, a produção discursiva da rua e na rua e as relações sociais desiguais no mesmo espaço da cidade: este artigo versa sobre esses temas.

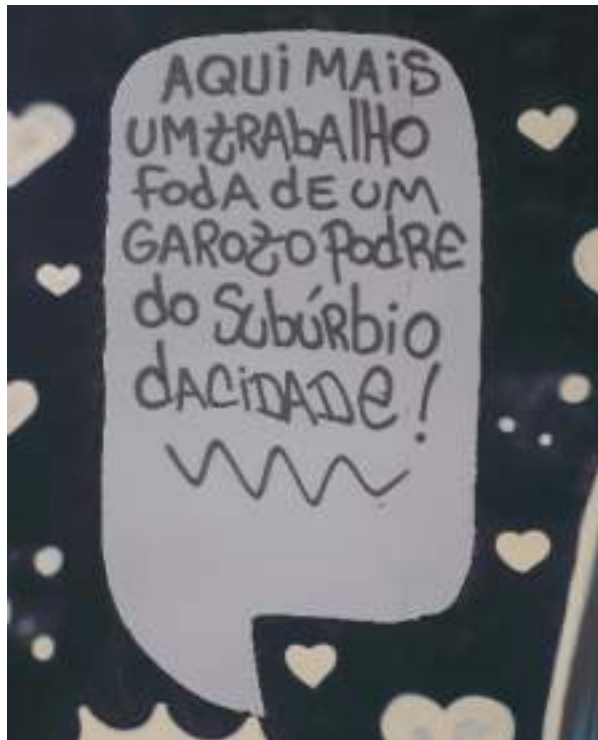
O equívoco de que falamos no título foi flagrante antes mesmo da análise. Agora, assumindo a posição de analista, buscando alicerce na teoria, desejamos ler criticamente esse encontro/confronto. Para refletir sobre esse funcionamento equívoco do discurso urbano, recorreremos à Análise de Discurso (doravante AD) como norte teórico-metodológico, disciplina que problematiza a interpretação e a produção dos sentidos, dando enfoque ao discurso como inscrição de materialidades significantes na história (LAGAZZI, 2011), a um sujeito duplamente constituído, pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2001), e a uma compreensão de história enquanto produção (política) de sentidos. Antes, no entanto, de propor um gesto de leitura discursivo sobre o grafite no muro, trazemos uma imagem dessa “tela”. Ainda que a análise propriamente dita se concentre apenas nas últimas seções deste texto, consideramos (im)pertinente já expor o texto ao olhar do leitor, para um primeiro contato.

Fotografia1–Muro pichado/grafitado



Fonte:Elaborada pelo autor.

Fotografia2–Zoom do texto escrito no muro



Fonte:Fonte:Elaborada pelo autor.

2. DISCURSO, CIDADANIA E AUTORIA: LAÇOS EQUÍVOCOS

Um primeiro questionamento que merece atenção é sobre como se formula o espaço da cidade, como parte das condições de produção do grafitar e do pichar. Nesse delineado da cidade, entendemos que existe um discurso que torna o sujeito da cidade um “cidadão”, sujeito de direitos da cidade, com seus direitos e também com seus deveres. A esse mesmo cidadão, assujeitado ao discurso urbano, afetado pelo jurídico, são permitidas certas práticas, ao passo que outras lhe são interditas. Entre tais práticas estão as discursivas, aquelas em que o sujeito, localizado na história, toma a palavra. Nessa tomada de palavra, fazendo(-se) discurso, abre-se o escorregadio espaço da autoria, ora assumida pelo sujeito, ora vetada a ele. No enlace equívoco da constituição urbana, entre aqueles que estão/são sujeitos à/na cidade, pretendemos compreender de que forma tais relações (não) se estabelecem.

Pfeiffer (2013) explica que existem dois funcionamentos discursivos contraditórios em ação no espaço da cidade: um “discurso do/sobre o urbano” e um “discurso urbano”. O primeiro caracteriza-se pela evidência imaginária de uma organização da cidade, “arranjo de unidades imaginárias”, enquanto o segundo deve ser “pensado em termos de ordem da cidade”, isto é, a ordem real (material) da cidade, “sujeita a equívocos cujos efeitos se inscrevem na história” (PFEIFFER, 2013, p. 96).

O espaço urbano apresenta-se como fenômeno simbólico (ORLANDI, 2004), isto é, fenômeno de ordem social, histórica e política. O que não impede a circulação de evidências, portanto, no nível do discurso do urbano, de que a cidade deve ser organizada, limpa, prática etc. Faz parte desse imaginário, nos termos de Pfeiffer (2013, p. 102), a equivalência de “desenvolvimento urbano” com “saneamento básico, rua asfaltada, escola no bairro, centro




de saúde no bairro e uma população do bairro civilizada, ou seja, que não depreda o ‘bem público’, que não incita a violência, em uma palavra: educada-urbanizada”. Nesse conjunto, o cidadão emerge como o “homem de bem”, ou seja, aquele que se adéqua às necessidades de organização da cidade.

Avançando nessa direção, podemos dizer que uma cidade só é cidade na medida em que é habitada. O “habitar” faz cidade. Os cidadãos, indivíduos localizáveis pelo Estado, fazem parte do corpo multiforme da *polis* moderna. Divididos em diversos estratos, assumindo diferentes funções, os cidadãos da cidade como a conhecemos hoje se configuram pelo “bem maior” a que aspira nossa sociedade: a cidadania. Tal conceito surge no contexto da Grécia Antiga, onde começa a ser idealizado um projeto de sociedade ocidental, culminando no Estado moderno, o qual individualiza os sujeitos, tornando-os sujeitos de direito, na contradição entre serem livres e/mas responsáveis (ORLANDI, 2001). Para Pfeiffer (2013), a cidadania pode ser entendida como um discurso que arregimenta sujeitos em indivíduos-cidadãos, significada pela evidência de um bem em si mesmo, em que

[...] o bem-estar social e a igualdade constituem-se em pré-requisitos indispensáveis para o exercício pleno da individualidade e da liberdade e de que cabe ao Estado a responsabilidade pela garantia da promoção do bem comum. (PFEIFFER, 2013, p. 98).

Entretanto há mais na cidade do que apenas “bons cidadãos”. Existe todo um grupo de existências à margem, invisibilizadas, que, em uma visão higienista, “poluem” a geografia urbana. É importante entender que não se trata de uma mera divisão na geografia da cidade, como se houvesse um centro “bem habitado”, um subúrbio “fazendo fronteira” e uma borda indesejável, de “maus cidadãos”. Embora tal regionalização que





segrega grupos possa ser verdadeira, atualmente todos esses sujeitos se (des)encontram nas ruas, lugar da passagem dos corpos, todos os corpos. Um lugar heterogeneamente habitado pela diferença, o que quer dizer que o “fora” está “dentro”, como rachaduras na organização urbanística. Corpos, porém, distintamente significados em termos de direitos de acesso à cidade. Nem todos podem circular da mesma forma, nos mesmos espaços, entre as mesmas pessoas. A alguns, certos sentidos são interditados, certos trajetos são barrados. Há muitas “cidades” em uma mesma cidade. Cidade-diferença.

Contribuindo para uma forma de compreensão da cidade, trazemos à baila a discussão tecida por Certeau (1998) sobre as maneiras de “praticar o espaço”. O autor entende a cidade como um conceito posto em prática pelo “fato urbano”, significando uma realização de experiências que se apropriam daquele espaço. Como o real da cidade (PFEIFFER, 2013), o fato urbano de que nos fala Certeau (1998, p. 172) escapa “às totalizações imaginárias do olhar”, apontando para práticas que constituem a cidade, mas que não vêm à superfície imediata. O mesmo autor afirma que se cria, dessa forma, um sujeito-cidadão universal e anônimo que deve ser gerido pelo Estado, e, caso represente um obstáculo, um “detrito” (CERTEAU, 1998, p. 173), deve ser eliminado. Eliminação, contudo, ineficiente, lacunar, em vista do caráter paradoxal que funda a cidade, entre visibilidade e invisibilidade, a tal ponto que “a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam” (CERTEAU, 1998, p. 174), insinuando-se em meio ao olhar administrativo e vigilante dos gestores, revelando que há sentidos que eles não controlam, “impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1998, p. 174).

Isso retoma o que afirmamos no início desta seção, ao comentar que nem todos podem ser sujeitos de seu dizer nas condições de produção do




discurso do urbano. Em outras palavras, não é acessível a todos uma posição de autoria na cidade. Como “autoria” estamos entendendo, consoante Orlandi (1999), a demanda de uma sociedade letrada que exige do sujeito (de direitos) a responsabilização por aquilo que diz. Em outras palavras, a função-autor é “o lugar em que se constrói a unidade do sujeito” (ORLANDI, 1999, p. 73), em que o sujeito se coloca na origem do dizer (com as ilusões inerentes de controle do sentido e de autonomia do sujeito) para poder significar. Resta apreender, então, quem são os a(u)tores da cena urbana, ou melhor, a quem é permitido ser autor nessas condições de produção.

Em uma sociedade como a nossa, quem pode tomar a palavra? Basta andar pelas ruas e avenidas para ler cartazes, anúncios, panfletos, painéis, *outdoors*... E isso já nos direciona a uma primeira e central compreensão a respeito da cidade: atravessada pelo discurso publicitário, ela se funda em torno do “sujeito urbano escolarizado” (PFEIFFER, 2013). Tal noção, desenvolvida por Pfeiffer (2013), representa um modo discursivo de ocupar uma posição frente às demandas e comandas da cidade, com suas diferentes escritas. Esse sujeito urbano participa dos processos de simbolização da cidade, escrevendo-a e inscrevendo-se. Isto é, ele se faz autor da e na cidade.

Se, de um lado, o sujeito urbano escolarizado (PFEIFFER, 2013) habita discursivamente a cidade, de outro, aqueles que não assumem a mesma posição são colocados à margem. O que não quer dizer que não signifiquem (paradoxalmente) nesse espaço. É importante, para nossa reflexão, em uma visão discursiva, ressaltar que os sentidos funcionam pelo movimento que lhes é inerente, de forma que mesmo os sentidos silenciados podem escapar do silêncio que lhes é imposto (censura) e irromper em outras condições. É dessa maneira que entendemos a pichação,





como atestado de uma escrita outra, que não é da escola (pelo menos não só dela), que vem atestar a existência de uma divisão social desigual, da qual as relações linguísticas são efeito. Isso nos encaminha a observar, como exploraremos nas análises a seguir, que, ainda que haja um discurso do urbano, produzindo evidências para a cidadania e para o ser cidadão, esse processo está exposto a relações sociais contraditórias, que fazem com que os sentidos, mesmo os indesejáveis, escapem.

Vendo o espaço urbano como um espaço sobrecarregado de sentidos, as condições para a autoria nesse mesmo espaço são determinadas pela adesão às regras de textualizar, de fazer sentido de uma maneira que faça sentido naquele contexto: para ser autor é preciso, primeiramente, assujeitar-se à forma do “sujeito urbano escolarizado”. Em contrapartida, reforçando que os sentidos sempre podem ser outros, a depender das posições em jogo no gesto de interpretação (PÊCHEUX, 1995), as pichações serão tomadas por nós como objeto de análise como forma de adentrar a escrita da cidade, no intuito de tornar visível

[...] esse espaço e o sujeito que nele vive, buscando, de modos diversos, compreender sobre os gestos de interpretação que se constituem e nos constituem quando dizemos sobre as línguas, os sujeitos, as cidades, os bairros, as ruas, enfim, tocando a relação constitutiva dos processos de identificação com e pela língua. (PFEIFFER, 2013, p. 95).

Sem pretender amenizar as diferenças, as artes nos muros da cidade vêm ao nosso encontro e de encontro conosco, apontando para outras (im) possibilidades de assumir uma posição de autoria, que não chega a romper com o formato do sujeito urbano escolarizado, mas que também não se identifica plenamente com ele. Mais uma vez, Pfeiffer (2013) argumenta






brilantemente ao concluir que não se trata somente de estar na rua para poder ocupá-la, assim como não é suficiente estar na língua para ser permitido de fazer sentido. Com base nisso, afirmamos que é preciso, antes, subjetivar-se nesse espaço, torná-lo seu.

3. A EQUIVOCIDADE COMO CONDIÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO

Antes de prosseguirmos com a análise, propomos uma parada teórica, a fim de explicar o que entendemos por “equivoco” e seu papel no processo de significação. Para a AD, o equivoco não é um problema do discurso, nem uma ambiguidade a ser superada, menos ainda um erro de uma língua “imperfeita”. Ele é, na verdade, constitutivo de todo discurso. Pêcheux (1990, p. 51) nos esclarece a esse respeito, afirmando que o equivoco é um “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, parte inseparável do funcionamento da linguagem.

Ainda segundo Pêcheux (1990, p. 53), todo fato linguístico carrega em si a possibilidade de ser ele mesmo, mas também de “tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. E, nesse espaço de movimentação, toma lugar a interpretação, que trabalha exatamente sobre os “pontos de deriva possíveis”, dando margem ao sentido outro. Abre-se espaço para a língua jogar sobre ela mesma, nas brechas de sua própria constituição. Justamente, “este lugar de jogo da língua que escapa à sistematização é o lugar de examinar o equivoco e os deslizamentos de sentido (que fazem sentido)” (FERREIRA, 1994, p. 132) – sem perder de vista, contudo, a demanda do sistema linguístico por um ordenamento (ainda que a nível imaginário).





Sendo assim, o equívoco não é acidente de linguagem, mas é inerente ao discurso. Lagazzi (2011) vai ainda mais profundamente, recorrendo diretamente à psicanálise lacaniana, ao atrelar o equívoco ao ato falho inconsciente. Nesse gesto teórico, a linguista articula língua e história como processos não evidentes e contraditórios, atravessados pelo inconsciente. Semelhantemente, Tfouni, Prottis e Bartijotto. (2017) enunciam que o equívoco é um indício de real, o momento em que ele aparece para logo escapar. Dessa forma, é teoricamente mais consequente dizer que o equívoco é uma manifestação do real **na** língua, em vez de afirmar “o real **da** língua”.

Nessa mesma direção, Ferreira (1994) assevera que o equívoco é o ponto singular em que o real toca a língua, perfurando o sistema e instalando ali o que lhe é próprio, a falta. A autora ainda postula que “a língua é voltada ao equívoco” (FERREIRA, 1994, p. 15), indicando que o próprio da língua, aquilo que há de mais característico nela, é o fato de não dizer tudo e de não dizer “perfeitamente”. Incompletude e equívoco fazem da língua o que ela é: sistema relativamente autônomo, como proposto por Pêcheux (1995).

[...] a existência desse lugar singular – que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura – é fundamental para uma concepção de língua afetada pelo real. Tal concepção vai nos permitir perceber no equívoco e nos fatos que ele representa o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio. (FERREIRA, 1994, p. 14).

Intimamente ligado ao inconsciente (discurso do Outro), como proposto por Lacan (1998, p. 529), o equívoco ancora-se na materialidade do discurso (do lado do significante) para expor os significados à dispersão que lhes é inerente. Dito de outro modo, o significante tem primazia sobre o significado. Lacan (1998) também explica que o significante não




tem nenhum compromisso com o significado, ou seja, existe como puro traço da diferença, articulado em uma cadeia de elementos diferenciais. Em termos psicanalíticos, é possível dizer que o equívoco é aquilo que na cadeia significante (Simbólico) escapa e aponta para o real (TFOUNI; PROTTIS; BARTIJOTTO, 2017). No caso de pichações, isso pode ficar bem nítido quando observamos textos escritos em muros que não estão lá para serem lidos, no sentido comum, mas apenas visualizados, para causar uma impressão visual (significante, e não de significado imediato), enquanto uma marca que afirma sem dizer: “eu estou aqui”.

Para a Análise de Discurso, o equívoco define-se como a “área de tensão e ponto de encontro entre a materialidade linguística e a materialidade histórica” (FERREIRA, 1994, p. 153), que expõe a língua ao real. Atesta que os sentidos têm história, que o não dito intervém no dito e que a “espessura material do significante vem junto com a inscrição da história na língua. E por isso ela significa” (FERREIRA, 1994, p. 97). Por esse motivo, não se trata de recuperar a equivocidade, apenas sinalizando sua presença, mas de analisá-la como ponto em que os efeitos do discurso se manifestam, de diferentes maneiras, como nos explica Ferreira (1994, p. 134):

A relação com o equívoco afeta toda a língua. Sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, o equívoco se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do absurdo, do non-sense, e por aí se estendem as possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos.

Ao apresentar um gesto de leitura sobre um grafite no muro, tomando-o como um recorte do social, buscamos precisamente apontar para o papel do





equivoco na produção de sentidos sobre ser cidadão, sobre habitar a cidade e sobre (não) ser autor nessas condições. O grafite será compreendido, então, como um ponto possível de materialização da narratividade urbana (ORLANDI, 2004, p. 31), além de lugar possível de inscrição do equivoco da língua.

Aequivocidade se mostra, assim, como elemento inerente, e não mero acidente, de percurso linguístico; é o ponto de contradição entre língua, história e inconsciente. É pertinente também acrescentar que por “contradição” não estamos querendo dizer “oposição”. Fundamental em AD, a contradição atesta a impossibilidade de síntese apaziguadora de relações sociais sempre conflituosas (LAGAZZI, 2014). A própria relação urbana, já mencionada, entre centro, subúrbio e periferia, mutuamente atravessados, indica que os espaços se invadem, permeiam-se – não sem resistências, obviamente: essa é a contradição que fundamenta o discurso urbano. Ainda que exista a tentação de resolver a contradição com dicotomias (centro ou margem, bom ou mau, honesto ou delinquente, pobre ou rico...), a “polissemia da cidade” (LAGAZZI, 2014) desafia a tendência reconfortante de abrigar-se em meio a sentidos logicamente estabilizados, cuja função é precisamente negar o equivoco.

4. ENTRE PICHAR E GRAFITAR: O PAPEL DO EQUÍVOCO NO DISCURSO URBANO

Dando início a nosso gesto de leitura enquanto tal, analisando a função produtiva do equivoco na constituição de relações sociais contraditórias no espaço urbano, tomamos como ponto de observação um grafite/uma pichação (já apresentado nas Figuras 1 e 2). Segundo Mariani e Medeiros (2013), o grafite aparece na cidade como um “sintoma social urbano”, uma




forma de resistência às comandas sociais que homogeneízam as existências. De tal sorte que o gesto de grafitar/pichar revela disputas pela ocupação do espaço urbano, como tentativa de pertencer à cidade. Nas palavras das autoras, o grafite é uma “escrita social inscrita no corpo urbano” (MARIANI; MEDEIROS, 2013, p. 12), que significa a cidade ao significar-se nela.

Kogawa e Knetsch (2019), com base em recortes de falas de pichadores e grafiteiros, notam uma diferenciação entre pichação e grafite. O primeiro é identificado à escrita, à palavra, sem grandes projetos artísticos, como forma de “agressão estética”, enquanto o segundo se alinha mais à pintura de imagens, formando painéis, em que, geralmente, fica claro um manejo estético. Ainda observando as diferenças entre ambos, os autores apontam para a divisão entre legalidade e ilegalidade que os cerca, afirmando que a pichação tem por constância ser significada pelo imaginário da subversão e, portanto, mais próxima da ilegalidade, conferindo-lhe uma função política específica. Já o grafite situa-se em um ponto de tensão entre legalidade/ilegalidade, divisão que é imposta de fora, especificamente pelo aparelho jurídico, que declara o que é grafite legal, autorizado, legítimo e o que é grafite ilegal, transgressor e ilegítimo.

Tanto do lado das materialidades significantes (verbal, visual, verbo-visual) quanto de sua inscrição sócio-política (crime, arte, protesto), fica evidenciado que as distinções entre pichar e grafitar dão provas de uma relação contraditória e equívoca entre as maneiras de significar de ambas as formas de pintura com *spray*. Não deixa de ser oportuno também acrescentar que mesmo a ligação entre pichar e transgredir é fruto de uma estabilização de sentidos que faz parte do imaginário social das pichações e que, como todo imaginário, está suscetível a falhas





(KOGAWA; KNETSCH, 2019). De nossa parte, acrescentaríamos que tal efeito de legitimidade, que acompanha o grafite e que não se produz no picho, parece também atrelado ao fato de que grafitar funciona pelo crivo do trabalho (gera renda, capital, lucro) e, nesse sentido, “dignifica-se”.

Inserido nessas relações paradoxais de poder-dizer, o grafiteiro pode ser tanto artista quanto criminoso, a depender da relação que estabelecerá com o discurso jurídico (KOGAWA; KNETSCH, 2019). Esse funcionamento equívoco artista/criminoso chama nossa atenção, principalmente por elucidar que uma formulação dividida vem representar uma divisão, inclusive, nas posições-sujeito assumidas nas pichações/grafites. Dito isso, destacamos que não é nossa intenção aqui propor se estamos diante de uma pichação ou de um grafite unicamente, mas salientar que ambos se constituem em relação entre si, como formas *outras* de organizar o dizer urbano, escapando de uma escrita voltada à publicidade. As duas formas de manifestação em muros são tomadas como expressões significantes que atestam a alteridade que constitui o urbano. Com efeito, produzem-se como um dizer que significa “estar na cidade”. São, assim, uma ocupação do espaço público, reivindicando sentidos impossibilitados pelo discurso que administra as práticas urbanas.

Nessa perspectiva, pichar caracteriza-se como um furo na organização da cena urbana: um sentido que escapa, um sujeito que se constitui. Atrelamos sentido e sujeito, baseados em Orlandi (2001), segundo quem ambos se ligam materialmente pelo discurso, produzindo-se concomitantemente: o “sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição. O sujeito é interpretação. Fazendo significar, ele significa” (ORLANDI, 2001, p. 22, grifo da autora). Ou seja, não havendo outra possibilidade para o sujeito a não ser significar o mundo que o circunda, indagando-se “que sentido isso



tem?”, naquilo que Orlandi (2001) denomina “injunção à significação”, só há possibilidade de o sujeito existir na medida em que interpreta o mundo, isto é, atribuindo sentidos. Em suma, dizendo(-se).

Ser sujeito de seus sentidos significa assumir-se autor de seu discurso, responsabilização social pela palavra tomada e posta em funcionamento. Embora, do ponto de vista jurídico, possa tratar-se de uma textualização “ilegítima”, do ponto de vista da produção de sentidos, estamos diante de uma textualidade “nãolegitimada”, que não aguarda o aval do poder administrativo para poder dizer, ou melhor, que se aproveita precisamente dessa “ilegitimidade” imposta para assumir uma posição que lhe seja própria. Aqui cabem as palavras de Certeau (1998), ao escrever que a “*apropriação* do sistema topográfico” permite a “*realização* espacial do lugar” (CERTEAU, 1998, p. 177, grifos do autor), isto é, tomar a rua também enquanto um “espaço de enunciação” subversivo, assim como o muro, funcionando metonimicamente como a rua, é **realizar a cidade**.

As pichações “listram os subsolos da cidade, ‘bordados’ de letras e números, gestos feitos de violências pintadas com pistolas, xivas em escrituras, grafos dançantes, cujas fugidias aparições são acompanhadas pelos ruídos abafados dos trens do metrô” (CERTEAU, 1998, p. 182). Ainda que se referindo especificamente ao caso dos grafites de Nova Iorque, podemos expandir essa leitura de Certeau (1998) para abranger toda a produção discursiva de grafites e pichações, na medida em que estão atravessadas por esses “gestos feitos de violência”, em “aparições fugidias” (na iminência de serem apagadas, encobertas, rasuradas, esquecidas...). Constituem-se como “ruído das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1998, p. 308), deslocando sentidos estabilizados para o que significa estar na cidade.



[...] então sua caminhada não poderia ser detida num quadro, nem o sentido dos seus movimentos circunscritos num texto. A sua transumância retórica traz e leva os sentidos próprios analíticos e coerentes do urbanismo: é uma “errância do semântico”, produzida por massas que fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na em outras, distorcem-na, fragmentam e alteram sua ordem no entanto imóvel. (CERTEAU, 1998, p. 182).

Rearranjando-se entre as proibições de ocupação do espaço, a pichação se mostra como uma forma de transgressão da norma urbana, fazendo sentido no (ainda) sem-sentido. Por isso, na ambiguidade constitutiva do grafite, ora significado como arte (do lado da legalidade, do poder administrativo), ora como delinquência (do lado da transgressão, da resistência do “cidadão desviante”), observamos o funcionamento do equívoco, produzindo sentido no *non-sens* (FERREIRA, 1994). No exemplar trazido para análise, encontramos justamente essa relação equívoca entre trabalho/arte/crime, significando por outras relações. Reproduzimos, na sequência, os dizeres do enunciado pintado no muro², conforme visto na imagem da Figura 2, apresentada no início deste texto.

**AQUI MAIS
UM tRABAlHO
fodA De UM
GAROtO POdRE
do SUBÚRbiO
dA CIDADE!**

² Optamos por transcrever esse enunciado diferenciando as letras minúsculas das maiúsculas, respeitando a maneira como estavam no muro. Tal opção se justifica também pelo fato de investirmos na análise na relação ambígua entre significantes, de forma que as diferenças na grafia das letras também foram consideradas em nosso gesto de leitura.



Primeiramente, salientamos que não faremos uma análise do painel como um todo, mas enfocaremos somente no comentário do artista que fez o grafite (Figura 2), comentário este expressamente formulado e escrito ao lado da pintura no muro (Figura 1). Aqui, esse gesto de comentar se aproxima de uma espécie de “legenda” para uma imagem, cuja função é, geralmente, a de explicitar o título da obra, os dados relativos à autoria, alguma explicação etc. É muito significativo que o próprio autor busque colar um sentido para seu texto, designando-o como “trabalho”. Como já afirmamos, entendemos que no grafite emerge uma forma de significar atravessada pelo discurso jurídico e também do trabalho, que funciona como forma de dar valor e dignidade para a obra. Afirmando que se trata de um “trabalho foda”, novo entre outros anteriores (“mais um”), o grafiteiro está em busca de legitimação para sua arte/trabalho.

Falando da cidade, o sujeito vê oportunidade para falar de si e vice-versa. Mutuamente constituídos, cidade e sujeito se entrelaçam na escrita do grafite, desafiando o discurso “burocratizado” do urbano: uma maneira de (se) dizer nesse espaço, formulando-o simultaneamente. Segundo Orlandi (2001), ao atravessar esse processo de aprisionamento do poder-dizer, restrito a quem detém os meios materiais para a produção “legal” da palavra na cidade, os sujeitos

[...] conseguem se metaforizar, se subjetivar de outras maneiras, e não permanecer naquelas que os excluem. Essas formulações se apresentam como fulgurações (brilhos), iluminações em que o que chamamos narrativa urbana se estampa (se imprime). (ORLANDI, 2001, p. 194).

Em segundo lugar, esse sujeito se define assumindo sua posição via discurso: “um garoto podre”. Em um primeiro momento, lendo este texto, acreditávamos ter lido “garoto pobre”, e somente depois de alguns encontros/



confrontos com esse grafite é que conseguimos observar a formulação da palavra “podre”. E isso não é gratuito. O próprio desenho das letras, inconstantes, ora maiúsculas, ora minúsculas, flutuando ao longo da parede, “dançantes”, como diria Certeau (1998), falando das pichações em metrô de Nova Iorque, nos direciona a uma forma de “brincar” com a língua, brincadeira que não é “gratuita” nem “inocente”.

Considerando as condições de produção do grafite, dentro daquilo que chamamos de “discurso urbano”, estamos diante da produção de sentidos em dispersão, convulsos na mesma medida com que a cidade é também convulsa. Rompendo com a estabilidade da escrita urbana (publicitária, administrativa, jurídica), pichar insere uma forma de escrituração, grafismo, traço que instaura a diferença e que “cria na cidade planejada uma cidade ‘metafórica’ ou em deslocamento” (CERTEAU, 1998, p. 191). Pichar o muro é atar-se à cidade, à existência urbana: “eu sou parte”.

O jogo com a língua é também um jogo discursivo e, por isso, político, pois “brincar” com o texto é inscrever-se de uma forma específica no discurso. Esse jogo acontece no interior de uma mesma língua, socialmente dividida: há os podem dizer (bem), que têm como dizer (os meios de produção para dizer), e há aqueles que não podem dizer (e que não são detentores dos meios de produção do dizer). Fazendo uso das palavras de Pêcheux (1995, p. 91), “a língua se apresenta, assim, com a base comum de processos discursivos diferentes”, alguns legitimados, outros não.

Além disso, notamos uma metaforização do trabalho artístico: o muro está no lugar³ da tela. O *spray*, ao mesmo tempo, no lugar da tinta e do pincel.

³ “No lugar de”, aqui, significa tanto “ao invés de” quanto “assumindo a posição de”.



O pichador, no lugar do artista. Seus meios de produção se apresentam como próprios a uma forma de subversão, como outra (sub)versão. Os sentidos estão deslocados, pois estão funcionando em outras relações, escapando de um imaginário cristalizado de arte clássica, que se pendura em museus, para constituir-se em outras relações imaginárias, agora na e para a rua, no meio da cidade, dos cidadãos, dos prédios, dos carros, dos transeuntes.

Como proposto por Orlandi (2001), formular permite sempre pensar no que tal palavra está suplantando, que outras formulações possíveis estão deixadas de lado, mas nem por isso completamente ausentes. No presente caso, assinalando a presença do equívoco, que atesta o real que escapa em direção à língua, a grafia de *d* e *deb* podem ser vistas (aqui, o apelo é fortemente visual) como espelhamento uma da outra. No texto em questão, conforme transcrevemos, há letras em forma bastão (caixa alta) e em forma de imprensa. No último caso, *d* e *b* são muito semelhantes, bastando um movimento de 180° em um eixo vertical, para que uma “se torne” a outra. Mesmo variando as grafias, ao escrever “podre”, o autor do texto redige justamente com a forma de imprensa, precisamente a que facilita a leitura ambígua.

Com efeito, ao ler o grafite no muro pela primeira vez, e em uma série de momentos posteriores, sempre líamos “pobre”, e não “podre”. Foi somente depois de várias leituras que o jogo se revelou e o equívoco se mostrou. Mas não se dissolveu. Novamente, o equívoco não é um problema de interpretação, um “vício” a ser superado. Ao contrário, ele aponta, nesse exemplo, para a espessura semântica e material entre pobre e podre. Esse processo resgata a historicidade dos sentidos de desigualdade e exclusão em nossa sociedade, particularmente da relação de causalidade entre ser pobre e ser “podre”,



ou seja, “escória”, “detrito”. A esse respeito, Lagazzi (2011) contribui ao acrescentar que não se trata nunca de sentidos a-históricos, visto que

[...] não há língua independente dos sujeitos que a fazem circular e, na incompletude que a constitui, fazem-na se deslocar nos trajetos que a história permite.[...] o sujeito não domina os sentidos, não diz o quer dizer, mas sim o que é possível ser dito, a partir das posições-sujeito que o constituem. (LAGAZZI, 2011, p. 503).

Há um jogo contra a língua enquanto um “sistema de valores” formado por signos, como lemos no corte saussuriano. O significante, aqui, é movido, modificado, desestabilizado. E isso basta para que o equívoco se materialize, não por relação direta e unívoca com a letra em si mesma, mas tomando esse significante como produto também da/na história, assinalando o “diferente” que está na base do “mesmo”. Gadet e Pêcheux (2010), analisando o papel que a língua nacional exerce na constituição de uma identidade nacional fundadora de “nós” (o mesmo) e “eles” (o diferente), são categóricos ao concluir que

A questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p.37).

É também de Gadet e Pêcheux (2010) a reflexão sobre o trabalho de Saussure em torno dos anagramas, investimento de análise sobre a base material da língua, que afirmam se tratar de um estudo que já apontava para a poesia inerente ao próprio funcionamento do significante na língua, poesia esta que não pode ser limitada ao trabalho apenas literário, mas que figura como parte intrínseca do que é linguístico. Os mesmos autores pontuam



que, nesse jogo poético da e na língua, fica evidenciado o valor relacional do signo linguístico, ou, em outras palavras, o fato de ser um sistema que significa pela diferença (significante).

Nessa linha de raciocínio, em nossa análise sobre o trabalho do equívoco na língua, notamos precisamente o lado lúdico do sistema linguístico (e não por isso ingênuo!), que, por uma “associação pelo significante”⁴, instala lugar para o imprevisto, visto que os sentidos nos escapam pela relação estabelecida a nível significante. No caso em análise, no grafite, colocamos “pobre” e “podre” em relação por uma associação significativa, inscrevendo a diferença no meio da mesmidade: somos pegos pela poesia da língua. Uma unidade que não cessa de se dividir em dois (PÊCHEUX, 1995).

O deslizamento de pobre a podre (desviado, excluído) é operado discursivamente, mas o processo em si da deriva é apagado pela ideologia. Colocando a interpretação em suspenso, abrindo para o desconforto da indecisão do sentido, ocorre uma oscilação entre pobre/rico, podre/próspero, mau/bom. Não podemos, contudo, cair no engodo de negar o equívoco, de ceder ao subjetivismo disjuntivo, na evidência da distinção binária. Resgatar uma historicidade para os sentidos de desigualdade e exclusão em nossa sociedade deve possibilitar, ao contrário, entrar em contato com um efeito transferencial (metáfora) entre pobreza e exclusão, aqui tornados sinônimos. Lagazzi (2014), em um gesto analítico sobre o filme *Era uma vez...*, auxilia-nos em nossa leitura, indicando a sedimentação dos sentidos que atrelam pobreza e bandidagem, particularmente pensando o

⁴ No referido trabalho, Gadet e Pêcheux (2010) comentam acerca dos quatro eixos associativos das relações linguísticas propostas por Saussure. O quarto eixo – associação pelo significante – ocorre quando tomamos um termo por outro devido a alguma ligação que eles mantêm entre si a nível significante (imagem acústica).



local em que mora o sujeito. Se vive no morro, então (efeito de causalidade e literalidade) deve ser pobre-bandido. Portanto,

Tomando as derivas possíveis a partir da dicotomia pobres e ricos, [...], no que tange ao morro, a relação deste com o tráfico, a bandidagem e a violência, substantivos que compõem, na estabilização social dos sentidos, a mesma família parafrástica da qual fazem parte pobre e pobreza. Como o morro abriga tanto o pobre quanto o bandido, estes ficam imaginariamente congregados num mesmo espaço, no qual as fronteiras dos sentidos se diluem e o pobre se torna um bandido em potencial. Assim, ser identificado como um morador do morro significa necessariamente ser pobre e potencialmente ser bandido, traficante, violento e perigoso. (LAGAZZI, 2014, p. 159).

Retomando Lacan (1998), no vínculo entre letra e inconsciente, podemos sustentar que na equivocidade da letra, pela dubiedade da inscrição significante (d ou b?), coloca-se em relação pobre e podre, de maneira que, como efeito metafórico, um significante deslize para outro significante no discurso. Na definição lacaniana, a letra é o suporte material do significante, é “a estrutura essencialmente localizada do significante” (LACAN, 1998, p. 505). E, nos termos de Orlandi (2001, p. 205), a “entrada no simbólico é fatal. As suas diferentes formas produzem seus efeitos. Nada é indiferente na instância do significante”. Em síntese: no funcionamento do equívoco na língua afetada pelo inconsciente, a letra **faz a diferença**.

5. UMA PAISAGEM SEM FINAL

Restam, então, alguns fios a serem amarrados. Em primeiro lugar, ao buscarmos compreender o processo de produção dos sentidos na cidade, exploramos a posição do sujeito urbano escolarizado (PFEIFFER, 2013), aquela que se submete às leis de fazer sentido no espaço urbano, como



maneira legítima de se fazer “cidadão”. Então fizemos o contraponto com um possível rearranjar do sujeito urbano escolarizado para uma posição-sujeito pichador, que não deixa de significar(-se) na cidade, conferindo sentidos por meio de suas grafias, servindo-se, inclusive, da ilegitimidade que lhe é imposta como forma também de produzir sentidos e de se fazer autor nesse processo.

Em segundo lugar, demos enfoque ao equívoco, que, em uma visada discursiva, é compreendido como a divisão do dizer, ele mesmo e também o diferente. Isso atesta a estreita relação da língua e da história com o inconsciente da teoria lacaniana, permitindo-nos ver em toda tomada de palavra, a possibilidade de os sentidos nos “pegarem” em tramas tecidas de memória, de brechas, de sentidos. Culminando em nosso gesto de análise sobre a equivocidade entre pobre/podre, a noção de equívoco possibilitou um entendimento dos sentidos engendrados sobre ser ou não cidadão, fazendo com que possibilidades nãolegitimadas de tomar a palavra (nesse caso, o grafite/a pichação) – pelas brechas do processo de significação – possam significar o discurso urbano, retornando sobre ele.

Assim sendo, a arte do grafite/pichação comparece como um meio possível de subjetivação, de ser sujeito de seu discurso urbano. Nesse ponto, concluímos que pichar e grafitar (guardadas as diferenças) abrem um furo na organização da cidade e na forma com que o discurso do urbano nos convoca à posição de cidadãos. Ao desafiar os limites da identificação ao sujeito urbano escolarizado, o sujeito-pichador, por meio de seu trabalho com a escrita, apropriando-se dela à sua maneira, dá visibilidade a uma divisão que o marca enquanto cidadão e não-cidadão de forma concomitante, a tal ponto que encontra na formulação do grafite/pichação a certeza de que



“há muito a ser significado no espaço urbano e que permanece na falha, no possível, no ainda não realizado. Indício de novas formas sujeito, novos modos de subjetivação nesse espaço sócio-político” (ORLANDI, 2001, p. 191).

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FERREIRA, M. C. L. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco** 1994. 160 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2010.

KOGAWA, J.; KNETSCH, P. B. Por uma análise do discurso “revolucionário” em pichações. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61, p. 1-17, 2019.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1957]. p. 496-533.

LAGAZZI, S. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 497-514, 2011.

_____. Quando os espaços se fecham para o equívoco. **RUA**, n. 20, p. 155-166, 2014.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. E quando a pichação é da prefeitura? Pichar, proscrever, dessubjetivizar. **RUA**, v. 1, n. 19, p. 1-15, 2013.



ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 1999.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PFEIFFER, C. C. Percursos em um saber urbano e linguagem. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Cidade, Linguagem e Tecnologia**: 20 anos de história. Campinas: Labeurb, 2013. p. 93-108.

TFOUNI, L. V.; PROTTIS, M. M.; BARTIJOTTO, J. “lá onde o amor é tecido de desejo...”: lalange e a irrupção do equívoco na língua. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p. 141-159, 2017.





INTERVIEW WITH FRANÇOISE DUFOUR¹

INTERVIEW CONDUCTED BY

Maycon Silva AGUIAR²

¹ **N. M. S. A.:** I would like to Françoise Dufour, whom was truly kind to me at all the messages shared, for this interview. I would like too to thank Tania Conceição Clemente de Souza, Rosane da Conceição Pereira, Cláudio de A. Pádua, Rodrigo Pereira da Silva Rosa e Yasmin Tavares de Souza for their valuable opinions.

² **N. M. S. A.** Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som editor.
E-mail: mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br.





Françoise Dufour, graduated Engineer, was a freelance expert working in development projects funded by UNPD, EC, UNWTO, when she decided to regain her love for languages, and restarted her studies in Linguistics.

She has obtained her PhD with a thesis on the connection between development discourse and colonial ideology.

In this interview to our editor Maycon Silva Aguiar, she tell us a bit of her professional trajectory, her researches, and addresses to questions concerning colonial discourse, racism, unscientific speeches, migrants and refugees, besides commenting on Discourse Analysis, and the path this discipline is currently pursuing, where it finds itself, and where it is going to.

1. M. S. A. *You have established yourself as an independent researcher in the high French centers of knowledge production and have become known as such. What are the advantages and disadvantages of not joining a knowledge production center? What factor led you to an independent research career? In the decision to become an independent researcher, is there any political influence?*

F. D. It's a difficult question but thank you for asking and I am happy to hear that I am known as an independent researcher even in Brazil!

I got my PhD very late (2007 when I was already 55). I had a professional life before restarting university courses in Linguistics. I worked as a freelance expert in development projects funded by UNDP, EC, WTO³ in Sub-Saharan Africa, but also in Mongolia, Armenia, the Crimea, Palestine... My field of

³ **N. F. D.:** UNDP, EC, WTO: respectively United Nations Development program (New York), European Commission (Brussels), World Tourism Organization (Madrid).



expertise was tourism development but I also worked in handicraft, fashion, food and beverages. I was very critical regarding the kind of assistance these international organizations were providing (paid out of the budgetary line of development, but benefitting to the consulting firms and consortiums). I was particularly concerned about the dominance established via discourses and interactions with the countries “assisted” that put them in a low position.

That’s why in my free time I went to follow Linguistic courses at the University of Montpellier 3. I had no ambition to become a researcher at the time. I was motivated to understand the discomfort I encountered during my field missions, that’s why I made dissertations on the topic of colonial and postcolonial domination in discourses on Africa around Mali. In 2002 I decided to stop my professional activity and to invest myself totally in research while teaching discourse analysis.

Age has been an obstacle to academic recruitment, as was the overly transdisciplinary nature of my thesis, which did not fall clearly enough within the disciplinary field of pure linguistics, or that of the other social sciences dealing with (post) colonial issues. Consequently, I had to work in other research projects for sustaining my living. I worked on topics such as sensoriality or academic research. But I have always been known for my works on coloniality. Even if I have been employed as a researcher only on other topics I keep researching on that topic and I am often asked to give conferences on it.

In the different projects I have been involved I have experienced being part of research labs in France (what you call knowledge production centers) and a research team in the UK. It has been very fruitful for me to move from one to another and it has contributed to enlarge my knowledge and experience.



As an independent researcher (freelancer) I now sign my papers under the name of La Langagière (<http://la-langagiere.net>). I am more free in the choice of my research topics than the affiliated researchers who increasingly need to request funds from national or international research agencies to finance their research projects.

M. S. A. Questions 2 to 7 sometimes refer to politics' constitution in various areas. In proposing them, I thought of receiving answers that combined her researcher's opinion with the theoretical basis of Discourse Analysis. In your opinion, as a researcher, I refer to your experience with the topics covered; and by the theoretical basis of Discourse Analysis, I see to treating the questions as research subjects and offering them appropriate theoretical treatment.

2. M. S. A. *In one of your books, De l'idéologie coloniale à celle du développement. Une analyse du discours France-Afrique (L'HARMATTAN, 2010) a profound analysis of the colonial relations between France and Africa is made. For Brazil, the period lived as a Portuguese colony generated, as inheritance, high rates of income concentration and marginalization, as far as public policies are concerned, both native peoples of the territory (indigenous communities) and descendants of the African peoples trafficked for here. Today, despite some talk and action in Brazil to some extent to reduce social inequalities, in recent years, especially with the election of President Jair Messias Bolsonaro, the number of extremist speeches denying consequences of colonial exploitation*



and slavery for the formation of Brazilian society, portraying the colonization process in an optimistic and fallacious way. In your opinion, is the use of unscientific discourse⁴ as a political strategy associated with the growth of the conservative agenda around the world? To what extent does the growth of the talking agenda depend on rewriting the historical facts?

F. D. Undoubtedly the positive representation of colonization's effects for the colonized populations has always been used as a way to give some credits to colonization by focusing on tangible facts such as construction in the colonies of infrastructures: schools, hospitals, roads, etc.

Trying to give ex-post some positive aspects of colonization, it has been the case with the law of the 23rd of February 2005 voted at the French Parliament under the mandate of the right-wing president Jacques Chirac. There was a passage in the law (art. 4) enjoining teachers to present a positive assessment of colonization: "School curricula recognize in particular the positive role of the French presence overseas, especially in North Africa" in which "colonization" has been euphemized in "French presence overseas". The sentence has been deleted the following year after intense debate and contestation in Algeria and from French leftist parties and associations. A number of historians believed that the wording of article 4 contradicted

⁴ **N. M. S. A.:** To answer these questions, please be aware that I refer, by 'unscientific speeches', to the reproduction of discourses that have been known and acknowledged by scientific investigations as unfounded. An excellent example of this is the resumption of speeches in favor of the flat-earth theory today, although this theory has no scientific basis. Therefore, unscientific discourse is one that scorns the contribution of scientific investigations in the construction of a particular argument.




historical reality and could be interpreted as an attempt to deny all that the colonization had harmful and violent for the populations.

Reinterpreting historical facts and manipulating data are common practices in extreme-right populist speeches.

3. M. S. A. *In the articles “La stéréotypie comme processus de dominance dans les discours sur le Mali: des discours coloniaux aux discours du développement” and “Catégorisation, stéréotypie et dialogisme: la nomination comme expression de points de vue”, stereotypes are considered as a strategy of social domination. Can the use of unscientific discourse⁵ as a political strategy be taken as a form of stereotyping?*

F. D. I would not say that stereotyping is a “strategy” of social domination, but that stereotyping acts as such, i.e. it produces social domination. In my works on stereotypes, I have shown how colonial discursive stereotypes have been reformulated in the development Discourse: from colonial names as *barbarians, savages, primitives* (with related characteristics of ignorance, laziness, insouciance etc.) to *under-developed, less-advanced*. This production of binary categories: *underdeveloped vs developed, advanced vs less-advanced* are to be analyzed in the framework of the dominant ideology of Progress. In this case, it is not strictly speaking an unscientific discourse that serves as a political argument for dominance but the belief that growth, wealth,

⁵ **N. F. D.:** See note 1.



Reason, scientific knowledge etc. are indicators for something called “development”. If an endless Progress is considered as the norm according to a set of criteria defined by the dominants, societies not responding to that criteria are stereotyped and enjoined to conform to that norm. Of course, nations that are at the top of the ladder benefit from the situation because they can provide assistance and keep control on the assisted.

But unscientific speech is often used to validate stereotypes of certain categories of people, especially in the context of elections. For example, the extreme-right candidate to the French presidential elections Marine Le Pen regularly stigmatize Muslims for gaining more votes, but she does so indirectly by manipulating information that has not been verified. For instance, in 2012, she had asserted that all the meat distributed in Ile-de-France⁶ were, without the knowledge of consumers, “exclusively” halal meat. She based her assertion on a report from a television magazine entitled “Meat in all its states”, which demonstrated that more and more animals were slaughtered when conscious and no longer asleep. The submission to a religious food requirement based on fake news was argued as the warning sign of the importation of an exogenous culture in the French society. There reference to halal meat distributed to French people served as a metaphor for invasion and acculturation that were formulated implicitly.

Using unscientific discourse and fake news for influencing public opinion is certainly the breeding ground for stereotyping. But can the use of unscientific discourse as a political strategy be a form of stereotype?

⁶ The region around Paris.





It is worth investigating it more thoroughly and I would be interested if somebody does it. By the way it would be a good research project!

4. M. S. A. *Which speeches about former colonies are most often heard in French society? Can we say that, as in Brazil, French society has a purist tendency that clashes violently with its historical process of formation? For example, French society denies that historical process (entirely or in part), and its consequences?*

F. D. More than denying its historical process of formation, the French society ignores this part of its history. Discourses are focused on immigration without linking this phenomenon to colonization. It is a sort of unthought. Most of the second and third generations of North- and Sub-Saharan-Africans who were born in France and have the French nationality are not treated fairly compared to so called “truly French” and still often suffer from discrimination (police controls, discrimination in hiring etc.). “The diversity” is a circulating formula in discourses calling for more descendants from immigrants in the medias, in the political sphere etc. This denomination “diversity” that does not include all strata of society but only the minorities would be worth analyzing in discourse analysis because it carries in itself what the decolonial movement calls the “colonial difference”. I refer to the notions of “coloniality of power” and the “colonial difference” coined by the Latin-American researchers Anibal Quijano and Enrique Dussel who conceive them as loci of enunciation: there is a section of human history silenced by discourses on modernity and western civilization.



5. **M. S. A.** *Is the French administration responsible for monitoring the development of former colonies as a means of providing them with social justice, as it has been partly responsible for their current social situation?*

F. D. My personal opinion is negative. Former colonies have gained their independence and colonization is part of their historical past. They are now independent states which are able and claim to decide freely for their destiny. The only part French administration should deal with is the debt cancellation, that is not fair to be claimed.

Assistance to development is a way to keep maintaining dependency and dominance, as I have shown in my book (*De l'idéologie coloniale à celle du développement*, 2010). Dominance is at stake when former colonial nations interfere in the governance of free independent states. Monitoring former colonies' development means first considering that they cannot control their own social situation; secondly, interfering in their own business; thirdly tracing their destiny by means of the dominant values of the "Global North".

6. **M. S. A.** *Regarding the relations between colony and colonizer, do you feel comfortable enough to draw parallels between the colonization processes in Africa and Brazil?*

F. D. Each colonial discourse is specific because the historical and cultural contexts are different. Nevertheless, coloniality from its beginnings is a "world system" in the "capitalist world economy" as a system (WALLERSTEIN,



1974). Consequently, we can analyze coloniality and the relationships between colony and colonizer from a comparative perspective as well as from a transversal one. Same links could be established between colonial power and cultural hegemony and correlatively between political resistance and knowledge emancipation, with a view to “O fim do império cognitivo” (The end of the cognitive empire) (SOUSA SANTOS, 2011).

Whatever the type of coloniality of power exerted in the different European colonial Empires (Belgian, British, Dutch, French, Portuguese, Spanish etc.), there were comparable dominant discourses on civilization and modernity that reduced to silence other voices considered as inferior.

As I am not a specialist of the colonization of Brazil, if I had to “draw parallels between colonization processes in Africa and Brazil”, from a discourse analyst perspective, I would compare the two discursive formations. French and Portuguese colonial systems were both patriarchal. The concept of “race” has been one of the categories at the foundation of the colonial system in articulation with the one of social class: “social classes have a color” wrote H. Quijano (2000).

Cultural hegemony was and is still a shared mainspring of imperialism. As the Martiniquan poet and essayist Aimé Césaire wrote: “the colonial order it is through cultural disorder that it occurs” (1959). “Cultural coloniality” (Dussel), which is common to most processes of (post)colonial domination, has been and is still established at the expense of indigenous cultures.

7 · M. S. A. *The issue of immigration is another theme of social relevance that appears represented in your academic production. In a recent article, this topic is approached from a perspective*



that includes the concept of national identity. In recent times, the analysis of immigration processes has had to consider the migratory movements of social refugee groups. As the idea of national identity runs through the constitution of social refugee groups – who are forced to leave their territory and find themselves in the condition of living in a territory in which they will be permanently *THE OTHER* –, and will be on the fringes of any notion of belonging? How is this issue of belonging treated by the French public politics?

F. D. France has experienced relatively stable immigration since the 1970s, contrary to the idea which underlies the concept of “migrant crisis” to which the extreme-right party contributed with blows of extraordinary figures: since 2005, the figures for immigration have been stable. Nevertheless, not only the extreme-right party but most of the political parties play the game of a migrant crisis: they stigmatize migrants and speak up for regulation of migration that is considered as a threat for the French society and culture. As I related in question 3 the protection of “French identity” associated with the issue of security is often invoked as a political argument.

Migrants or refugees: there has been a lively semantic debate to decide how to name people arriving on European coasts after crossing the Mediterranean at the risk of their lives. The term *migrants* resonated negatively, echoing immigration that has not a good reputation, especially because of its use for populist aims. All migrants are not considered as refugees who are by definition “obliged to move if they want to save their lives or preserve their freedom” according to the HCR. Obtaining a refugee



status with the grant of a resident card for ten years a is an obstacle course. Economic migrants are not recognized as refugees, but refugees are also migrants. Hopefully there are NGOs in France working against all forms of discrimination and defending the rights of people running way for their home country, whether they are migrants, asylum seekers or refugees.

8. M. S. A. *In Brazil, Discourse Analysis is forced to justify its academic affiliation with linguistics, because those who claim to be linguists reject in their midst a discipline that relies on psychoanalysis and Marxist theory to study the human language. For these linguists, it is inconceivable that concepts such as ideology are applied to the study of the human language. How is the dialogue between Discourse Analysis and other areas in France interested in studying human language?*

F. D. Discourse Analysis, grounded in the works of Michel Foucault and Michel Pêcheux and his team, was in France historically attached to the discipline of Linguistics. Many other disciplines such political science, history or sociology also practice discourse analysis, thanks to the use of text-processing methods that allow exploration of large corpora. They analyze the lexicon used, but not the linguistics markers like linguists do. There is now dialogue between disciplines or researchers using discourse analysis and an international field of “Discourse Studies” is emerging mainly across social sciences. But as far as I am concerned, I still wish my works to be related to discourse analysis.



9. **M. S. A.** *What is your latest job? Could you tell me a little about it? What have been your research interests?*

F. D. My latest job was in ERC (European Research Council) projects led by Professor Johannes Angermüller at the University of Warwick (UK). The DISCONEX project (“The Discursive Construction of Academic Excellence”) investigated the social practices of researchers, their knowledges and careers. The team has compared academic systems and cultures of research in the social sciences and humanities in France, Germany, the UK and the U.S., particularly in two fields with distinct knowledge traditions and institutional cultures: linguistics and sociology.

My own research was focused on the ins and outs of the visibility of researchers on the net, particularly the links between academic recognition and visibility injunction in the context of current academic ideology.

My current research interests are the effects of the transfer without translation of terms belonging to dominant cultural universes to others that have not the same cultural praxis. I call “discursive dominance” the use of linguistic markers and enunciative modalities that contribute to impose a dominant meaning and establish an order of places. The transfer of terms expressed in dominant languages (French, English, Spanish, Portuguese) to indigenous communities speaking other languages is a type of “discursive dominance”. It results in an “imperialism of meaning” (LAFONT, 1978) exercised by the generalization of Western linguistic praxis that have semantic, notional and practical effects on the target linguistic and cultural universes. I analyze these phenomena with Discourse analysis and



anthropological linguistics, more specifically praxématique, a linguistic approach developed in Montpellier around Robert Lafont.

10 · M. S. A. *In your opinion, what theoretical paths will characterize the French Discourse Analysis in the coming years? What will researchers tend to invest in? What will they manage to abandon?*

F. D. As mentioned above Discourse Analysis is now equipped with textual software in the framework of what is called Digital Humanities. Consequently, quantitative analysis based on textual data processing (corpus linguistics) tend to replace Discourse analysis, sometimes at the expense of qualitative analytical fineness. The efforts are focused on processing data and making them accessible by means of visualizations and graphs.

Discourse analysts now often talk of ‘discursive analysis’ instead of ‘discourse analysis’. This shift from discourse to discursive is significant in my view, as the word ‘discourse’ in the singular had a strong meaning in former French discourse analysis.

Bridges have also been established with sociolinguistics, interactionism, ethno-methodology, because Discourse analysis also analyze oral interactions, and sometimes the sociolinguists call themselves discourse analysts and vice versa.

I would say that French discourse analysis has lost its specificity as discourse analysis “à la française” due to transnational flows of knowledge and research, even if it still stays more linguistically focused than other approaches in the UK, the US or Germany.



ENTREVISTA COM FRANÇOISE DUFOUR¹

ENTREVISTA REALIZADA POR

Maycon Silva AGUIAR²

TRADUÇÃO DE

Cláudio de A. PÁDUA³

Rodrigo Pereira da Silva ROSA⁴

Yasmin Tavares de SOUZA⁵

¹ **N. M. S. A.:** Gostaria de agradecer a Françoise Dufour, que foi muito gentil comigo em todas as mensagens compartilhadas. Gostaria de agradecer, também, a Tania Conceição Clemente de Souza, a Rosane da Conceição Pereira, a Cláudio de A. Pádua, a Rodrigo Pereira da Silva Rosa e a Yasmin Tavares de Souza por suas valiosas contribuições.

² Editor da Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som. E-mail: mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br.

³ Bacharel em Engenharia Naval e Oceânica e mestrando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: claudio_padua@hotmail.com.

⁴ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: rodrigopereirasr@gmail.com.

⁵ Graduada em Letras (Língua Portuguesa e Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e especializanda em Ensino de Língua Inglesa pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: yasmintsouza@gmail.com.




Envolvida em estudos para a Comissão Europeia ou para o PNUD, engenheira de formação, apaixonada por línguas, Françoise Dufour decidiu retomar seus estudos e, na área de Linguística, defendeu uma tese sobre as ligações entre o discurso desenvolvimentista e a ideologia colonialista.

Nesta entrevista ao nosso editor Maycon Silva Aguiar, ela nos conta um pouco do seu trajeto e de suas pesquisas; discorre sobre o discurso colonialista, o racismo, os discursos não científicos, a questão dos imigrantes e dos refugiados; e comenta sobre a Análise do Discurso e os caminhos pelos quais a disciplina vem trilhando, onde atualmente se encontra e para onde se encaminha.

1. M. S. A. *Você se estabeleceu como pesquisadora independente nos mais prestigiados centros de produção de conhecimento franceses e se tornou conhecida por isso. Quais são as vantagens e as desvantagens de não se filiar a um centro de produção de conhecimento? Quais fatores levaram você a uma carreira de pesquisadora independente? Nessa decisão, há alguma influência política?*

F. D. É uma pergunta difícil, mas obrigada por fazê-la, e estou feliz por saber que sou conhecida no Brasil como pesquisadora independente. Obtive meu doutorado muito tarde, em 2007, já aos 55 anos. Eu tinha uma vida profissional antes de retomar os estudos universitários em Linguística. Trabalhei como especialista *freelance* em desenvolvimento de projetos financiados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque), pela CE (Comissão Europeia, Bruxelas),





pela OMT (Organização Mundial do Turismo, Madri) na África Subsaariana, mas também na Mongólia, na Armênia, na Crimeia, na Palestina... Minha especialização era na área de desenvolvimento do turismo, mas também trabalhei com artesanato, moda, alimentos & bebidas. Eu era muito crítica quanto ao tipo de assistência que essas organizações internacionais estavam oferecendo; paga pelo orçamento das linhas de financiamento ao desenvolvimento, mas beneficiando empresas de consultoria e consórcios empresariais. Eu estava particularmente preocupada com a dominação estabelecida pelos discursos e pelas interações com os países “assistidos”, o que os colocavam em uma posição inferior.

Por esta razão, no meu tempo livre, fiz cursos de Linguística na Universidade de Montpellier 3. Na época, eu não tinha nenhuma ambição em me tornar uma pesquisadora. Estava motivada a entender o desconforto que encontrei durante minhas missões de campo, e isto me levou a elaborar uma dissertação sobre a dominação colonial e pós-colonial nos discursos sobre a África, na região do Mali e seu entorno. Em 2002, decidi parar minhas atividades profissionais e me dedicar integralmente à pesquisa, enquanto ensinava Análise do Discurso.

A idade foi um obstáculo para o recrutamento acadêmico, da mesma forma que a natureza excessivamente transdisciplinar da minha tese que não se encaixava claramente no campo disciplinar da linguística pura ou no das outras ciências sociais que lidam com questões (pós) coloniais.

Consequentemente, tive que trabalhar em outros projetos de pesquisa para me manter. Trabalhei em temas como sensorialidade ou com pesquisa acadêmica, mas sempre fui conhecida pelos meus trabalhos



sobre “colonialidade”⁶. Mesmo tendo sido contratada como pesquisadora somente sobre outros temas, eu continuava pesquisando sobre esse tema, sobre o qual era frequentemente solicitada a dar conferências.

Entre os diferentes projetos em que me envolvi, tive a oportunidade de fazer parte de laboratórios de pesquisa na França (aquilo que você chamou de centros de produção de conhecimento) e de uma equipe de pesquisa no Reino Unido. Tem-me sido muito enriquecedor ir de um para o outro, o que contribui para ampliar meu conhecimento e minha vivência.

Atualmente, como pesquisadora independente (*freelancer*), assino meus trabalhos sob o nome de *La Langagière* (<http://la-langagiere.net>). Sou mais livre na escolha dos meus temas de pesquisa do que pesquisadores ligados a instituições que, cada vez mais, precisam solicitar fundos a agências de pesquisa nacionais ou internacionais para financiar seus projetos.

M. S. A. Nas perguntas de 2 a 7, há algumas referências à estrutura política em diferentes áreas. A proposta era que se obtivessem respostas em que se reunissem a opinião de Mme Dufour como pesquisadora e as bases teóricas da Análise do Discurso – na opinião da pesquisadora, levando em

⁶ **N. T.:** A entrevistada utiliza o termo, em inglês, *coloniality*, em vez de *colonialism*. Anibal Quijano explica que “*colonialism*” se refere à condição de colonização imposta à força, por meio da presença de uma administração colonial, aos moldes cunhados durante o período do colonialismo clássico, enquanto utiliza o termo “*coloniality*” para se referir à “situação colonial” atual, em que as administrações coloniais estão praticamente extintas e cujo modelo de processo está fundamentado em uma nova forma de colonialismo, na qual um capitalismo estadunidense/eurocêntrico se desenvolveu a partir da opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de determinados grupos étnicos dominados por e subordinados a outros grupos étnicos, sem que haja a necessidade da presença de administrações coloniais, praticamente erradicadas no atual sistema capitalista mundial. (QUIJANO, A. & ENNIS, M., *Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latina America, Nepantla: Views from the South*, v. 1/3, 2000).



conta sua experiência nos temas abordados, e com base nas teorias da Análise do Discurso, procurando tratar as questões como objetos de pesquisa, dando-lhes o tratamento teórico apropriado.

2. M. S. A *Em um de seus livros, De l'idéologie coloniale à celle du développement. Une analyse du discours France-Afrique*⁷ (L'Harmattan, 2010) é feita uma profunda análise das relações coloniais entre França e África. No Brasil, o período vivido como colônia portuguesa deixou o legado de altas taxas de concentração de renda e marginalização, resultado das políticas públicas tanto para os povos nativos do território (comunidades indígenas) quanto para os descendentes dos africanos traficados para cá. Atualmente, não obstante algumas discussões e ações tenham sido tomadas no Brasil para diminuir as desigualdades sociais, desde antes da eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, a quantidade de discursos extremistas que negam as consequências da exploração colonial e da escravidão para a formação da sociedade brasileira, retratando o processo de colonização de maneira otimista e falaciosa, tem aumentado. Na sua opinião, o uso de discursos não-científicos⁸ como estratégia política está

⁷ **N. T.:** “Da ideologia colonialista à ideologia do desenvolvimento. Uma análise do discurso França-África”. (tradução livre).

⁸ **N. M. S. A.:** Para responder a estas perguntas, considere que me refiro a “discursos não-científicos” como a reprodução de discursos que foram atestados e reconhecidos pelas investigações científicas como infundados. Um excelente exemplo disso, hoje em dia, é a retomada de discursos “terraplanistas”, embora sem qualquer base científica. Portanto, o discurso não-científico é aquele que despreza a contribuição das investigações científicas na construção de um determinado argumento.



*associado à crescente agenda conservadora por todo o mundo?
Até que ponto o aumento da agenda de debates depende da
reescrita dos fatos históricos?*

F. D. Sem dúvida, a representação positiva dos efeitos da colonização para população colonizada sempre foi usada como uma forma de dar algum crédito à colonização, sublinhando fatos tangíveis, como a implantação de infraestrutura nas colônias: escolas, hospitais, estradas etc.

Tentar apresentar alguns aspectos positivos advindos da colonização é o que foi feito com a lei de 23 de fevereiro de 2005, votada pelo Parlamento francês sob o mandato do presidente de direita Jacques Chirac. Em seu artigo 4º, impunha-se aos professores que apresentassem uma avaliação positiva da colonização: “Os currículos escolares identificam, especificamente, o papel positivo da presença da França no exterior, especialmente na África do Norte”, cuja redação “presença francesa no exterior” foi utilizada como eufemismo para “colonização”. A sentença foi excluída no ano seguinte, após intenso debate e pela contestação da Argélia e dos partidos e associações esquerdistas franceses. Vários historiadores acreditam que a redação do artigo 4º contradiga a realidade histórica e possa ser interpretada como uma tentativa de negar que toda colonização tenha sido danosa e violenta para com as populações.

Reinterpretar fatos históricos e manipular dados são práticas comuns nos discursos populistas de extrema-direita.

3· M. S. A. *Nos artigos “La stéréotypie comme processus de dominance dans les discours sur le Mali: des discours coloniaux aux discours*



*du développement*⁹ e “*Catégorisation, stéréotypie et dialogisme: la nomination comme expression de points de vue*”¹⁰, estereótipos são considerados como uma estratégia de dominação social. O uso de discursos não-científicos como estratégia política pode ser considerado uma forma de estereotipagem?

F. D. Eu não diria que a estereotipagem é uma “estratégia” da dominação social, mas age como tal, ou seja, produz dominação social. Em meus trabalhos sobre estereótipos, mostrei como os estereótipos discursivos colonialistas foram reformulados no Discurso do desenvolvimento: desde nomes colonialistas como *bárbaros, selvagens, primitivos* (que se relacionavam à ignorância, à preguiça, à indiferença etc.) a *subdesenvolvidos, menos avançados*. Esta produção de categorias binárias: *subdesenvolvido* versus *desenvolvido, avançado* versus *menos avançado*, deve ser analisada no âmbito da ideologia dominante de Progresso. Neste caso, não se trata estritamente de um discurso não-científico que sirva como argumento político para dominação, mas a crença de que crescimento, riqueza, Razão, conhecimento científico etc. são indicadores de algo chamado “desenvolvimento”. Se o progresso sem fim for considerado a norma, de acordo com critérios estabelecidos pelos dominadores, as sociedades que não responderem a esses critérios serão estereotipadas e obrigadas a obedecerem a essa norma.

⁹ **N. T.:** “O estereótipo como processo de dominação no discurso sobre o Mali: discursos coloniais nos discursos do desenvolvimento” (tradução livre).

¹⁰ **N. T.:** “Categorização, estereótipo e dialogismo: a nomeação como expressão de pontos de vista” (tradução livre).



Certamente, as nações que estão no topo se beneficiam com esta situação, pois podem prestar assistência e manter os assistidos sob controle.

Entretanto, o discurso não-científico é usado frequentemente para validar estereótipos de certas categorias de pessoas, especialmente em contexto de eleições. Por exemplo, Marine Le Pen, da extrema direita, candidata às eleições presidenciais na França, habitualmente estigmatizou muçulmanos para ganhar mais votos, mas o fez de forma indireta, manipulando informações que não tenham sido verificadas. Em 2012, ela afirmou que toda carne distribuída em Île-de-France¹¹ era, sem o conhecimento dos consumidores, “exclusivamente” processada segundo os preceitos islâmicos¹². Ela baseou sua declaração em uma reportagem de uma revista eletrônica televisiva intitulada “A carne em todos os seus estados”, que demonstrava que mais e mais animais eram abatidos quando estavam conscientes e não adormecidos. A submissão a um requisito de comida religiosa baseada em notícias falsas foi argumentada como sinal de alerta da importação de uma cultura exógena na sociedade francesa. A referência à carne “*halal*” distribuída ao povo francês serviu de metáfora para invasão e aculturação, formulada implicitamente.

Usar discursos não-científicos e notícias falsas para influenciar a opinião pública é, certamente, um terreno fértil para a estereotipagem. Contudo, será que o uso do discurso não-científico como estratégia política pode ser

¹¹ **N. T.:** Região administrativa da República Francesa que compreende 11 departamentos, entre os quais se encontra a cidade de Paris.

¹² **N. T.:** A entrevistada se refere a “*halal meat*”. “*Halal*”, que em árabe significa “permitido” e se opõe a “*haram*” (proibição ou pecado), é uma expressão que indica que a carne, seja de animais ou de aves, para o consumo dos muçulmanos é proveniente de abate e tratamento em conformidade com as leis islâmicas, como estipuladas no Corão.

uma forma de estereótipo? Vale a pena investigar mais detalhadamente, e seria muito interessante que alguém o fizesse. A propósito, daria um bom projeto de pesquisa!

4. M. S. A. *Quais discursos sobre ex-colônias são frequentemente ouvidos na sociedade francesa? Podemos dizer que, como no Brasil, essa sociedade tem uma tendência purista que se choca violentamente com seu processo histórico de formação? Por exemplo, a sociedade francesa nega esse processo histórico (inteiramente ou parcialmente) e suas consequências?*

F. D. Mais do que negar o seu processo histórico de formação, a sociedade francesa ignora essa parte da sua história. Discursos focam na imigração, sem vincular esse fenômeno à colonização. É uma espécie de impensado. A maioria da segunda e terceira geração de norte-africanos e subsaarianos que nasceram na França e têm nacionalidade francesa não é tratada de maneira justa, quando comparados aos chamados “verdadeiros franceses”, e ainda sofre discriminação (controle de polícia, discriminação nas contratações etc.) “A diversidade” é uma fórmula em circulação nos discursos que cobram por mais descendentes de imigrantes nas mídias, na esfera política etc. Essa denominação de “diversidade” que não inclui todos os estratos da sociedade, mas somente as minorias, valeria a pena ser analisada pela Análise do Discurso, pois carrega em si o que o movimento de descolonização chama de “diferença colonial”. Me refiro às noções de “colonialidade do poder” e da “diferença colonial” cunhadas pelos pesquisadores latino-americanos Anibal Quijano e Enrique Dussel que as conceberam como



lugares de enunciação: há um capítulo da história humana silenciado pelos discursos sobre modernidade e civilização ocidental.

5. M. S. A. *A administração francesa é responsável por monitorar o desenvolvimento de ex-colônias como um meio de lhes proporcionar justiça social, uma vez que foi responsável, em parte, por sua situação social atual?*

F. D. Em minha opinião, não. As ex-colônias conquistaram suas independências, e a colonização faz parte de seus passados históricos. Elas são agora estados independentes que são capazes de decidir livremente por seu destino, e reivindicam isso. O único papel com o qual a administração francesa deveria lidar é o cancelamento da dívida, o que não é de se esperar que se faça.

A assistência ao desenvolvimento é uma forma de manter a dependência e a dominação, como mostrei em meu livro (*De l'idéologie coloniale à celle du développement*, 2010). A dominação está em jogo quando antigas nações coloniais interferem na governança de estados independentes livres. Monitorar o desenvolvimento das antigas colônias significa primeiro considerar que elas não conseguem controlar suas próprias situações sociais; segundo, interferir em seus negócios; terceiro, traçar seus destinos por meios dos valores dominadores do “Norte Global”.

6. M. S. A. *Com respeito às relações entre colônia e colonizador, você se sente confortável o suficiente para traçar paralelos entre os processos de colonização na África e no Brasil?*





F. D. Cada discurso colonial é específico, porque os contextos histórico e cultural são diferentes. No entanto, a “colonialidade”, desde o início, é um “sistema mundial”, inserido na “economia capitalista mundial”, como um sistema (WALLERSTEIN, 1974). Conseqüentemente, podemos analisar a “colonialidade” e as relações entre colônia e colonizador, por uma perspectiva tanto comparativa quanto transversal. As mesmas ligações poderiam ser estabelecidas entre o poder colonial e a hegemonia cultural e, correspondentemente, entre a resistência política e a emancipação do conhecimento, como na visão de “O fim do império cognitivo” (SOUSA SANTOS, 2011). Não importa qual forma de poder colonialista que tenha sido exercida nos distintos domínios dos impérios coloniais europeus (belga, britânico, holandês, francês, português, espanhol etc.), sempre houve discursos dominantes de comparação entre civilizações e modernidade que reduziam ao silêncio as outras vozes que eram consideradas inferiores.

Como não sou especialista na colonização do Brasil, se tivesse que “traçar paralelos entre os processos de colonização na África e no Brasil”, do ponto de vista dos analistas do discurso, compararia as duas formações discursivas. Os sistemas coloniais francês e português eram ambos patriarcais. O conceito de “raça” tem sido uma das categorias sobre as quais se alicerçou o sistema colonial, em articulação com o de classe social: “classes sociais têm uma cor” escreveu H. Quijano (2000).

A hegemonia cultural foi e continua sendo a mola mestra partilhada pelo imperialismo. Como escreveu o poeta e ensaísta martinicano Aimé Césaire: “a ordem colonial existe pela desordem cultural que sobrevém” (1959). A “colonialidade cultural” (Dussel) que é comum à maioria dos






processos de (pós)dominação colonial tem sido e ainda é estabelecida às custas das culturas indígenas.

7. **M. S. A.** *A questão da imigração é outro tema de relevância social que aparece representado em sua produção acadêmica. Em um artigo recente, esse tema é abordado a partir de uma perspectiva que inclui o conceito de identidade nacional. Nos últimos tempos, a análise dos processos de imigração teve de considerar os movimentos migratórios dos grupos de refugiados sociais. Como a ideia de identidade nacional atravessa a constituição de grupos de refugiados sociais — que são forçados a deixar seu território e se encontram na condição de viver em um território em que serão permanentemente OS OUTROS — e estarão à margem de qualquer noção de pertencimento. Como essa questão do pertencimento é tratada pela política pública francesa?*

F. D. A França tem experimentado uma taxa de imigração relativamente estável desde a década de 1970, contrariando a ideia que sustenta o conceito de “crise dos imigrantes” para o qual o partido de extrema-direita contribuiu com uma enxurrada de cifras espetaculares: desde 2005, os números da imigração têm sido estáveis. No entanto, não só o partido de extrema-direita, mas a maioria dos partidos políticos faz o jogo da crise de imigração: estigmatizam os imigrantes e bradam pela regulamentação da imigração, que é considerada uma ameaça para a sociedade e a cultura francesas. Como eu disse na questão 3, a proteção da “identidade francesa” associada à questão da segurança é frequentemente invocada como um argumento político.





Migrantes ou refugiados: houve um animado debate semântico para decidir como nomear as pessoas que chegam às costas europeias depois de cruzar o Mediterrâneo colocando suas vidas em risco. O termo *migrantes* ressoa negativamente, ecoando imigração que não tem uma boa reputação, especialmente por causa do seu uso com *objetivos* populistas. Nem todos migrantes não são considerados refugiados que, por definição, são “obrigados a fugir se quiserem salvar suas vidas ou preservar sua liberdade”, segundo a definição do ACNUR. Conseguir o status de refugiado com concessão da permanência de residência por dez anos é uma corrida de obstáculos. Os migrantes econômicos não são reconhecidos como refugiados, mas os refugiados também são migrantes. Felizmente, existem, aqui na França, ONGs que lutam contra toda forma de discriminação e defendem os direitos das pessoas que fogem do seu país de origem, sejam migrantes, solicitantes de asilo ou refugiados.

8. M. S. A. *No Brasil, a Análise do Discurso é forçada a justificar sua afiliação acadêmica com a linguística, pois aqueles que se dizem linguistas rejeitam em seu meio uma disciplina que se baseia na psicanálise e na teoria marxista para estudar a língua humana. Para esses linguistas, é inconcebível que conceitos como a ideologia sejam aplicados ao estudo da linguagem humana. Como é o diálogo entre a Análise do Discurso e outras áreas interessados em estudar a linguagem humana na França?*

F. D. *A Análise do Discurso, baseada na obra de Michel Foucault e de Michel Pêcheux e sua equipe, na França, esteve historicamente ligada*



à disciplina da Linguística. Muitas outras disciplinas, como ciência política, história e sociologia também praticam a análise do discurso graças ao uso de métodos de processamento de textos que permitem a exploração de grandes *corpora*. Eles analisam o léxico usado, mas não os marcadores linguísticos como os linguistas fazem. Há, agora, o diálogo entre disciplinas e entre pesquisadores que utilizam a análise do discurso, e um campo internacional de “Estudos do Discurso” está emergindo, principalmente nas ciências sociais. Mas, no que me diz respeito, ainda desejo que meus trabalhos estejam relacionados à Análise do Discurso.

9. M. S. A. *Qual foi o seu último trabalho? Pode me contar um pouco sobre isso? Quais têm sido seus interesses de pesquisa?*

F. D. Meu trabalho mais recente foi num projeto do ERC (European Research Council), liderado pelo professor Johannes Angermuller na Universidade de Warwick (Reino Unido). O projeto DISCONEX (“A Construção Discursiva da Excelência Acadêmica”) investigou as práticas sociais dos pesquisadores, seus conhecimentos e carreiras. A equipe comparou sistemas acadêmicos e culturas de pesquisa em ciências sociais e humanas na França, na Alemanha, no Reino Unido e nos EUA, particularmente em dois campos com distintas tradições de conhecimento e culturas institucionais: linguística e sociologia. Minha pesquisa pessoal foi focada nos *ins* e *outs* da visibilidade dos pesquisadores na *net*, particularmente nas ligações entre o reconhecimento acadêmico e a injeção de visibilidade no contexto da ideologia acadêmica atual.

Meus interesses atuais de pesquisa são os efeitos da transferência sem tradução de termos pertencentes a universos culturais dominantes



para outros que não têm a mesma práxis cultural. Chamo de “dominância discursiva” o uso de marcadores linguísticos e de modalidades enunciativas que contribuem para impor um significado dominante e estabelecer uma ordem de lugares. A transferência de termos expressos em línguas dominantes (francês, inglês, espanhol, português) para comunidades indígenas que falam outras línguas é um tipo de “dominância discursiva”... Isso resulta em um “imperialismo de significado” (Lafont 1978) exercido pela generalização da práxis da linguística ocidental que tem efeitos semânticos, nocionais e práticos sobre os universos linguístico e cultural alvo. Analiso esses fenômenos com Análise do Discurso e linguística antropológica, mais especificamente “praxemática”, uma abordagem linguística desenvolvida em Montpellier pelo círculo de Robert Lafont.

10·M. S. A. *Na sua opinião, que caminhos teóricos caracterizarão a Análise do Discurso francesa nos próximos anos? Em que os pesquisadores tendem a investir? O que eles vão conseguir abandonar?*

F. D. Como mencionado acima, a Análise do Discurso agora está equipada com *software* de texto no âmbito do que é chamado de Humanidades Digitais. Conseqüentemente, a análise quantitativa baseada no processamento de dados textuais (linguística de *corpus*) tende a substituir a Análise do Discurso, às vezes em detrimento da excelência analítico qualitativa. Os esforços estão focados em processar dados e torná-los acessíveis por meio de visualizações e gráficos.



Os analistas do discurso agora falam frequentemente de “análise discursiva” em vez de “análise do discurso”. Esse deslocamento de discurso para discursiva é significativo, na minha opinião, pois a palavra “discurso” no singular tinha um forte significado na Análise do Discurso francesa anterior.

Também foram estabelecidas pontes com a sociolinguística, o interacionismo, a etnometodologia, porque a Análise do Discurso também analisa as interações orais e, às vezes, os sociolinguistas se autodenominam analistas do discurso e vice-versa.

Eu diria que a Análise do Discurso francesa perdeu sua especificidade como Análise do Discurso “à la française”, devido aos fluxos transnacionais de conhecimento e pesquisa, mesmo que ainda permaneça mais focada linguisticamente do que outras abordagens no Reino Unido, nos EUA e na Alemanha.



Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
LABEDIS - www.labedis.mn.ufrj.br
Museu Nacional, UFRJ

LABEDIS

Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som

Museu Nacional • Universidade Federal do Rio de Janeiro • Rio de Janeiro
www.labedis.mn.ufrj.br